TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BTCU Deliberações dos Colegiados do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 9 | nº 177 | Sexta-feira, 02/10/2026

Pautas **1**
1ª Câmara 1
2ª Câmara 38
Editais **80**
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos 80
Atas **89**
Plenário 89
2ª Câmara 186

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3° a 5° do art. 295 do Regimento Interno do TCU

http://www.tcu.gov.br btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente
VITAL DO RÊGO FILHO

Vice-Presidente
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO

Ministros
WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS
ODAIR JOSE DA CUNHA
RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO

Ministros-Substitutos
AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU
Procuradora-Geral
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais
LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores
MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Secretário-Geral
ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

PAUTAS

1ª CÂMARA

PAUTA DA PRIMEIRA CÂMARA
Sessão Ordinária de 06/10/2026, às 15h

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse https://portal.tcu.gov.br/sessoes.

As transmissões das sessões colegiadas encontram-se disponíveis por meio dos links disponibilizados no portal do Tribunal, no endereço eletrônico: https://portal.tcu.gov.br/sessoes/.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

014.741/2026-1 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Tertuliano Duarte da Cunha Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: não há.

014.759/2026-8 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Eve Mota Gurgel; Eve Mota Gurgel; Eve Mota Gurgel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

015.011/2026-7 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Aline Santineli Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia de Sao Paulo.
Representação legal: não há.

017.084/2026-1 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Quiterianópolis - CE.
Representação legal: não há.

017.612/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Emilio Pereira Barbosa Neto; Tertuliano da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
Representação legal: não há.

017.644/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Jose de Souza Barros; Laurizelma da Cunha Batalha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.657/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Nadia Maria Canizo Ferreira; Niceia Aparecida Silva; Pedro Paulo Vidal Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

017.668/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Lucia Maria de Lima Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

017.681/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Antonia Raymunda dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

017.705/2025-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Antonio Badih Chehin; Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura Ltda; Exe - Engenharia Ltda; Joao Gomes Ribeiro Neto; Marco Antonio Blotta
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Hidroviária do Paraná - DNIT.
Representação legal: não há.

017.716/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Joao Mendes de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás.
Representação legal: não há.

017.858/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Alfredo Ramos de Jesus; Aparecido Alves Medeiros Filho; Honilson de Souza; Irineu Felipe de Souza Sobrinho; Maria Celia da Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

018.075/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Catia Nunes Rodrigues; Creusa Rodrigues Carvalho dos Santos; Francisco Barros da Cunha; Marco Antonio Arruda; Romulo Fernando de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

019.601/2026-3 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Órgão/Entidade/Unidade: Casa da Moeda do Brasil CMB.
Representação legal: Eduardo Camilo de Aguiar, representando Convida Refeições Ltda.

019.615/2026-4 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Ana Vilma Goncalves Avelar
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

019.771/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Roberto Thome da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
Representação legal: não há.

019.899/2026-2 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria-geral da Presidência da República.
Representação legal: não há.

045.740/2021-6 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho; Confederacao Brasileira de Desportos Aquaticos
Recorrente: Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Controladoria-geral da União.
Representação legal: Maria da Gloria Paes de Carvalho Nunes, representando Coaracy Gentil Monteiro Nunes Filho; Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira (OAB-SP 287546), representando Confederacao Brasileira de Desportos Aquaticos; Marcelo Franklin dos Santos Filho (OAB-RJ 105516) e Wagner Dias da Silva (OAB-RJ 212278), representando Maria da Gloria Paes de Carvalho Nunes.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

007.717/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessadas: Danielle Durski Figueiredo; Silvana Heidemann Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Representação legal: não há.

012.246/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Andrea Manchester Pereira de Mello Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
Representação legal: não há.

012.304/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Glaucia Lopes Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação.
Representação legal: não há.

012.487/2026-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Antonio Albino Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
Representação legal: não há.

013.187/2026-0 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Luciana Ferreira da Silva; Marcella Mafort Sias Lopes; Marcello Doederlein Polito; Roberta Azevedo de Paula Charlemont; Sara Siqueira Vicente.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

014.003/2024-4 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Deusa Maria Rodrigues Boaventura; Rozemire Alves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Representação legal: não há.

016.757/2025-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Joaquim Pereira Nunes; Luziano Pereira Rocha; Waltyr Rocha Santos Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araguaçu/TO e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
Representação legal: Rafael Moreira Mota (OAB/DF 17.162), Daniel Ayres Kalume Reis (OAB/DF 17.107) e outros, representando Luziano Pereira Rocha; Lucas Carvalho Viana (OAB/TO 13.848), representando Joaquim Pereira Nunes; Lucas Carvalho Viana (OAB/TO 13.848), representando Waltyr Rocha Santos Santana.

017.368/2026-0 - **Natureza:** DENÚNCIA
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
Representação legal: Andre Felipe Araujo Cox dos Santos (OAB/PE 40.927), Dayane Francisco Vasconcelos (OAB/DF 56.556) e outros, representando Centrais Eletricas de Pernambuco Ltda.

017.638/2009-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Mansueto Martins Magalhães; Maria Amélia de Azevedo Ribeiro; Maria Castelo Branco Rocha de Deus; Maria Goret Nunes Leal Carvalho; Maria da Anunciação Roque Sales; Maria das Graças Costa Melo; Maria das Graças Soares da Silva Sousa; Maria de Fátima Resende da Silva; Maria de Fátima Silva Barbosa Lima; Maria do Socorro Rios Magalhaes; Maristela Leite Albuquerque.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Representação legal: Igor Moura Maciel (OAB-PI 8.397), Lazaro Duarte Pessoa (OAB-PI 12.851) e outros, representando Maria das Graças Costa Melo.

017.653/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Carlos Alberto de Araújo Oliveira; Enubia Freire dos Santos; José Carlos Mendes; Nicodemos Carvalho de Almeida; Raimundo Gilmario Eduardo Bezerra.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

017.679/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Abigail Corrêa Pamplona; Carlos Augusto Pinheiro de Moraes; Elizabeth Hemcy Cohen Queiroz; Sandra Rodrigues Vieira Dias; Sheila Maria da Costa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.713/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Maria do Carmo Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Representação legal: não há.

017.828/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Jani Rodrigues de Abreu; Luiz Paulo Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado de Santa Catarina - DNIT/SC.
Representação legal: não há.

018.779/2026-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Carla Lucena de Vasconcellos; Carmen Jussara Lucena de Vasconcellos; Damaris Mercedes Godoy Lucena da Silva; Debora Regina de Godoy Marin; Druzila Argelia de Godoy Arelhano; Maria de Fatima Pacheco Braga; Marjocoel Jomaroligo de Godoy Vaciloto; Miriam Aparecida Oliveira Ferreira; Romilda Guimaraes Terra; Songia Sandra de Godoy Moreto; Soraia Maria de Godoy
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

028.106/2019-9 - **Natureza:** REFORMA
Interessados: Adao Nunes da Costa; Edmundo Costa Araujo; Joao Neves Pereira Rodrigues; Manoel Moraes Monnerat; Milton Schmidt da Silva; Moises de Andrade; Odari Severo; Pedro Valentin Bisognin; Pio Joao Fantinel; Sidney Cardoso Rosa.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

040.387/2021-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Centro de Controle Interno do Exército; Lea Denise Rodrigues Neto; Sonia Maria Gomes Fabião
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Ministro ODAIR CUNHA

000.906/2026-3 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
Representação legal: Arla Gleice Aguiar Pereira, representando Phoenix Services Ltda.

006.331/2016-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Nelson Soares de Almeida Junior; União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre.
Órgão: Ministério do Turismo.
Representação legal: Vinícius Anversa, representando União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

007.029/2025-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Prefeitura Municipal de Sandolândia/TO; Radilson Pereira Lima
Unidade: Município de Sandolândia/TO.
Representação legal: Neuza Faustino Inacio de Oliveira (OAB/TO 7.236), representando Radilson Pereira Lima; Neuza Faustino Inacio de Oliveira (OAB/TO 7.236), representando Luciano Barreto Alves; Neuza Faustino Inacio de Oliveira (OAB/TO 7.236), representando Prefeitura Municipal de Sandolândia/TO.

007.936/2015-0 - **Natureza:** RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Sérgio de Souza Pimentel.
Recorrente: Sérgio de Souza Pimentel.
Unidade: Prefeitura Municipal de Belém/PA.
Representação legal: Mailton Marcelo Silva Ferreira (OAB/PA 9.206) e Cássio Murilo Silveira Castro (OAB/PA 22.474), representando Sérgio de Souza Pimentel.

009.538/2021-6 - **Natureza:** RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Recorrentes: Município de Palmácia/CE; Taco Gestão e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: George da Silva Justino (OAB/CE 34.990), representando o município de Palmácia/CE; Glauciene de Sousa Julião Rocha (OAB/CE 36.144), representando Taco Gestão e Empreendimentos Imobiliários Ltda.

017.615/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Albiterman Rodrigues Martins; Eliana Dantas de Carvalho; Humberto Cortes Fonseca; Luiz Correa de Souza Filho; Maria Regina Saraiva Teixeira.
Órgão: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

017.684/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Gabriel Neiva Lordelo
Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Representação legal: não há.

017.807/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Aurelio de Souza Freitas; João Carlos Santa Rosa Cariry Soromine; Luiz Henrique Rodrigues de Almeida; Sérgio Murilo Alves de Barros; Walter Cardoso da Silva.
Órgão: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

017.818/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Altair Venancio de Souza; Hilderone de Souza Correia; Jose Ezequiel dos Santos; Josildo Moreira de Oliveira; Sidnei Carlos de Jesus Gomes
Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

018.078/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Admir Bentes Eleres; Benedito Bezerra Menezes
Órgão: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

018.096/2026-3 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Juvenal Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.

018.116/2026-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Gleiciane Alves da Silva; Gleiciele Alves Peniche; Ilza Marilia Campelo Bertola de Almeida; Maria Bernadete Bizerra; Marta Elianora Dantas da Silva; Pascoalina Maria Nascimento Castro; Sonia Mesquita de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Representação legal: não há.

018.170/2026-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Dione Aldenice Alves de Oliveira; Dulcineia Aparecida da Silva; Gladys Rosane Alves de Oliveira; Maria Jose Nascimento Cantanhede; Teresa Cristina Alves de Oliveira; Vanuse Tainara Alves de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.322/2026-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Lucia Cunha Telles; Antônia Neta Pedreira; Carla Magdalena dos Santos; Jurema Santos de Oliveira; Marcia Luiza dos Santos; Maria da Cruz Bispo dos Santos; Maria das Graças Pinheiro; Sônia Maria Cunha Telles; Suzana Cunha Telles; Vera Lucia Maria da Rocha Fernandes.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Representação legal: não há.

018.416/2026-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Isabel Goncalves Bessa Santos; Janete Teixeira Pereira; Jaqueline Alves de Miranda; Jaqueline Alves de Miranda; Lucimar Achiles de Souza; Maria de Lourdes Pessoa Bastos; Rosemere de Miranda Dias; Rosemere de Miranda Dias.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Representação legal: não há.

018.460/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Cloe Rosa de Oliveira Begnis; Leyla Ines Luiz Tommasi; Renata Ines Luiz Tommasi Theodozio; Tamara Santos de Assis Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

023.954/2025-6 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Verusa Maria Rodrigues Guedes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Previdência Social.
Representação legal: não há.

026.311/2024-0 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Órgão/Entidade/Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).
Representação legal: não há.

030.112/2022-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Município de Campos dos Goytacazes/RJ; Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira; Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Campos dos Goytacazes/RJ.
Representação legal: Roberto Landes da Silva Junior (OAB/RJ 126.188).

Ministro RODRIGO PACHECO

001.382/2026-8 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Recorrente: R Figueiró Pereira & Cia Ltda.
Interessados: R Figueiró Pereira & Cia Ltda.; Universidade Federal Rural da Amazônia
Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal Rural da Amazônia.
Representação legal: Alfredo Silva Fima (OAB-PA 24210), representando R Figueiro Pereira & Cia Ltda; Ercidio Lamas Coelho (OAB-PA 38969), Uender Soares Xavier Filho (OAB-PA 39707) e outros, representando Operacional Construções Reformas e Serviços Ltda; Alfredo Silva Fima (OAB-PA 24210), representando Rosival Figueiro Pereira; Luciana Melo Madruga Fernandes (OAB-CE 15797), representando 3i Comercio e Servicos de Manutencao em Equipamentos Eletro-mecanicos - Eireli.

001.604/2026-0 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Abykele Cunha da Silva Mendes; Acauã Lucas Leotta; Adalberto Savio Rodrigues; Adda Luisa de Melo Sousa; Adilson Maciel Rodrigues; Adriana Arrojado Correia Pereira; Adriana Mendes de Oliveira; Adriane de Sousa Camargo; Adriano Marco Ferreira da Costa; Adriano Rodrigues dos Santos; Adriano da Silva Costa; Adrielly Melo Borges; Adryan Amaral da Rosa; Aislan do Prado Oliveira; Alan Chaves Pereira; Alan Giroldo Renner; Alberto Lopes da Rosa; Alda Lucia Monteiro de Souza; Alessandra da Silva Ramos Salati; Alessandro Reichert; Alessandro Santos Biavati; Alex Goncalves Almendra; Alex dos Santos Catanio; Alexandre Assis Bento dos Santos; Alexandre Naegele de Oliveira; Alexandre Santos da Silveira; Alexis Grote Kellermann; Alice Ramos Oliveira da Silva; Alice Ribeiro Braatz; Aline Cristina de Almeida; Aline Franciele Ferraz; Aline Silveira dos Santos; Aline de Paula Marques; Aline dos Santos; Alisson Assuncao Silva; Alvaro Caetano de Abreu da Silva; Alvaro Marin Costa; Alvaro de Azevedo Alves Brito; Amanda Cardozo Ferreira; Amanda Crown Barbosa Santana; Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima; Amanda Ferreira Gouveia; Amanda Oliveira dos Reis; Amanda de Mello Freire; Ana Beatriz Fernandes de Souza; Ana Beatriz Souza Almeida; Ana Carolina Aleixo Lima; Ana Carolina Cardoso de Figueiredo Mendes; Ana Carolina Oliveira Fiorini; Ana Carolina Quintanilha dos Santos Loriato; Ana Clara Matias Brasileiro; Ana Claudia Beserra Macedo; Ana Cristina Cardozo da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Silva; Ana Flavia Mendes Lopes; Ana Gabriela Duarte Mauch; Ana Isabel Fernandes Lemos; Ana Izaura Pina Rodrigues; Ana Jessica de Lima Cavalcante; Ana Luíza Lima Weyrich; Ana Mara Silva Almeida; Ana Maria Freitas Monteiro; Ana Paula Cardoso da Cruz Franco; Ana Paula Hahn; Ana Paula Lima Ferreira; Ana Paula Medeiros de Lima; Ana Paula Passos de Melo Oliveira; Ana Paula de Andreis; Ana Taisa da Silva Falcao; Ana Tulia de Macedo; Ana de Araujo Carrari; Analice da Silveira de Lima; Ananda Marton Moretti; Ananda da Silva Paradeda; Anderson Chagas da Silva; Anderson Odon Pereira; Andre Barcellos Amon; Andre Lucas Amaral Monteiro Rodrigues; Andre Luis Fagundes; Andre Luiz Guimaraes dos Santos; Andre Luiz Pereira de Brito; Andre Ulisses de Brito; Andre Valerio Pessoa; Andre Vieira Freitas; Andreia David Ramos; Andresa Martins Lopes; Andressa Regina Bissolotti dos Santos; Andressa Silveira da Silva; Andreza Estefana Flores da Costa; Andreza Tonasso Galli; Andrin Paulo Machado; André Akira Suzuki; André Argolo Diniz de Carvalho; André Luís de Alcântara Ramos; Anelise de Souza Costa; Angela Yatsugafu; Anna Flavia Silva Gomes; Anna Paula Cardoso Lira Ferreira; Antonio Anderson de Sousa Ferreira; Antonio Carlos Araujo Machado; Antonio Edson Dias Junior; Antonio Elieus Schumacker; Antonio Mikael Medeiros de Souza; Antonio Ribeiro Silva dos Reis Santana; Antonio dos Santos Oliveira; Anyelle dos Santos Meireles; Ariana Souza Lobo; Arianne Bastos Garcia Fabri; Armando Aguiar de Souza Cruz Neto; Arthur Gabriel de Jesus Menezes; Arthur Machado Lessa; Arthur Pomnitz de Gouvea; Arthur de Assis Machado; Arthur de Barros Bauer; Artur Cardoso Carvalho Santana; Aryadne Castelo Branco Correia Lins; Augusto dos Santos Pereira; Aurea Santos Farias; Avanda Paiva Pessoa; Ayla Christina Alves dos Santos; Barbara Costa Carvalho; Barbara Deslandes Primo; Barbara Gomes Alpino Rodrigues; Barbara Luisa Pereira da Silva Gil; Barbara Oliveira Souza; Beatris de Moraes Pinto; Beatriz Pereira Figueira de Paula; Beatriz Souza Vilela; Beatriz dos Santos Santana; Bernardo Sobral Werneck; Bianca Franca dos Reis; Bianca da Rocha Frota; Bianca de Barros Silva; Blenda Lara Fonseca do Nascimento; Bonifácio José Suppes de Andrada; Brendo Lacerda Dias; Bruna Cristina de Vieira Dias Carvalho; Bruna Karoauk Motta; Bruna Lemos Euzebio; Bruna Machado Bueno; Bruna Silva do Nascimento; Bruno Amorim Soares; Bruno Carbonari Alves; Bruno Cesar Christo da Cunha; Bruno Damasceno Cavalcante Castelo Branco; Bruno Holanda Tavares Charamba Dutra; Bruno Neris Basto; Bruno Thebaldi de Souza; Bruno da Silva Oliveira; Caio César Almeida Rocha; Caio Moura Vieira; Camila Bello Borges Fraga; Camila Cavalcante dos Santos; Camila Flavia Lins Livino de Carvalho; Camila Maria Araujo da Silva; Camila Strack; Camila Unis Krepsky; Camila Vasconcelos Teixeira; Camila de Paula Veloso; Camilla Maria Menezes Medeiros; Camilly Mendes Affonso Peixoto; Candida de Souza; Caren Roider Rodrigues; Carini Aparecida Lelis; Carla Leandro Menezes Fagundes; Carlos Anderson de Moura Rosa; Carlos Eduardo Lopes Fagundes; Carlos Frederico de Oliveira; Carlos Henrique de Paula Paiva; Carlos Miguel Simoes da Silva; Carlos Rodrigo Costa; Carlos Schuler Nin; Carolina Andrea Nodari; Carolina Kete Ferraz Santos; Carolina Lemos de Oliveira; Carolina Peixoto de Souza; Carolina dos Santos Cardoso; Caroline Perissini Blasque; Caroline Rodrigues Menezes; Cassia Cristina de Sousa Alcantara; Cassio Lucas de Faria; Cassio Willer Marra Junior; Catarina Cardoso de Araujo; Catia Correa Furtado; Caue Matos do Nascimento Alves; Cecil Wagner Skaleski; Cecilia Reigada Piva; Celia da Silva Duarte; Cesar Henrique Pereira; Cesar Junior de Vasconcelos Correa; Chaiane Dutra Felix; Charles Weslley Angelo de Brito; Charles da Costa Bruxel; Chiara Antonia Spadaccini de Teffe; Christian Fernandes; Christian Fittipalde Monteiro de Melo; Cidalia Luna Alencar Feitosa de Oliveira; Cintia Bergmuller de Figueredo; Cintia da Silva Afonso Boff; Clara Barth dos Santos Magalhaes; Clarisse Moreira Alo; Claudia Goncalves Lopes Mendes; Claudio

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Alessandro Diniz de Sa; Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva; Claudio Vasques de Moraes; Cleiton Costa de Santana; Cleyton Feitosa Pereira; Cristiane Fagundes Gressi; Cristiane do Nascimento Lima; Cristiano Teixeira Remedy; Cristovao Jorge Benace Junior; Daiane Mota Lins; Daiany Neves Marquez; Dalila Noleto Torres; Dalila Tusset; Daniel Bento da Silva Lira; Daniel Bruno Feitosa da Silva; Daniel Dias e Sarmento; Daniel Garcia Silva Moronari; Daniel Guimaraes e Silva; Daniel Herold Carvalhêdo; Daniel Moraes de Paiva; Daniel Tajra Aguiar; Daniel Victor Prata Antunes Martins; Daniela Brito Marques da Costa; Daniela Chagas Xavier; Daniela Mesquita de Franco Ribeiro; Daniela da Rocha Estacio; Daniela de Oliveira dos Santos Jensen; Daniele Rodrigues Barbosa; Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araujo; Danielle Vieira Lopes; Danillo Lima de Sousa; Danilo Correia Santos; Danilo Destro Padua; Danilo Duarte dos Santos; Danilo Jesus Vieira da Silva; Danilo Pires Farias; Danilo Prudente Lima; Dannytha Rayres Lopes Camara; Datan Coelho Pereira; Davi Monteiro Martins; Dayane Vitoria de Matos Monteiro; Debora da Silva Selau Silveira; Denis dos Santos Freitas; Denise Ferreira Dias; Denise Trevellin Forini; Derick Lima Gomes; Deyverson dos Reis Souza Barbosa; Deyvesson Israel Alves Gusmao; Dhyego Marcus Cruz e Silva; Diana Dianovsky; Diana Porto de Araújo Lima; Diana Teixeira Barbosa; Diego Alekes Fontes de Sousa; Diego Raphael Cambraia de Alencar; Dienifer Santos de Castro; Dimas de Conti Gramz; Diogo Benjamin de Mendonca Filho; Diogo Demattos Guimaraes; Dionise da Silva Barroso; Djessiane Pacheco da Silva; Douglas Domingues Ribeiro; Ediane Carvalho Ferreira; Edila Maria dos Santos Matos; Edinara Motta de Paulo; Edlen Ferreira Bündchen; Edmar Lourenco Coelho Junior; Eduarda Cristina da Silva; Eduardo Bergamaschi Felizola; Eduardo Santos da Silveira; Eduardo Vitorio dos Santos; Eduardo dos Santos Bento; Edvanio Campos Macedo; Elisa Rodrigues de Oliveira; Elisa de Araujo Gallo; Elisangela Mundim Karlinski; Elizabeth Blenda Felix Lopes; Emanuel Kleber Porto Soares; Emanuel Messias Arcas Vieira; Emanuela Cristina Dias Silva Bastos; Emanuelle Cordeiro Azevedo Souza; Emanuelle da Costa Pedroza; Emerson Ferreira Rocha; Emerson Palmer de Souza; Emerson de Souza Mibieli; Erica Ferreira Braga do Nascimento; Erica Lourenço dos Santos; Erica Melonio da Costa Lobo; Erick Lohan Ribeiro Alves; Erlon Luisi Cardoso; Esaleu Abreu de Paula; Estevao Samuel Nascimento de Camargo; Ethel Proenca Braga; Eudriano Florencio dos Santos Costa; Euzebio Jorge Silveira de Sousa; Evandro Dias Medeiros; Evandro Medeiros Costa; Eveline Alves Ribeiro; Evenllyn Kalianne Nascimento Torres; Ewerton Rodrigues Alves; Ezequiel Martens Alves; Fabiana Oliveira Machado; Fabiana Peres Trindade; Fabiano Augusto Koerich; Fabiano Campelo Bechelany; Fabiano Pinto Pereira; Fabiele Maidel Fritzen; Fabio Hiratsuka Veiga; Fabricio Santos Cruz; Fagner Lira Bizerra; Felipe Antonio Paulon Fontes; Felipe Assuncao Cuinas Alvarez; Felipe Barradas Cordeiro; Felipe Freddo Breunig; Felipe Guimaraes Reis; Felipe Radtke Becker; Felipe Wircker Machado; Felipe Xavier Almeida; Ferdinando Cota Pacheco Junior; Fernanda Borges Xavier; Fernanda Fernandes da Conceicao; Fernanda Jahn Verri; Fernanda Leite Lima; Fernanda Pardini Ricci; Fernanda Pernasetti de Farias Figueiredo; Fernanda Sandoval Simao Farias; Fernanda Silva Botelho; Fernanda Silveira Anjos; Fernanda Silveira da Silveira; Fernanda Valada Machado; Fernanda de Souza; Fernanda dos Santos Lima; Fernando Mallmann Junior; Filipe Pessoa dos Santos; Filipe Siqueira Santos; Filipe de Melo Pinheiro Amaral; Filomeno Soares de Aguiar Junior; Flavia Evangelista de Souza Soares; Flavia da Silva Souza; Flavio Lima Santana; Flavio da Costa Moraes; Francieli dos Santos Hofmam; Franciellen Stedile de Morais; Francine Bidart Machado; Francisco Pedrosa de Andrade; Gabriel Araujo Sodre; Gabriel Augusto Martins Alves; Gabriel Augusto de Almeida Cardoso Leitao; Gabriel Barbosa Machado; Gabriel Barzoni Lucas; Gabriel Doria Pares Brunelli; Gabriel Ferreira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Schulz; Gabriel Henrique Gava; Gabriel Nogueira da Silva; Gabriel Pereira de Souza; Gabriela Coelho Breda; Gabriela Crespo Gomes dos Santos; Gabriela Cristina Cantisani Padua; Gabriela Dias Martins; Gabriela Dias Ribeiro; Gabriela Dutra Cristiano; Gabriela Martins Mathias de Araujo; Gabriela Ramalho Peres; Gabriela Rocha Itocazo; Gabriela Silva da Silveira; Gabriela da Costa Braga Lucchesi; Gabriele Pedroso Morel; Gabriella da Silva Cruz; Gabriella de Araujo Campos; Gabrielle Fernandes Cerqueira; Gabriely Victoria Moraes Rosa; Geomara Pereira Moreno Nascimento; Geovana Topanoti Koboldt; Geovane Nascimento da Silva; Gerson José de Andrade Junior; Gideao Carlos do Carmo Correia; Gilberto de Simone Junior; Gilmar Nunes Sousa; Gilmar de Jesus Silva; Gilmara Apolinario Reis; Giordano Bruno Antoniazzi Ronconi; Giorgio Franciscatto Pereira; Giovanna Maria Limeira Rodrigues Ortiz; Giovanna Siessere Gugelmin; Gisaldo Alves Baptista; Gisele Barbosa Vieira; Gisele Camargo Monteiro; Gisele Pereira Goulart; Gislaine de Mattos; Gislei da Rosa Marques; Gislene Pires da Silva; Giuliano Martins Porto de Souza; Glauber Damasceno Klinger Vieira Araújo; Glaucia Helena de Paula Santiago; Gleiciane dos Santos Xavier; Gleodes Victor Duarte de Souza Cruz; Grace Kelly Moura de Oliveira; Graziele Pereira da Silva; Greize da Silva de Brito; Guilherme Augusto Caldeira; Guilherme Domingos dos Reis; Guilherme Faria Macedo; Guilherme Haluska Rodrigues de Sa; Guilherme Maximo Xavier; Guilherme Pisoni Queiroz; Guilherme de Souza Dourado; Gustavo Bueno da Cruz; Gustavo Ferreira Fialho; Gustavo Jorge Silva; Gustavo Lima dos Santos; Gustavo Luis Franco Duval; Gustavo Martins da Silva Nunes; Gustavo Ribeiro Baldioti; Gustavo Santos Domingos; Gustavo Silva dos Santos; Gustavo Surlo Nascimento; Gustavo de Oliveira Antonio; Gutemberg Medianeiro Alves de Andrade; Halana Maia Pereira; Helder Lara Ferreira Filho; Helio da Veiga Cabral; Helio de Souza Rodrigues Junior; Hellen Ribeiro de Matos Celestino; Heloisa Couto de Andrade; Henrique Augusto Silva Vasconcellos; Henrique Denisieski Vieira; Henrique Iahnke Garbin; Henrique Mundim de Mattos Paixao; Henrique Soares Almeida; Hercules Dantas de Lima; Heron Cristiano Mairink Volpi; Heveline Vieira; Hilbert Melo Soares Pinto; Hisaac Alves de Oliveira; Hugo Henry Martins de Assis Soares; Humberto Figueira Barbosa; Iago Fernandes Leite Silva; Igor Daniel da Silva Moraes; Igor Souza Ribeiro; Ikaro Chaves Barreto de Sousa; Ilson Jose Buss; Ingrid Augusto; Ingrid Cristina dos Santos; Isabella Renovato Gurgel; Isabelle Lopes Souza; Isabelle de Souza Antunes Borghi de Menezes; Isadora Alonso Correa; Isadora de Oliveira Leal; Isadora de Oliveira Silva; Itamar Henriques de Carvalho Veras da Silva; Ivan Boere Souza; Ivanice dos Santos Campos; Ivi Borges de Oliveira Marques; Izabela Furtado Semensato; Izabella Jastrow da Silva; Izabella Rodrigues Rosa; Jaciney Barbosa Cunha; Jacqueline de Assuncao Soares; Jaime Lopes Barbosa Neto; Jair Borges Soares Junior; Jair Munhoz Martins; Jairo Postal Junior; Jane Beatriz Krause; Jaqueline Marcon; Jaqueline Siqueira do Sacramento; Jeanne Kettlin Alves Marques de Medeiros; Jefte Farias da Silva; Jerusa Maria de Sousa; Jessica Augusto dos Santos; Joao Andre Martins; Joao Gualberto Rodrigues Muniz Junior; Joao Italo Zecchin Reis; Joao Marcelo Espinelli de Souza; Joao Milton Walter Tavares; Joao Miranda Carnevale; Joao Nilson de Oliveira Lima; Joao Paulo Valeriano Gomes; Joao Paulo de Jesus da Costa; Joao Vicente Marques Laguens; Joao Vitor Fontana Battisti; Joao Vitor Silva Miranda; Joice Graziele dos Santos Bueno; Joice Taiana Souza da Silva; Jonas Amaral da Silva; Jonathan Alves Martins; Jonathas Coelho Queiroz da Silva; Jordana Oliveira da Silva; Jordania Maria de Ribamar Silva Froes; Jose Anderson Bonfim Silva; Jose Araujo Sabino; Josiellem Damasceno de Souza; José Maurício Lindoso de Araujo; José Roberto de Souza Santos; José Trindade Monteiro Neto; Joyce Fattori Fracarolli; João Roberto Golin Tajara; João Victor Alves da Silva; Julia Borges Casagrande; Julia Carolina Rodrigues Braga Carneiro; Julia Furia Costa Oliveira; Julia Mendes Montoya Lazo;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Julia Regina Braga Pereira Luna; Julia de Almeida Cantele; Julia dos Santos de Luvizon; Juliana Granado Theodoro; Juliana Peixoto de Castro; Juliana Ribeiro Costa; Juliana Sano de Almeida Lara; Juliana Souza dos Santos; Juliana Vilar Ramalho Ramos; Juliane Soares da Silva; Juliano Figueira da Silva; Jury Antonio Dall Agnol; Jéssyca Reis e Silva; Kaio de Oliveira Ferreira; Kamylla Barboza Evaristo; Karina Bezerra Pinheiro; Karine Dutra Henrique dos Santos; Karolina Motta de Campos; Karolyne Duarte da Silva; Katryne Holanda Silva; Kaua Martins da Silva; Keity Veronica Pereira da Cruz; Keli Rodrigues de Andrade; Kelin Cristine Martin Hackenhaar; Kelly Kristhiny de Oliveira; Kelly Pereira Marques; Kenia Martins Dias; Keyla Juliana Santos Bertolino Cafe; Krislane de Andrade Matias; Laercio da Conceicao Nascimento; Lais Habib Vieira Mendes; Laiza Souza Duarte; Lara Kely Pessoa da Silva; Lara Magalhaes de Lima; Larissa Coelho Auto Gomes; Larissa Ferreira; Larissa Ferreira Goncalves; Larissa Gameiro Rega; Larissa Porcello Marques de Medeiros; Larissa Sonoda Dantas; Laura Galante Zandona; Laura Girio Bolonhezi; Laura Karolainy Barcelos Sotero; Lauren Cavalheiro da Costa; Layse Lopes Braz; Leandro Augusto Rezende Peixoto; Leandro Carísio Fernandes; Leandro Igor Vieira Ferreira; Leandro de Carvalho Nascimento; Leane Faria Carvalho; Leda Maria Pedroso da Silva Lukacheski; Leonardo Antonio Haar Freitas; Leonardo Augusto de Jesus; Leonardo Cardoso da Silva; Leonardo Fernandes Coelho da Rosa; Leonardo Guilherme Luiz Bezerra; Leonardo Hekman D Avila; Leonardo Linhares Eichholz; Leonardo Lino de Souza; Leonardo Maciel Levenhagen Pinto; Leonardo Salema Nogueira de Souza; Leticia Alaniz Garcia; Leticia Bittencourt Duarte; Leticia Campos Guedes; Leticia Drummond de Oliveira Magalhaes; Leticia Emos de Araujo; Leticia Fernanda Galvao Leite; Leticia Santos; Leticia dos Passos More Nicolini; Levinsky Alves de Sousa; Liamar Antonia dos Santos Pereira; Liana Rodrigues Queiroz; Liane Rucinski; Lidianne Salvatierra Paz Trigueiro; Ligia Castegnaro Trevisan; Line Cristina Assmann; Lorena Rodrigues Soares; Lorena Vilarins dos Santos; Loreni Vilmar da Cunha Campos; Luana Adriano Araujo; Luana Fonseca Castanheira e Costa; Luana Nunes Leandro; Luanda Taveira Fernandes; Lucas Alves dos Santos; Lucas Antonio Ferreira de Oliveira; Lucas Bertho Garcia; Lucas Daniel Lima da Costa Medeiros; Lucas Flores; Lucas Gontijo Gomes; Lucas Pedretti Lima; Lucas Piccolo Cinquini; Lucas Queiroz Moreira; Lucas Rocha Santos Silva; Lucas de Oliveira Jaques; Luciana Hitomi Ferreira; Luciana Rodrigues Ferreira; Luciane Amanda Elias Machado; Luciano Jose de Oliveira; Ludimilla Rezende Saldanha; Ludmilla Lorrany Mattos Silva; Luis Henrique Klamas Obregon; Luisa Bastos Bittencourt; Luisa Coimbra Moretti; Luisa Heraclio Panico; Luisa Maria Bosquetti Tedesco; Luiz Augusto da Silva Florencio; Luiz Henrique Betim Marques; Luiz Henrique Capdeville Gribel Santos; Luiz Marcelo Ribeiro Tome; Luiz Salgado Neto; Luiza Bezerra Ribeiro; Luiza Lopes Bicca; Luiza Sassi Affonso Ferreira; Luiza Vasconcelos Basile; Luís Jivago de Assis Quirino; Mac Regio Sampaio Franco; Magner Oliveira da Silva; Maicon Enio Elsenbach; Maira Torres Correa; Maira de Oliveira Ribeiro; Maisa Bezerra Pinheiro; Maiza Bernardo da Silva Guimaraes; Manoel Batista do Prado Junior; Manoel Junior Ferreira Veloso; Manuella Brum Oliveira; Marcela Lopez Medeiros Machado; Marcela Munch de Oliveira e Silva; Marcela Pelucio Dominici; Marcela Queiroz Alvim; Marcello Giovanni Pocai Stella; Marcelo Alberto Cavalheiro; Marcelo Almeida Santana; Marcelo Augusto Ferreira; Marcelo Augusto Mendonca Domingues; Marcelo Caetano da Costa Zoby; Marcelo Roberto Nunes dos Santos; Marcia Helena Lisboa dos Reis; Marcio Phelipe Cordeiro da Silva; Marcio Ramos Ferreira; Marco Antonio Smiderle Gelain; Marco Antonio de Medeiros Lima; Marcos Henrique de Souza Ferreira; Marcos Montebello Dourado; Marcos Vinicius Furtado Gomes; Marcos Vinicius de Almeida Carneiro; Marcos Vinicius de Morais; Marcos de Carvalho Bethlem; Marcus Paulo Rodrigues Montalvao; Marcus

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Vinicius Correa de Macedo; Marcus Vinicius Rodrigues Ferreira; Margarete Fialho de Oliveira; Maria Aparecida Guimaraes de Oliveira; Maria Auxiliadora Paula Ferreira da Cruz; Maria Carolina Costa Silveira; Maria Carolina da Costa Leite; Maria Cecilia Manzoli Turatti; Maria Clara Bezerra Tenorio Cavalcanti; Maria Clara Cavalcante de Souza Lima; Maria Clara Pereira Goncalves; Maria Clara de Barros Alcantara; Maria Cristiane de Vargas; Maria Fernanda Souza Moreira; Maria Gutenara Martins Araujo; Maria Isabel Nogueira Di Azevedo; Maria Luisa Guimaraes de Barros; Maria Luiza Siqueira Pereira dos Santos; Maria Paz Josetti Fuenzalida; Maria Veronica Freitas Nascimento; Maria da Guia de Carvalho Osorio; Mariana Abreu Almeida; Mariana Carvalho Pinheiro; Mariana Fonseca Nunes; Mariana Lampe da Veiga; Mariana Reis de Souza Lima; Mariana Rimoli Gzvitauski; Mariana Silveira Moretzsohn; Mariana Vaz Landim; Mariana de Castro Lopes; Marilene de Barros Magnus; Marilia Almeida Soares; Marilia Marques da Silva; Marilia Moreira Ravanello; Marilia de Castro Dutra; Marina Meira de Oliveira; Marina Monteiro Luna; Marina Silva Moura; Marine Moirinho Del Maschi; Mario Bazanella; Mario Rubens de Oliveira Carneiro; Marjana Silveira de Oliveira; Marleide Ferreira Rocha; Marli Teresinha da Silva; Martin Loffredo Nery; Marysa Soares da Silva; Mateus Souza Ataides; Mateus Teofilo Tourinho Neto; Matheus Bernardon Morillos; Matheus Luan Fróz Gomes; Matheus Policarpo Ferreira; Matheus Ramalho Cangussú; Matheus Santos de Oliveira; Matheus Varanda Soares; Matheus Wohlfahrt Baumgarten; Matheus de Paula Moraes Costa; Maxuel Christian da Silva Machado; Mayara Cintya do Nascimento Vasconcelos; Mayara Martins da Silva; Mayara Rodrigues do Amaral Manoel; Mayra Sa Roriz Rivera Magalhaes; Michele Goncalves da Silva; Miguel Mikelli Lucas Alves Ribeiro; Miguel Nuno de Figueiredo Soares Guilherme; Milena Barros Marques dos Santos; Milena Lemos Oliveira; Milena Marques Mendes Tavares; Milena Serenini Bernardes; Miry Helen Guarabu Scarpine Nunes; Moara Lemos; Moises Oliveira da Silva; Monica Franzoi Marcon; Moyses Almeida Monteiro; Mozart Augusto Mariano Machado; Nara Guimaraes Azevedo; Natalia Carvalho Medici Machado; Natalia Francellin Moretti; Natalia Larentis; Natalia da Silva Pinto; Natalia dos Santos Rodrigues; Nathalia Tanure Roquette Andrade; Nathalia de Almeida Morais; Nathalia de Lourenco Dottori Gaspar; Nathalie Edina Foerster; Nayara Carvalho Goncalves; Neusa Soares de Souza; Ney Barchilon; Nickole Sanchez Frizzarim; Nicolas do Nascimento Santos; Octavio Victor Vicente de Almeida Faria; Odette Terezinha Daltrozo; Odirlei Conrado de Sousa; Oswaldo de Castro Costa Neto; Otavio Barreto Pessanha; Otávio Goulart Minatto; Pablo Coutinho Assmus Drese; Pamella Fronza Camara; Paola Maciel Lacerda Silva; Patricia Goncalves Pereira; Patricia Oliveira Garcia; Patricia do Nascimento Oliveira; Patricia dos Santos Mendes; Paula Carvalho Natalino; Paula Fernanda Morales Silveira; Paula Monteiro do Nascimento Silva; Paulo Amaro dos Santos Neto; Paulo Henrique Martins; Paulo Henrique Oliveira; Paulo Henrique de Paula Silva; Paulo Mateus Alves Santana; Paulo Roberto da Silva; Paulo Vinicius Silva de Santana; Pedro Arthur Fernandes de Andrade; Pedro Barbosa da Silva; Pedro Castilhos de Freitas Crivelaro; Pedro Henrique Benicio Torres; Pedro Henrique Zubcich Caiado de Castro; Pedro Luiz Bernardes Junior; Pedro Marcante Arruda dos Santos; Pedro Sarai Alves Fandino; Pedro da Costa Lima Neto; Pedro de Castro Amaral Vieira; Pietro Luigi Bianchi; Pilar Cler; Priscila Naimayer Coimbra; Priscila Tamar Alves Nogueira; Priscilla Ralile Barreto; Rafael Carvalho Oleques; Rafael Costa Ribeiro; Rafael Duarte de Jesus Carvalho Pinto; Rafael Lagares Paiva; Rafael Lopes Sena; Rafael Martins de Vargas; Rafael de Lima Oliveira; Rafael de Mendonca Diniz; Rafaela de Andrade Rodrigues da Silva; Rafaella Silva de Carvalho; Rafaella de Souza Carvalho; Raissa Natalia Pereira Lobao; Raissa Santos Oliveira; Ramon Barboza Chagas; Ramon Jose Gusso; Ramon Rodrigues de Abreu; Raphael

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Parzianello Portelinha; Raphael Sebba Daher Fleury Curado; Raquel Pereira Zorzo; Raquel Tavares Pereira; Raul Anderson Barros Correa Filho; Raul Menezes dos Santos; Rayane Cristina de Araujo Silva de Paula; Raysa Micaelle dos Santos Martins; Reginaldo Franklin Pereira; Renaldo Vasconcelos da Ponte; Renally Kessia Paiva Nascimento; Renan Araujo Goncalves; Renan Fernandes Venancio; Renan Ramos da Silva; Renata Yasmin da Silva Rodrigues; Renato Luiz Siqueira; Renne Mendes de Souza; Renon Pessoa Fonseca; Rhanara Caroline de Almeida; Ricardo Abreu de Sousa; Ricardo Miranda de Sousa; Richard Javier Caraballo Vivas; Rilter Tavares do Nascimento; Roberta Costa Rangel; Roberta Rodrigues Padula; Roberto Cambraia Costa; Roberto Carlos de Britos; Roberto Francisco Dias da Silva; Rodolfo Vaz Oliveira Aguiar; Rodrigo Antonio Gomes Gonçalves; Rodrigo Cerveira Cittadino; Rodrigo Damaceno dos Santos; Rodrigo Fernandes Moraes Dias; Rodrigo Ferreira Barros; Rodrigo Jose Gomes Alay Esteves; Rodrigo Maier; Rodrigo Mercante; Rodrigo Rocha de Lima Kessler; Rodrigo Rosa de Stefani; Rodrigo Vieira Laureano; Rodrigo de Carvalho Serpa; Rodrigo de Paula Silveira Bandeira de Mello; Rogerio Mattos da Silva; Ronald Ferreira Serra; Ronald Wbeimar Pacheco Ortiz; Ronaldo Jones Sá de Albuquerque Júnior; Ronaldo de Oliveira Fraga; Roney Almeida dos Santos Chagas; Rosana Aparecida Dias Goncalves; Rosana Araujo Toledo; Roseane da Silva Oliveira; Roselaine Araujo Vassalo; Rubens Campos de Lacerda Junior; Rudimar Klein Willers; Rudinei Luis Correia; Ruth da Conceicao Costa e Silva Sacco; Samanta Sassi; Samara Teixeira Felix; Samia Cardoso dos Reis; Samuel Juscelino Vilaca; Samuel Rocha Whelan; Samuel da Silva Costa; Sandra Gomes de Brito Campinho; Sarah Bayod Bianchessi; Sarah Bosco Soares; Sarah Marina Porto da Rosa; Scheila Rosa de Oliveira Paim; Sergio Arlindo Borba da Silva; Sergio Jose Barbosa Junior; Sharton Vinicius Antunes Coelho; Silas Pereira Lima Filho; Simone Antunes Andrade; Simone Duarte Brose; Simone Mara dos Santos Goulart; Sophia Rocha Cantanhede; Stefanie Bernardes Rodrigues; Stefany Lorrayny Lima; Stephany Dayana Pereira Mencato; Suelen Toledo Machado; Suzana Oliveira Couto; Sylvia Regina Mello da Silva; Tadeu Lara Baltar da Rocha; Tainah Gouvea dos Santos; Tais Kereski da Silva; Talita Ribeiro Cunha; Tallita Guimaraes de Sousa; Tamara Beatriz Barbosa Brasil; Tamara de Paula Fernandes; Tanise Vieira Gonzalez; Tarcisio Coutinho da Silva; Tarcisio de Oliveira Rozendo; Tatiana Acar; Tatiana Carvalho de Britos; Thaina Sales da Silva; Thais Assuncao Santos; Thais Azzolini Piva; Thais Borges da Silva Pinho Werneck; Thais Duarte de Oliveira; Thais Firmato Fortes; Thais Gomes Cardoso; Thais Ribeiro de Sousa Pereira; Thaissa Regina Rosa; Thaiza Christina Ferreira da Silva; Thamara Nunes Mendonha Vieira de Souza; Thaynara Bandeira Chagas; Thaysa Gabriela Silva Balotin; Theo Lucas Santos Flores; Thiago Camilo Santos; Thiago Correia Borges; Thiago Freire Laporte; Thiago Souza Lima; Thiago da Silva Gonzales; Thiago de Deus Brandao; Thiago de Oliveira Furtado; Thyairo dos Anjos Ferreira; Tiago Alves Vieira; Tiago Cantalice da Silva Trindade; Tiago Canuto Pires; Tiago Cardoso Goncalves; Tiago Junior Bitencourt Paim; Tiago Lemos de Santana; Tiago Vilas Boas Barros; Tuane Afonso Vasconcelos; Túlio Ricardo dos Santos Tenório; Vagner Guilherme Zimmermann de Moura; Valquiria dos Santos Lima; Vanderlei Carlos Bertuol Junior; Vanessa Estato de Freitas Almeida; Vanessa Farelo dos Santos; Vanessa Maria Machado Silveira; Vanessa da Conceicao Silva; Veridiana Lucia Hoffmann; Vicente Goncalves da Silva Junior; Victor Valerio Landim da Silva; Victor Williams Stafusa da Silva; Victorio Zanella Netto; Vinicius Augusto Andrioli; Vinicius Duarte Soroka; Vinicius Fonseca Bandeira de Melo; Vinicius Gomes Pereira; Vinicius Luiz Antunes Araujo; Vinicius Nataniel Borges Galvao; Vinicius Oliveira Ribeiro; Vinicius Prado Januzzi; Vinne Magalhaes Caetano; Vinícius Rangel Ferreira; Vinícius de Carvalho Amaral; Vitor Emanuel da Silva Oliveira; Vitor Laércio de Sá Leal Santos; Vitor Salomao

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Goncalves Melo de Melgar; Viviane Lopes Suarez; Viviane Moreira Aguiar; Viviane de Aguiar Rodrigues; Vladimir Gobbi Junior; Wagner Fernando Perin; Wallace Eduardo Pereira Juvenato; Walmor Martins Pamplona; Walter França Neto; Wander Lucio Mourao Junior; Wanderson de Melo Gonçalves; Wederson Rufino dos Santos; Wesley Lopes Kuhn; Wesley de Jesus Silva; Yane Marcelle Pereira Silva; Yasmin Soares Gomes; Yasmin de Lima Leal; Ysday Custodio de Souza; Yury Sebastiao Fernandes Batista; Zander Lessa Gueiros; Zilda Manuela Onofri Patente

Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados; Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha; Diretoria do Pessoal da Marinha; Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Representação legal: não há.

002.443/2022-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Responsáveis: Atiano Bezerra Borges; Teodora Josefa Bezerra Sousa.

Unidade Jurisdicionada: Fundo Municipal de Saúde - São José do Piauí/PI.

Representação legal: Jose David de Brito Junior (OAB-PI 5855), representando Teodora Josefa Bezerra Sousa; Andrea Saunders Martins (OAB-PI 9374), Tiago Saunders Martins (OAB-PI 4978) e outros, representando Município de São José do Piauí/PI.

003.467/2026-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Responsável: Elis Regina Silva

Unidade Jurisdicionada: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Representação legal: não há.

003.468/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR

Recorrente: Andrea Regina Pereira Bastos.

Interessados: Andrea Regina Pereira Bastos; Andrea Regina Pereira Bastos; Barbara Pacheco Cardoso; Centro de Controle Interno do Exército; Dayse da Silva Leite Soares; Debora Rangel Bandeira Theodoro; Fatima Maria da Silva Leite; Luiz Gabriel Andrade Peixoto; Maria Celeste Campos Cardoso; Monica Rangel Peixoto Scalercio; Naildes da Silva Leite Moreira; Rianne Pacheco Cardoso; Rita de Cassia da Silva Leite Pereira; Rosana Costa Zambelli do Amaral; Sandra Leite Torres; Vania da Silva Leite

Unidade Jurisdicionada: Comando do Exército.

Representação legal: não há.

005.197/2026-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Responsável: Joao Gomes de Lima

Unidade Jurisdicionada: Município de Capitão Poço - PA.

Representação legal: não há.

005.431/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA

Interessado: Dilene Quadros dos Santos

Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

006.812/2024-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Luiz Pimentel Sobral
Recorrente: Luiz Pimentel Sobral.
Unidade Jurisdicionada: Município de Irecê - BA.
Representação legal: Michelle Vieira Sobral (OAB-BA 21925), representando Luiz Pimentel Sobral.

008.748/2023-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Município de Rio Quente/GO; Rivalino de Oliveira Alves.
Recorrente: Município de Rio Quente/GO.
Unidade Jurisdicionada: Município de Rio Quente/GO.
Representação legal: Leonel Nascimento Carvalho Junior (OAB-GO 46428), representando Município de Rio Quente/GO.

008.750/2026-2 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG).
Unidade Jurisdicionada: Município de Belo Horizonte - MG.
Representação legal: não há.

009.309/2026-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Adriana Luiza Alves Alcantara; Astrid Fabiana Alves de Freitas; Centro de Controle Interno do Exército; Evanilde Soares Pedreira; Marilia Ponde Bendocchi Alves; Palmira Rodrigues de Matos Souza; Valdinete Mendes Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

012.148/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Antonio Lopes da Silva; Carmem Maria Simoes Regueira de Gusmao; Oriente Pires Cordeiro; Rosamary Cantuaria Correa dos Santos; Tito Livio de Barros e Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

012.214/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Renato Moreira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.
Representação legal: não há.

012.251/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Abdoral Alves Visgueira; Alexandre Rodrigues Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

013.174/2026-6 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Victor Hugo Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

014.079/2026-7 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Eliel Alcantara Revoredo
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

014.740/2026-5 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Edna Lucia Vaccari Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
Representação legal: não há.

014.744/2026-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Maria Iolanda da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Representação legal: não há.

014.935/2025-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Município de Paço do Lumiar/MA
Unidade Jurisdicionada: Município de Paço do Lumiar/MA.
Representação legal: Ludmila Rufino Borges Santos (OAB-MA 17241), representando Município de Paço do Lumiar/MA.

015.227/2025-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Jose Valdinar da Silva; Lucinete Macedo Araujo
Unidade Jurisdicionada: Município de Padre Marcos - PI.
Representação legal: não há.

016.802/2026-8 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Interessado: Conselho Federal de Odontologia
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Odontologia.
Representação legal: Thiago Calmon Fernandes Bortolini (OAB-DF 20146), Mariano Lopes Santos (OAB-PI 5783) e outros, representando Conselho Federal de Odontologia; Bruno Cabrino Salvadori (OAB-SP 419741), representando Soluções Pública & Privada de Pagamentos S/A.

017.400/2026-0 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Órgão/Entidade/Unidade: Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA.
Representação legal: Jean Santos Rendall, representando Jsr Comercio de Materiais Elétricos e Construção Ltda.

017.466/2026-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Neide Carlos da Silva Ferreira; Noemi Germanio Geraldo Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Representação legal: não há.

017.580/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Antonio Lima da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.586/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ilza Maria Ramos Cardozo; Marcia Maria Praciano Teixeira; Maria Cristina Espindola Ramalho; Maria Jose de Araujo Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

017.606/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ivonete da Costa Sales
Órgão/Entidade/Unidade: Polícia Federal.
Representação legal: não há.

017.616/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Doraci de Araujo Ramos; Fausto Guimaraes; Jailu Ferreira Pires; Jose Felipe Filho; Sebastiao Paulo Borges Abdalla
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

017.677/2026-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ivete da Silva Bernardino; Maria Divina Olimpia de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação.
Representação legal: não há.

017.712/2026-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Breno Souto D Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pelotas.
Representação legal: não há.

017.724/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Vera da Silveira Pina de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
Representação legal: não há.

017.734/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Sebastiana de Jesus Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Representação legal: não há.

017.752/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Claudia Silva Grassia; Jose Mauricio Valenca Scotelaro; Reginaldo Fidelis Maia da Silva; Romildo Correia Rangel; Sergio de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

017.805/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Adalberto Goncalves de Pinho; Carlos Augusto Pegado de Carvalho; Edson Ramos Lourenco; Eusa Monteiro Costa; Samuel Borges Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.811/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Evandro Carlos Rezende de Carvalho Alvim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
Representação legal: não há.

017.833/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Sebastiao da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Representação legal: não há.

017.839/2026-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Luiz Carlos Yukinori Ushirobira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação.
Representação legal: não há.

017.872/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Luiz Augusto Castanho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
Representação legal: não há.

017.893/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Cibele Conceicao Orane
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.
Representação legal: não há.

018.050/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Josenir Raposo Nolasso; Otavio Pereira Valente
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

018.060/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Fatima Maria de Oliveira; Fernando Natalino Carlos; Milton Rodrigues de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.072/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Celso Correa Cardoso; Francisco das Chagas Matos; Raimunda das Gracas da Gama Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

018.081/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Afonso Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

018.100/2026-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Analia Maria de Jesus; Antonia Lopes de Almeida Sant Anna; Luciana Vieira Vecchietti; Maria Cleide da Silva Melo; Maria da Graca Sena; Maria de Lourdes Vieira; Maria do Carmo Vieira Jacinto; Salamandra Marcelo Marcelino Sant Anna; Valeria Borba de Andrade; Yara Penha Sant Anna
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.121/2026-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Alessandra Morais de Souza; Daniella Cristhie Morais de Souza Pinto; Diva Maria Fagundes Siqueira; Divania Cristina da Silva Farias Oliveira; Kizza da Rocha Oliveira; Maria de Lourdes Carneiro Lemos; Maria do Carmo Placido Silva; Rosane Cordeiro Placido; Thais Valquiria Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.339/2026-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Lucia Fajardo Povoa; Cleuza Maria da Silva Santos; Luciana Maria Dias Fajardo; Maria Isabel Pires de Souza; Maria da Penha Tiradentes Rondini; Michelle Vicente dos Santos Pfister
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.397/2026-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Maria de Andrade Maciel; Grazieli Viviani Dalla Costa dos Santos; Ivete Iris de Azambuja; Lizete Iria Silva Chaves; Mara Caroline Torres dos Santos; Martha Andrade Duizith; Moises Antunes dos Santos Filho; Silvia Glacir dos Santos Kuntz; Vera Regina Santos Cardoni; Vilma Soares Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.729/2026-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Maria Moura da Silva; Andelia Nunes de Souza; Dirce de Souza Félix; Laura Maria de Jesus Fideles; Maria Lyra Taranto
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.737/2026-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Lourdes de Jesus Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.756/2026-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Carmen Moreira de Britto Vianna; Celia Regina Amarante Tatagiba; Jane Amarante Tatagiba da Silva; Janete Amarante Tatagiba Veloso; Juliana Elisa Sales da Silva; Laura Maria Sales da Silva Guimaraes; Marjory Sanches Fontoura; Nayra Mayse Di Jorgi Fiuza; Sandra Heloisa Craveiro Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

018.763/2026-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Milena Pessoa Silva; Erineide de Sales Matos; Ilse Schwantes Richter; Neuza Regis Almeida de Sales; Rita de Cassia Pessoa Silva; Vera Lucia Ribeiro Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Representação legal: não há.

019.113/2026-9 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Órgão/Entidade/Unidade: Polícia Federal.
Representação legal: Guillermo Alberto Gallardo Heinrich (OAB-PR 97810), representando Ticket Soluções HDFGT S/A.

019.937/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria Jose do Carmo Silva Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Economia (extinto), atual Ministério da Fazenda.
Representação legal: não há.

023.217/2025-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Ângela Gonçalves Machado.
Unidade Jurisdicionada: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Bernardo do Campo/SP.
Representação legal: não há.

024.762/2025-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: João Batista Chaves Monteiro; Silas Jaques de Oliveira
Unidade Jurisdicionada: Superintendência Estadual do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
Representação legal: não há.

034.382/2018-6 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Ana Paula de Lima Pereira; F1 Construções e Náutica Ltda.; Tabira Ramos Dias Ferreira
Peticionante: F1 Construções e Náutica Ltda.
Unidade Jurisdicionada: Município de Juruá - AM.
Representação legal: Ivan Lima da Silva (OAB-AM 3.847), representando Prefeitura Municipal de Juruá - AM; Geovana Alves Lemos (OAB-DF 61.008), Felipe Néri Dresch da Silveira (OAB-RS 33.779) e outros, representando F1 Construcoes e Nautica Ltda; Izabelle Gomes Batista (OAB-AM 17.411), representando Ana Paula de Lima Pereira; Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB-AM 4.177), representando Tabira Ramos Dias Ferreira.

039.827/2023-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Wellryk Oliveira Costa da Silva
Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Município de Barra do Corda - MA.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

041.923/2021-9 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Antonio Maia da Silva; João Medeiros Campelo; Município de Itamarati - AM.
Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB-AM 619), representando Prefeitura Municipal de Itamarati - AM; Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB-AM 619), representando João Medeiros Campelo; Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB-AM 4177), representando Antonio Maia da Silva.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

001.245/2026-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Arinos de Brito Chaves; Jardel Vasconcelos Carmo; José da Costa Alves; Raimundo Sérgio de Souza Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Monte Alegre - PA.
Representação legal: não há.

003.360/2026-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Banco do Brasil S.a.; Google Brasil Internet Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta.
Representação legal: não há.

004.457/2026-9 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Paulo Hagenbeck
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Laranjeiras - SE.
Representação legal: não há.

009.732/2026-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Francisca Alves dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Fortuna - MA.
Representação legal: não há.

009.746/2026-9 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Thiago Reis Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santarém Novo - PA.
Representação legal: não há.

009.774/2026-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Adailton Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário - MA.
Representação legal: não há.

009.851/2026-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Simeão Garcia do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tonantins - AM.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

013.606/2025-5 - **Natureza:** REFORMA
Interessados: Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Jose Carlos Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

014.345/2026-9 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Farmácia Popular de Italva Ltda; Kamila Soares de Oliveira Muniz; Onézio Jacintho Muniz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Representação legal: não há.

017.578/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Marcia Barreto Lima; Raimundo Jose Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.

017.625/2026-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Marcio Aurelio Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
Representação legal: não há.

017.674/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Juscelino de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Representação legal: não há.

017.773/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Adriano Grave da Motta
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Informação Em Ciência e Tecnologia - Mcti.
Representação legal: não há.

017.796/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Alexandre Ricardo Dias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
Representação legal: não há.

017.809/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Marcelo Freitas de Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
Representação legal: não há.

017.824/2025-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Katia Francois do Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação Na Saúde.
Representação legal: Ademar Chagas da Cruz (OAB/MS 13.938), representando Katia Francois do Prado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.844/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Mara Lucia Chepp
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso.
Representação legal: não há.

017.932/2024-6 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria-executiva do Fundo Nacional de Cultura; Fundo Nacional de Cultura; Ministério da Cultura; Secretaria-executiva do Ministério da Cultura.
Representação legal: não há.

018.049/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Joao Batista Alves da Silva; Jose Paulo dos Santos; Jose Ribamar da Silva; Raimundo Silva Carneiro; Valmir Oliveira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

018.058/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Nelson Antonio Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
Representação legal: não há.

018.071/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Geraldo da Silva Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
Representação legal: não há.

018.079/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Eliane Bernadete Romanelli da Silva; Jaime Carlos de Oliveira; Maria Ramos da Silva; Norma Suely Wanderley de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

018.101/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Alcea Maria Falcao; Conceicao Oliveira de Miranda; Jany Zanotti de Oliveira Serafim; Joana Olejnik de Castro; Joana Olejnik de Castro; Neusa da Silva; Neyde Silva Barreira; Regina Maria de Castro; Rosane de Castro Terragno
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.138/2026-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Rosa Pinto Ruaro
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

018.461/2026-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Elda de Carvalho Ferreira; Lelia Maria Ferreira Valente; Loiva Correa Cutrim; Loyde Correa Cutrim; Vanessa Nascimento Valente; Vilma Carneiro Ramos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Representação legal: não há.

019.929/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Marli Franco Bernardo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

021.892/2025-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Luciano Antonio Machado Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
Representação legal: não há.

022.372/2025-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Jose Mario Cassiano Bezerra; Jose de Anchieta Gomes Patriota
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carnaíba - PE.
Representação legal: Jonas Mario Nascimento Cassiano (OAB-PE 32779), representando Jose Mario Cassiano Bezerra.

023.129/2025-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Maristela Zurschmitten Vergara
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Pelotas/RS - INSS/MPS.
Representação legal: não há.

024.900/2025-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Tereza Cristina Venturini Martins; Vilas Boas e Duarte Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO.
Representação legal: não há.

024.901/2025-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Antonio da Justa Feijão; Djalma Vieira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapa - Em Liquidacao.
Representação legal: não há.

026.952/2019-0 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Elza Iouko Ida; Rodrigo de Freitas Gabert
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

005.265/2026-6 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Carlos José da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cantá/RR.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

007.120/2026-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Moacir Pires de Faria; Osvaldo de Oliveira Assuncao Junior.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Xinguara/PA.
Representação legal: Andre Luiz Barra Valente (OAB-PA 26571), Livian Lorenz de Miranda (OAB-PA 20290) e outros, representando o município de Xinguara/PA.

009.741/2026-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Malrinete dos Santos Matos.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bom Jardim/MA.
Representação legal: não há.

009.790/2026-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Elizio Manoel Galdino; Francisco Ronaldo Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Olinda/CE.
Representação legal: não há.

009.847/2026-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Emanuel Rodrigues Ferreira; Município de Rodelas/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rodelas/BA.
Representação legal: não há.

017.582/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Aristófanes Franca da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Mineração.
Representação legal: não há.

017.618/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Solino Câmara Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

017.720/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Dativa Firmiano da Silva; Eros Silva Cunha; Francisco Moreira Farias; Maria Auxiliadora Brito da Silva; Ondina Braga Paes Landim Correa.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

017.723/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Nurse Nunes Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

017.798/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jaderson Alves de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Biblioteca Nacional.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

018.335/2026-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Cleonice Costa da Silva; Marise Reis Figueras; Marta Reis Figueras; Noelia Cátia dos Santos; Rossana Clara Rodrigues Milhomem; Vera Lúcia Gomes Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.463/2026-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Esmeralda Josefa de Souza Oliveira; Gisele Maria Lima Diniz Rodrigues; Lúcia Alves Belo; Marília Costa de Araújo; Mônica Josefa de Souza Marum; Nancy de Carvalho Prates; Sueli Alves Belo
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.753/2026-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Danielle Guimarães Soares; Edleuza de Luna Cerqueira; Leda Inês Ferraz Brum; Lides Severa Riefel Guimaraes; Santa Catarina Gross Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.765/2026-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Evanira Alexandre Melo; Itália Santoro Garcia; Lucas de Andrade Ferreira da Silva; Márcia Quedma Azevedo de Oliveira; Nelza da Silva Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Representação legal: não há.

019.924/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Antônio Rodrigues Ventura Neto; Reginaldo Santos Ribeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.

021.053/2025-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Josiel Batista da Costa; Ricardo Silva Camarço
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI.
Representação legal: não há.

021.684/2025-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Catter Construtora Ltda.; Jabes Lustosa Nogueira Júnior; Manoel Afonso de Araújo.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formosa do Rio Preto/BA.
Representação legal: não há.

021.980/2025-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Helio Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

023.208/2025-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Clodomir de Oliveira dos Santos; Thalyta Medeiros de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Raposa/MA.
Representação legal: não há.

023.731/2025-7 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná.
Representação legal: Dalton de Lara Conde (OAB-PR 76930), representando Sindeprestem-PR-Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Coloc e Administração de Mão de Obra e Trabalho Temporário no Estado do Paraná.

025.010/2025-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Alyson José da Silva Azevedo; Cesan Construtora, Empreendimentos Santo Antônio Ltda.; Maria de Fátima Ribeiro Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Baraúna/PB.
Representação legal: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

012.408/2022-0 - Pedido de reexame interposto por Câmara dos Deputados,Joao Carlos Ferreira da Silva contra o Acórdão 4.256/2022-TCU-1ª Câmara
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Joao Carlos Ferreira da Silva; Joao Carlos Ferreira da Silva; Secretaria de Controle Interno/câmara dos Deputados, Câmara dos Deputados; Joao Carlos Ferreira da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: Paloma Rodrigues Rezende (OAB-DF 68567), Cristina Aguiar Ferreira da Silva (OAB-DF 37925) e outros, representando Joao Carlos Ferreira da Silva.

Interesse em sustentação oral:

- **Cristina Aguiar Ferreira da Silva (OAB/DF nº 37.925)**, em nome de JOAO CARLOS FERREIRA DA SILVA

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.902/2025-0 - TCE instaurada pelo(a) GRUPAMENTO DE APOIO DO DISTRITO FEDERAL - GAP-DF - COMANDO DA AERONAUTICA em razão de Desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, Gestão previdenciária, Recebimento indevido de pensão civil paga pelo Comando da Aeronáutica, no Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF), no período de 22/06/2012 a 13/09/2021, à qual não se tinha direito, tendo em vista comprovação de União Estável da beneficiária. (nº da TCE no sistema: 1745/2024).
Interessados/Responsáveis: Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP/DF) - Comando da Aeronáutica, Josélia Olindina de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP/DF) - Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

004.347/2025-0 - TCE instaurada pelo(a) Caixa Econômica Federal (mandatária no(a) Secretaria Executiva do Ministério das Cidades (Extinta)) em razão de Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, Contrato de repasse 1043253-25, firmado com o/a MINISTERIO DAS CIDADES, Siafi/Siconv 849115, função null, que teve como objeto Implantação de Pavimentação em paralelepípedo e Bloket em diversas ruas da sede do Município de Apuarema/BA. (nº da TCE no sistema: 1574/2024).
Interessados/Responsáveis: Caixa Econômica Federal, Ferrari Leal Construção Instalação e Serviços Ltda; Islans Ramos Carvalho; Jorge Rogerio Costa Souza; Raival Pinheiro de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Apuarema - BA.
Representação legal: Victor Leao Sampaio Leite (OAB-BA 32167), representando Raival Pinheiro de Oliveira.

004.811/2019-4 - Embargos de declaração interposto contra acórdão por meio do qual negou provimento ao recurso de reconsideração apresentado contra decisão anterior que concluiu pela irregularidade das contas das embargantes, com condenação solidária ao pagamento de débito e aplicação de multa individual a cada empresa.
Interessados/Responsáveis/Embargantes: Alya Construtora S/A; Caenge S.A - Construção Administração e Engenharia; Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A; José Iran Peixoto Júnior.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Representação legal: Danilo Batista Soares (OAB-DF 25.279); Lucas Nazif Rasul (OAB-DF 59.960), Alexandra Cabral de Mendonca (OAB-RJ 212.033) e outros; Lucas Nazif Rasul (OAB-DF 59.960), Yuorgnan Klismann da Silva Oliveira (OAB-DF 64.375) e outros.

007.473/2026-5 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Universidade Federal de Santa Catarina, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Aldo Felipe da Mata.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

010.567/2020-8 - Recurso de reconsideração interposto por Mario Ricardo Santos de Lima contra o Acórdão 5.417/2025-TCU-1ª Câmara
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Mario Ricardo Santos de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Igarassu - PE.
Representação legal: Delmiro Dantas Campos Neto (OAB-PE 23.101) e Maria Stephany dos Santos (OAB-PE 36.379), representando Mario Ricardo Santos de Lima.

015.947/2021-1 - Recurso de reconsideração interposto por Francisco Roberto Pinto,Instituto de Estudos Pesquisas e Projetos da Uece Iepro contra o Acórdão 1.196/2024-TCU-Primeira Câmara
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Francisco Roberto Pinto; Instituto de Estudos Pesquisas e Projetos da UECE Iepro; Placido Aderaldo Castelo Neto.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: Francisco de Assis Moura Araripe; Juliana Costa Soares (OAB-CE 23.136); Daniel Carlos Mariz Santos (OAB-CE 14.623) e outros.

016.815/2025-4 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TCE instaurada pelo(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão de Omissão no dever de prestar contas, para atendimento ao MP 815/2017, exercício 2018, função EDUCACAO (nº da TCE no sistema: 1390/2025).
Interessados/Responsáveis: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Adail Jose Figueiredo Pinheiro; Maria Ducirene da Cruz Menezes.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Coari - AM.
Representação legal: Lucca Fernandes Albuquerque (OAB-AM 11712), representando Adail Jose Figueiredo Pinheiro.

018.426/2024-7 - TCE instaurada pelo(a) Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em razão de Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, função ASSISTENCIA SOCIAL, para atendimento à/ao Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Aquisição de Bens. (nº da TCE no sistema: 950/2024).
Interessados/Responsáveis: Edson de Souza Vieira; Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Representação legal: Eduardo Henrique Teixeira Neves (OAB-PE 30630).

019.750/2025-0 - PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Fundação Nacional dos Povos Indígenas, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Bernadete Furlanetto Florindo.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
Representação legal: não há.

039.786/2023-4 - Recurso de reconsideração interposto por Gilberto Braga Queiroz contra o Acórdão 3.689/2025-TCU-1ª Câmara.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Gilberto Braga Queiroz; Jose Fernando dos Remedios Sodre, Gilberto Braga Queiroz.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: Raimundo Nonato Ribeiro Neto (OAB-MA 4921), representando Gilberto Braga Queiroz.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

041.254/2018-0 - Embargos de declaração interposto por Neusa Moreira de Carvalho contra o Acórdão 4.164/2026-TCU-1ª Câmara
Interessados/Responsáveis/Embargantes: Fundo Nacional de Saúde - MS, Arclebio Pereira Machado; Jose Gomes do Vale; Maria Dalva de Abreu Machado; Neusa Moreira de Carvalho; Município de Santana do Cariri - CE; Solange Cidade Nuvens
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santana do Cariri - CE.
Representação legal: Marciano Silva Fernandes (OAB-CE 30435); Marcos Ronny Moura Saldanha (OAB-CE 9837); Everton de Almeida Brito (OAB-CE 19858); Brenna Maria Carneiro Costa Magalhaes (OAB-CE 32290); Alanna Castelo Branco Alencar (OAB-CE 6854) e outros.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

008.428/2026-3 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Ministério da Saúde, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Angelo Salles Calderaro.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há

010.654/2025-9 - Apreciação, para fins de registro, de pensões civis concedidas pela Universidade Federal Fluminense.
Interessadas: Helena de Souza Pereira; Maria Alves de Moura.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense.
Representação legal: não há

012.435/2026-0 - PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Maria Aparecida Silva de Menezes.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
Representação legal: não há

014.652/2026-9 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Auditoria Interna para fins de análise e julgamento
Interessada: Elise de Oliveira Coelho.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
Representação legal: não há.

014.735/2026-1 - Apreciação, para fins de registro, de pensão civil concedida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Interessada: Maria Tereza de Amorim Araujo Cavalcante.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

015.069/2020-6 - Recurso de reconsideração interposto por Fábio Rogério de Lima,Rodolfo Alves dos Santos,Sonia Coimbra da Cruz,Vanda Maria Gonçalves Paiva contra decisão de ...
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Fábio Rogério de Lima; Rodolfo Alves dos Santos; Sonia Coimbra da Cruz; Vanda Maria Gonçalves Paiva, Vanda Maria Gonçalves Paiva; Rodolfo Alves dos Santos; Fábio Rogério de Lima; Sonia Coimbra da Cruz.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Representação legal: Rodolfo Alves dos Santos (OAB/TO 5.706), representando Vanda Maria Gonçalves Paiva.

017.565/2026-0 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Secretaria de Auditoria - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Nair Vicente.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
Representação legal: não há

039.817/2023-7 - Recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 7.496/2025-1ª Câmara, que apreciou tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão de irregularidades na aplicação de recursos federais repassados por meio do Termo de Compromisso PAR 34035/2014, firmado com o Município de Aracoiaba/CE para construção de duas Unidades Escolares de Ensino Fundamental.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Antonio Claudio Pinheiro; Thiago Campelo Nogueira, Antonio Claudio Pinheiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: Samia Karininy Oliveira Moura (OAB/CE 36.816), representando Antonio Claudio Pinheiro.

Ministro ODAIR CUNHA

003.072/2025-8 - Representação a respeito de possíveis irregularidades no pregão eletrônico 90004/2025, conduzido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM) para a contratação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra
Representante: Oriente Serviços Especializados e de Apoio Administrativo Ltda.
Interessada: Alefcron Serviços da Construção Civil e da Tecnologia EIRELI.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
Representação legal: não há.

003.383/2025-3 - Tomada de contas especial instaurada pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), relativa ao recebimento de auxílio-moradia em desconformidade com as normas internas de remuneração de dirigentes e de benefício de previdência complementar sem a prévia comprovação da despesa, no período de março/2020 a outubro/2023
Responsável: Octavio Luiz Bromatti.
Entidade: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Representação legal: Clovis Feliciano Soares Junior (OAB/SP 243.184), representando Octavio Luiz Bromatti.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

005.244/2025-0 - Tomada de contas especial instaurada pela Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar, relativa a dano ao erário decorrente de vandalismo e furto de material da rede lógica da nova sede da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, em Porto Velho/RO
Interessado: 17ª Brigada de Infantaria de Selva - Porto Velho/RO
Responsável: Krowork Engenharia Ltda.
Unidade: Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar.
Representação legal: Helena Canabarra dos Reis, representando Krowork Engenharia Ltda.; Arthur Dantas de Araujo (OAB-CE 27.813), Andre Dantas de Araujo (OAB-CE 51.189) e outros, representando Helena Canabarra dos Reis.

005.573/2025-4 - Representação autuada em cumprimento ao item 9.2.6 do acórdão 638/2025-Plenário , que apreciou solicitação do Congresso Nacional para apurar possíveis irregularidades na gestão do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)
Responsável: Roberto Mattar Cepeda.
Entidade: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Representação legal: Luciana Lauria Lopes (OAB/RJ 104.644), representando Roberto Mattar Cepeda.

007.776/2025-0 - Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra Genésio Almeida Vinente, em razão da habilitação e concessão irregular do benefício previdenciário sem o preenchimento dos critérios estabelecidos na Lei 8.742/1993
Responsável: Genesio Almeida Vinente.
Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Manaus/AM.
Representação legal: não há.

007.786/2025-5 - Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra Genésio Almeida Vinente, em razão da habilitação e concessão irregular do benefício previdenciário sem o preenchimento dos critérios estabelecidos na Lei 8.742/1993
Responsável: Genesio Almeida Vinente.
Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Manaus/AM.
Representação legal: não há.

022.701/2025-7 - Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), relativamente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao município de Marcionílio Souza/BA, na modalidade fundo a fundo, no âmbito das transferências legais, no exercício de 2020
Interessados: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Adenilton dos Santos Meira; e município de Marcionílio Souza/BA.
Unidade Jurisdicionada: Município de Marcionílio Souza/BA.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

037.316/2018-4 - Tomada de contas especial instaurada a partir de representação encaminhada pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo, originária de denúncia formulada pela organização da sociedade civil de interesse público MATRA - Marília Transparente
Responsáveis: Bruno Valverde Alves de Almeida; Fernando Roberto Pastoreli; Hélio Benetti; Kaô Sistemas de Telecomunicações Ltda.; Maria Aparecida Denadai Cazarotti.
Unidade: Município de Marília - SP.
Representação legal: Gustavo Costilhas (OAB/SP 181.103), Marcio de Souza Hernandez (OAB/SP 213.252); Fabiano Machado Gagliardi (OAB/SP 175.883); Rodrigo Veiga Gennari (OAB/SP 251.678), Denny Elton Mariano Remanaschi (OAB/SP 407.893) e outros.

Ministro RODRIGO PACHECO

003.874/2021-4 - Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) para apurar irregularidades na aplicação de recursos do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren/MA), no exercício de 2012.
Interessados/Responsáveis: Conselho Federal de Enfermagem, Célia Maria Santos Rezende; Cláudia Maria Garcia Pinheiro; Gilberto Alves Ribeiro.
Unidade Jurisdicionada: Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão.
Representação legal: Ana Carolina Carvalho Dias (OAB-MA 8488), representando Gilberto Alves Ribeiro; Delcio Rodrigues e Silva Neto (OAB-MA 13154), representando Célia Maria Santos Rezende.

012.086/2026-6 - Exame de ato sujeito a registro.
Interessados/Responsáveis: Derival Pires dos Santos.
Unidade jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Representação legal: não há.

026.687/2024-0 - Revisão de ofício de deliberação que reconheceu o registro tácito de ato de aposentadoria.
Interessada: Nilva Marques Carvalho de Lima.
Unidade Jurisdicionada: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

027.022/2024-2 - Pedido de reexame interposto contra decisão que negou registro a ato de aposentadoria.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Cristina Antunes de Melo; Cristina de Santis de Caldas; Isabel Gomes de Oliveira; Tania Fontes Aranha de Souza; Terezinha Maria Xavier Filha, Isabel Gomes de Oliveira.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto).
Representação legal: Sallete Terezinha Carolina Monay (OAB-RJ 158650), representando Isabel Gomes de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

008.718/2023-7 - Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (mandatária Ministério do Esporte), em desfavor de Francisco Costa dos Santos e Bruno Luís Litaiff Ramalho, prefeitos de Carauari/AM nos períodos de 1/1/2009 a 31/12/2016 e de 21/1/2017 a 31/12/2024, respectivamente, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Termo de Compromisso 800072/2013 (Siafi 800072) (peça 43), firmado entre o Ministério do Esporte e o município, cujo objeto foi a construção do Centro de Esporte e Lazer na sede do município de Carauari/AM.
Interessados/Responsáveis: Caixa Econômica Federal, Bruno Luís Litaiff Ramalho; Prefeitura Municipal de Carauari - AM.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carauari - AM.
Representação legal: Laiz Araujo Russo de Melo (OAB/AM 6.897), representando Bruno Luís Litaiff Ramalho.

011.964/2026-0 - Atos de Aposentadoria
Interessado: Adolfo Raimundo Lopes Maia.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Representação legal: não há.

012.048/2026-7 - Atos de Aposentadoria
Interessada: Amelia Maria Dacach Simoes.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.
Representação legal: não há.

012.092/2026-6 - Atos de Aposentadoria.
Interessada: Martha Oliveira Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

012.677/2024-8 - Atos de Aposentadoria
Interessados: Braulio Lima Mota; Ingrid de Souza Cayres Ramos; Jorge Antonio Santos Amorim.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
Representação legal: não há.

014.720/2026-4 - Atos de Pensão civil
Interessada: Antonia Costa de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
Representação legal: não há.

036.700/2021-5 - Atos de Aposentadoria
Interessada: Jandilma Medeiros de Franca Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

037.189/2019-0 - Embargos de Declaração opostos por Francy Neudes Ferreira Correa em face do Acórdão 2,394/2021-TCU-1ª Câmara, que considerou irregulares suas contas, imputando-lhe débito e multa.
Interessados/Responsáveis: Adrifam Farmacia Ltda.; Francy Neudes Ferreira Correa.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Representação legal: Gustavo Regis Nunes Semblano (OAB/RJ 113.655), representando Francy Neudes Ferreira Correa.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

001.575/2026-0 - Ato de aposentadoria.
Interessado: Daladier Pessoa Cunha Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

005.475/2026-0 - Ato de aposentadoria.
Interessado: Arnaldo Ferreira Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
Representação legal: não há.

007.513/2026-7 - Ato de aposentadoria.
Interessada: Zelinda Carneiro Gonçalves.
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
Representação legal: não há.

009.625/2026-7 - Ato de aposentadoria.
Interessada: Anna Celia Becker Pinto Lowndes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Economia (extinto).
Representação legal: não há.

011.985/2026-7 - Ato de aposentadoria.
Interessada: Maria das Dores Farias da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
Representação legal: não há.

012.026/2026-3 - Ato de aposentadoria.
Interessada: Noemia Ramos Nascimento Chaves.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
Representação legal: não há.

012.065/2026-9 - Ato de aposentadoria.
Interessado: Walter Azulay do Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Representação legal: não há.

012.073/2026-1 - Ato de aposentadoria.
Interessada: Leticia Ferreira Carlos de Santis.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

012.383/2026-0 - Atos de aposentadoria.
Interessadas: Márcia Regina Rodrigues Alves; Maria Aparecida Zanchin; Maria Helena Dias Marin da Silva; Regiane Cristina Ribeiro; Tereza Hissae Kajikawa Jabase.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
Representação legal: não há.

036.130/2020-6 - Tomada de contas especial - Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados mediante termo de compromisso que teve como objeto construção de 1 (uma) unidade Escolar de Educação Infantil, Modelo Proinfância,
Interessados/Responsáveis: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Everton Vitoria Moreira; Gilson de Oliveira Brandão.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Uruará/PA.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

2ª CÂMARA

PAUTA DA SEGUNDA CÂMARA
Sessão Ordinária de 06/10/2026, às 10h30

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse https://portal.tcu.gov.br/sessoes.

As transmissões das sessões colegiadas encontram-se disponíveis por meio dos links disponibilizados no portal do Tribunal, no endereço eletrônico: https://portal.tcu.gov.br/sessoes/.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

004.452/2026-7 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO

Interessados: Aarao Aata Leal Guimaraes; Abib Rauel Costa Bezerra Reboucas; Adailson Soares Dantas; Ademar Alves dos Santos Junior; Ademir Jacinto da Silva; Adne Moretti Moreira; Adriano Geraldo Wengrzynski; Adriano Miranda de Lima; Adriano Prestes de Macedo; Adriano de Souza Ramos; Adriel Lucas Morais Carvalho; Adriel da Costa Madureira; Adriele Mercia Souza de Assis Morais; Adrieny Azeredo Guterres; Afonso Neto Torres de Gusmao; Agatha Paste dos Santos Henriques; Agnaldo Paes de Camargo; Agnel Leandro Marques; Ailton Afonso Soares; Ailton Pereira da Silva; Ailton da Conceicao Andre; Airton de Jesus da Silva; Alan Santos Matos; Alana Maires Moraes Feliciano; Aldo Araujo Rodrigues; Aldo Feliciano de Deus; Alef Bastos Barreto; Alessandro Pascuti; Alessandro de Oliveira Viana; Alex Caetano Fonseca; Alexander do Espirito Santo; Alexandre Bruno Moura Bezerra; Alexandre Gabriel Gomes Lustosa; Alexandre Rehm; Alexandre Ronan Basso; Alexandre Vieira Rabelo; Alexandre Yoshiyuki Kayukawa; Alexandre de Souza Ramos; Alexandre dos Santos; Alexandro de Lima Santos; Alfredo Ferreira Herculano; Alice Aragao de Araujo; Alice Cristina do Sacramento Felix; Aline Lago Seara de Souza; Aline Lucena de Brito; Alison Amurabi Chagas de Araujo; Alisson Avelino Batista de Souza; Alisson Nogueira Amaral; Alisson dos Santos Chagas; Allan Bruno Araujo; Allan Ricardo Gepiak; Allan Ricardo de Assis Cunha Santos; Allana Tamiris Bonfim Nogueira; Allyne de Souza Feitoza; Alyson Silveira de Oliveira; Amanda Clarice Spiazzi Odia; Amanda Ferreira de Oliveira; Amanda Junqueira e Silva Coutinho; Amanda Martins dos Santos; Amanda Particheli; Amauri Gilson Riba; Amauri do Prado Justino; Ana Carla Alvares Miranda; Ana Caroline Goncalves de Carvalho Kruta; Ana Dayse Gomes dos Santos; Ana Helisa Rodrigues de Lima Caetano; Ana Julia da Silva Moura; Ana Patricia Melo Arruda; Ana Paula Marques de Lima; Anderson Fernandes dos Santos; Anderson Lucas Cordeiro Braz; Anderson Marcos Silva; Anderson Marcos Vieira do Nascimento; Anderson Thiago Teles Catao; Andeson Pereira de Oliveira; Andre Luiz Leite Santana; Andre Pereira Pedroza; Andre Silva Fagundes; Andre Vinicius Trindade Rodrigues Lopes; Andre de Azevedo Delduque de Macedo; Andreia Rodovalho Borges Batista; Andrew Mendonca de Souza Silva; Andreza Lilian Urtiga Vasconcelos; Angelo Candido da Silva; Angelo Paiva Nardaci; Anne Gabrielly Viegas Lins Barrocas; Antonia Emanuelle Rodrigues Paiva; Antonio Barbosa Junior; Antonio Carlos Kreitlow; Antonio Carlos Stavasz; Antonio David Breno Souza Lima; Antonio Francisco Pinon Pereira Dias; Antonio Jose Kopti Fonseca; Antonio Marcos Selis Magalhaes; Aquilene Galvao da Silva;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Ariane Cledja Ferreira dos Santos; Armstrong Mardilson da Silva Goes; Artefio Martins de Oliveira; Arthur Gurjao Coutinho de Azevedo; Arthur de Oliveira Cavalcanti; Artur Leite Macedo Almeida; Artur Lopes Mansur; Assis Chateaubriand Francisco da Silva; Assis Urtiga Moreira; Augusto Cesar de Oliveira; Augusto Mendes da Costa; Augusto da Silveira Neto; Beatriz Coelho Pires de Moura; Beatriz Oliveira Castelo; Bernardo da Silva Lemos; Bernarh Mattos Campos do Espirito Santo; Brenda Gaspar de Carvalho Damas; Brenda Monteiro Marques da Cunha; Brenner Gomes de Oliveira Fernandes; Breno Carvalho de Sousa; Breno Dadalto Arrivabene Aragao; Bruna da Fraga Santos; Bruno Alves Vieira; Bruno Alves da Silva; Bruno Brose Parodes; Bruno Garcia de Medeiros; Bruno Soares da Silva; Bruno Vieira Santos; Bruno Vilaca Martins; Bruno de Azevedo Delduque de Macedo; Bruno do Nascimento Amaral; Caick Silva da Purificacao; Caio Felippe de Souza; Caio Henrique Ciriaco de Medeiros; Caio Magno Mendonca dos Santos; Calliandra Maria de Souza Silva; Camila Daros Dalmolin; Camilla de Figueiredo Andrade; Carlos Alberto Moreira da Silva; Carlos Alexandre Santos da Silva; Carlos Antonio Evangelista Filho; Carlos Cesar Amadeu da Silva; Carlos Eduardo Lourenco Soares; Carlos Eduardo Menezes dos Anjos; Carlos Eduardo Montardo Pallaoro; Carlos Eduardo Sarnovski; Carlos Eduardo da Silva Moreira; Carlos Frederico Pereira Junior; Carlos Heitor Bastos Pereira; Carlos Lua Amorim Barbosa; Carmem Julia Firmino Araruna; Carolina Zani Narcizo; Carolinne Viana Fanjas; Cassio Fernando Curtarelli; Caua Henrique da Silva; Caua Manhaes Peixoto; Caua Nascimento de Aragao; Cayo Cesar Ferreira Alves; Cecilia Cristina Vieira Batista; Celso Taynan Martins Vieira; Celson Guimaraes da Silva Junior; Cesar Lacerda; Cesar Moreira de Andrade; Cesar de Paula Pessoa Seraphim Filho; Cezar Adriano da Silva; Cezar Augusto Speri; Charles Brito Felix do Nascimento; Cibelle Acassia Souza de Vasconcelos Santiago; Cicero Avelar Barbosa Gomes; Cicero Fidelis da Silva Neto; Cindy Vasconcelos Lopes; Claudemir Mancias; Claudinei Jose Kaczmarek; Claudinei da Rosa; Claudinei de Oliveira Pinheli; Claudio Adriano Vieira; Claudio Donizete Ruiz da Silva; Claudir Taborda; Claus Vinicius Prestes de Lima Felisbino; Clayton Ruiz da Silva; Cleber dos Santos Lima; Cleberson Cerqueira Coelho; Clecio da Silva; Cleidimar Dias da Silva; Cleiton Alan Schultz Herrmann; Cleiton Luis Moraes; Cleverson Teixeira da Silva; Cleydson Mota de Carvalho; Cloves Salomao de Jesus; Crislayne Nascimento da Conceicao; Cristiano Augusto Jablonski; Cristiano Fernandes; Cristiano Ribeiro de Goes; Cynthia Kerzia Costa de Araujo; Cynthya Porto dos Santos; Daiana Borre Dewes; Dalton Cristiano da Silva; Daniel Assis Marques; Daniel Bezerra Rocha Mello; Daniel Carvalho de Oliveira; Daniel Carvalho de Resende Queiroz; Daniel Falleiros Barbosa Lima; Daniel Feitosa de Lima Benevides; Daniel Feliciano Tavares de Deus; Daniel Luis Lessi; Daniel Santos Silva; Daniel da Costa Lamartine; Daniella Jandy de Souza Barreto; Danielle Pimentel da Silva; Daniely Christian Amaral da Silva; Danilo Correa Pereira; Danilo Inacio; Danilo Maia de Oliveira; Danilo Manoel Moreira Araujo; Danilo Nascimento da Silva; Danyelle Dayse de Souza Diniz; Davi Duarte Ribeiro; David Eduardo Oliveira Mandl; David Kelvin Hessel da Silva; David Vicente da Silveira Serena; David Vieira de Araujo; Davidson Azevedo Xavier; Debora Jussara Ferreira Ribeiro; Debora Perin Ferrugem; Debora Tarsis Cumaru Nunes; Deborah Ferreira Arbex; Deborah Siqueira Pinheiro; Deivid Alefe Dias Souza; Delcio de Souza; Deyse Oliveira de Almeida; Deyvid dos Santos Cavalcante Machado; Diego Carazzai Tavares; Diego Ferreira dos Santos; Diego Lacerda Graebin; Diego Povoas Lixa; Diogo Augusto Cotovicz; Diogo Felipe Santiago; Diogo Pedro Bruning; Diogo Ranulfo Silva do Carmo; Diogo Vasconcelos de Araujo; Diogo Vespasiano Ferreira de Lima; Dirceu Pedro Zanetti Junior; Donald Willians Cardoso Serafim; Dorgival Jose de Araujo Junior; Douglas

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Petry de Souza; Douglas Simoes da Silva; Edemilson Bazoti; Eder Umbelino da Silva; Ederson Manosso Guse; Edgar Cordeiro; Edgar Menezes de Assis; Edicrey Gonzaga dos Santos; Edilane Rodrigues Dantas de Araujo; Edilmar Dranka; Edilson Gonzaga dos Santos; Edson Augusto Reikdal; Eduardo da Silva Xavier; Eduardo de Matias; Eduardo de Souza de Paula; Elaine Muniz Santana; Elcio Ferraz; Elcio Luiz Lascoski; Elias Costa de Carvalho; Eliezer Silva Ferreira; Elio Jose Krasnievicz; Elisa Cristina Marques; Elisio Xavier Pedro; Eliton Silva de Oliveira; Elizak Moura Seifert; Elizeel Gibson Barbosa; Eloir Jose Zanlorenzi; Elton Gustavo Alfonso de Souza; Emanuel Almeida dos Santos; Emerson Assen Chales; Emerson Castro Pereira; Emerson Nais; Emerson Oliveira da Silva; Emiliano Silva Oliveira; Emilly Jenyffer Rodrigues Santos; Emmanuely Silva Nascimento Porto; Eneas Costa de Carvalho; Enza Marcella Almeida de Carvalho Rocha; Eric Akira Pieri Masuyama; Eric Magalhaes Souza; Eric Pereira Nascimento; Erick Vinicius Lugo Correa; Erik Nelson Correia Luiz; Erika Juliana Gomes de Oliveira; Eudson Vercosa da Silva Filho; Eugenio Carlos dos Santos Bezerra; Evair Bonatti; Evanildo Ribeiro de Amorim Filho; Everton Costa Soares Santos; Everton Jose Piska; Everton Luis Lopes; Fabiana Domingues Boghossian dos Santos; Fabiana Simoes dos Santos; Fabiane Aparecida Dubiela; Fabiano Jose Pinto; Fabiano Koslovski; Fabiano da Silva Araujo; Fabiano de Franca; Fabio Augusto Cordeiro; Fabio Castanho de Moura; Fabio Luiz Pereira Ramos; Fabio Ricardo dos Santos; Fabricio Lima Gusmao; Fabricio de Lima Farias; Fagner Michel de Andrade Lima; Fausto Lopes Nobrega; Felipe Alexandre Vieira; Felipe Alexandre da Cunha Bispo; Felipe Frizzo Vilcher Garrido; Felipe Gomes da Silva; Felipe Kassio dos Santos; Felipe Menezes da Costa Fernandes; Felipe Negris; Felipe Oliveira do Nascimento Florentino; Felipe Ribeiro Aguiar; Felipe Ribeiro Bortoli; Felipe dos Santos Costa; Fernanda Rangel Monteiro da Cunha; Fernanda Silva Fernandes; Fernando Henrique Lino de Souza; Fernando Henrique Vasconcelos; Fernando Ricardo Cordeiro; Fernando de Souza Bueno; Filipe Arthur Costa Coelho; Filipe Lima Fernandes; Flavio Paranhos Hollanda Porto de Oliveira; Flavio Pereira dos Santos; Flavio Sousa e Sousa; Francimario Filho Araujo de Amorim; Francisco Alves de Oliveira Neto; Francisco Clever Moreira Junior; Francisco Efraim Felix da Silva Filho; Francisco Janderson da Silva Cardoso; Francisco Julio Cesar Baldi; Francisco Marden Alves de Souza; Francisco Ricleberson Dantas; Francisco Romario da Silva; Francisco Thiago Sousa de Sena; Francisco de Assis Cavalcante Oliveira; Francisjunior de Oliveira Pereira; Frankciel Cesar da Silva; Fredeilson Cordeiro Batista; Gabriel Albuquerque de Oliveira; Gabriel Barros de Pituba; Gabriel Henrique Cassel Barbosa; Gabriel Kenji Andrade Mizuno; Gabriel Nunes Sousa; Gabriel Nunes de Assis; Gabriel Santos Sobrinho; Gabriel Sartori; Gabriel Silva de Albuquerque; Gabriel das Neves Borges; Gabriel de Souza Fonseca Ribeiro; Gabriel do Nascimento Araujo Estevam; Gabriela Goulart Ferreira; Gabriela Sousa Barros; Gabrielle Alves de Paula; Geison Tavares Rodrigues; Geovane Alessandro dos Santos Freitas; Geovani Fernando dos Santos; Geremias de Souza; Gerson Arruda Martins; Gerson Francisco Przytocki; Gerson Henrique Maciel; Gerson Luiz Castellano; Gesuir Baptista Natali; Gilberto Andre da Costa Filho; Gilmar Paiva de Souza; Giovani Mazeppa; Gisele Abraao do Carmo; Glenda Ketlen da Silva Neves; Guilherme Alves de Souza; Guilherme Gabriel Dalfovo; Guilherme Gouvea Ribeiro; Guilherme Henrique Bezerra da Silva; Guilherme Medina de Carvalho; Guilherme Nunes da Costa; Guilherme Pimentel Vieira; Guilherme Segolin Selmi; Guilherme Silva Braga Maia; Guilherme Toledo Filgueiras; Gustavo Antonio Tostes dos Santos; Gustavo Barrias das Neves Silva; Gustavo Bosquetto; Gustavo Cerqueira Monteiro Fraga; Gustavo Gueiros Oliveira; Gustavo Henrique Gomes Zakszewski; Gustavo Henrique Leles Coelho; Gustavo Henrique dos Santos Lopes; Gustavo Manso Marques; Gustavo Mazoni Capuani;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Gustavo Menezes Henriques; Gustavo Mirante Alves; Gustavo Moreira Lopes; Gustavo Petronilho Barros; Gustavo Santos Santana da Silva; Gustavo Semeao Anastacio; Gustavo da Silva Goncalves; Halisson Ferreira de Araujo; Harlen Czerski; Harryson Campos Martins; Heber Gomes de Oliveira; Hedson Taucher Krause; Helcio Cordeiro Teixeira; Heliton Chagas Quirino Junior; Heloisa da Silva Demetrio; Henrique Mallmann Lammel; Henrique Miguel Procopio da Costa; Henrique Monteiro Gadelha; Henrique da Gama Saczkowski; Henry Lordello dos Santos Pereira; Henry Samuel Rodrigues Cardoso; Hericlys Barbosa de Sousa; Hermes Levi Ribeiro Soares; Hiago Costa de Almeida; Hiago Figueiredo Fernandes; Hudson Vitor da Silva Fonseca; Hugo Flavio Trajano Lacerda de Lima; Igor Jorge Galdino de Oliveira; Igor Miceno; Igor Moscoso Silva; Inacio de Sousa Alves; Ingrid Karla Silva Silfronio; Ingrid Santana Gomes; Isadora de Roure Aguiar Santana; Isaque dos Santos Velozo; Isello Vinicius Amaro da Silva; Israel Almeida Pedreira; Israel Fabricio Silva; Israel Moron de Souza Reinhardt; Italo Anderson Duarte Nunes; Ivair Vesoloski; Ivan Felix Passos; Ivan Lima da Rocha; Ivangela Elisabete Alves da Silva; Izabel Barbosa Lima; Izamara Priscila Santos Oliveira; Izamara Sousa Ferreira; Jaciely Bezerra da Silva; Jackson de Godoi Batista; Jaime Ronaldo dos Reis Santiago; Jaine Cavichioli Rossi; Janine Medeiros de Andrade; Jaqueline Alves da Silva; Jaqueline Marques da Cunha; Jaqueline Souza Lourimer; Jardel Wojciechowski; Jasafat Roberto Chmiloski; Jean Alves de Matos; Jean Mateus Vasconcelos de Oliveira; Jean Vieira Lobo; Jeferson Cerqueira Coelho; Jefferson Bruno de Melo Dantas; Jefferson Czarneski; Jefferson Moreira dos Santos; Jefferson Wagner Rosan Nunes dos Reis; Jesse Andrade de Oliveira; Jesse Goncalves Cutrim Junior; Jesse Lucas Alves Dias; Jessica Lacerda de Oliveira; Jessica Pereira Ribeiro Braz; Jessica Souza Alves; Jessica dos Santos Martins; Jhosyelle Loubet Lopes; Joacir Ferreira Fonseca; Joao Antonio Pompeu Queiroz Rocha; Joao Carlos Ribeiro Batista Junior; Joao Edson de Araujo Lemos; Joao Gabriel Duarte Camera; Joao Gabriel de Araujo da Cruz; Joao Leonardo Freitas Oliveira; Joao Lucas da Conceicao Reis; Joao Luiz Soares Bento da Cunha Braga; Joao Paulo de Menezes Moura; Joao Pedro Correia Nogueira Mota; Joao Victor Cabral de Melo; Joao Victor Moreira Cordeiro; Joao Victor Moura dos Santos; Joao Victor de Assis Lapenha Goncalves; Joari Benedito Brogian; Jocy Meneses dos Santos Junior; Joel Gomes de Almeida; Joelson Furquim da Cruz; John Kennedy Ribeiro de Santana; Jonatan Gama Alves; Jonatas Mateus Cordeiro da Cruz Souza; Jonatas Medeiros Abrantes; Jonatas Xavier Santos Rocha; Jonathan Soares de Brito; Jones Boccasanta; Jorge Augusto Rocha de Carvalho; Jorge William Ferreira Olchoa Pinheiro; Jose Antonio Bonatto Kolinsque; Jose Carlos dos Santos Silva; Jose Clizenildo Borges da Silva; Jose Darcy Pampuche Junior; Jose Jair Silva Oliveira; Jose Jardson Alves da Silva; Jose Lucas da Silva; Jose Lucas de Almeida Leite; Jose Marcos dos Santos; Jose Maria da Silva Filho; Jose Reinaldo de Oliveira Junior; Jose Victor Freire Vieira de Melo; Josefa Aqueline da Cunha Lima; Josevania Rodrigues Jovelino Torres; Josue Ferreira da Luz; Jota Junior Ribeiro de Vasconcelos; Jucinei de Abreu Santos; Juliana Keise Correia da Silva; Juliana Xavier Batista de Queiroz Lima; Juliana de Andrade Vasconcelos; Juliano Ramiro da Silva; Juliano da Silva Camargo; Julio Cesar da Silva; Julio Cezar Pescara; Julio Vinicius Alves Leite; Julius Matheus Pinheiro Sales; Julyana Ferreira Bello; Jurair Antunes Rocha; Jusshara Rodrigues dos Santos; Kaiky Silva do Carmo; Kaio Silva Bernardes; Kaio Vinicius Cordeiro Batista; Kaliel de Melo e Silva; Kallebe Lins de Oliveira Santos; Karlos Eduardo Camargo da Costa; Karoline Batista dos Santos; Karoline Costa de Morais Pinho Seger; Karoliny Rezende dos Santos; Kaua de Lima de Marcelino Pinto; Kauan Guilherme dos Santos Manhaes; Kauan Vitor da Silva; Kauan de Souza Santos; Kellyane Wyne Alves da Silva; Kemilly Barbosa Ataides;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Kenner Lucas Correa; Keny Noracy Parreiras; Kenya Maria Porcina da Silva; Kevin Murilo Santos Costa; Kleber Ferreira da Silva; Kleidson Rangel da Silva Cordeiro; Laio Francis Batista Correia; Laiza Michele Vieira Palmeira; Lamunyel Luis de Souza; Larissa de Almeida Ramos; Larissa de Araujo Lima; Laura Diana Leal Araujo de Souza; Laura Frizon Greggianin; Laura Katarina da Silva Pereira Aragao; Leandro Almeida Rocha Santos; Leandro Blum; Leandro Casabuena Ferreira; Leandro Henrique Moreira; Leandro Marc Demetrio; Leandro Pereira Ferreira Silva; Leandro de Moraes Pedro; Leandro de Souza Oliveira; Lenoir da Rosa; Leonardo Betencourt; Leonardo Davi Toso; Leonardo Fagotti; Leonardo Gabriel de Souza; Leonardo Oliveira de Araujo; Leonardo Sampaio Silva; Leonardo Santos Alexandre; Leonardo da Costa Tavares; Leonardo de Carvalho Ferraz; Leticia Fonseca Souza; Levy Washington Rocha Moreira; Leylia Katharinne Fernandes Araujo; Lidiberto Cavalcante da Silva; Lincoln Fernandes de Souza; Lincoln Gomes da Costa Teixeira; Lisandra Amorim de Sousa Melo; Lisandro Rodrigues; Lisiane Limberger Padilha; Livia Araujo dos Santos; Lorenna da Silva Cruz; Lorenzo Berte Chacharovski; Louise Moura Ribeiro; Lua Barbalho de Macedo; Luan Henrique Muraro Ribeiro; Luan Medrado Moreira; Luanderson Laranjeira Barros; Lucas Dias Franco; Lucas Eduardo de Oliveira Salles; Lucas Eduardo dos Santos Honorio; Lucas Emanuel Paredes Custodio de Souza; Lucas Fernandes Santos; Lucas Figueiredo Lima; Lucas Junior Ribas; Lucas Lima Ferraz; Lucas Lourenco Santos; Lucas Nemezio Sales; Lucas Oliveira Silva; Lucas Ranielle da Silva Santos; Lucas Silveira Andrade Martins; Lucas de Oliveira Fonseca; Lucas de Sousa Vanderley; Lucas de Souza Leite; Lucian Silva Ferreira; Luciana de Almeida Neto; Luciano Strehlow; Lucimara Silva Fraga Zambelli; Lucio de Freitas; Luhan Araujo de Oliveira; Luigi Ribeiro Oliveira; Luis Fernando Montosane da Silva Oliveira; Luis Henrique Silva de Melo; Luis Roberto Nery Frattoni; Luis de Macedo Neto; Luiz Claudio Poubel de Assis; Luiz Eduardo Becker; Luiz Fernando Nickele; Luiz Fernando de Carvalho Carlos; Luiz Guilherme de Barros Costa; Luiz Lourenco Mendonca Parreira; Luiz Miguel Cruz Oliveira; Luiz Ricardo Fischer; Luiz Rodrigo Garcia Correia; Luzia Jascineide Justino; Maicon Damasceno de Farias; Maikon Ceresoli Orlandi; Maiquel de Lima Freitas; Mairon Eudes de Lima Moura; Malik Rodrigues Teixeira; Manoel Severino de Araujo; Manuel Edgar Cruz Neto; Manuela Alves Ferreira Luiz; Manuela Nunes Uchoa; Marcelo Adriano Simoes; Marcelo Amaral Lazzaretti; Marcelo Aparecido dos Santos; Marcelo D Angelo Lara; Marcelo Vinicius Miguel da Silva; Marcia Cristina Leite Menino; Marcio Jose Ivanowski; Marcio Lemos de Oliveira; Marcio Novinski; Marcio Rogerio Ferreira; Marcio dos Santos Junior; Marco Alexandre Vieira de Paula; Marco Antonio Toledo; Marco Aurelio Ferreira Soares Fernandes; Marco Aurelio Godinho; Marco Aurelio Sarauza Arruda; Marcone Tavares Gomes da Silva; Marcos Alexandre dos Reis; Marcos Antonio Nobrega da Costa Junior; Marcos Aurelio Leal Nunes; Marcos Bueno Banks; Marcos Eduardo Bittencourt Bruce; Marcos Felipe de Ornelis Borges; Marcos Gonçalves; Marcos Leite Couto Oliveira; Marcos Paulo Gandra Lopes; Marcos Reikdal de Souza; Marcos Roberto Alves; Marcos Vinicius Franca Almeida; Marcos Vinicius Luna de Oliveira; Marcos Vinicius Viscaia Guardia; Marcos Vinicius de Almeida Bernardo; Marcus Herminio dos Santos; Marcus Luhan Lourenco dos Santos; Marcus Naylan Beckman Soares; Marcus Vinicius de Souza Almeida; Maria Clara Almeida de Sousa Rocha; Maria Clara Braga Maia; Maria Clara Monteiro de Lima; Maria Clara Oliveira Fortes; Maria Eduarda Kanzler Caselli; Maria Eduarda Silva de Araujo; Maria Eduarda Uchoa Cavalcanti Moreira da Silva; Maria Laura Pimentel Brasil; Maria Paula Barros Correia da Silva; Maria Paula Ferreira Bezerra; Mariana Jorge Sa; Mariana de Andrade Oliveira Neta; Mariano Oliveira da Costa; Marielle Correia Nobias; Marilene Firmo da Silva;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Marilia Patricio Alves; Marina Guimaraes da Silva de Souza; Marina Meira Schmidt; Mario Celso Alves; Mario Martins Moreira; Mario de Moraes; Marjorie Penalva Sampaio Fallace; Marllon Pereira Cassimiro; Marlon Rodrigo Schulla Fernandes; Marsel Ernandes; Mateus Alves Magi; Mateus Ferreira Teixeira; Mateus Fidelis Marinho Maia; Mateus Siqueira Laurenco; Mateus Souza Santos; Matheus Angelo Pollom Zardo; Matheus Braga Tourinho; Matheus Campelo Cavalcante; Matheus Cruz Oliveira; Matheus Duarte Almeida Souza; Matheus Esteves Silva; Matheus Fernandes Messas; Matheus Henrique de Jesus da Silva; Matheus Kiyoshi Silva Alimura; Matheus Medeiros Anastacio; Matheus Vinicius de Oliveira Leite Gazzani; Matheus Yves Caetano; Mauricio Ferrari; Mauricio Rocha do Livramento; Mauro Giovani Taffarel; Mauro Luiz Ribeiro de Matos; Max Silveira dos Santos; Mayara Araujo Rocha; Melissa Alexsandra Souza Ferreira de Sa; Melquizedeque Tahan Lopes de Souza Barros; Michel Rodrigues de Abreu; Michelle Abreu Teixeira; Miguel Guimaraes Fortes; Miguel Henrique Maia Azevedo Alves; Miguel Pereira Candido; Milena Nascimento dos Santos; Moesio Leonardo dos Santos Lobo; Monia Faria Garcia; Monica Alves de Oliveira; Muriel Oliveira Diniz; Murilo Castelo Branco Machado; Murilo da Silveira Benatto; Naina Urbano Santos Araujo de Freitas; Natalia Bier Stefani; Natha Sthepan da Silva Aragao; Nathan Pinheiro Machado; Nayara Angelina Miranda Cassiano de Oliveira; Nelson Guindani; Nestor Vitor Lins Valentino Araujo de Sa; Neutson Neves Vieira; Nicholas Silva Coutinho; Nicolas Guandalin; Nival Alves do Carmo; Noga Maria Santis Ribeiro; Omar Eduardo Cereser dos Santos; Oseias Costa de Carvalho; Osmar Davila Vilar Filho; Otacilio Alves de Sousa Neto; Palloma Damascena Morais; Pamela Medeiros dos Santos; Passio Roberto do Carmo Filho; Patric Fernando de Melo; Patricia Feitosa Ferreira; Patricia Moreira Moura; Patricia Viviane Barreto Gomes; Patrick Alves Betim Moreira; Patrick Correia Pereira; Paula Renata Lima Nascimento; Paulo Felipe Knopik; Paulo Gomes Miranda; Paulo Henrique da Silva Junior; Paulo Jose Silva de Jesus; Paulo Ricardo Amaral de Jesus da Silva; Paulo Rodrigo Antunes da Silva; Paulo Sergio Aguiar Trigueiro; Paulo Vitor de Oliveira Araujo; Pedro Andrade Bastos; Pedro Araujo Lage; Pedro Augusto Carvalho Ramos da Silva; Pedro Costa Aragao; Pedro Halama Junior; Pedro Henrique Cabral Jersey; Pedro Henrique Capelloni Hervano; Pedro Henrique Heringer Tovar; Pedro Henrique Tavora Pereira Filho; Pedro Henrique da Silva Lima; Pedro Henrique da Silva Rodrigues dos Santos; Pedro Henrique de Lyra Rodrigues; Pedro Henrique de Oliveira Silva; Pedro Lucas Oliveira dos Santos; Pedro Moura Torres; Pedro Paulo de Lima Araujo; Pedro de Alencar Sant Ana do Nascimento; Phelipe de Carvalho Lima; Polyana Rocha de Oliveira Santos; Priscila Ferreira Silva; Priscila da Silva Oliveira; Priscila de Lima Catao de Andrade; Rafael Alves Rocha; Rafael Bezerra da Silva; Rafael Dutra Leite; Rafael Eduardo Bello Silveira; Rafael Freitas de Andrade; Rafael Gustavo da Silva; Rafael Malinovski Azeredo; Rafael Olbre; Rafael Porto Bomfim; Rafael Victor Leite Fernandes; Rafael da Costa Santos; Rafael de Camargo Teixeira Santos; Rafael de Castro Alencar Amorim; Rafael de Oliveira Carvalhal; Rafaella Oliveira de Faria Junqueira; Railton Rames Sousa; Raimundo Nonato Vieira de Sousa; Raissa Morais Cruzeiro; Raivinny Iasmin Monteiro Ferreira; Raphael Angelo Peres Pepice Serra; Raphael Braga Araujo; Raphael da Silva Trajano; Rayan Tomaz de Souza Fagundes; Reginaldo Farias de Cristo; Reginaldo Fernando Lopes da Silva; Reginaldo Pereira dos Santos; Reginaldo da Silva Gouveia; Reinaldo Machado de Oliveira; Renan Camilo de Lima Paulo; Renan Lacerda Lima; Renan Merighi Alves de Lima; Renan Sousa Oliveira; Renan dos Santos Silva; Renato Brandao de Meneses; Renato Traldi Dias; Renato de Freitas Souza; Renilson Sousa Santos; Rhudclei do Espirito Santo Melo da Silva; Ribamar Francisco de Oliveira; Ricardo Diego Vieira Vidal; Ricardo Jose dos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Santos; Ricardo Stadler Nogueira; Richard Melo da Silva; Roberson Schurmiak Xavier; Robert Jean Mosena; Roberta Santana Honda; Roberto Vitor dos Santos; Roberto de Souza; Roberto e Silva Monte; Robson Bertini Romero; Rodrigo Alencar Ferreira; Rodrigo Benedito da Silva; Rodrigo Borneo de Oliveira; Rodrigo Carneiro Monteiro dos Santos; Rodrigo Cesar da Maia; Rodrigo Corcino da Nobrega; Rodrigo Czocher; Rodrigo Fantinatto; Rodrigo Hawerroth Lemos; Rodrigo Otavio Miloski Saavedra; Rodrigo Santiago Costa; Rodrigo Teodoro Magalhaes; Rodrigo do Carmo Guedes; Rogerio Manduca Ferreira; Rogerio Marcos Furman; Rogerio Ramos de Sousa; Rogerio de Brito Peyroton; Rogerio dos Santos Silva Junior; Ronald Barreto Vieira; Ronaldo de Oliveira Cabral; Ruan Aguiar dos Santos; Ruan Felipe Figueiredo de Oliveira; Ruan Felipe de Oliveira Melo; Ruan Leone Silva Bertonselli Lopes; Ruanni Elisabete Martins Guimaraes; Rubens Marcos da Luz; Rudinelio Mattos dos Santos; Rui Valini de Almeida; Ryan Alves de Mattos; Ryan Oliveira de Araujo Silva; Ryan Santos de Jesus; Sadi de Lima Machado; Samuel Abreu de Oliveira; Samuel Antonio Dumaresq de Souza; Samuel Filipe Faria de Souza; Samuel Xavier de Andrade; Samuel de Oliveira Barbosa; Sandrine Cristina de Figueiredo Braz; Sandro Cesar da Silva Gonçalves; Santiago da Silva Santos; Sarah Caroline de Oliveira Morais; Sergio Henrique Tavares de Andrade; Sergio Matsunaga Lopes; Sergio Ricardo Toczek; Sergio Roberto Carlos de Pinho; Sidnei Stadler; Sidney Gabriel Pereira Bastos; Silas de Souza Ribeiro Junior; Silmara Fonseca Alvim; Silverio Fonseca Oliveira; Silvio Antonio Gonçalves da Silveira; Simone Zeferino PE; Simone dos Reis Lima; Sinara Livia de Melo Barreto; Stephany Louise Leitao Lucena; Suyanne Raquel Marinho de Morais; Swgleidson Anderson de Andrade Dias; Sydney Barrankievicz; Tadeu Junior de Andrade Antonio; Taiane Pereira da Silva; Tarcisio Schutkoski; Tatiana Guimaraes Vasconcellos; Taynah do Nascimento Lima; Thaiana Maria Arruda Caiana; Thais Gouda Costa; Thais Pontes Cardoso; Thais Sardinha de Melo; Thais Wolfle Danelon; Thaislayne Delgado de Siqueira; Thales Andre Montenegro Cavalcante; Thalita Cristina Leite Cardoso; Thamires Gilvania dos Santos; Thiago Aschauer Cristo Reis; Thiago Augusto Pereira Amaral; Thiago Cinti Bassoni Santana; Thiago Franklin Freire Gomes; Thiago Ginefra de Oliveira Duarte; Thiago Michael Santana Nunes; Thiago Pereira da Cruz; Thiago Rogerio dos Anjos Muller; Thiarles Soares Medeiros; Thomaz Paulino Passe de Souza; Tiago Loeblein; Tiago Lopes Moura; Tiago Marcelino Alves; Tiago Uchida Schneider; Tiago de Oliveira Krass; Tulio Jose Pereira de Souza; Ulysses de Sousa Pereira; Uriel de Melo Rocha; Vagner Aparecido da Silva; Vagner de Melo Furtado; Valberto Honorato da Silva; Valdeci Ferreira Brito Filho; Valdecir Miguel dos Santos; Valdecir Rodrigues de Jesus; Valdemir de Lima Bairros; Vandre Israel dos Santos; Vanessa Adriele Alves da Silva; Vanessa dos Anjos Magalhaes; Vicente de Vasconcelos Claudino Filho; Victor Goncalves do Nascimento; Victor Hugo Araujo Martins; Victor Hugo Rolandi Macedo; Vinicius Alves Santos; Vinicius Costa Caetano; Vinicius Rangel Miranda Vasconcelos; Vitor Eduardo Sampaio dos Santos; Vitor Gabriel de Souza Alencar; Vitor Morato Almeida; Vitor de Lima Guimaraes; Vitoria Glindmeier D Avila dos Santos; Vitoria Regia de Oliveira Moura Morais; Viviane Michele dos Santos; Vivianne Figueiredo Lima; Wagner Alberto Tito dos Santos; Wagner Aparecido Gonçalves dos Santos; Wallace Felipe Almeida dos Santos; Wallison Pereira dos Santos; Walyson da Costa Ferreira; Warley Gomes dos Santos; Wellington Victor Rodrigues de Oliveira; Welvis da Costa Viana; Wendel Conceicao Souza; Wendel Soares Moreira da Silva; Wesley Raposo Lopes; Wesley Rennan Simao Amorim; Wesley Rosseline Boroto dos Santos; Weverton Cesar Nunes da Silva; William da Silva Pereira; Wilson Julio da Luz dos Santos; Wilson Stadler Nogueira; Witor Pinto Alves de Oliveira; Yago Amin Santos; Yago Muniz

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

de Uzeda Sales; Yasmin Sousa de Lima Batista; Ycaro Fernandes Lima Campos; Yrwing Henrique Gomes de Souza Santos; Yuri Barbosa Lacerda; Yuri Cavalcanti Badu de Araujo; Zaidan Sambrano Hussein da Costa Murad
Órgão/Entidade/Unidade: Araucaria Nitrogenados S.a; Caixa Econômica Federal; Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha; Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Polícia Rodoviária Federal; Universidade Federal de Campina Grande.
Representação legal: não há.

006.990/2025-8 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Rio de janeiro (MPF/RJ).
Unidade jurisdicionada: Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB).
Representação legal: não há.

013.176/2026-9 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Emerson Rafael Fernandes Castro.
Órgão/Entidade/Unidade: Polícia Rodoviária Federal.
Representação legal: não há.

014.751/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Zanir do Amaral Chaves Rabelo.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Representação legal: não há.

017.656/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ana Lucia Coelho Alencar Maciel; Damiao Sergio Assuncao Pinto; Julia Vania Rodrigues Teixeira; Lucia Correia Lima dos Reis; Maria Odete de Vasconcelos Uchoa.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

017.711/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Marina das Gracas de Paula Araujo.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas.
Representação legal: não há.

017.860/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ademilson Pereira de Moura; Antonio Costa de Souza Filho; Magaly Nunes do Nascimento; Walter de Morais.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

017.888/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Oton Oliveira Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.898/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Jucelia Barreto Pasqualito; Simone Nunes Bettanzo.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Representação legal: não há.

018.017/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Sergio Vasco Rodrigues de Pinho
Unidade Jurisdicionada: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

018.260/2024-1 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

018.425/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Helena Amelia Bandeira Serodio; Tacila Moura Rodrigues; Vegna Freitas Pelosi; Wanda Teixeira de Oliveira; Wania Suzy Fernandes Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército
Representação legal: não há

019.056/2026-5 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Marmilar Serviços de Alimentação Ltda.
Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Representação legal: Anderson Bruno Batista Monteiro (49468/OAB-CE), representando a Marmilar Serviços de Alimentação Ltda.

019.183/2026-7 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Fox Distribuidora de Máquinas Ltda
Unidade Jurisdicionada: Município de Ibicoara - BA (CNPJ 13.922.588/0001-82 e Uasg 983543)
Representação legal: Leidimar Fernandes Alves da Silva Trigueiro, representando Forza Distribuidora de Máquinas Ltda

019.591/2026-8 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Associação Brasileira de Apoio ao Primeiro Emprego e Estágio.
Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.
Representação legal: Luiz Paulo Busquim Braga (75271/OAB-PR), representando Associacao Brasileira de Apoio Ao Primeiro Emprego e Estágio.

019.665/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ronaldo de Sousa Cabral.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/rn.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

019.798/2026-1 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Ticket Soluções HDFGT S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde - Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul.
Representação legal: Ana Paula Giovanna de Chini Pretto (96095/OAB-RS), representando Ticket Solucoes Hdfgt S/a.

020.229/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Ernando Alves da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/ce.
Representação legal: não há.

025.690/2024-8 - **Natureza:** TOMADA de CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos.
Responsáveis: Bk Telecomunicacoes Ltda ; Jose Welliton Sa da Silva.
Representação legal: não há.

Ministro JORGE OLIVEIRA

011.272/2026-0 - **Natureza:** Recolhimento Administrativo Parcelado
Responsáveis: Federação Rondoniense de Mulheres e Helena da Costa Bezerra.
Órgão/Entidade/Unidade: Federação Rondoniense de Mulheres.
Representação legal: Alessandra Pereira Vieira (OAB/DF 27.480)

012.540/2026-9 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Jacqueneide Nogueira Santiago Cortes.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Representação legal: não há.

012.992/2026-7 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessada: Debora Jemima dos Santos Lima Sousa Maciel.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
Representação legal: não há.

014.253/2025-9 - **Natureza:** Recolhimento Administrativo Parcelado
Responsável: Lauro Oliveira Viana.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Representação legal: não há.

014.324/2024-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Recorrente: Prefeitura Municipal de Porto Grande/AP .
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Responsáveis: José Maria Bessa de Oliveira; Prefeitura Municipal de Porto Grande/AP
Representação legal: Rebeca Araujo Silva de Mello (2713/OAB-AP) e Ariany Helena de Almeida Santos (5073/OAB-AP), representando José Maria Bessa de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

014.692/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Terezinha Lopes Penna Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há

014.712/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Newton Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Economia (extinto)
Representação legal: não há

015.090/2024-8 - **Natureza:** PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2023
Responsáveis: Valder Ribeiro de Moura, Karine da Silva Lopes, Giuseppe Serra Seca Vieira, Bárbara Catharine de Souza, João Mendes da Rocha Neto, Wesley de Almeida Felinto, Tito Lívio Pereira Queiroz e Silva, Adriana Melo Alves, Wolnei Aparecido Wolff Barreiros, Paulo Roberto Farias Falcão, Antônio Waldez Góes da Silva, Eduardo Corrêa Tavares, Sandra Maria de Oliveira, Leonardo Góes Silva, Fernando Machado Diniz, Marcos Neves Torreão, Gabriela Cyriaco da Silva Frota, Sônia Faustino Mendes, Oscalmi Porto Freitas e Fernanda Ludmila Elias Barbosa .
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).
Representação legal: não há.

017.575/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Cosmo de Sousa Rodrigues,
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Representação legal: não há.

017.717/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Eudmar Marcolino de Assis.
Órgão/Entidade/Unidade: Polícia Rodoviária Federal.
Representação legal: não há.

017.774/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Cesar Augusto da Costa; Jose Lenir Alves Cavalcante; Maria Augusta Ziviani Zurlo.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: não há.

017.821/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Carlos Roberto Magalhaes Numeriano.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Brasileira de Inteligência.
Representação legal: não há.

017.853/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Carlos Jose Ferreira; Jose Caetano de Lima; Joselia da Silva Alves; Luiz Carlos Lumbreras Rocha; Pedro Monteiro de Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.861/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Almir Alves Viana; Carmen Recouso Cardoso; Dilma Aparecida da Silva; Silvano Coutinho Anacleto; Wilson de Oliveira e Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

017.890/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessadas: Elisete Rufino de Faria; Rosangela Aparecida Tamanaha Ruffolo.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
Representação legal: não há.

018.056/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Claudio de Jesus Pereira; Fernando Jorge do Carmo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores.
Representação legal: não há.

018.336/2026-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Amalia Aparecida Faria Carvalho; Denise Cristina Santos de Quadros Sakata; Isabel Nakazaki; Joaquina Loureiro Nuvolara; Maria Jose Lopes Tarallo; Sandra Cristina de Paula; Sheyla Alves Cursino
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.392/2026-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Adailce de Araujo Pereira; Maristela Dala Costa de Mattos; Nadja Pereira Juca; Patricia Girao Garcia; Silene Rita Lessa Ribeiro; Tania Regina de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.401/2026-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Izabel Adão; Enide de Fatima Soares Marasquin; Irene Hardt; Lorene da Costa Carvalho Lamatina; Luciene da Costa Carvalho; Magda Saraiva Sperry; Simone Cristina Marasquin; Tatiana Virginia Marasquin
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.434/2026-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Adriana Farah Derus; Ana Christina de Oliveira Barbalho; Leda Cristina Patricio Andrade; Rosemarie Carneiro Valente; Vera Lucia de Assis Harfouche.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

019.491/2026-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Dominique Paul Joel Ettori
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

020.004/2026-5 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Prática Produtos S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Escola de Especialistas da Aeronáutica.
Representação legal: Mauro Camargo Lima, representando Prática Produtos S.A.

029.934/2022-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Aeronáutica do Galeão.
Responsáveis: Alexander Bastos de Pina; Camila Albuquerque de Barros; Delson Martins Pinho; Fernando Angotto de Oliveira; Guimaraes Ferreira Construcoes Ltda ; Jose Ricardo dos Santos Silva; Julio Fonseca da Costa; Luiz Julio Rigaud Neto; Nilton dos Santos Jesus; Sidnei de Oliveira; Thaissa de Oliveira Pereira; Willian Chaves Menezes.
Representação legal: Caio Mario Lana Cavalcanti (174031/OAB-MG), Luan Alvarenga Balieiro (211426/OAB-MG) e outros, representando Fernando Angotto de Oliveira; Livio Paulino Francisco da Silva (36721/OAB-PE), representando Thaissa de Oliveira Pereira; Ricardo Mendes Mesquita (OAB-RJ/213778) e Robson Rodrigues da Silva (OAB-RJ/201978), representando Camila Albuquerque de Barros; Mariza Querino dos Santos (OAB-RJ/115774), representando Guimaraes Ferreira Construcoes Ltda.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

001.509/2026-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Monção (MA).
Responsável: Klautenis Deline Oliveira Nussrala
Representação legal: não há.

001.721/2026-7 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Abiquele Dutra de Bastos; Adriano Miranda Camargo de Campos; Adriano de Lima Vieira; Aelton Sousa das Virgens; Agnes Nogueira Gossenheimer; Airton Luiz da Silva Santos; Alaise Rodrigues Aragao; Alan Patrick de Souza Moreira; Alexandre Cesar Sales Guerra; Alexandre Santana Vieira; Aline Alves da Silva; Aline Menezes Sampaio; Amanda Beck Ramos; Amanda Correia; Amannda de Sales Lima; Amaury Leite Lino Filho; Ana Caroline Gabriela da Silva; Ana Maria Martins Bilhalva; Ana Paula Lacerda Alves; Ana Paula da Silva Costa dos Santos de Oliveira; Andre Filipe Mafra de Souza; Andre Gabriel da Silva Soares; Andre Luis Di Mare Passaro; Andre Luiz da Silva Manoel; Andre Luiz de Oliveira Nogueira; Andreza Saboia Dantas; Andryani Piacini; Angela Alves dos Santos; Angela Cristina da Costa Goncalves; Angelica Caetano de Souza Fernandes; Anicio Espindola de Souza; Anna Paz da Silva; Anne Barbara Barbosa da Silva; Antonio Figueiroa Escobar Teixeira de Oliveira; Aretusa Arcanjo Goncalves Santos; Arlei de Oliveira Salvado; Arnon Esteves da Silva Wingler; Arnon Matos Pereira; Arthur Palinca Bertelli; Artur Chaves Cruz; Artur Felix de Melo; Artur Henrique Alencar Cabral; Augusto Cesar Lazzari Castiglioni; Ava Neves Almeida Miranda; Aysha Adab Santos Cavalcante; Beatriz Botelho Menezes da Rocha; Bento Antunes de Andrade Maia; Bernardo de Morais Assuncao; Betina Santoro Benvegnu; Brandielle Mazzer Herrera Gomes; Breno Santana Miranda; Breno William Pereira Ferraz; Bruna Barbosa Borges; Bruna Fernanda Yokota da Silva; Bruna Silva Santos; Bruno Arthur Hochheim; Bruno Facundo Braga; Bruno Felipe Neves; Bruno Ribeiro dos Santos; Caio Alex Feitoza da Silva; Caio Eiji Mizuki Idogawa;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Caio Vinicios do Rosario Santos; Calita Elis Schweigert; Camila Daeh Kim; Camila Erruas do Carmo; Camila Pinho de Sousa Fontenelle de Araujo; Camila de Almeida Costa Alencar Abreu; Caren Valesca Alves da Silva; Carla Serpa Stein Assuncao; Carlos Augusto dos Santos Almeida; Carlos Eduardo Baccini; Carlos Felipe Severo Chitao; Carlos Magno Campanha Zumerle; Carlos Max Gomes de Souza; Carlos Vinicius Almeida de Jesus; Cauhê Lima Nogueira; Cesar Evangelista dos Santos; Ciro de Almeida Teixeira Neto; Clara Castro Balieira; Claudenir Ferreira Alves; Claudia Cristina Macceo Sato; Claudio Isaias da Silva Junior; Claudio Moises Rodrigues Pereira; Cleirton Monte de Sousa; Cleomar Jose Camilo Eugenio; Clistenes Vilar Maranhao; Cristiane Santos Gomes; Dalila Prazeres dos Santos; Daniel Bonifacio de Azevedo; Daniel Jaime Muniz Dallas Dias; Daniel Pereira Marques; Daniel Quintao de Moraes; Daniel Rondon Pleffken; Daniel da Silva Scotelano; Daniel de Oliveira Scultori; Danielle Bravo Francisco de Souza; Danielle Moreira Clarindo; Daniely Veronica Viana Cardoso; Davi Guilherme da Silva; Davi Ribeiro Terra Pimenta; Deborah Nayanne Araujo Diniz Costa; Denise Maria Albino Melo; Diago Cesar Xavier de Freitas Barros; Diogo Chaves Borges Campos; Edilmar Almeida Resende; Edna Auzier Felix; Eduardo Cesar dos Santos; Eduardo Leite da Fonseca; Eliana Martins dos Santos; Elias Alves Gusmao; Elias Alves Gusmao; Elias Santos Guerra; Elieji Regina Luiz de Lima; Elmar Gomes Vicente; Emy Laise Lobato Jardim Rego; Eric Lustosa Caillaux; Erick Franklim Pinto da Costa; Estefane Dias Vila Verde; Evandro Rafael de Oliveira; Eveline Chaves dos Santos Ledo; Everson Ferreira Cordeiro; Everton Antinolfi da Rocha; Fabiana Tomiazzi Zubcov Ferreira; Fabiano Jardel Finger Tiepo; Fabiano Pereira de Melo Miranda Monteiro; Fabricio de Souza Linhares; Felipe Nazareth Ferreira; Felippe José Carvalho Nascimento; Fernanda Lemes Maia; Fernanda de Souza; Flavia Goncalves Balreira; Flavia Goncalves da Silva; Flavia Pereira Bastos Pereira; Flavio Joao Souza Dias; Flavio Medeiros Rangel; Francisco Airton Forte Feitosa; Francisco Alisson da Silva Germano; Francisco das Chagas Araujo Filho; Francisco das Chagas Araujo Filho; Franklin Borges Freitas; Gabriel Bertoldo da Silva; Gabriel Cascardo Firmino; Gabriel Correa da Silva; Gabriel Luz Jabar; Gabriel Paranhos Couto da Costa; Gabriel Quintanilha Ferreira; Gabriel Rodrigues Farias; Gabriel Tonin Aguiar; Gabriela Procopio Coelho; Gabriella Andressa Moreira Dias de Oliveira; Gabriella Fideles Rodrigues da Silva; Genesis Medeiros Ferreira; George Marques Varela Junior; Geovanna Macedo de Oliveira; Geovanni Ribeiro Loiola; Gildasio Barreto Silva Neto; Giovanni Gustavo Fracaro Santos; Gleydson Jose Barbosa Santos; Gracielle Forechi Olivier; Greice Maria Mansini dos Santos; Guilherme Aleixo Rodrigues Santiago; Guilherme Cordeiro Pires; Guilherme Franca Prieto; Guilherme Gonçalves de Britto; Guilherme Henrique Moraes; Guilherme Teixeira Martins Schettini; Gustavo Araujo Lopes da Silva; Gustavo Borges Rodrigues; Gustavo Costa Holanda; Gustavo Filete Rodriguez; Gustavo Henrique Alves Rodrigues; Gustavo Henrique Barbosa Ferreira; Hans Newton Fonseca Cantanhede; Hedison Damasceno Junior; Helder Brito Aviz; Heloisa Bezerra Lima; Helton Eric Mendes de Souza; Henrique Pereira da Silva; Henrique Pires Moreira; Hian Delfino Ferreira da Silva; Hugo Alves Passos; Hugo Henrique Carvalho Teles; Iago Paz de Araujo Goncalves; Ibrahim Madruga Cavalcanti; Ielton Vieira do Nascimento; Igor Meneses de Freitas; Igor Souza Neres; Ingrid Goncalves Vasconcelos; Isabela Perilo de Rezende Miranda; Isabella Zaffalon Marra; Isadora Bride Bissoli; Isis Belucci Gomes; Ivan Rosa Soares Junior; Jean Martins Sousa; Jeferson Takeo Padoan Seki; Jefferson Gunar Queiroz Pott; Joao Alexandre Silva Leite; Joao Felipe Rodrigues de Freitas; Joao Gabriel Coimbra Bastos; Joao Lucas Ferreira Linhares; Joao Paulo Guedes Lopes; Joao Pedro da Silva Rosa; Jonatas Pinheiro Bezerra; Jonathan Schienemayer Finger; Jordan Falcao de Carvalho Silva;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Jose Carlos Silva Benevides; Jose Cicero Araujo dos Santos; Jose Duarte Silva Neto; Jose Neurinei de Vasconcelos Filho; Jose Pedro de Souza Junior; Jose Ricardo Antunes; José Roberto Silva Gianone; João Marco Menenguci Cerqueira; Juan Evangelista Alves; Juan Oliveira da Silva; Juan Pedro Luvizotti Orellana; Juliana Aguiar de Sena; Juliana Borges de Souza; Julio Cezar Alves da Silva; Julio Guimaraes Andrade; Kassio Felippe dos Santos Silva; Kathlyn Vasconcelos Gevu; Katia Virginia Gabriel Moraes Castro; Ketlin de Azevedo Teixeira; Kleber Vinicius Goncalves Feio; Lais Christina Araki Cunha; Larissa Henrique Nunes; Larissa Marques Saude; Leandro Faria Freitas; Lecia Benaia Goncalves Abreu Urani; Leila Brites Borges; Leonardo Costa de Oliveira; Leonardo Della Justina do Nascimento; Leonardo Emi; Linter Cristiano Garcia Rosa; Lorena de Moraes Nascimento Leite; Loriana Andrade da Silva Ferreira; Luan Pedro Barbosa Moreira; Luana Graziela Alves Fernandes; Lucas Barbosa Calixto; Lucas Carvalho de Araujo; Lucas Ribeiro Macedo; Lucas Rodrigues de Farias; Lucas Rufino Travassos; Lucas Souza da Costa; Lucas da Silva Rosa; Lucas de Mello Braga; Luciana Amanda Gusmao dos Santos; Luciana Antunes de Almeida Secchi; Luciane da Silva e Silva; Luis Henrique do Nascimento dos Santos; Luiz Carlos Silva Barbosa; Luiz Felipe Goncalves de Oliveira; Luiz Filipe Pereira de Carvalho; Luiza Soares Galli; Malaki Maria Dantas Bassila; Marcela Bittencourt Thomaz de Aquino Escobar; Marcelo Caruso Victorino da Silva Júnior; Marcelo Gomes da Silva Junior; Marcelo Mascarenhas Ribeiro de Araujo; Marcelo Moura Bezerra da Silva; Marcelo Paes Menezes Filho; Marcelo Santos Leite; Marcia Fernanda de Morais; Marcia Poubel Bonamigo; Marcos Filipe de Mello Pimenta; Marcos Wilson de Sousa Moura Santos; Maria Azevedo Ximenes; Maria Eduarda de Oliveira Carrulo Meirelles; Maria Fernanda Vaz Oliveira; Maria Julia dos Santos Cruz; Maria Victoria dos Santos Almeida; Maria da Conceicao Oliveira Cabral; Mariana Fernandes Gomes; Mariana Lopes da Matta; Mariana Ribeiro Queiroz de Almeida; Mariana Rodrigues Leite Ribeiro; Marilia Bastos Pelanda de Lima; Marilia Freitas Menezes Cruz; Marlon Neves Rodrigues; Marvin Brandao Neves; Mateus Erthal Rodrigues Maximo; Mateus Martins Carvalho; Matheus Antunes Bezerra; Matheus Barros Vale; Matheus Procopio Peres; Mayara Merlin dos Santos Cardoso Freire; Mayra de Almeida Reis Rodrigues; Miriam Rocha Freitas; Moises Mak Soares Gomes; Moises Vieira Gomes; Natalia Bolson Dotto; Nathalia Fedatto Capoani; Nicolas Sousa e Silva; Noe Fernandes Carvalho Pessoa; Nuria Lacerda Sandes; Otavio Hueb Festa; Patricia Souza de Nahuys Coelho; Paula Tereza de Carvalho Penha; Paulo Germano Sousa; Paulo Roberto Silva Cruz; Paulo Tiago Buono Valença; Paulo Vitor Gomes Lacerda; Pedro Castelo Branco Fonseca; Pedro Henrique de Abreu; Pedro dos Santos Parada Alves; Priscila Almeida Magalhaes; Quiara Lovatti Alves; Rafael Augusto Budziak de Oliveira; Rafael Chaves Fonseca; Rafael Cursino Farias de Arruda; Rafael Goulart do Nascimento; Rafael Matos Hortegal; Rafael Mattos Cardoso do Amparo; Rafael Otto Soares Fiedler; Rafael Paiva Rigo; Rafael Sullyvan Braz da Silva; Rafaela Ferreira Cotta Maciel; Rafahel Nobrega da Silva; Raissa Araujo Santos; Raniely Benites Goncalves; Rejane Maria da Silva Farias; Rennyer Marinho e Silva; Ricardo David; Ricardo Felini; Richard Coelho de Paulo; Rick Anderson Freire Mangueira; Rita de Cassia Pessoa Pazin; Roberta Menezes Pedrosa; Robson Costa Tavares; Rodrigo Antonio Gomes Goncalves; Rodrigo Francose Affonso; Rodrigo Moreira da Silva; Rodrigo Morgado Coelho; Rodrigo Schaefer Guimaraes; Roosevelt Oliveira de Melo Neto; Rosalice Miecznikowski; Rosemary Barbosa; Sabrina Miranda Areco; Samara Raiol Dias; Samir Ranon Correia Motta; Samuel Ernandes Franco Matos; Sandra Lucia Vieira da Silva; Sarah Machado Veldhuis; Sergio Henrique Simao da Silva; Sheilla Nathalia Fernandes; Silvia Viviane Carrasco; Silvio Jose Batista Soares; Stefany da Silva Sant Anna;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Stella de Mello Alves; Sunamita Ferreira Santiago Fernandes; Taila Tostes Borges; Tais Penna de Queiroz; Tamara Araujo Viterbino; Tatiana Guimaraes Abreu de Oliveira; Tatiane Hagen Dias Mendes; Tatiane Oliveira dos Santos; Thales de Jesus Hatem; Thanise Demartini Ghilardi; Tharcisio Martins da Fonseca Garcia; Thassio Queiroz Brandao; Thays Duarte Santos; Thiago Balbi Guaragna; Thiago Barbosa Bezerra; Thiago Camatta Chaves Turra; Thiago Carvalho Santos; Thiago Galindo Luna; Thiago Rosa dos Santos; Thiago da Silva Nascimento; Thiago de Melo Santos Gomes; Thulio Roberto Silva do Nascimento; Tiago Mendes Freire; Túlio Souza Alves da Cunha; Ulisses Marchito Debiase; Valter Peixoto Cardoso; Vanderlei Rower; Vanessa Garcia Parra; Veronica Franco de Castro Lima; Victor Hugo Cardoso Mendes; Victor Toledo Guilarducci; Vinicius Macedo de Sousa; Vitor Brosque; Vitor Fiorin de Vasconcellos; Wagner Faria de Oliveira; Walter Rebuite dos Santos Junior; Wanessa Amancio Alquino; Wesley Thompson Silva Moura; Wildney Leite Lima; William de Oliveira Mackert; Yago Roberto Lopes Correia Lima; Yan West Behrens; Yuri Gabriel Paz de Andrade; Yuri Lucas Lourenco Martins Vianna

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Autoridade Portuaria de Santos S.a; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.a.; Banco do Nordeste do Brasil S.a.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Bb Tecnologia e Serviços S.a.; Câmara dos Deputados; Casa da Moeda do Brasil; Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - Mcti; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Comando da Aeronáutica; Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha; Comissão de Valores Mobiliários; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf; Conselho Nacional de Justiça; Controladoria-geral da União; Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Diretoria de Educação Superior Militar - Comando do Exército; Diretoria de Educação Técnica Militar - Comando do Exército; Diretoria do Pessoal da Marinha; Diretoria do Sistema Penitenciário Federal - Mjsp; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Empresa Gerencial de Projetos Navais; Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Universidade de Brasília; Fundação Universidade do Amazonas; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Indãºstria de Material Bã©lico do Brasil; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto); Ministério da Cultura; Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Saúde; Ministério das Relações Exteriores; Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Petróleo Brasileiro S.a.; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Senado Federal; Serviço Federal de Processamento de Dados; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Telecomunicações Brasileiras S.a.; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/df e TO; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc; Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/es; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/go; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp; Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/se; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/ce; Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Tribunal Regional Eleitoral de Goiás; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Tribunal Regional Federal da 6ª Região; Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Semiárido; Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Representação legal: não há.

009.631/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Lucileida Cunha.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
Representação legal: não há.

009.763/2026-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: José Almeida de Sousa; Raimundo Mendes Damasceno.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Igarapé do Meio (MA).
Representação legal: não há.

009.809/2026-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de José de Freitas (PI).
Responsáveis: Josiel Batista da Costa; Roger Coqueiro Linhares.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.216/2026-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.
Responsáveis: Bruno Oliveira Alencar; Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
Representação legal: não há.

017.594/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria Lucia Leal de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
Representação legal: não há.

017.729/2026-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ana Luzia Pinto Franco Dias; Benedito da Costa Maues; Ledinadina Almeida Dantas; Paulo Roberto da Silva; Raimunda Maria Teixeira Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

017.771/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Antonio Felix dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Representação legal: não há.

017.850/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria Antonieta Sarkis de Alcantara
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Representação legal: não há.

018.107/2026-5 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Geny Vilhena de Almeida; Geraldina Melo de Vilhena; Guiomar Ortega Bio; Marluce Ferreira Ramos da Silva; Rosalina Socorro do Rosario e Souza; Tereza Maria Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.329/2026-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ariete Pereira de Morais Ferreira; Derocilde Pinto da Silva; Deronilce Silva de Andrade; Ellen Cristina Florencio da Cunha; Marcia Regina Pereira Meireles; Maria Auxiliadora Pinheiro de Araujo Cunha; Mary Ellen Florencio da Cunha; Rosa Antonia Guardiola Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.450/2024-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Base Aérea de Campo Grande.
Responsável: Pedro Sebastiao Nantes dos Santos
Representação legal: Francielli Sanchez Salazar (15140/OAB-MS), representando Pedro Sebastiao Nantes dos Santos; Francielli Sanchez Salazar (15140/OAB-MS), representando Elisabeth Miranda de Oliveira dos Santos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

018.757/2026-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Cristine Audrey de Castro Maia Cardoso; Magda Beatriz Adolpho Carvalho; Norma Valadao Ferreira Pavao; Tatiana Guelfo do Nascimento; Zenilda Regis Orrico
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

019.486/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria do Socorro Fernandes de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO.
Representação legal: não há.

019.664/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Edson Costa de Barros Carvalho Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
Representação legal: não há.

019.774/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria Aparecida de Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
Representação legal: não há.

020.656/2025-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.
Responsáveis: A Perin & Irmão Ltda. ; Companhia Brasileira de Moagem S.A. ; Cooperativa Triticola e Agro-pastoril Girua Ltda. ; Cotrijui - Cooperativa Agropecuária & Industrial ; Dalbem, Oliveira & Cia Ltda. ; Francisco Natal Signor; Microsal Indústria e Comércio Ltda. ; XTR Assessoria e Consultoria Comercial Ltda. .
Representação legal: não há.

034.252/2017-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Carlos Pereira de Andrade.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia No Piauí.
Representação legal: não há.

034.265/2017-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ana Maria Drechsler Provenzi; Ari José Forte; Carla Regina Braghini; Cesar Roxo Machado; Hermes Tadeu Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia No Rio Grande do Sul.
Representação legal: não há.

034.268/2017-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Regina Celia Simões Dutra de Oliveira; Ricardo Christoff; Ricardo Rodrigues de Azevedo; Rui Morais Machado; Salete Marcilio
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia No Rio Grande do Sul.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Ministro JHONATAN DE JESUS

004.453/2026-3 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO

Interessados: Abdiel de Lira Rolim; Adrian Lemem Pantoja de Figueiredo; Adriana da Silva Batista; Adryan Wesley Menezes da Silva; Aires Ferreira Leite Junior; Alain Amorim; Alan Vinicius de Brito Pereira; Alana Coffone Cabral; Alberto Mesaque Martins; Alda Carla Alves Cardozo; Alda Tereza Queiroz Lyra dos Santos; Alejandro Lima Alves Ramos; Alessandra Cavalcante de Souza Lins; Alessandra Ferreira Dales Nava; Alessandro Apolinario Teixeira da Silva; Alessandro Gutzmer de Mattos Borba; Alessandro Oliveira de Mello; Alexander Dias Jardim Andrade; Alexandre Kaua Lopes Guimaraes; Alexandre Porto de Souza Junior; Alexandre Tavares Ferreira; Alexandre Wagner Gurgel Magno; Alexandre de Paiva Rio Camargo; Alice Oliveira Pereira; Alida Alves dos Santos; Alife Raick Feliciano Lombone; Aline Alves de Moraes; Aline Cavalcanti Dantas Lubenow; Allan Lucas Macena Silva; Allan Souza dos Santos; Altieres de Arruda Rocha; Amanda Almeida da Silveira; Amanda Colares Ribeiro Campos; Amanda Cristina de Souza Andrade; Amanda Martins Umbelino; Amanda Najara Messias Soares; Ana Aurea Revoredo Torres; Ana Beatriz Lima Barcellos de Souza; Ana Byatriz dos Santos Bento; Ana Carolina Rocha Garcia Miranda; Ana Claudia Lima Guedes; Ana Flavia Pinto Ribeiro Chaves; Ana Gretel Echazu; Ana Karina Vieira Gonzaga; Ana Maria Murta Santi; Ana Paula Brasil Oliveira; Ana Paula Rodrigues Rocha; Ana Paula dos Santos Matos; Ananda Novais Morais; Anderson Carassa Rampasio; Anderson Cassio Campelo Costa; Anderson de Almeida Pereira; Andre Barciela Veras; Andre Felipe Alves Brito; Andre Felipe Fonseca Carneiro; Andre Luiz Barros de Lima; Andre Luiz Gois de Oliveira; Andre Luiz dos Santos Macedo; Andre Ribeiro Vieira; Andre Sousa Guedelha; Andrea Giroto Amorim; Andrea Machado Salgado; Andressa Rezende Pereira; Andreza de Farias Calado Castro; Andrezza Beatriz de Oliveira; Andrielle Daclei do Espirito Santo Melo da Silva; Angelo Faria da Silva; Anna Carolina Andrade Lima dos Santos; Anna Gabriela Mie Shuto; Anna Paula Depieri Giroldo; Anna Paula Marques Vilarindo; Annira Ramona Castro Cuesta; Anny Waloski Robert Kulig; Antonia Christina Yunes Garcia; Antonio Alves Costa Neto; Antonio Helbert Guedes de Mesquita Jacome; Antonio Jordelio Pereira Parente; Antonio Luiz dos Santos Filho; Antonio Rafael Silva Brito; Antonio Victor Alencar Lundgren; Arboly Xavier Santos; Armando Jose Guevara Patino; Aron Carlos de Melo Cotrim; Arthur Daniel Rocha Alves; Arthur Ferreira Lopes do Nascimento; Arthur Fontes de Oliveira; Arthur Gutemberg dos Santos e Silva Lima; Arthur Nunes Silva; Arthur Nunes de Oliveira; Arthur Santos Gomes; Arthur Soares Lopes; Arthur da Luz Santos; Artur Bandeira Cardoso Barros; Artur Luiz Nepoziano Avelino da Silva; Assad Charbel Chequer Bon Habib; Asy Pepe Sanches Neto; Augusto Januario Nascimento; Ayda Monteiro de Lima; Ayrton Samuel Eloi Barbosa Leite; Barbara Edwiges Motta Coelli; Barbara Figueiredo Santos; Barbara Santos Mello de Oliveira; Barbara de Oliveira Athayde; Beatriz Bezerra de Menezes Serpa Maia; Beatriz Braga Silva; Beatriz Espindola Gomes Monteiro; Belchior Fernandes Lopes; Benjamin Nunes Beltrao de Queiroz; Bleno Silva Ribeiro; Brenda Melo Costa; Brendo Paulo Marcelino da Silva; Breno Carvalho da Cruz de Carvalho; Breno Moreira Sant Anna; Bruna Dias Peixoto; Bruna Kulik Hassan; Bruna da Silva Belo; Bruno Alcebiades Ayres Calhao; Bruno Amorim de Souza; Bruno Henrique Moreira Lima; Bruno Henrique Oliveira de Lira; Bruno Jonas Oliveira Borges; Bruno Limaverde Vilar Lobo; Bruno Lopes Menezes; Bruno Lourenconi Freitas; Bruno Moreira de Carvalho; Bruno Raffael Ribeiro dos Santos; Bruno Vinicius Castello Branco; Bruno de Souza Vantine; Bryan Bacs Rodrigues Cardoso; Byanca Milograna Soares; Caian Leal de Azevedo Vinhaes; Caio Cesar Rodrigues Leite Araruna; Caio Lopes de Macedo; Caio Renne Paiva Martins de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Oliveira; Caio Victor Rodrigues Goncalves; Caio Vilas Boas Montenegro; Caique Santos da Silva; Camila Alves Bahia; Camila Fernanda Silva Santos; Camila Maria Coelho de Moura; Camila Patricio Braga Filgueira; Camily Leres Botelho; Camylla Francklin Cordeiro Cavalcanti; Carla Larissa Monteiro Ramos Paz; Carla Ramos Moreira; Carla Regina Coelho; Carlos Alex Sanches Roledo; Carlos Antonio Meneses Carlos Filho; Carlos Antonio Sousa dos Santos; Carlos Augusto Moreira de Sousa; Carlos Daniel Caetano; Carlos Daniel da Silva Melo; Carlos Douglas Correia Barreto; Carlos Eduardo Guimaraes Morgado; Carlos Eduardo Souza Brito; Carlos Felipe Nogueira; Carlos Gabriel Marques de Oliveira; Carlos Milton Franca Junior; Carolina Barbara Nogueira de Oliveira; Carolina Borges de Araujo; Carolina Campos Mendes Areas; Carolina Christina do Sacramento Nardi; Carolina Fausto de Souza Coutinho; Carolina Oliveira de Jesus; Caroline Maria Marcos; Caroline Melo Nunes; Caroline Pereira Paes Ferreira; Caroline Souza de Campos; Caua Dias Venancio; Caua Goncalves de Lima; Caua Italo Santos Simoes; Caua Patrick Mattos dos Santos; Celina de Jesus Guimaraes; Christian Goncalves Nogueira; Christyan Quintanilha da Costa; Clarice Bezerra da Cunha; Clarice Leite Monte dos Santos; Clarice Martins Ferreira; Claudia Galvao Pedreira; Cleber Hooper da Silva; Cristal Carvalho Han; Cristiane Barata Silva; Cristiane Borges de Oliveira; Cristiane Mesquita de Assis; Cristiane Neves da Silva; Cristiane de Oliveira Igreja; Cristiely Oliveira Caixeta de Sousa; Cristina Morais Machado; Damazio Daniel de Lima Santos; Damerson Muriel Souza Vasconcelos; Damiao Reinnan Silva de Jesus; Dandara Luisa Guedes Ronconi; Daniel Alberto Villanova Machado; Daniel Amarante Viana; Daniel Barros de Oliveira; Daniel Caldeira dos Santos; Daniel Leme da Cunha; Daniel Lucas Sampaio Nascimento; Daniel Maximo Correa de Alcantara; Daniel Talyuli Vieira Burlamaqui; Daniel Vitor Ferreira de Magalhaes; Daniele Cristina Xavier Pereira Frank; Daniele Cristina de Souza; Daniele Guimaraes Diniz; Daniele de Andrade Soares; Danielle Douradinho Menezes Rutilli; Danielle Mara Costa Ribeiro; Danielle Vieira Brandao; Danielly Correa Moreira; Danillo Jeronimo da Silva; Danillo Yan da Silva Oliveira; Danilo Evangelista Costa; Danilo Jose Silva Moreira; Danilo Sousa Silva Costa; Danthon Moreira Dantas; Danuzia da Rocha de Paula; Dario Figueiredo Silva Junior; Darlio da Silva Santos; Davi Araujo Alves; Davi Augusto Silva de Oliveira; Davi Flavio Carvalho de Sousa; David Heriberto Costa Batista; David Silva Camurca; Dayo de Araujo Silva Corbo; Debora Cabral Holanda; Deborah Dias Franca Cavalcanti de Morais; Denilson Santos Rocha; Denis Axelrud Saffer; Denisson Reis da Silva; Denzel Marques Duarte; Deraldo Rios Pinheiro Filho; Deyvison da Silva de Santana; Dhynael Allan Mota Franca; Diadiney Helena de Almeida; Diana da Silva Goncalves; Dianna de Assis Modesto; Didimo Rafael Menezes Pascoal; Diego Jesus de Souza; Diego Rafael Dantas Cavalcanti de Almeida; Diego Santos Andrade; Diego de Souza Goncalves; Diogo Dibo do Nascimento; Diogo Felipe Leal Tine; Diogo de Oliveira Garrido Soares; Dionete Menezes de Brito Ferreira; Djane Clarys Baia da Silva; Douglas Correa Avelino; Eder da Santa Cruz Goncalves Aranha; Edgar Adolfo Freitas Costa; Edgar Cavalheiro Kempe; Edilza da Silva Ferrato; Ednael Frazao Rocha; Eduardo Augusto Andrade da Rocha; Eduardo Costa Cordeiro; Eduardo Geovane de Freitas Leite Filho; Eduardo Trentini Bordin; Eduardo de Assis Moraes Freitas; Elaine Barros de Alencar Costa; Elaine Luzia dos Santos; Elen Dias Accordi Medeiros; Elerson Matos Rocha; Eliane dos Santos Lopes; Elida de Albuquerque Campos; Elienay Reis Dias Cortez; Elis Dionisio da Silva; Elisama Helvecio; Elissa Oliveira da Fonseca; Elton Silva Ribeiro; Elvis Silveira Reis; Emanuele Guimaraes Silva; Emanuelly de Oliveira Miato; Emylle Guimaraes Silva; Enzo Floriano Santos; Eric Alcantara Pinto; Eric Felipe de Oliveira Monteiro; Erica Fernandes da Silva; Erica Goncalves Rodrigues de Andrade; Erica Guerino dos Reis; Erica Peres de Barros; Erick Bulhoes Nogueira;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Erika Alcantara Pinto; Euclydes Marques Ribeiro Neto; Evane Maria de Freitas Praxedes; Evelly Dias Pires David; Evelyn Nunes Goulart da Silva Pereira; Everaldo Freitas Guedes; Fabiana Silva dos Santos Abreu; Fabio Ferreira Leite; Fabio Henrique Dias Martins Lima; Fabio Otavio Cordeiro de Azevedo; Fabio Toshio Kakitani; Fabiola Lana Iozzi; Fabricio Emanoel da Mota Salles; Fabricio Gomes Trindade de Andrade; Fagner Ribeiro Porto; Felipe Lima Equey Silva; Felipe Pineiro de Carvalho; Felipe Vieira Duval; Fernanda Esthefane Garrides Oliveira; Fernanda Fernandes Ferro; Fernanda Ferreira de Freitas Xavier; Fernanda de Lima da Silva Nunes; Fernanda de Moraes Maia; Fernanda de Oliveira Bottino Ribeiro; Fernanda do Nascimento Martins; Fernando Antonio de Macedo Leal; Filipe Ferreira de Almeida Rego; Filipe Garcia do Amaral; Filipe Guido de Vasconcellos Goes; Filipe Jaco Cavalcante Araripe Sobreira Muniz; Filipe Lisboa Santana Alves; Filipe Pinheiro Moreira; Filipe Santos Pereira Dutra; Filipe dos Santos Barreto da Silva; Flavia Maria Lins Mendes; Flavio Henrique Marcolino da Paixao; Flavio Luiz Moura Marques de Oliveira; Francisco Gabriel da Silva Frederico; Francisco William Lopes Freire; Frederico Frantz; Frederico Silva Castelo Branco; Gaberson Batista de Oliveira; Gabriel Araujo Barsch Ayres; Gabriel Carlos Santos; Gabriel Carvalho Menezes da Silva; Gabriel Dantas do Nascimento; Gabriel Fernandes Ciel; Gabriel Garcia Cunha Lopes; Gabriel Henrique Oliveira de Siqueira; Gabriel Jose de Souza Guimaraes Dias; Gabriel Lopes; Gabriel Marques Cavalcante; Gabriel Miranda Uchoa; Gabriel Nascimento da Silva Brito; Gabriel Portilho Moreira; Gabriel Santos de Oliveira; Gabriel Silva Lima; Gabriel Silveira Feitosa; Gabriel Tomaz Ferreira da Silva; Gabriel Vieira Machado Fonseca; Gabriel de Carvalho Carapia Dias; Gabriel do Nascimento dos Santos; Gabriela Albuquerque Fernandes Nobrega; Gabriela Coelho Diniz Soares Santos; Gabriela Lacourt Rodrigues; Gabriela Monique de Oliveira Mundel; Gabriela Reznik; Gabrielle da Silva Ferreira; Gabryel Costa Amorim; Gean Dias da Silva; George Ribeiro da Silva; Geovana Lavoratti; Geovani Carlos Gava; Gianlluca de Souza Fingolo; Gilberto Filipe Figueiredo Feitosa; Gildasio Rodrigues da Silva Junior; Gilvandro Cesar Marques Filho; Giordani Devitte Martins; Giovanni Eduardo Vieira Schenone; Gisele Regina Winck; Giseli Nogueira Damacena; Giselle Santos Pinheiro; Giselly Carvalho Farias Marinho; Giulliano Marco Lemos Barbeta da Silva; Glauber Queiroz Tabosa Tiburtino; Gleicielle Aparecida de Oliveira Andrade; Gregorio Guilherme Almeida; Guilherme Barduchi Pio Marchesi; Guilherme Monteiro Duarte; Guilherme Oliveira Reis Alves; Guilherme Souza Otero; Gustavo Calinski de Lima Paixao; Gustavo Candido de Lima Pinto; Gustavo Emanuel Lima Pinheiro; Gustavo Maciel Monteiro; Gustavo Martins Maudonet da Costa; Gustavo Santos Ramalho; Gustavo Silva de Oliveira; Hallison Mota Santana; Heber de Arruda Antunes; Heitor Levy Ferreira Praca; Helba Cirino de Souza Barbosa; Heldemys da Costa Medina; Henrik Gerber de Oliveira; Henrique Rabello de Carvalho; Henrique Silva Goncalves; Herley Medeiros Lins; Hermeson Sttainer Silva Oliveira; Homero Albuquerque Ferreira; Hugo Braga de Oliveira; Hugo Costa Nascimento; Hugo Henrique de Freitas Ferreira; Humberto Cesar Pizzino de Luca; Iago Nunes de Sousa; Ian Cruz da Silva; Iara Ranona Sousa Prado; Iaralice Medeiros de Souza; Icaro Bonyek Santos da Silva; Icaro Ferraz Vidal Junior; Icaro Reis Souza; Idelson Gadioli dos Santos Filho; Idna Karime de Sousa Silva; Igor Bellati Favato Godinho; Igor Moraes Militao; Igor Tupinamba Calixto; Ilana Francisca Dias da Silva; Ingrid de Holanda Busquet; Irma Marine Aguiar da Silva; Irys Hany Lima Gonzalez; Isaac Franca Abreu de Oliveira; Isabel Cristina Ferreira Tavares; Isabel Cristina Melo Mendes; Isabela Cunha Helt; Isabela Lopes Soares e Silva; Isabela Lopes Sousa de Hollanda; Isabela Sebastian Vieira Barbosa Sa; Isabella Koster; Isabella Teixeira Coelho Barros; Isabelle Guerra Vilar Amorim; Isadora Ferro Nogueira; Isadora Marques Paiva; Isadora Rodrigues da Silva; Isaque Soares Barros; Italo Silva de Almeida;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Iury Souza Silva; Ivone Rosa de Andrade; Jacqueline Lopes de Lima; Jailson Nunes do Nascimento; Jaime Joaquim dos Santos Neto; Jaise Gatellier Caldas de Aquino; Jamesson Silva dos Santos; Jamille Medeiros Ramos de Carvalho; Janete Ribeiro de Oliveira Felinto; Janine Nascimento dos Santos; Janio de Jesus Goncalves Junior; Jean Cezar dos Santos da Silva; Jean Gama dos Passos; Jean Victor Correia da Silva; Jean de Souza Alves; Jefferson Michael dos Santos Oliveira; Jefferson de Jesus Vitoriano; Jessica Mary Guache Soares Ribeiro Almeida; Jessica Shamea Borges e Silva; Jessica da Cunha Ramos; Jesus Cristiano Felix da Silva; Jhonatha Kayque Rodrigues de Oliveira; Joao Carlos Alves Pereira; Joao Carlos Burton Ramos; Joao Chaves Mendes Filho; Joao Eduardo Pinho; Joao Gabriel Pessoa Mignot; Joao Gabriel Ribeiro Pessanha Leal; Joao Gabriel Santos da Rocha; Joao Gabriel da Costa Simoes; Joao Gabriel de Aguiar Moura; Joao Igor da Costa Gomes; Joao Jorge Tsunematsu Frazao; Joao Lucas Gomes Ribeiro; Joao Marcos Ferreira Dias Cerqueira; Joao Miguel Estephanio; Joao Paulo Miranda dos Reis; Joao Pedro Ribeiro de Azevedo; Joao Pedro das Neves dos Santos; Joao Victor Goncalves Ferreira; Joao Victor Melo Mangueira; Joao Victor Omena Cardoso; Joao Victor Ramos Diniz; Joao Vinicius dos Santos Dias; Joao Vitor Matos de Oliveira; Joao Vitor Porto Garcia; Joao Vitor da Silva Barbosa Rodrigues; Joel Costa de Andrade; Jonatas Bruzello Silva; Jonnathan Ferreira Pereira; Jordana Ferraro Kherlakian Banzoli; Jordana Herzog Siqueira; Jorlan Fernandes de Jesus; Jose Ayrton Macedo Guimaraes de Oliveira; Jose Carlos da Silva Henriques; Jose Claudio Pereira da Silva; Jose Djandir Costa Filho; Jose Fernando da Silva Martins; Jose Henrique de Lacerda Furtado; Jose Joaquin Carvajal Cortes; Jose Jorge da Silva Junior; Jose Matteus dos Santos Fernandes; Jose Nildo de Barros Silva Junior; Jose Nilson de Lira Freire Junior; Jose Otamir de Andrade Junior; Jose Victor Magalhaes de Araujo; Jose Vitor Alecio Rodrigues; Josemario de Abreu Silva; Joyce Natividade da Costa; Juan Henrique Lima Pereira; Juan Matheus dos Santos; Juan Vitor da Silva Lima; Jucicleide Ramos de Souza; Julia Zerbinat de Oliveira da Silva; Juliana Batista de Souza; Juliana Fernandes Kabad; Juliana Manzoni Cavalcanti; Juliana Nascimento Santos; Juliana de Araujo Melo Fortes; Juliane Lucia Gomes da Rocha; Juliano Colombo Mendes; Juliano de Lima da Silva Rocha; Junio Cesar Lemos Silva; Kaian da Motta de Castro Perim; Kaike de Paula Rodrigues Leite; Kaiki Miguel Ventura da Luz; Kaique de Souza Gomes; Karem Beatriz Amaral de Lima; Karen Aline Almeida Rocha; Karen Jennings Ribeiro; Karine Nunes Lima; Karine Vitoria dos Santos Guedes; Karinne Cruvinel Guimaraes; Karla Cristina Vasconcelos Moura; Karla Heline Pereira de Mesquita; Karla Kalene Fernandes Melo Araujo; Karoline Carvalho Carmona; Karollyne Seixas Cleto; Kathyanne Marinho Rodrigues Nicacio; Katia Lorena Alves de Queiroz; Kaua Carvalho de Almeida; Kaua Emanoel Santos de Oliveira; Kaua Mendes Aires Medeiros; Kaua Oliveira da Matta Fernandes; Kaua Santana da Silva; Kaua Teixeira da Silva Jardim; Kauan Gabriel de Alencar Martins; Kaue Sedarowich Falcao Martins; Kawa Silverio Luiz; Kemilly Fernanda Magalhaes da Cruz Silva; Kerlonny Fopsy; Kessiane Belshoff de Almeida; Klaus Kennedy Santos Cavalcante de Oliveira; Kleysson Handersson Arantes Souza de Campos; Laercio Lucas Oliveira dos Santos; Laercio Viana Oliveira; Laila Gabriela Carlos de Oliveira; Laio Magno Santos de Sousa; Lais Alves Bernardino da Silva; Lais Rebeca Santana Rodrigues Machado; Laiz Soares Silva; Lanara de Menezes Oliveira; Lara Gomes Custodio; Lara Liz Freire; Lara Macedo Soares; Lara Matias Lima; Lara Soutto Mayor Vieira; Lara de Menezes Andrade; Larissa Botelho Pedrini; Larissa Mattos Feijo; Larissa da Silva Canto Bastos; Larissa dos Santos Domingues; Laryssa Lima de Santa Rita; Laureane Pereira de Sousa; Leandro Matheus da Costa Rodrigues; Leandro Pires Carvalho de Oliveira; Leandro Silva Araujo; Ledson Freire Santos; Leinyara da Silva Brito Benites; Leonardo Antonio Carvalho Hipolito; Leonardo Lacet

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Cordeiro; Leonardo Mesquita Class Borges; Leonardo Neves de Sousa; Leonardo Novais Tavares; Leonardo Ribeiro Batista Silva; Leticia Cabral do Nascimento; Leticia Oliveira dos Santos; Lia Guimaraes de Queiros; Licia de Lima Lopes; Lidyane Lino da Silva; Lilian Maria Oliveira da Silva; Liliane de Fatima Antonio Oliveira; Lina Augusta Serrao Aguiar; Livia Caminha Martinez; Livia Carolina Santos Ataide de Vasconcelos; Livia Fernandes da Silva; Loren Vieira Santos; Lorena Maria Lima de Oliveira Dantas; Lorena dos Reis e Silva; Lorrany Freire Paz de Sousa; Luan Marcos Souza Santiago; Luan Mendes de Matos; Luana Balbino dos Santos; Luana Barreto de Almeida Vasconcelos; Luana Costa Oliveira Braga; Luana Ferreira Braga Benirschke; Luana Fontinele Silva; Luana Ramalho Jacob; Luanna Vitor de Macedo; Luany Patricia Liberato de Oliveira; Lucas Clayton Nunes da Silva; Lucas Eduardo Vilarinho Guimaraes; Lucas Garcia Pires; Lucas Goulart dos Santos; Lucas Lima de Andrade; Lucas Lopes da Silva; Lucas Manoel da Silva Cabral; Lucas Matheus Pires Quitete; Lucas Meira dos Santos; Lucas Nunes da Silveira; Lucas Oliveira Alves; Lucas Santos Fagundes; Lucas Teixeira Camargo; Lucas Vinicius da Silva de Oliveira; Lucas de Almeida Machado; Lucas de Souza Estephaneli; Lucelia dos Santos Silva Mazurec; Luciana Avelar Dutra Gaviao; Luciana Guerra Gallo; Luciana Lopes Batista Vinagre; Luciana Maria Sobreira Bezerra; Luciana Wietzikoski Otoni de Matos; Luciane Cristina Ferrareto; Luciano Germano Maximo Junior; Luciano Reboucas de Oliveira; Luciene de Oliveira Morais; Ludimilla Gracielly Ferreira Caponi Castro; Luis Fernando Lipka Insfran; Luis Fernando Machado de Oliveira; Luis Gabriel Peres Figueiredo; Luis Henrique Balland Vieira; Luiz Alves Araujo Neto; Luiz Fabricio Moura Marques; Luiz Fernando Lourenco da Silva; Luiz Henrique Pereira Teixeira; Luiz Paulo Pereira Silva; Luiza Gomes de Souza; Magno Maciel Magalhaes; Maira Pompeu Martins; Maisa da Silva Araujo; Manoel Borges da Rocha Neto; Mara de Oliveira Basso; Marayah Sampaio Ruas da Fonseca; Marcel Jose Cardozo Barros; Marcela Costa de Almeida Silva; Marcela Rangel Meira da Costa; Marcela de Holanda Cavalcanti da Fonte; Marcelia Gomes Machado; Marcelle da Silva Lapenne; Marcello Eduardo da Silva Xavier; Marcelo Augusto Freire Cardoso; Marcelo Breves Maia; Marcelo Bruno Ferreira de Araujo; Marcelo Henrique Moraes de Jesus; Marcelo Henrique Santos Paiva; Marcelo Luiz Medeiros Soares; Marcelo de Matos Sousa Junior; Marcio Cesar Ribeiro Marvao; Marcio Miguel Pimentel Lourenco; Marco Antonio Guarino Costa; Marcos Douglas Marques Rodrigues; Marcos Thimoteo Dominguez; Marcus Vinicius Pereira da Silva; Marcus Vinicius de Melo da Silva; Margareth Cristina de Almeida Gomes; Maria Caroline Leal Borges de Araujo; Maria Cecilia Galacho Quaresma de Oliveira; Maria Clara Alves Santarem; Maria Eduarda Cavalcante Pires de Castro Studart; Maria Eduarda Scoralick Pereira Andrade; Maria Eduarda Souza Leao de Andrada Oliveira; Maria Fernanda Rebello Horta Buzanovsky; Maria Izabela Silva Vidal; Maria Paula Migliorini Felisbino; Mariana Brito Silva; Mariana Ercilia Reis Pinheiro; Mariana Pereira do Carmo; Mariana Santos Lemos; Mariana Souza Oliveira; Mariana da Rocha dos Santos; Marianna Santos Tinoco da Costa Britto; Marianna Zattar Barra Ribeiro; Marianna de Almeida Mendes; Marilia Arndt Mesenburg; Marina Eulalio Rocha Veras de Resende; Marina Mendes Vasco; Marina Santos e Souza; Maristela Palmeira de Barros Souza; Markan Froes Brasil; Marlon Dias Mariano dos Santos; Marlon Gregori Flores Custodio; Marlon Otavio Reis da Silva; Martin Pablo Cancela Sehabiague; Mateus Francisco de Sousa; Mateus Henrique Dias de Sales; Mateus Piovanelli de Lima; Mateus Rodrigues Carvalho; Mateus Silva de Souza; Matheus Cerqueira Braga; Matheus Conde Silva; Matheus Cruz Vieira Leao; Matheus Filgueira Bezerra; Matheus Freire Matos; Matheus Oliveira de Azevedo; Matheus Ribeiro Peixoto de Oliveira Rocha; Matheus Ulisses Coutinho Saraiva; Matheus da Silva Peron; Matheus de Lima Monteiro; Mathias Gama de Aguiar Ferreira; Matias

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Mrejen; Mauricio Henrique dos Santos Lopes; Max Milliano Tolentino Melo; Mayana Passos Benevolo; Mayara Correa dos Santos; Mayara Pereira de Araujo; Mayara Secco Torres da Silva; Mayara Torres Araujo; Mayconn Gabriel Fernandes Lopes; Mayra da Cruz Honorato; Melquisedeque do Amparo Santos; Michela da Rosa Rodrigues Freitas; Michelle Nadur Brum; Michelle Samuel da Silva; Miguel Angelo da Silva Rangel; Miguel Teixeira da Penha; Miguel dos Santos Mendes; Mikaela Lopes de Caldas; Milena Mendonca Pereira; Millane Vieira Santos; Millena Medeiros Maux Lessa; Moacir Ximenes Sousa Neto; Moacyr Torres Junior; Monica Barcellos Arruda; Monica Boehler Iglesias Azevedo Ferreira; Monica Etrusco Pedrosa; Monica Soares Oliveira de Almeida; Monique Collaco de Moraes Stavale; Moreno Marques Rocha; Najara Akira Costa dos Santos; Nata Medeiros Moreira; Natalia Helou Fazzioni; Natalia Medeiros dos Santos; Natalia Peixoto Lima; Natalia Targino da Silva Santos; Natalia Wanderley de Amorim; Nataly Machado Rodrigues; Natanael Vieira Alves; Nathalia Alves Araujo de Almeida; Nathalia Santos Melo Sarzedas de Almeida; Nathalia de Paula dos Santos; Nathalia dos Santos Alves; Nathalie Meira Castro Aguiar; Nathan de Oliveira Ferreira; Nayara Begalli Scalco Vieira; Nelcio Souza Soares Segundo; Netanel Oliveira da Rocha; Ney Magno Bezerra Escossio; Nickolas dos Santos Cordeiro; Nicolas Silva Sales de Souza; Pablo Mariz de Oliveira; Paloma Nobrega Rodrigues; Pamela Araujo Pinto; Pamela da Silva Lopes; Patricia Cavalcante Cordeiro; Patricia D Emery Alves Santos; Patricia Ferreira do Espirito Santo; Patricia Rezende Teixeira; Patricia Yukari Kawamura Asano; Paula Adala dos Passos Pereira Gomes; Paula Fernandes D Elia; Paula Pereira Borcato; Paula de Assumpcao Vieira; Paulo Andre Aguiar da Silva; Paulo Andre Correa Alves; Paulo Henrique Gomes Marques; Paulo Henrique Spindola Silva; Paulo Joaquim Oliveira dos Santos Goncalves; Paulo Jose Silveira Azevedo; Paulo Ricardo Guimaraes Rocha Storni; Paulo Ricardo da Cruz de Abreu; Paulo Roberto Pinheiro Brito; Paulo Roberto de Carvalho Castro; Paulo Victor Bento Honorio; Pedro Fernandes Rodrigues; Pedro Henrique Borges Sardinha; Pedro Henrique Monteiro de Souza Miguel; Pedro Henrique dos Santos Brandao; Pedro Henrique dos Santos Jorge; Pedro Luccas Miranda da Silva; Pedro Paulo Dias Ribeiro; Pedro Pereira Magalhaes; Perola Thayna Carvalho Moreira; Pollyanna Fausta Pimentel de Medeiros; Priscila Carvalho Cavalcanti Prestes; Priscila Lima Fatal; Priscila Timbo de Azevedo; Priscila de Freitas Bastos Pazos; Quelli Regina de Souza Perciliano; Rafael Alcalde Tegon de Souza; Rafael Augusto de Souza Paixao; Rafael Leonardo Matias; Rafael Ruy Lima Celestino; Rafael Verissimo Oliva; Rafael de Albuquerque Braga; Rafael de Oliveira Passos; Rafaela Viana do Vale; Rafaella de Souza Serafim; Raimundo Nonato Henrique de Azevedo Neto; Raimundo Nonato dos Santos Silva; Raissa Freitas de Paula Oliveira; Raissa Karyne Carvalho da Silva; Ramon Lemos Calaca das Neves; Raphael Meireles Araujo; Raphael de Freitas Saldanha; Raphael de Oliveira Santos; Raquel Duque do Nascimento Arifa; Raquel Leonarda Veiga Moura; Raquel de Jesus Costa; Rayanne Thalya Moreira Lopes; Raysa Landim Cruz Parente; Rayssa Moreira Lacerda; Rebeca Goncalves Costa; Regis Samuel da Silva; Renan Pedra de Souza; Renata Alfena Zago; Renata Lioi Barreto dos Santos de Almeida; Renata Serravalle Rocha Felippi; Renata dos Santos Almeida; Renato Chicanel da Silva Junior; Renato Ferras Penteado; Renato Tavares Martins; Renato da Mota Oliveira; Rene de Oliveira Beleboni; Ricardo Abdala Lima; Ricardo Miguel dos Santos Ferrier Cuellar; Ricardo Morais dos Santos Filho; Ricardo Pereira Soares; Richard Vinicius Santos Candido; Robert Lucas Teixeira Barbosa; Roberto Cesar Pereira de Menezes; Roberto Rodrigues Ferreira; Rodrigo Lucas Mendes; Rodrigo Rodrigues Grion; Rodrigo de Amorim Chermont; Rodrigo de Araujo Estrela; Roger Chrystian Mendes Ferreira da Silva; Roger Damascena Santana; Rogerio Sena Corado; Romulo Emanuel Freitas Pinto; Ronald Santos Reis; Ronaldo de Ataide Nicacio

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Silva; Ronaldo dos Santos Alves Junior; Ronan Gabriel Correia da Silva; Rosa Rego Pacheco; Ruan Pablo Pereira Schreiter; Rubens Teixeira Machado; Ryan Dias de Souza; Samantha Castro Tanajura de Lima; Sammara Barbosa Menezes Oliveira; Samuel Dutra de Carvalho; Samuel Farias de Lima; Samuel Lorenzo de Mendonca Faria; Samuel Marques dos Reis; Sandra Grossi Gava; Sara Luciano de Souza Valdiviezo; Sarah Braga Peixoto; Saulo Natalino Constancio Correa Junior; Shara Hozana Silva Mota; Shirley Santana Santos Correia; Sileno de Queiroz Fortes Filho; Silvia Pereira da Silva Santos; Simone Patricia Carneiro de Freitas; Simone Silveira; Sol Yasmin do Amaral Vital; Sonaldo Marcos Vieira Barbosa; Soraia Lemos Ehlers; Soraia Oliveira da Luz Castro; Stefani Ribeiro de Almeida; Stefanny Conceicao de Azevedo; Stefanny da Silva Guerson; Stephanie Livia de Souza da Silva; Sthefany do Carmo da Silva; Talita Magalhaes Rocha; Talytta Feitosa Gonzalez; Tamiris Azamor da Costa Barros; Tanara Perin; Tarciane Cristina Costa da Silva; Tatiana Protzenko Cervante; Tatiana Yoko Umata Jacomel; Tatiane Bordignon Uliana; Tatiane Pires de Oliveira; Taynan Henrique Wanderley Cabral; Tercio Luz Barbosa; Thaine Garcia Carvalho Vasconcelos; Thais Fernandes Rodrigues da Conceicao; Thayane Vicente Vam de Berg; Thaynara de Carvalho Ribeiro; Themis Carolina Wassano Matunaga; Thiago Batista Silva; Thiago Dias Silva; Thiago Francisco de Mello Neves; Thiago Luis Coelho da Silva; Thomas Patrick Custodio Heinrich Pereira Bernardes; Thyson Ferreira Silva; Tiago Coutinho Cavalcante; Tiago Goncalves Mororo Xerez; Tiago Melo Pedro; Tiago Nonato Cardoso; Tiago Rezende Savian; Tiago Stefanon; Tiago de Lima Rodriguez; Treisy Cristhina Braga Resende; Tulio Atta Gadelha; Ulisses Arjan Cruz dos Santos; Ulisses Catossi Junior; Valdinete Alves do Nascimento; Valeria Mara Borillo; Valter Gabriel da Rocha da Silva; Veronica Maciel Zulian; Victor Francisco Figueiredo Rocha Soares e Silva; Victor Guerrero do Bomfim; Victor Lima dos Santos; Victor Luiz Dias de Castro; Victor Luz Silveira Santagada; Victoria Melo Costa; Victoria Silva Correa Teixeira; Vinicius Gouvea Cancella; Vinicius Paz dos Santos; Vinicius Ramos Henriques Maracaja Coutinho; Vinicius Rinaldi Valerio; Vinicius Torquato Alves Alexandre; Virgilio Leandro Freitas; Vitor Cavalcanti Rodrigues; Vitor Ennes Vidal; Vitor Souza Magalhaes; Vitoria Alves de Andrade Rocha; Vitoria Cristini Nogueira Chagas; Vivian Falcao de Faria; Viviane Talita Pereira de Andrade Garcia; Vladimir Costa Silva; Wagner Alexandre do Nascimento; Wagner Alves da Silva; Wagner Lopes Pedro da Silva; Wagner Martins Homero; Waldyr Mendes Tatsch Neto; Walker Silva Guerra; Wanessa Caroline Brito Sousa Medeiros; Wanessa Gomes Ribeiro; Weber da Silva Oliveira; Weligton Nunes da Silva; Wellerson dos Santos Silva; Wellington Alves Wanderley Lopes Filho; Wellington Bandeira da Silva; Wesley Palante de Assis; Wesley Walber da Silva; William Barros Agrelli Girao; William Uriel Fernandes da Silva; Willian Cesar Gomes de Oliveira Dias; Willian Daniel dos Santos Ferreira; Willian Pandolfo; Willian Silva Martins; Wilson Wagner Pereira Cardoso de Souza; Yago Sena da Silva; Yan Breno de Mendonca Damasceno; Ygor Santos Barros; Ykaru Vinicius Monteiro Costa.

Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - Comando da Marinha; Fundação Oswaldo Cruz; Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos.

Representação legal: não há.

009.003/2026-6 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO

Representante: Tribunal de Contas da União.

Órgão/Entidade/Unidade: Gabinete do Ministro da Saúde.

Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

009.206/2025-6 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Japurá - AM.
Responsáveis: Gracineide Lopes de Souza; Vanilso Monteiro da Silva.
Representação legal: não há.

017.624/2026-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Guilherma Eterna dos Santos Rosário Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
Representação legal: não há.

017.642/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Helena Belo da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
Representação legal: não há.

017.739/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ieda Cristina da Silva; Jose Carlos Lucio; Nerio Alves Ferreira Junior.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.

017.776/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Mauro Esteves dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Mineração.
Representação legal: não há.

017.826/2026-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Andre Luiz Sperandio da Silva; Caio Cleber Carvalho da Silva; Fabio Gregoris de Lima; Lucilda Maria Ondei de Carvalho; Vitor Daniel Orsini Victoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

018.037/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Manoel Vieira Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

018.070/2026-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ricardo Augusto.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense.
Representação legal: não há.

018.129/2026-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Andrea Baptista de Mattos; Bianca Coscia Mota; Elizangela Antunes Rodrigues; Eva Soares da Silva Antunes; Eva Soares da Silva Antunes; Patricia Baptista de Mattos; Rosana Maria Colombo de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

018.415/2026-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Alessandra Aronovich Vinic; Anadja Emile de Albuquerque Brito; Andrea Sara Lobo Figueiredo; Bethina Aronovich Dana; Cleoni Reifschneider; Eliane Diniz; Maria de Fátima Barbosa Giacomini; Maria do Bom Parto da Cunha Brito.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

018.428/2026-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Aguimar Santos Nunes; Eliane Santos; Elianete Santos; Eliete Santos Cham; Elisete Santos Cavalcanti; Idene Santos de Oliveira; Maria Boaventura Vicente Ezequiel; Monica de Siqueira Ferraz; Vera Roseli Franco Petruy.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

019.773/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Leonor Guimarães da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

004.451/2026-0 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Aaron Ramires da Fonseca; Acsa Rodrigues Ferreira Guimaraes; Acza de Santana Cruz; Ademir Martins Lima; Adenilson Pereira Cavalcante; Adenilton Cicero Santos da Silva; Adevan da Silva Pugas; Adriana Aparecida Megumi Nishiwaki; Adriana Maria Espinoza Fernando; Adriane Ramos Dimer; Adriano Caiado Acioli Fernandes de Almeida; Adriano Ferreira Resende; Adriano Pacheco Marins; Adrielly de Oliveira Rodrigues de Freitas; Adriny Pereira Nicoletti; Alana Batista dos Santos; Alanis Lemos de Figueiredo; Alessandra Abreu Tramontin; Alessandra Ferreira dos Santos; Alessandra Monteiro de Oliveira Santos; Alessandro Mourao Alves; Alex Mota Soares; Alex Silveira da Silva; Alexandre Eduardo de Souza Dormundo; Alexandre Larangeira Abdalla; Alexandre Rodrigues de Brito; Alice Almeida Ferreira; Aline Caroline dos Santos Cutti; Aline Cesar Jesus; Alison Van Der Linden de Almeida; Amanda Carrara Marcelino; Amanda Cristina de Souza Santos; Amanda Ferreira de Siqueira; Amanda Muller dos Santos; Amanda Seifert de Oliveira; Amanda Silva de Freitas; Amanda da Silva Pinheiro; Amon Lucas Santos de Sousa; Ana Carolina Alencar Lopes; Ana Carolina Kuwer Bugin; Ana Carolina Rodrigues Defante; Ana Cristyna Reis Lacerda; Ana Gabriela de Paiva Santos; Ana Ketylla Ponte Prado Rodrigues; Ana Laura Perozo Bortoloto; Ana Luisa Batista Cardoso; Ana Luiza Rodrigues de Oliveira Guimaraes; Ana Paula Ribeiro Francisco; Ana Paula Richardelli de Castro Santos; Ana Priscila Sampaio Reboucas; Ana Vitoria Santos Lessa; Ana da Cunha Gouvea Costa e Silva; Anderson Fernandes Caple; Andiara Cristina de Souza; Andjel dos Santos Meirelles; Andre Augusto Giuriatto Ferraco; Andre Correa de Souza; Andre Inacio Straginski Carmona; Andre Lucas Correa de Andrade; Andre Luis Carvalho Siqueira; Andre Moreira de Melo Filho; Andre Santos de Vargas; Andre de Farias Pereira; Andre dos Santos Amancio; Andressa Santos da Rocha; Andressa Vighi Schiavon; Andreza Verli Kunde; Anelise Vogt Tigre; Anelise de Mello Klippel; Angela Barreto de Araujo Porto; Angela Maria da Silva Mendonca; Angelo Marcio

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Silva Cruz; Anna Carolina Costa Nascimento e Santiago; Antonia Aniellen Raianne Moises Aguiar; Antonio Augusto Ferrao Vieira; Antonio Batista da Silva Oliveira; Antonio Francisco da Silva Junior; Antony Kaio Rosa Ribeiro; Antouan Matheus Monteiro Pereira da Silva; Arachanes Silva da Silva; Ariane Marques Henrique; Arley Araujo Borges Carneiro; Arthur Leao Massucato; Artur Bruno da Silva Cancio; Artur Willen Ramos Correa; Audrey Ludmilla do Nascimento Miasso; Augusto Maganha Barbosa; Augusto Silva Tropico Ribeiro; Aurea Vieira de Araujo Batista; Aureliano Fernandes; Auricelio Alves de Macedo; Barbara Cristiane Silva de Lima; Barbara Keice Kalife Trindade; Barbara Maia da Silva; Beatriz Andera Santos Salazar; Beatriz Andrade Charallo; Beatriz Bezerra Santos; Beatriz Paula Moreira da Silva; Beovane Igor de Oliveira; Bernardo Jose de Carvalho Filho; Bianca Jatinan Hartz; Bianca da Costa Maia Lopes; Bianca da Rocha Rodrigues; Breno Danilo de Sousa Carvalho; Breno Jurgeen de Andrade Ferreira; Brisa Rosatti Pereira Gonçalves; Bruna Duarte Signoretti; Bruna Luca Branco Soares; Bruna Lucy da Costa Aguiar; Bruna Rafaela Bezerra Gomes; Bruna de Figueiredo Brito Silva; Bruno Emrich Jachelli; Bruno Gabriel Costelini; Bruno Henrique Gomes de Oliveira; Bruno Junqueira de Morais e Silva; Bruno Lompa Bizarro; Bruno Moitinho de Oliveira; Bruno Nunes Borges; Bruno Porto Silva; Bruno Reis Leite; Bruno Siqueira de Carvalho; Bruno de Oliveira Fernandes; Brígida Duarte; Caio César Cuellar Cardoso; Caio Rosa de Oliveira; Camila Goulart Domingues; Camila Machado Figueiredo Menezes; Camila Penso Dullius; Camila Sousa da Silva; Camila dos Santos Freitas; Camille Christina Fortunato de Lima Faleiro; Caren Cristina Avila Correa; Carlos Alexandre da Conceicao Freire; Carlos Andrey Haas de Souza; Carlos Augusto de Sousa Araujo Neto; Carlos Eduardo Ferreira da Silva; Carlos Eduardo Noronha Roesler; Carlos Richard Martins dos Santos; Carlos Rodolfo Pierozan; Carmem Lucia Pereira Abade do Nascimento; Carolina Barbosa de Freitas; Carolina Benicio da Silva; Carolina Ponte Negraes Simoes; Carolina Silva Conceicao de Faria; Caroline Beatriz Rodrigues de Souza; Caroline Heck Rodrigues; Cassio Antonio Oliveira Moreira Santos; Catarina Medeiros Carneiro; Catarina de Andrade Pietsch; Catia Martins Goncalves; Charles Andre Cenzi Flores; Charliene da Silva Varao; Charline Zangalli; Chrystian Gabriel de Souza Doile; Cicero Paulino dos Santos; Cintia Patricia Nascimento de Arruda; Clarice Vieira de Souza; Claudia Valeria Veiga Flesch; Claudio Brasil Dias Junior; Claudio Reis; Claudiomar da Silva Farias; Claudionei Abreu da Silva Junior; Clelder Francisco do Nascimento; Clelia Pintos Silveira Neta; Cleysson Ricardo Jordao Braga Dias; Clivia Adrielle Maciel Guimaraes; Cristiane Gabriela Tedeschini Marques; Cíntia Mariane da Silva; Dairo de Sousa Araujo; Daise Araujo Soares de Sousa; Daniel Batista Santana; Daniel Joca de Oliveira; Daniel Wingert; Daniel Xavier da Silva Ramalho; Daniela Aparecida Mafra; Daniela Bertolucci de Campos; Daniela Magioli Ferreira da Silva; Daniela Oliveira Brandao; Danilo Augusto Oliveira de Barros; Danilo Jonas Silva Souza; Dara Galdino; Davi de Oliveira Rodrigues; Davy Reis dos Santos; Debora Alves Pereira Bastos; Debora Araujo de Carvalho; Debora Coutinho Cunha; Debora Reis de Abreu; Dellano Henrique Ferreira Lisboa; Denilson Barata Rodrigues; Denis Yukio Otaka; Denys Patrick Pantoja Ferreira; Deyse Ketyna Sanger Saes; Diego Jesus Rosa Codinhoto; Diego Pereira Siqueira; Diego Santana; Diego Schuch Nakayama; Diego das Neves Nascimento; Diogenes Carvalho Viana; Diogo Fouto Galdino; Diogo Lima Prudente; Dirleny Aparecida de Paula Vargas; Douglas Alencar Vieira; Douglas Edson de Almeida Leite; Douglas Endrigo Petersen; Douglas Farias de Castro; Douglas Matheus das Neves Santos; Ebenilson dos Santos Silva; Ederson Juliano Savi Pauletti; Ediane Cardoso Dourado; Edson Lopes; Eduarda Moraes de Deus Araujo; Eduarda Silva Rocha; Eduardo Bastos Cordeiro; Eduardo Jose Haverroth; Eduardo Jose Pretto; Eduardo Machado Lima; Eduardo Moura de Lima; Eduardo Oyama Lins Fonseca; Eduardo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

de Assis Oliveira; Elaine Cardozo Menger; Elisangela Susviela Machado; Eliseu Laurentino dos Santos; Elson Serrao da Silva; Emanuel Jose dos Santos; Emerson Emerich Polo; Emerson Santos de Lima Brown; Emmyly Katheenly dos Santos Sergio; Erick Jose Lopes da Silva; Erick Patrick Mendes Cavalcante; Ericka Cunha de Barros Raposo; Erika Borba Soares; Ernando Trindade Barreto; Eslan Nascimento de Souza; Esthefane Rubianne Feitosa Souza; Eunaihara Ligia Lira Marques; Eva Jamilian Goncalves Brasil; Evandro Rodrigues Dubal; Everton Magalhaes Nunes; Fabiane da Fontoura Viera; Fabiola Ferreira Oliveira; Felipe Augusto de Moraes Alvarenga; Felipe Eduardo Oliveti; Felipe Formiga de Holanda Santos; Felipe Goncalves de Paula; Felipe Meirelles Casella; Felipe Mendonca Porto; Felipe Pacheco Rios; Felipe Panceri Franco; Felipe Soares Vieira; Felipe Souza Moreno Sampaio; Felipe de Oliveira Campos; Felipe de Oliveira Dias; Fernanda Anunciacao Pugsley; Fernanda Bunilha Souza; Fernanda Ceccon Ortolan; Fernanda Chaves dos Santos; Fernanda Micaela Sousa de Araujo; Fernanda Morais Lima; Fernanda Rodrigues Brandao Sa; Fernanda Santos Fernandes; Fernando Henrique Rocha Paulino de Albuquerque; Fernando Silva de Araujo; Filipe Jose Medeiros Brasil; Filipe de Jaques Vargas; Fistian Shaiane Ferreira Lima; Flaviano Cassio Roque da Silva; Flavio Andrade Quadro; Flavio Augusto Tonon; Flavio Henrique Moraes; Flavio Julio dos Santos Costa; Flavio Romero Ferreira Soares; Franciele Caceres Kerber; Francisca Raniele Almeida Alves; Francisco Fabio Mangueira Belmiro Junior; Francisco Rian Teles Goncalves; Francisco Yan Tavares Reis; Gabriel Araripe Guterres; Gabriel Batistuta Negrão Dias; Gabriel Franca Ferreira; Gabriel Lucas Franca do Nascimento; Gabriel Mecenas Nina; Gabriel Montserrat Barbacena; Gabriel Pereira Guedes; Gabriel Petra Gaio de Oliveira; Gabriel Teixeira Antunes; Gabriel da Fonseca Cavalcante; Gabriel da Matta; Gabriela Rasia Fonseca; Gabriela Tiburcio Salgado Silveira da Mata; Gabriela Verdum; Gabriele Wanderley Ferreira; Gabriella Fazio; Gabrielle Nunes Eichenberg; Geisiane Souza Soares; Gelce Camila Laikovski; George Wilton Camicia; Georgia Pedro Corvino; Gerilan Goncalves Mendes; Gerson de Abreu Ramos; Gildson Oliveira dos Santos; Gilvan Machado Morais; Giuseppe Di Santo Poliqueze; Givaldo Manoel Marques dos Santos; Glauber Moura Goncalves; Glauber Pizzini; Glaucio Alves Gaiao; Gleison Batista de Sousa; Gleydison Marques dos Santos; Gleyson Henrique Nunes Lopes; Graciela Fernanda Glienke Blanco; Graziela Scherer de Almeida; Guemael Rinaldi Lattanzi; Guilherme Antonio Deusdara Banci; Guilherme Botelho Mendes; Guilherme Gomes Oliveira; Guilherme Luiz Saldanha Frizzo; Guilherme Prado Roitberg; Guilherme Raycard Andrade Amorin; Gustavo Almeida Pullen Parente; Gustavo Costa Holanda; Gustavo Cretton Souza; Gustavo Fernandes Luz; Gustavo Henrique de Almeida dos Anjos; Gustavo Noriaki Nagy; Gustavo Oliveira de Souza; Gustavo Silva Nascimento; Helder Amorim do Carmo; Henrique Charles Silva Araujo; Henrique Cossao de Souza; Henrymarks Galeno de Menezes; Hernani de Oliveira Carneiro; Higor Hyllan Cardoso de Oliveira; Hingrid Hibari Almeida Hashimoto; Hosana Aguiar Freitas de Andrade; Hudson Nunes Ferreira da Silva; Hudson Oliveira Sena; Hugo Enrico Souza Machado; Hugo Martins dos Reis; Humberto Benincasa Neto; Humberto Sampaio de Araujo; Humberto Tome da Silva; Iago Paiva Santos; Iane Michele Piedade Wanseler; Icaro Bruno Bispo Oliveira Fricke; Icaro Falcao Dalcoquio; Iglesson Menezes dos Reis; Igor Diego de Oliveira Xaxa; Igor Leonardo Romeiro Pereira; Ingrid Silva Santos; Irno Walber Mendes da Silva; Isabela Molina de Albuquerque; Isabella Afonso de Campos; Isabella Gabriele Campelo de Melo; Isabelle Clara Silva Rondon; Isabelle da Silva Correia; Isac Mendes Lacerda; Isadora Florencio de Souza; Isadora da Silva Rezende; Ismael Costa Silva; Ismael Jose Cardoso Rodrigues; Isnardo Ramalho Villarroel; Italo Rodrigo Moreira Borges; Italo Sousa Nishikawa; Itamar Alves Silveira Junior; Ivanildo Sousa dos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Santos; Ivonne Coromoto Sanchez Sanchez; Ivy Lopes Pereira Juliao Soares; Ivy Panagassi; Izabella Pereira da Silva Bezerra; Jader Savio da Silva Martins; Jakson Rocha dos Santos; Jamiris Andrade da Cruz; Janaina Paiva de Quadros; Jarderson Cassimiro Carneiro; Jarisson Douglas de Souza Oliveira; Jayson Gomes da Silva; Jean Antonio Oliveira dos Santos; Jean Michel Dela Vedova Costa; Jean Victor Pio de Araujo; Jeanderson Marcelino da Silva; Jefferson Isaias Lima Paranatinga; Jefferson Santana da Silva Carneiro; Jenniffer Suelen Gomes da Silva; Jeovane Peixoto Ferreira; Jerusa Mendonca Megale; Jessica Fernandes Carvalhais; Jessica Iana Pereira Gomes; Jessica Layne da Silva Galindo Lins; Jessica Pereira Niewierowski; Jessica Siqueira de Almeida; Jessica Szczecinski dos Santos; Jessyka Viana Valadares Franco; Jhnennif Tayrine Rodrigues Pires Lebrego; Jhonata Luis de Aguiar Xavier; Jhonatas Roberto de Lima; Jhonathan Alexandre Furtado Meninea Serra; Jhony Pizatto Borges da Silva; Joao Batista Azeredo Marques; Joao Carlos Gama das Neves; Joao Castelo Branco Coelho Neto; Joao Gabriel Morais Maciel; Joao Gilberto Torres Aranha; Joao Guilherme Souza Guedes; Joao Janduy de Farias Filho; Joao Lucas Moreira Montanher; Joao Luiz Kaled da Cas; Joao Paulo Rocha Netto; Joao Paulo Silva Porto de Souza; Joao Paulo da Silva Corpes; Joao Paulo de Souza Barboza; Joao Victor Alcantara Tabosa de Castro; Joao Victor Ferreira Calista; Joao Victor Reis Morais; Joao Victor Tenorio da Silva Santos; Joao Vitor Rocha Ramos Santos; Joeltom Souza Aranha; Joiza Prates de Oliveira; Jonas Boamorte dos Santos Junior; Jonas Kazanowski; Jonata Silveira; Jorge Carlos Dias de Sousa Junior; Jorge Luiz Amorim Carreiro Junior; Jorge Toufic Arbex; Jorge Wally Bomfim Araujo Santos; Jorge da Rocha Fraga; Jorge da Silva Leal; Jose Arnaldo Arcanjo de Farias; Jose Carlos Rodrigues Soares; Jose Felipe Pereira Ramos; Jose Henrique Bastos Candido Ferreira Lopes; Jose Henrique Reis Santana; Jose Ivysson Ferreira e Souza; Jose Lucas da Silva Junior; Jose Mauricio de Andrade Filho; Jose Maurilio da Silva Junior; Joseane Figueredo Rosa; Josiane dos Santos da Silva; Josias Pereira da Silva; Josue Alexandre de Moura; Juan Carlos Orozco Filho; Juan Kneipp Gois; Julia Paulino Huk; Julia Rebello Dottori; Juliana Colombelli Candido; Juliana Lopes Souza; Juliana Oliveira Rodrigues de Queiros; Juliana da Silva Ribeiro de Andrade; Juliane Cecilia Almeida de Paula; Julio Cesar Kiyuna Higa; Julio Cesar Rodrigues de Melo; Junio Roney Lima Dantas; Juscineia dos Santos Delfino de Carvalho; Kaio Bruno Alves Rabelo; Karina Rosa da Rosa; Karina da Costa Sousa Lima; Karine Roberta Oliveira Araujo; Karoline Pina Silveira; Katia Salvo Ferreira; Kauan Brasil Maia de Oliveira; Kayke da Silva Costa; Kelye Antonia dos Santos Pereira; Kevin Melo Brasil; Kildren Pantoja Rodrigues; Kleber Antonio Azevedo Moreira Mello; Kleber Felipe Gravina Machado; Laercio Barros Rodrigues; Lais Alves Xavier Ramos; Lais Farias Maciel; Lais Lisboa Correa; Lais da Rosa Padilha; Laise Lima Serra; Lamberto Menezes Amando Lima; Lara Marhofer Dutra; Lara de Lima Mendes Fiuza da Silva; Larissa Bastos Kaehler; Larissa Eliza Pereira Tavares; Larissa Manfredo Maia; Larissa Moura Fe Cabral de Araujo; Larissa Santos Mota; Larissa Theophilo Caldas; Laura Yasmin Hernandez dos Santos Collazo; Layanne Hellen da Cruz Brandao; Leander Edward Michels Brito Miranda; Leandro Sepe Saraiva; Leidiane Laureano de Castro; Lelio Puggina Neto; Lenilton Cassiano da Silva; Leonardo Alves Miceli; Leonardo Brasil Luckesi; Leonardo Coviello Regazzini; Leonardo Guimaraes da Costa; Leonardo Lessa de Araujo; Leonardo Tavares Ferreira da Conceicao; Leonardo da Silva Santos; Leonel Bittencurt Baima; Leonel de Miranda Sampaio; Leticia Di Maio Tancredi; Leticia Guimaraes Campos Leite; Leticia Kortz Motta Lima; Leticia Manoel Debon; Leticia Porto Ribeiro; Leticia Ramos de Miranda; Leticia de Figueiredo Assencio Abreu; Levi Mateus Lima Santos; Lia Jacobsen Prellwitz; Licia Denise Goncalves Padilha; Lidia Tiggemann Prando; Ligia Maria Barrios Campanhao; Lilian de Carvalho; Liriana Marcela Oselame; Livia Carolina Ferreira Martins; Liviane Damiana Silva

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Pimentel de Lima; Lizandra Soares de Souza; Lorena Falcao Nascimento; Luan Otavio Lopes Silva; Luana Chollet Pinto; Luana Clarelys Pereira Santana; Luca Souto Silbert Boal; Lucas Bruno Reis; Lucas Carneiro Guedes Santiago; Lucas Emanuel Rodrigues; Lucas Gabriel Neves Pereira; Lucas Guilherme de Queiroz Otsuschi; Lucas Henriques Felix Nascimento; Lucas Job Guimaraes Sousa; Lucas Lacerda Tanure; Lucas Matheus Castro de Oliveira; Lucas Morai de Oliveira; Lucas Nascimento de Sousa; Lucas Oliveira Bezerra; Lucas Paiva Rodrigues da Silva; Lucas Pereira Dysarz; Lucas Pinto Assem; Lucas Porto de Souza Fontao; Lucas Ribas Soares Jurado; Lucas Slama Vieira; Lucas Thalys de Araujo Rocha; Lucas da Silva Vieira; Lucas dos Santos Carneiro; Lucas dos Santos Kunz; Luccas Maxwell Gomes Rodrigues; Luciana Barroso Sathler; Luciana Freitas Guedes; Luciana Strauch de Andrade; Luciana Teixeira Medeiros; Luciana de Sousa Cordeiro; Luciano Dalat Siqueira; Luciano Goncalves Mariz; Ludmilla Silva Pereira; Luigi Rossi Andrade; Luis Eduardo Ribeiro Guerra; Luis Fernando Sandes de Oliveira; Luis Lucas Martins Peixoto; Luis Ricardo Araujo da Costa; Luisa Helena Silva Romao de Oliveira; Luiz Alberto da Silva; Luiz Alves Antonio Neto; Luiz Felipe Marques e Souza; Luiz Felipe Miranda Barcellos; Luiz Felipe Sales D Almeida; Luiz Felipe Vendramini Gomes; Luiz Felipe de Camargo; Luiz Fernando Nunes; Luiz Henrique Moreira; Luiz Henrique do Nascimento Santos; Luiz Rodrigues da Silva Filho; Luiza Cristina Jordao Braga Vilaca da Rocha; Mabio Roger dos Santos Medeiros; Mac Leonardo da Silva Souto; Magali Vargas Predebon; Magnum Moreira da Silva; Maharishi Marcilio Santos da Conceicao; Mailton Vasconcelos de Freitas; Maira Consuelo Nascimento; Maira Soares Galvao; Maira Suane Trindade Pantoja; Maite Masiero Astigarraga; Marcel Twardowsky Avila; Marcela Fraga Gomes; Marcelle Ferreira Leal; Marcelle Vieira Peres; Marcelly Ferreira Pinheiro; Marcelo Alexandre da Costa Cruz; Marcelo Caetano Barreto Rosa; Marcelo Henrique Shinkoda Santos; Marcelo Lopes Dubles; Marcelo Moraes de Andrade; Marcelo Pereira Introini; Marcio Andre Silva de Sousa; Marcio Arvelos Moraes; Marcio Barros de Oliveira; Marco Aurelio Pires de Padua; Marcos Daniel Cardoso Martins; Marcos Paulo Braga de Lima; Marcos Tadeu Rocha de Oliveira; Marcos Vinicius Barbosa; Marcus Vinicius Felipe de Souza; Marcus Vinicius Xavier Senra; Maria Alice Abreu Leal; Maria Alice Pasdiora; Maria Antonia Farias de Oliveira Borges; Maria Aparecida Ferreira Cavalcante; Maria Clara Camargo Vilas Boas; Maria Claudia Vieira Bertaco; Maria Fernanda Rodrigues Moreira; Maria Flavia de Souza Severo; Maria Gabriela Anacleto Phaelante da Camara; Maria Julia Queiroz Piai; Maria Luiza Lombardi Beria; Maria Teresinha Aramburu Roman; Maria Thais Bezerra Vasconcelos Marcal; Maria de Jesus Silva de Alencar Cunha; Mariana Alves Chagas Novaes da Silva; Mariana Andre Pompeu; Mariana Marques Leite; Mariana Mello Pereira da Silva; Mariana Paire Rosa; Mariana Silva Ferreira; Mariana Silva Guimaraes; Mariana de Andrade Almeida; Mariane Ribeiro Fonseca; Mariela Mattos da Silva; Marilia Correa Parecis de Oliveira; Marina Caroline Hoffmann Pereira; Marina Furtado Sedycias; Mario Alberto da Costa Alves; Marise Goncalves Luiz Sa; Maristela Viana Pereira; Marlei de Souza Costa; Marli Correa de Oliveira; Maryna Morais de Andrade Cavalcanti; Mateus Lima dos Santos; Mateus Oliveira da Silva; Mateus de Oliveira Silva; Matheus Bruno Cardoso de Matos; Matheus Ferreira de Oliveira; Matheus Gabriel Gomes Pantoja; Matheus Mauricio Rodrigues Pereira; Matheus Sobrinho Leite; Matheus de Mello de Assuncao; Matheus de Souza Valenca; Matheus dos Santos Santana; Mattheus Negrao Silva; Mauricio Moreira de Almeida; Mauro Rogerio de Oliveira Cavalim; Mayra Costa Luz; Mayra Ferreira Netto Parro Teixeira; Mayra Scanzani; Meily Oliveira Monteiro; Melyssa Rodrigues Cardoso; Michael Dyonns Andrade da Silva; Michele dos Santos de Souza; Micheli Costa da Silva; Michelle Cristina Honorio de Souza; Michelly de Souza; Milene Santos Couto; Miqueias Leal Dias Junior; Moises

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

de Santana Pio Junior; Moises do Nascimento Melo; Monalisa Pereira de Jesus; Morian Lima dos Santos; Murilo Alves de Carvalho; Murilo Campos Tavares; Mylena Tazia Silva de Souza; Naira Valle de Castro; Najara Gomes de Medeiros; Nara Aline Cardoso Sobrinho; Natalia Neves de Lima; Natalia da Silva Souza; Nathalia Maciel Aires dos Santos; Nathalia Morais Costa; Nayara Brauna Camilo Costa; Nickson Kleyton Silva Nunes; Nicolas Almeida Oschelski; Nicolas Felipe Petrachin Wulk; Nilton Jose de Oliveira Ramos; Noe Natal Magno das Chagas; Norberto Barbosa Mendonca; Oriel Antonio Vieira Martins; Orlando Gonçalves Brito; Orlando Monteiro Vasques Junior; Otton Cesar Silva de Loiola; Pablo Pimentel Pessoa; Pamela Gabriela Moraes Nogueira; Pamela Rodrigues; Patricia Elisabete da Silva Lima; Patricia Grzechota Vieira; Patricia Maria Viana de Castro; Patricia Resende Pereira; Patricia Silva de Almeida Lacerda; Patricia de Cassia Ruela Palmieri; Paula Berger de Oliveira; Paula Eduarda Rodrigues Gomes; Paula Fernandes Aguiar Brozinga; Paula Hitomi Nonaka; Paula Mickaelle Tonaco Silva; Paula Raiane Ferraz Carreiro de Deus; Paula da Silva Ribas; Paulo Cesar da Silva; Paulo Junior Matos Martins; Paulo Ricardo Melo de Oliveira; Paulo Solano Soares Ferreira; Paulo Victor Martins Rosa Huguenin de Lima; Pedro Enrique Oliveira dos Santos; Pedro Ernesto Vicente de Castro; Pedro Guilherme Bastos; Pedro Henrique Carrilho; Pedro Henrique Duarte Matos; Pedro Henrique Soares Mazza; Pedro Henrique Tenorio de Albuquerque; Pedro Napoleao Cavalcante de Albuquerque; Pedro Vinicius Pinho Salcedo; Pedro de Meira Lins; Peterson Marcelo Santos Yoshioka; Poliana Agata dos Santos Raimundo; Poliana Ferreira Rocha; Pollyanna de Oliveira Araujo Lima; Pricila Juliana Santa Brigida Mendonca; Priscila Costa Lima; Priscila Hiromi Yamazaki; Rafael Alberto Barros da Silva; Rafael Augusto Dias Leite; Rafael Caue Leite Fabricio; Rafael Costa Marinho; Rafael Cunha Blanco da Costa; Rafael Ferraz da Silva; Rafael Leopoldo Alves de Souza; Rafael Magela Correa Lima; Rafael Piffer Cesar; Rafael Pires de Abreu; Rafael Silva dos Anjos; Rafael Sudre Vieira de Sousa; Rafael Viana Bartel; Rafael William Souza da Silva; Rafael de Souza Machado; Rafaela Ravane de Oliveira do Carmo; Rafaela Suris Schultz; Rafaela Zandonade Ventorim; Raiane Larissa Silva de Lima; Railson Souza Costa; Raissa Geovanna Medeiros de Oliveira; Raissa Vieira de Melo Rodrigues; Ramon Juca Costa Campelo; Ramon Vitor Vaz Oliveira; Raniery de Oliveira e Silva; Raphael Pereira Miller; Raphaela Moura de Sousa Ferreira; Raquel Alves Pinna; Raquel Dalla Lana da Silva; Raquel Lorenzi Breier; Raquel Madureira Costa; Raquel da Silva Siqueira; Raul Felix Alves de Moura; Ravena de Oliveira e Almeida Silva; Raynara Silva Lima; Rebeca Jucara Ferreira Salgado; Rebeka Ellen Ferreira da Cunha; Reinaldo Rodrigues Pimentel; Renan Oliveira Reis; Renata Alves Assuncao Bianchini; Renata de Lima Prata da Cruz; Renato Garcia Sanches de Souza; Renilson dos Santos Oliveira; Rian da Silva Araujo; Riana Neves Medella da Silva; Ricardo Ananias Nogueira de Jesus; Ricardo Cunha da Fonte; Richard Ghty Soares; Robert Germano Alves da Silva; Roberto Gomes dos Santos; Roberto Saturnino de Sousa; Roberto da Silva Caripuna; Robson Machado; Rodrigo Adriano Machado Varela; Rodrigo Cardoso da Silva; Rodrigo Cesar Bessoni e Silva; Rodrigo Fortes Lopes; Rodrigo Lautert Rangel; Rodrigo Leite da Silva; Rodrigo Lima Marins; Rodrigo Neves dos Santos; Rodrigo Oliveira dos Reis; Rodrigo Rodrigues; Rodrigo Teixeira de Figueiredo; Roger Matheus Sousa Sandim; Romero da Silva Souza; Romildo Ribeiro Patriota Junior; Ronildo Pereira da Silva; Rosane da Cruz Knopf; Rosemara Silva Ribeiro; Rosilene da Silva Calandrine; Ruan Felipe Silva Negrao; Rui Braga das Chagas Junior; Sabrina de Jesus Batista; Sabrynna Emanuelly Silva Rodrigues; Samanta Brenda Cardoso; Samara Diniz da Silva; Sammuel Alcantara Chaves; Samuel Henrique da Fonseca Pereira; Samuel Vieira de Oliveira; Samuel dos Santos Lima; Santiago Macario Martins; Sarah Marques de Moura; Sergio Carvalho de Vasconcelos; Sergio Matheus de Sousa Nery; Sergio

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Trabali Camargo Neto; Shamir Sousa Santos; Shelka Alcantara da Silva; Shelton Silva Ferreira; Sidnei Amado Miguel; Silvana Regina Kiekow; Silvany Esteves Rocha; Sofia Valeriano Silva Ratz; Sophia Kusterko Novaes; Stefanno Figueiredo de Lira; Stefany Sayumi dos Reis Fukuda; Stephani Lourenco Bazzi; Stuart Bergan; Suelem Maria Costa Santos; Suellen Bessa Vieira; Susie Bezerra de Souza Sant Anna; Tacito Zaildo de Morais Santos; Tais Rodrigues de Souza; Taisiane Teixeira de Souza; Taisy Rabelo de Oliveira; Talissa Bandeira Santos; Talita Santana Barros; Talyson Rodrigues de Mello; Tamara Siemann Lopes; Tamara da Silva Rodrigues; Tamires Silva Medeiros Carvalho; Tassia Callai; Tatiana Ferreira da Costa e Silva; Tatiana Gontijo Baptista; Tatiana de Matos Frossard; Tatiane Gisele da Conceicao; Tatiane Valentim Lorenco; Tatiane de Oliveira Moreira; Tauana Jadna Ribeiro Carneiro; Tayna Ariane Pereira da Costa; Teilon Pontes Pereira; Telma Jose da Gama Bemfica; Thaina Pavao Franco; Thainara Fernandes Silveira; Thais Bento Bernardes; Thais Campos de Oliveira Freitas; Thais Cristtina Neves Martins; Thais Sena Mombach Barreto; Thais de Sousa Damasceno Costa Almeida; Thalles Rodrigues Aquino dos Santos; Thassio Queiroz Brandao; Thaylon Henrique da Silva Costa; Thaysa Farias Estefanin Schelck; Thiago Baia da Silva; Thiago Barreto Alves; Thiago Barros Coelho; Thiago Borges Pereira; Thiago Bruno da Silva Nascimento; Thiago Lima da Fonseca; Thiago Nery Pinheiro Povoas; Thiago Paracampo de Castro; Thiago Roberto Rosa Costa; Thiago Vieira Alves Borges; Thiago de Almeida Castro Sousa Alves; Thiago de Resende Silva; Thiago dos Santos Motta Carvalho; Tiago Carneiro da Rocha Guimaraes; Tiago Martins de Oliveira; Ticciana de Sousa Martins; Tomas de Faria Balbino; Valeria Lima da Cruz; Valquiria Tiago dos Santos; Vandineia Nere Pereira; Vanessa Gabriela Silva de Vilar; Vanessa Saori Fujimoto; Vanessa de Sousa Brito; Vera Regina Severo Ferreira; Veronica Santana da Silva; Veronica da Silva Ramos; Veronica de Souza Silva; Vicente Balthar Torres Bozza; Victor Alfonso Rodriguez; Victor Gabriel Ferreira Lima; Victor Luiz Monteiro Freire Borges; Victor Vinicius de Moraes Rosa; Victor de Carvalho Rodrigues; Victor de Sousa Rocha; Victoria Claudia de Souza Melo; Victoria Pomina de Oliveira; Vinicius Hsu Cleto; Vinicius Matheus Melo Santos; Vinicius Tenorio Machado; Vinicius Veras Melo; Vinicius Vigolo; Vitor Couto Vieira; Vitor Hugo Saviolo Ramos; Vitor Neves Gomes; Vitor Neves Palmeira; Vitor Ribeiro de Siqueira; Vitor Tackla Gomes; Vitor de Barros e Silva Mazer; Vitoria Luiza dos Santos Cruz; Vitoria Magalhaes Araujo de Sa; Vivian Aparecida Barreto de Lima; Viviane da Silva Ferreira; Wellington de Assis Gomes; Wellington dos Santos Paes; Wellinton Lopes Neponuceno Filho; Wellyngton Teixeira dos Santos; Wesley Oliveira do Nascimento Cunha; Wesley da Silva Quirino; Wesllen Rodrigo Santos Furtado; Wilden Raphael Lima Carvalho; Willy Teixeira Rosas; Wilson Nunes dos Santos Junior; Yara Maria Dias Teixeira Leite; Yury Gomes dos Santos.

Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União; Banco da Amazônia S/A.; Caixa Econômica Federal; Câmara dos Deputados; Centro de Tecnologia Mineral - MCTI; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Universidade de Brasília; Fundação Universidade Federal do Acre; Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A.; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Instituto Nacional da Propriedade Industrial; Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Petrobras Transporte S/A. - MME; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Região/AM e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP; Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; Universidade Federal do Delta do Parnaíba; Universidade Federal do Norte do Tocantins; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural do Semiárido.
Representação legal: não há.

004.563/2026-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura.
Responsáveis: Antonio Carlos Belini Amorim; Felipe Vaz Amorim; Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. - Me.
Representação legal: não há.

014.786/2026-5 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Clara Julia Cordeiro da Silva; Claudia Cordeiro da Silva; Creuza Ferreira da Rocha Santos; Eliete Pinheiro Ramos; Ezilda Pinheiro Viana; Maria Isabel Cruz Silva; Marilene Vieira Gomes; Marinone Vieira Gomes; Marise Cruz Silva; Marisete Cruz Silva; Maristela Cruz Silva Cerqueira; Marlene Cruz Silva Reis; Marly Cruz Silva; Mirtes Vieira Gomes; Vera Lucia Cruz Silva de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.655/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Antonio Helis Paulino; Carlos Alberto Vieira de Souza; Deusemar Pereira Bezerra; Francisca Oliveira da Silva; Zilma Maria Feijo de Sousa.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

017.731/2026-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ana Claudia Mendonca Ribeiro; Lucia Helena Gomes de Oliveira; Luiz Antonio Costa Ramos; Maria Auxiliadora Correa.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

017.738/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Lailton Rocha Melo.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.
Representação legal: não há.

017.770/2026-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Ana Maria da Silva Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.808/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Anselmo Ferreira Goncalves; Weliton Lima Viana.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

017.823/2026-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Antonio Marcio Teixeira Agostinho.
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União.
Representação legal: não há.

017.848/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Joao Luis Toscano Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.010/2026-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Maria de Lourdes dos Santos de Aguiar.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
Representação legal: não há.

018.032/2026-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Anezio Junior Gomes Modesto.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
Representação legal: não há.

018.065/2026-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Iram Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Representação legal: não há.

018.130/2026-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Aleida de Oliveira Alonso; Angela Coronel da Rosa; Audrey Beatriz Fernandes Grillo; Claudia Helena Fernandes Matsukuma; Gisela Port Lunardi; Marisa Hoehr Pedroso Finger; Virginia Coronel da Rosa.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.459/2026-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Cleide Chalela Menezes; Cristina Meissner Correia Stroebele; Edileuza Cavalcante Monteiro; Lilian Meissner Correia; Lucimara Soares Assis Martins; Maria Aparecida Assis Martins; Rosangela de Almeida Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

019.775/2026-1 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Maria Nilza da Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

001.557/2026-2 - Pedido de reexame interposto por Solange Maria Bastos Furtado contra decisão do Tribunal que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada, ora recorrente.
Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
Recorrente: Solange Maria Bastos Furtado.
Interessada: Solange Maria Bastos Furtado.
Representação legal: Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (3004/OAB-AM) e Janne Sales Gomes (3045/OAB-AM), representando Solange Maria Bastos Furtado.

005.212/2022-7 - Recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Avilmar dos Anjos Silva contra o Acórdão 2.058/2025-TCU-2ª Câmara.
Unidade Jurisdicionada: Município de Rio do Prado - MG
Responsáveis: Avilmar dos Anjos Silva; Construtora Procell Ltda; Marcione Demetrius de Souza
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Claudia Bortolini Dias (120539/OAB-MG), Jose Maria Peixoto de Miranda (73298/OAB-MG) e outros, representando Avilmar dos Anjos Silva; Karita Gil Aguilar (189204/OAB-MG), representando Construtora Procell Ltda

Ministro JORGE OLIVEIRA

003.145/2024-7 - Pedido de reexame interposto por Maria Rosicler Cretella contra decisão que considerou ilegal o seu ato de aposentadoria, negando-lhe o registro.
Recorrente: Maria Rosicler Cretella.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
Representação legal: Jordão Violin (57615/OAB-PR), representando Maria Rosicler Cretella.

003.323/2025-0 - Tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso 211/2011, que tinha por objeto a execução de 107 Módulos Sanitários no município de São Francisco de Assis do Piauí/PI.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Francisco de Assis do Piauí/PI.
Interessado e responsáveis: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí; Genivaldo Santos Irineu; Zn Construções Ltda - Me.
Representação legal: não há.

006.321/2025-9 - Ato de concessão inicial de aposentadoria de Heleno José de Santana, ex-servidor do Ministério da Saúde, submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.
Interessados/Responsáveis: Heleno Jose de Santana.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

007.484/2026-7 - Atos de Aposentadoria da unidade emissora Ministério da Saúde, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento.
Interessado: Ednaldo Henrique Xavier.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

008.372/2026-8 - Pedido de reexame interposto por Roberto Magno Piana de Miranda contra contra o Acórdão 2.466/2026-TCU-2ª Câmara.
Recorrente: Roberto Magno Piana de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas
Representação legal: Marcelo Bayeh (OAB-SP 270889) e William Pires (OAB-SP 447463), representando Roberto Magno Piana de Miranda

008.373/2026-4 - Pedido de reexame interposto por Flavio Augusto Leite Galindo contra Acórdão 2.055/2026-TCU-2ª Câmara, que negou registro ao seu ato de aposentadoria.
Recorrente: Flavio Augusto Leite Galindo.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

010.865/2024-1 - Pedido de reexame interposto por Universidade Federal de Pelotas contra o Acórdão 962/2026-2ª Câmara.
Recorrente: Universidade Federal de Pelotas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

014.789/2025-6 - Tomada de contas especial instaurada pelo FNDE contra José Raimundo de Sá Lopes, ex-prefeito de Oeiras/PI, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força da Medida Provisória 815/2017, que transferiu, de forma excepcional, aos municípios, recursos adicionais para lidar com a crise econômica brasileira de 2014-2017.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Oeiras/PI.
Responsável: José Raimundo de Sá Lopes, ex-prefeito.
Representação legal: não há.

017.536/2026-0 - Ato de aposentadoria emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, enviados ao TCU para fins de análise e julgamento.
Interessada: Diva Raulino Bronzeado.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).
Representação legal: não há.

019.082/2026-6 - Representação referente à licitação com número 907012026, modalidade Pregão e Uasg 711000 (Objeto: Contratação de serviços contínuos de gerenciamento de frota automotiva junto à rede credenciada, incluindo fornecimento de peças, equipamentos, acessórios e insumos, e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive de blindagens já realizadas, em rede de estabelecimentos credenciados via sistema informatizado on-line e integrado, para atendimento da frota de veículos oficiais do Gabinete do Comandante da Marinha no Rio de Janeiro.)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Representante: Fleet Cards Gestão de Frotas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro.
Representação legal: Thiago Scarponi de Azevedo (438810/OAB-SP), representando Fleet Cards Gestão de Frotas Ltda.

019.872/2024-0 - Recurso de reconsideração contra o Acórdão 4.620/2025-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas do ex-prefeito de Coari/AM, imputou-lhe débito e multa, em razão da não comprovação da correta aplicação dos recursos recebidos em 2022, por meio da Transferência Siafi 1AAJVH, destinados à execução de ações de resposta em áreas atingidas por inundação naquele município.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Coari/AM.
Interessados/Recorrentes: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Keitton Wyllyson Pinheiro Batista.
Representação legal: Lucca Fernandes Albuquerque (11.712/OAB/AM), representando Keitton Wyllyson Pinheiro Batista.

021.966/2025-7 - Ato de Pensão civil da unidade emissora Ministério da Educação, enviados ao TCU para fins de análise e julgamento.
Interessada: Naise Marcelino Rodrigues Pires.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação.
Representação legal: não há.

023.060/2024-7 - Tomada de contas especial instaurada em virtude da não comprovação da regular aplicação de recursos captados por meio do Termo de Compromisso 399/2022, relativo ao projeto Pronac-SLIE 1916441-61, intitulado Circuito Day - Walk Like Madd Brasil, ante a não realização dos dois eventos pactuados.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte.
Responsáveis: Fernanda L'Abatti e Instituto Live .
Representação legal: Daniel Meirelles Ferreira (33.506/OAB/DF), Breno Travasso Sarkis (OAB/DF 38.302) e outro, representando os responsáveis.

045.481/2021-0 - Recursos de reconsideração interpostos por Jilson Francisco da Silva, Meraldo Figueiredo Sá e José Domingos Fraga Filho contra o Acórdão 2.390/2025-TCU-2ª Câmara.
Recorrentes: Jilson Francisco da Silva; José Domingos Fraga Filho; Meraldo Figueiredo Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Rony de Abreu Munhoz (11.972/OAB-MT), representando Silvano Ferreira do Amaral; Murilo de Moura Goncalves (21863/OAB-MT), representando Suelme Evangelista Fernandes; Celina Salles Metello Alecio, representando Luiz Carlos Alecio; Marcia Figueiredo Sa (9914/OAB-MT) e Débora Simone Santos Rocha Faria (4198/OAB-MT), representando Meraldo Figueiredo Sa; Murilo de Moura Goncalves (21863/OAB-MT), representando Corgésio Ribeiro Albuquerque; Rodrigo Pulino Vargas (26608/OAB-MT/O) e Darlã Martins Vargas (5300/OAB-MT/B), representando José Domingos Fraga Filho; André de Albuquerque Teixeira da Silva (14054/OAB-MT), representando Jilson Francisco da Silva.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Ministro JHONATAN DE JESUS

002.993/2022-8 - Pedido de reexame interposto por Suzie Coelho Estevam contra o Acórdão 5.484/2025-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes, que negou registro ao ato de concessão de aposentadoria à recorrente.
Interessada: Suzie Coelho Estevam.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral.
Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF), representando Suzie Coelho Estevam.

003.811/2026-3 - Pedido de reexame interposto por José Divino Santana contra o Acórdão 1.840/2026-TCU-2ª Câmara, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, que negou registro ao ato de concessão de aposentadoria ao recorrente.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Jose Divino Santana; Jose Divino Santana.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
Representação legal: Deyr Jose Gomes Junior (06066/OAB-DF), Willian Guimarães Santos de Carvalho (59920/OAB-DF) e outros, representando Jose Divino Santana.

005.464/2026-9 - Ato de concessão de aposentadoria a Luzinete Resplandes Lima, emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e submetido ao TCU Tribunal para registro.
Interessada: Luzinete Resplandes Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Representação legal: não há.

007.024/2025-8 - Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, Convênio EP 0179/2005, firmado com a Fundação Nacional de Saúde, que teve como objeto Sistema de Abastecimento de Água.
Interessados/Responsáveis: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco , José Lino da Silva Irmão.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Joaquim do Monte - PE.
Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (29702/OAB-PE), representando José Lino da Silva Irmão.

007.487/2026-6 - Ato de concessão de aposentadoria a Alceu Bolzan, emitido pela Universidade Federal de Santa Maria e submetido ao TCU para registro.
Interessados/Responsáveis: Alceu Bolzan.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
Representação legal: não há

008.646/2025-2 - Tomada de contas especial instaurada pela Funasa em virtude da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao município de Brejo/MA, por meio de termo de compromisso, com vistas à implantação de sistema de abastecimento de água em localidades rurais.
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Maranhão , José Farias de Castro; Plamontec - Planejamento Obras Terraplenagem Ltda. .
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Brejo/MA.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Representação legal: Amanda Souza de Araujo Costa (9371/OAB-MA), representando Geral Construções Técnicas Ltda; Amanda Souza de Araujo Costa (9371/OAB-MA), representando Plamontec - Planejamento Obras Terraplenagem Ltda; Sérgio Eduardo de Matos Chaves (7405/OAB-MA) e Antonio Gonçalves Marques Filho (6527/OAB-MA), representando José Farias de Castro.

009.614/2026-5 - Ato de concessão de aposentadoria a Mario Gomes da Silva, emitido pela Universidade Federal de Campina Grande e submetido ao TCU para registro.
Interessados/Responsáveis: Mario Gomes da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande.
Representação legal: não há

011.713/2021-6 - Recurso de reconsideração interposto por Elisangela Rodrigues de Araujo Mazzoni,Geraldo de Paula Vargas contra acórdão que julgou irregulares suas contas e os condenou em débito (Acórdão nº 3.810/2024-TCU-2ª Câmara);
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Angelo Oswaldo de Araujo Santos; Eduardo Evangelista Ferreira; Elisangela Rodrigues de Araujo Mazzoni; Geraldo de Paula Vargas; Jose Leandro Filho; Kenny Katia Murta Bonfante, Elisangela Rodrigues de Araujo Mazzoni; Geraldo de Paula Vargas.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: Renata Perdigao de Paiva Cota (80594/OAB-MG), representando Geraldo de Paula Vargas; Lucas de Assis Sena Santos (155293/OAB-MG), George Acacio Machado de Assis (189192/OAB-MG) e outros, representando Eduardo Evangelista Ferreira; Renata Perdigao de Paiva Cota (80594/OAB-MG), representando Elisangela Rodrigues de Araujo Mazzoni; Luciano Guimaraes Pereira (93098/OAB-MG), representando Kenny Katia Murta Bonfante; Guilherme Gosling de Oliveira Lott Lage (179688/OAB-MG), representando Jose Leandro Filho.

011.966/2026-2 - Ato de concessão de aposentadoria a Angela Susanne Hadumonth Jeunon, emitido pela Universidade Federal de Campina Grande e submetido ao TCU para registro.
Interessada: Ângela Susanne Hadumonth Jeunon.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande.
Representação legal: não há.

012.443/2026-3 - Ato de pensão civil instituída em benefício de Graciosa Santos da Costa, emitido pelo Supremo Tribunal Federal.
Interessados/Responsáveis: Graciosa Santos da Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal.
Representação legal: não há

014.688/2026-3 - Ato de concessão de aposentadoria a Vania Maria Cremonese, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e submetido ao TCU para registro.
Interessados/Responsáveis: Vania Maria Cremonese.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

036.512/2019-2 - Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares contas em tomada de contas especial instaurada em razão da não obtenção de título de doutorado após afastamento remunerado para capacitação, com imputação de débito correspondente às remunerações percebidas no período e aplicação de multa.
Responsável: Josenilson Guilherme de Araujo.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Representação legal: Alexandre Spezia (20555/OAB-DF), Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF) e outros, representando Josenilson Guilherme de Araujo.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

014.715/2026-0 - Processo em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em benefício da Sra. Katia Souza Santos.
Interessada: Katia Souza Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ).
Representação legal: não há.

021.967/2023-7 - Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao Município de Cajazeiras/PB, no exercício de 2016, para a execução dos Programas Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cajazeiras/PB.
Responsáveis: Francisca Denise Albuquerque de Oliveira; Maria Goretti da Silva; e Município de Cajazeiras/PB .
Representação legal: Josefa Vanóbia Ferreira Nóbrega de Souza (8026/OAB-PB) e Tiago Araújo de Medeiros (12178/OAB-RN).

021.986/2025-8 - Ato de pensão civil instituída por Geralda Lucia Landim Carneiro, ex-servidora do Supremo Tribunal Federal, em benefício de seu cônjuge, Lazaro Luiz Carneiro, submetido à apreciação desta Corte de Contas, para fins de registro.
Interessado: Lazaro Luiz Carneiro
Unidade Jurisdicionada: Supremo Tribunal Federal.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

EDITAIS

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL 0931/2026-TCU/SEPROC, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

TC 026.373/2016-5 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO PORTO CONSTRUCOES LTDA - EPP, CNPJ: 07.087.243/0001-58, representado pelo Sr. Leonardo Victor Dantas da Cruz, OAB: 40720/DF, do Acórdão 2388/2025-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 6/5/2025, proferido no processo TC 026.373/2016-5, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto e, no mérito, negou-lhe provimento.

Dessa forma, fica PORTO CONSTRUCOES LTDA - EPP, CNPJ: 07.087.243/0001-58, representado pelo Sr. Leonardo Victor Dantas da Cruz, OAB: 40720/DF notificado a recolher aos cofres da Fundação Nacional de Saúde o valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 29/9/2026: R$ 456.080,42; em solidariedade com o responsável Geraldo Francisco de Morais - CPF: 061.098.531-00. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R$ 10.000,00 (arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 210, caput, e 267 do Regimento Interno do TCU), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, “b”, 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa e do débito (caso o cofre credor deste seja o Tesouro Nacional) pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União (GRU). Outras instruções de pagamento e demais informações estão disponíveis na Plataforma de Dívidas do TCU, no endereço eletrônico https://divida.apps.tcu.gov.br/pagtesouro.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 3, p. 136)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

EDITAL 0933/2026-TCU/SEPROC, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

TC 008.511/2023-3 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO SEI OHAZE, CPF: 827.773.738-68, do Acórdão 2070/2025-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Antonio Anastasia, Sessão de 15/4/2025, proferido no processo TC 008.511/2023-3, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 30/9/2026: R$ 321.228,43. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R$ 28.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, “b”, 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa e do débito (caso o cofre credor deste seja o Tesouro Nacional) pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União (GRU). Outras instruções de pagamento e demais informações estão disponíveis na Plataforma de Dívidas do TCU, no endereço eletrônico https://divida.apps.tcu.gov.br/pagtesouro.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 3, p. 135)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

EDITAL 0948/2026-TCU/SEPROC, DE 1º DE OUTUBRO DE 2026

TC 016.697/2019-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA ISABELLA LUIZA DOS SANTOS, CPF: 118.811.169-80, herdeira do espólio de ANDRÉ DOS SANTOS, CPF: 056.165.159-06, por meio de sua representante legal (genitora) - Sra. Helen Cristine Nunes, CPF: 074.832.429-14, do Acórdão 5006/2024-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Jhonatan de Jesus, Sessão de 2/7/2024, proferido no processo TC 016.697/2019-7, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres da Caixa Econômica Federal valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 30/9/2026: R$ 46.972,32; em solidariedade com o responsável: Walter Xavier Filho - CPF: 601.778.379-34. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

No caso de condenação de responsável falecido, os herdeiros respondem pelo recolhimento do débito, cada qual em proporção da parte que lhe coube na herança até o limite do valor do patrimônio transferido (art. 5º, XLV, da Constituição Federal/1988, e art. 5º, VIII, da Lei 8.443/1992).

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, “b”, 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

Caso o cofre credor do débito seja o Tesouro Nacional, o pagamento pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União (GRU). Outras instruções de pagamento e demais informações estão disponíveis na Plataforma de Dívidas do TCU, no endereço eletrônico https://divida.apps.tcu.gov.br/pagtesouro.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 3, p. 135)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

EDITAL 0954/2026-TCU/SEPROC, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Processo TC 017.397/2025-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA MARIA LAURA DIAS ALVES E SILVA, CPF: 060.744.796-66, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 30/9/2026: R$ 357.547,35.

O débito decorre da(s) seguinte(s) irregularidade(s): não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados pela União, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Maria Laura Dias Alves e Silva, no âmbito do Termo de Concessão e Aceitação de Bolsa no Exterior 238225/2012-7, em face da não comprovação do período de interstício (permanência, no Brasil, por período não inferior ao da vigência da Bolsa), o que caracteriza infração à(s) norma(s) a seguir: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 93 do Decreto-lei 200/1967; art. 66, caput, do Decreto 93.872/1986, itens 7.5, 7.5.1, 9.2 letras "d" e "e" da RN 29/2012, bem como Termo de Compromisso e Aceitação de Bolsa no Exterior.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 30/9/2026: R$ 435.481,51; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea “g” e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

Caso o cofre credor do débito seja o Tesouro Nacional, o pagamento pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União (GRU). Outras instruções de pagamento e demais informações estão disponíveis na Plataforma de Dívidas do TCU, no endereço eletrônico https://divida.apps.tcu.gov.br/pagtesouro.

Os documentos eventualmente apresentados a título de prestação de contas deverão estar de acordo com as exigências legais e regulamentares, vir acompanhados de argumentos de fato e de direito, de elementos comprobatórios das despesas e da regular aplicação dos recursos federais geridos, bem como de justificativa para a omissão no dever de prestar contas no prazo estabelecido.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 3, p. 135)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

EDITAL 0955/2026-TCU/SEPROC, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Processo TC 022.431/2025-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO JOSE AMADEU DE BARROS, CPF: 062.793.308-42, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 30/9/2026: R$ 149.653,34.

O débito decorre da(s) seguinte(s) irregularidade(s): não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à Prefeitura Municipal de Guareí/SP, em face da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos, no âmbito da MP 815/2017, nos exercícios de 2018 e 2019, cujo prazo encerrou-se em 1/3/2021, o que caracteriza infração à(s) norma(s) a seguir: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93 do Decreto-lei 200/1967; art. 66 do Decreto 93.872/1986; Resolução CD/FNDE 26/2018; Resolução CD/FNDE 19/2020; e Resolução CD/FNDE 2/2012.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 30/9/2026: R$ 170.404,62; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

O citado deverá apresentar, ainda, razões de justificativa, no mesmo prazo de quinze dias (art. 12, III, da Lei 8.443/1992), para a(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir, de forma resumida:

não cumprimento do prazo originalmente estipulado para prestação de contas dos recursos recebidos por meio da MP 815/2017, cujo prazo encerrou-se em 1/3/2021.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

Caso o cofre credor do débito seja o Tesouro Nacional, o pagamento pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União (GRU). Outras instruções de pagamento e demais informações estão disponíveis na Plataforma de Dívidas do TCU, no endereço eletrônico https://divida.apps.tcu.gov.br/pagtesouro.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Os documentos eventualmente apresentados a título de prestação de contas deverão estar de acordo com as exigências legais e regulamentares, vir acompanhados de argumentos de fato e de direito, de elementos comprobatórios das despesas e da regular aplicação dos recursos federais geridos, bem como de justificativa para a omissão no dever de prestar contas no prazo estabelecido.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 3, p. 135)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

EDITAL 0956/2026-TCU/SEPROC, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

Processo TC 005.661/2026-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA RUBIANE DE ALENCAR OLIVEIRA, CPF: 958.533.163-20, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social os valores históricos atualizados monetariamente desde a(s) respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 30/9/2026: R$ 81.873,58; em solidariedade com os responsáveis Wanderson Magno Ferreira Luz (CPF: 003.164.883-56), Rogério Bezerra de Almeida (CPF: 705.483.403-82), Felipe Silva de Alencar (CPF: 961.921.943-00), Edivan Ramos Ferreira (CPF: 716.723.971-20), Roberto Ribeiro (CPF: 018.151.413-36), Maria de Lourdes Ferreira da Silva (CPF: 995.796.341-49) e Lazaro Silva de Alencar Mesquita (CPF 620.728.803-35).

O débito decorre das seguintes irregularidades: Habilitação irregular de benefício previdenciário, mediante utilização de informações fraudulentas (vínculos empregatícios, cômputo de tempo de serviço urbano/rural, conversão de atividade especial, declarações inverídicas acerca de endereço, composição do grupo familiar, renda do idoso e outros), o que caracteriza infração às normas a seguir: artigo 71, inciso, II, segunda parte, da Constituição Federal/1988; artigo 927 da Lei 10.406/2002; artigos 11, 48, 142 e 143 da Lei 8.213/1991; artigos 116, inciso II, 117, inciso IX, e 132, inciso IV, da Lei 8.112/1990.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19 da Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 30/9/2026: R$ 99.117,23; b) imputação de multa (arts. 57 e 58 da Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, da Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60 da Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 3, p. 136)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ATAS

PLENÁRIO

ATA Nº 37, DE 23 DE SETEMBRO DE 2026
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Vital do Rêgo (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira (participação telepresencial), Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha (participação telepresencial); do Ministro-Substituto Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler); e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em missão oficial, e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 36, referente à sessão realizada em 16 de setembro de 2026.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Registro da presença, no Plenário, de alunos de Direito da Faculdade Univille do Campus São Bento do Sul (SC), para assistir à sessão e conhecer a estrutura e o funcionamento do Tribunal. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Encaminhamento ao Congresso Nacional, no próximo dia 30 de setembro, da 10ª edição do Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo (RePP), em atendimento ao artigo 156 da Lei 15.321/2025 (LDO 2026). (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Convite aos membros do Plenário para participação na cerimônia de posse do Ministro Rodrigo Pacheco, a ser realizada no próximo dia 30, às 11h, no Salão Nobre deste Tribunal.

Do Ministro Antonio Anastasia:

Registro sobre a contratação de uma nova sede para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que, após Chamamento Público, recebeu proposta única para locação de empreendimento na modalidade *built to suit*, cuja viabilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação foi reconhecida após análises técnicas e jurídicas. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Do Ministério Público de Contas:

Registro da conquista, pelo TCU, do Selo Ouro de Igualdade de Gênero para Instituições Públicas, instituído no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o atendimento de 39 dos 40 requisitos avaliados e a maior pontuação global entre as 45 instituições reconhecidas pelo programa até o momento. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:
- TC-006.024/2026-2, TC-007.564/2022-8, TC-008.010/2025-0, TC-014.557/2025-8, TC-015.733/2026-2, TC-016.071/2026-3, TC-017.430/2026-7, TC-017.603/2024-2, TC-017.930/2026-0 e TC-025.360/2024-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
- TC-008.872/2024-4, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

- TC-011.527/2020-0, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;
- TC-002.634/2018-0, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia;
- TC-007.913/2025-7, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus; e
- TC-005.222/2022-2 e TC-028.994/2020-5, cujo relator é o Ministro Odair Cunha.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2562 a 2588.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2589 a 2623, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSO TRANSFERIDO DA PAUTA DA SESSÃO RESERVADA

O processo TC-015.281/2023-0, cujo relator é o Ministro Ministro Jhonatan de Jesus, foi transferido da pauta da sessão extraordinária reservada a ser realizada nesta data para a presente sessão.

CANCELAMENTO DA SESSÃO TELEPRESENCIAL RESERVADA

Tendo em vista que não restaram processos pautados para a sessão extraordinária reservada prevista para esta data, a referida sessão foi cancelada.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-018.218/2025-3, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 30 de setembro de 2026. O adiamento ocorreu antes da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 1º de julho de 2026 pelo Ministro Benjamin Zymler (Ata nº 25/2026-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base no §13 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-038.442/2021-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (atuando em substituição a cargo vago de Ministro), foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 30 de setembro de 2026. O processo está sob pedido de vista formulado em 10 de junho de 2026 pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues (Ata nº 22/2026-Plenário).

Por deliberação do Colegiado, com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-036.798/2019-3, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 30 de setembro de 2026. O adiamento ocorreu antes da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 5 de agosto de 2026 pelo Ministro Augusto Nardes (Ata nº 30/2026-Plenário).

SUSTENTAÇÃO ORAL

A sustentação oral solicitada pela Dra. Daniele Gomes Colaço, em nome de Yasnaia Pollyanna Werton Dutra, referente ao processo TC-008.754/2022-5, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, não foi realizada, em vista do adiamento da apreciação do processo para a sessão ordinária do Plenário de 18 de novembro de 2026, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Odair Cunha.

Na apreciação do processo TC-009.280/2017-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Leandro Costa Coppi realizou sustentação oral em nome de Sidney Alves Costa. Em seguida, a apreciação do processo foi adiada, em razão de pedido de vista formulado pelo Ministro Jhonatan de Jesus.

A sustentação oral solicitada pelo Dr. Lucas Nonato Pininga, em nome de Aline Kariele Teixeira da Cruz, referente ao processo TC-018.218/2025-3, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 30 de setembro de 2026.

A sustentação oral solicitada pelo Dr. Luiz Paulo Muller Franqui, em nome de Ricardo José Magalhães Barros, referente ao processo TC-038.442/2021-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (atuando em substituição a cargo vago de Ministro), não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 30 de setembro de 2026.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a apreciação do processo TC-008.754/2022-5, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, ante pedidos de vistas formulados pelos Ministros Jhonatan de Jesus e Odair Cunha. O processo foi automaticamente incluído na pauta da sessão ordinária do Plenário de 18 de novembro de 2026.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a apreciação do processo TC-009.280/2017-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Jhonatan de Jesus. O adiamento ocorreu após a realização da sustentação oral que estava prevista. O processo foi automaticamente incluído na pauta da sessão ordinária do Plenário de 4 de novembro de 2026.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a apreciação do processo TC-015.281/2023-0, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Odair Cunha. O adiamento ocorreu antes da sustentação oral que estava prevista. O processo foi automaticamente incluído na pauta da sessão extraordinária reservada do Plenário de 4 de novembro de 2026.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-008.637/2023-7 (Ata nº 27/2026-Plenário). O Tribunal aprovou o Acórdão nº 2596, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro Antonio Anastasia, acompanhado pelos Ministros Augusto Nardes, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus, bem como pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira. Vencido o revisor, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2562/2026 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, e art. 235, do Regimento Interno, c/c o art. 103, § 1º, e art. 105, 106, §4º inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, em não conhecer da documentação como denúncia, por não atender os requisitos de admissibilidade; encaminhar cópia deste Acórdão ao denunciante; remover o sigilo dos autos, com exceção das peças e dos elementos que possam identificar o denunciante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-007.391/2026-9 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Hospital Universitario Julio Muller da Fufmt - Ebserh.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.7. Representação legal: Janaína Pontes Cerqueira (23787/OAB-DF) e Larissa Lobo Ramos (38384/OAB-BA), representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2563/2026 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades na plataforma DataValid, disponibilizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), consubstanciada, em síntese, na alegada comercialização irregular de dados pessoais e no tratamento dessas informações em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a matéria já foi objeto de atuação no TC 016.073/2019-3, instaurado a partir de representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, processo em que foram realizadas sucessivas instruções técnicas, diligências, oitivas e interlocução institucional com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), culminando no arquivamento da referida representação em razão da implementação de medidas de conformidade conduzidas pela ANPD;

Considerando que as informações prestadas pela ANPD indicam que as principais medidas estruturantes previstas no Plano de Conformidade da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) já foram concluídas ou se encontram em fase final de implementação, permanecendo pendente a avaliação final acerca da efetiva conformidade do tratamento à LGPD e não existindo, no momento, pendências específicas atribuídas ao Serpro na condição de operador de dados pessoais;

Considerando que as informações prestadas pela ANPD comprovam que o contexto fático e institucional relacionado à plataforma DataValid evoluiu significativamente desde o arquivamento do TC 016.073/2019-3;

Considerando que não se identificam fatos supervenientes ou elementos concretos que justifiquem, neste momento, a instauração de nova atuação específica desta Corte sobre a matéria, a qual permanece submetida à fiscalização da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Considerando que o TC 020.590/2025-3, do qual se originaram os presentes autos por desmembramento, já foi julgado no mérito por meio do Acórdão 1.019/2026-TCU-Plenário, que considerou a denúncia improcedente e arquivou o processo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso III, 234, 235, 236, § 1º do Regimento Interno do TCU c/c os arts. 103, § 1º, 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente; levantar o sigilo que recai sobre estes autos, à exceção das peças 5, 6, 7 e 8, que contêm informação pessoal do denunciante; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao denunciante, à Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil e à Agência Nacional de Proteção de Dados; e determinar o arquivamento do processo.

1. Processo TC-012.654/2026-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Proteção de Dados; Serviço Federal de Processamento de Dados.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2564/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no termo de colaboração, celebrado entre o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ) e o Movimento Junta Rio Pela Saúde (MJRS; CNPJ 14.727.639/0001-88), em 2/2/2024, com vigência até 2/8/2024, oriundo de inexigibilidade de chamamento público fundamentada no art. 31 da Lei 13.019/2014, no valor global de R$ 699.000,00, cujo objeto é a execução de projetos que auxiliem o exercício das profissões de engenharia, agronomia e geociência, incluindo capacitações, pesquisas, eventos e compartilhamento de dados técnico-científicos (peça 4, p. 18-38, 82-102).

Considerando que, de acordo com o denunciante, teria havido a contratação, por inexigibilidade de chamamento público, de organização social cujo objeto social é voltado à área da saúde, sem compatibilidade com o objeto do termo de colaboração, que envolve atividades de engenharia, agronomia e geociência, em possível desvio de finalidade e violação do princípio da legalidade, além de ausência de comprovação de notória especialização da entidade contratada na área objeto do termo e afastamento

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

indevido do procedimento de chamamento público, uma vez que o objeto é genérico e poderia ser executado por diversas instituições especializadas, apontando, ainda, o denunciante, a ocorrência de efetivação de pagamentos à entidade contratada, mesmo diante das alegadas incompatibilidades e ausência de comprovação de aptidão técnica, o que teria potencial para causar lesão ao erário;

Considerando que após a realização de oitiva e diligência autorizadas pelo relator (peça 11), exame técnico realizado pela AudContratações (peça 51) concluiu não haver plausibilidade jurídica em parte das irregularidades examinadas e que o Termo de Colaboração foi encerrado antecipadamente, tendo sido pagas apenas duas das seis parcelas inicialmente previstas, no total de R$ 233.000,00, e que não foram identificados indícios suficientes de inexistência das atividades correspondentes aos valores pagos ou de dano ao erário decorrente da execução material dos produtos efetivamente realizados;

Considerando, também, que a única irregularidade subsistente reside na inadequação do instrumento jurídico escolhido para a conformação concreta do objeto, com o consequente afastamento do procedimento competitivo que seria aplicável às atividades de natureza contratual, mas que, encontrando-se extinto o ajuste, não subsistindo parcelas a executar e que os elementos dos autos não demonstram dano ao erário associado aos valores efetivamente pagos, não havendo necessidade de expedição de determinação corretiva em relação ao instrumento específico, sendo suficiente a ciência ao CREA-RJ da irregularidade, de modo a prevenir sua repetição em futuras parcerias;

Considerando os pareceres convergentes constantes dos autos (peças 51 e 52);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, inciso V, alínea “a”, do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e arquivar os autos, sem prejuízo das providências determinadas no item 1.7 desta deliberação, de acordo com as manifestações constantes dos autos.

1. Processo TC-006.955/2026-6 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.2. Unidade Jurisdicionada: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Giovanni Simao da Silva Junior (56187/OAB-DF), representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro; Alexandre Barenco Ribeiro (082349/OAB-RJ), representando o denunciante.

1.7. Providências:

1.7.1. dar ciência ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no Termo de Colaboração 1/2024, celebrado com o Movimento Junta Rio pela Saúde (MJRS), no âmbito do Processo Administrativo 2024.400107, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) inclusão, como produtos da parceria, de atividades ordinariamente disponíveis no mercado, a exemplo de organização de eventos, disponibilização de infraestrutura, produção de conteúdo e apoio logístico, sem demonstração suficiente de que constituíam meios instrumentais inseridos em efetiva relação de mútua cooperação para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, o que caracterizou desvirtuamento do instrumento previsto na Lei 13.019/2014, com o consequente afastamento do procedimento competitivo aplicável às atividades de natureza contratual;

1.7.2. comunicar esta decisão ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro e ao denunciante;

1.7.3. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2565/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, sobre possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 41/2026, sob a responsabilidade da Base Administrativa da Brigada de Infantaria Paraquedista (B Adm Bda Pqdt), com valor estimado de R$ 6.408.183,34, cujo objeto é a aquisição de insumos de manutenção de paraquedas.

Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que, no tocante ao pedido de medida cautelar, está afastado o perigo da demora, uma vez que, embora a sessão pública já tenha ocorrido, há tempo suficiente para decisão de mérito antes da conclusão do certame, e que não se verifica a plausibilidade jurídica das alegações do denunciante;

Considerando que, no mérito, a irregularidade apontada não restou configurada, uma vez que, tendo o edital sido divulgado em 19/8/2026, a contagem do prazo mínimo de oito dias úteis teve início no primeiro dia útil subsequente (20/8/2026), com vencimento em 31/8/2026, em plena conformidade com as regras de contagem previstas no art. 183 da Lei 14.133/2021;

Considerando as razões expostas na instrução da unidade técnica (peças 10/11);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, inciso V, alínea “a”, do Regimento Interno, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da denúncia, com base nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo denunciante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

c) comunicar esta deliberação à Base Administrativa da Brigada de Infantaria Paraquedista e ao denunciante;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-019.176/2026-0 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.2. Unidade Jurisdicionada: Base Administrativa da Brigada de Infantaria Paraquedista.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2566/2026 - TCU - Plenário

Tgrata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, acerca de supostas irregularidades relacionadas aos registros contábeis do Município de Franco da Rocha/SP no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), que teriam possibilitado a obtenção de autorizações legislativas para operações de crédito de até R$ 135 milhões, envolvendo o Banco do Brasil S.A. e/ou a Caixa Econômica Federal e a Desenvolve SP.

Considerando, que a presente denúncia não preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, restando prejudicado o exame do pedido de medida cautelar formulado nos autos;

Considerando as razões expostas na instrução elaborada pela unidade técnica (peça 8);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

a) não conhecer da presente documentação como denúncia, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) considerar prejudicado o pedido de medida cautelar formulado nos autos;

c) comunicar a presente deliberação ao denunciante;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e

e) arquivar os presentes autos, com fundamento no parágrafo único do art. 235 c/c o parágrafo único do art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 105 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-019.861/2026-5 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.2. Unidade Jurisdicionada: Município de Franco da Rocha-SP.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2567/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento do cumprimento da determinação do subitem 1.8.1 do Acórdão 1.718/2023-TCU-Plenário, para que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) apresentasse ao Tribunal elementos que evidenciassem avanço nas ações propostas no plano de ação, encaminhado em cumprimento ao Acórdão 2.781/2018-TCU-Plenário e que teve por objetivo avaliar a implementação e efetividade das medidas propostas por essa fundação, consoante autorizado no subitem 9.4 do Acórdão 2.098/2020-TCU-Plenário.

Considerando a manifestação uniforme da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde - AudSaúde (peças 289 e 290);

Considerando a troca da Presidência da Funasa, em maio/2026, quando o Sr. Lenildo Morais assumiu o cargo com o foco central em acelerar investimentos em obras, destravando entregas de saneamento básico nos municípios, e reestruturar o órgão;

Considerando que, recentemente, em 20/8/2026, foram autuadas as peças 283, 284, 285, 286, 287 e 288, totalizando 36 páginas de novos documentos;

Considerando que, por meio do Ofício 57/2026/CGAUDI/AUDIT/PRESI-FUNASA (Processo SEI 25100.004454/2024-38), em resposta ao Acórdão 2.361/2024-TCU-Plenário, monitoramento do item 1.8.1 do Acórdão 1.717/2023-TCU-Plenário, a Auditoria Interna da Funasa apresenta informações sobre providências atualizadas, por meio da Nota Informativa n. 8/2026 (SEI n. 6232644), em complemento à anterior Nota Informativa n. 2/2025 (SEI n. 5405111);

Considerando que a Funasa, no que tange à "revisão dos documentos necessários à institucionalização e implementação" do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), incluindo a "minuta de Decreto Presidencial", contratou, em 2025, duas Consultorias Especializadas, apesar de não estar claro qual é o cronograma para a entrega final desses documentos;

Considerando que a inserção do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Funasa no PPA 2024-2027, ocorrida em março/2026, significou um importante avanço para o fortalecimento institucional, exigindo a revisão do PEI;

Considerando que nos dados da Nota Informativa 2/2025 (SEI n. 5405111), de 16 de maio de 2025, a Cogec/Funasa informa que há 2.177 (dois mil, cento e setenta e sete) instrumentos vigentes, convênios e congêneres, com um saldo da ordem de R$ 2,22 bilhões a liberar, com um volume de Restos a pagar (RAP), vinculado a esses instrumentos no valor de R$ 1,84 bilhões;

Considerando que a documentação recentemente encaminhada, em 20/8/2026, por meio do Ofício n. 57/2026/CGAUDI/AUDIT/PRESI-FUNASA (Processo SEI 25100.004454/2024-38; peças 283 a 288), não foi capaz de demostrar grande evolução entre os anos de 2025 e 2026;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a D-APS/AudSaúde tem exercido acompanhamento da reestruturação da Funasa também por meio de reuniões, com sua Auditoria-Interna e Presidência; e

Considerando, finalmente, que a nova Presidência da FUNASA precisa de urgente atuação conjunta com seu Ministério Supervisor, bem como do MGI e do MPO (e CC/PR), na renovação/ampliação do seu quadro de pessoal de Engenharia, muito deficitário para os desafios presentes e futuros (conf. novos docs. 20/8/2026, parag. 188).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, em:

a) conceder à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), com fulcro no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, novo e excepcional prazo de sessenta dias para que, em articulação com o Ministério da Saúde, supervisor, e com outros órgãos com poder decisório (a exemplo do Ministério da Gestão e Inovação - MGI, do Ministério das Cidades - MCid, do Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, da Casa Civil da Presidência da República - CC/PR, e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA), cumpra integralmente a determinação contida no subitem 1.8.1 do Acórdão 1.718/2023-TCU-Plenário, apresentando elementos que evidenciem efetivos avanços nas ações propostas no plano de ação encaminhado em cumprimento ao Acórdão 2.781/2018-TCU-Plenário, visando:

a) impulsionar efetivamente o saneamento básico no país, devendo indicar possíveis ajustes nas ações relativas ao Plano Saneamento Brasil Rural (PSBR), ou Plano Nacional de Saneamento Rural (PNSR), ou outro programa que venha a substituí-lo, ou complementá-lo, de forma a se adequar às diretrizes, metas e princípios previstos no Novo Marco Legal do Saneamento Básico (NMLSB), no que couber; bem como apresentar, no mesmo prazo, resultados de discussões e/ou estudos sobre a definição do papel e forma de atuação da Funasa no saneamento rural no país após as mudanças promovidas pela Lei 14.026/2020, incluindo o cronograma, com indicação responsáveis, pela efetiva implementação do PNSR e a data estimada para a edição do Decreto Presidencial, um dos produtos a serem entregues pelas consultorias contratadas em 2025;

a.1) definir indicadores aptos a medir o seu desempenho, já aprovados pelas instâncias internas e externas à Funasa, incluindo o Ministério da Saúde, supervisor, nos termos do art. 20 do Decreto-Lei 200/1967, devendo considerar a definição do seu atual papel e da forma de atuação após as mudanças promovidas pela Lei 14.026/2020;

a.2) definir os custos atualizados para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas para o saneamento básico no país, que estejam em seu âmbito de atuação, e construir estratégias a serem implementadas que permitam suplantar o quadro de restrição orçamentária previsto no horizonte de curto e médio prazos, em articulação com o Ministério da Saúde, supervisor, e com outros órgãos com poder decisório (a exemplo do Ministério da Gestão e Inovação - MGI, do Ministério das Cidades - MCid, do Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, da Casa Civil da Presidência da República - CC/PR, e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA), de forma a assegurar os recursos orçamentários necessários para esse fim, devendo considerar as diretrizes, metas e exigências da Lei 14.026/2020, no que couber;

a.3) implementar efetivamente o levantamento das necessidades de saneamento de seu público-alvo, estabelecendo um novo procedimento de seleção dos beneficiários finais, respeitando as orientações estabelecidas no Guia Prático de Análise ex ante de Avaliação de Políticas Públicas e na Lei 11.445/2007 (com a nova redação dada pela Lei 14.026/2020) no que couber;

a.4) estabelecer rotinas de monitoramento dos resultados dos objetos pactuados nos instrumentos de repasse firmados, para cada categoria de objeto pactuado, a exemplo de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem de águas pluviais, de gestão e destinação final de resíduos sólidos, entre outras áreas de atuação da Funasa;

a.5) redefinir sua política institucional revisada, do ponto de vista estratégico, bem como o estabelecimento da relação custo/benefício dessa nova política, devendo evidenciar que as medidas até então adotadas têm levado em consideração as mudanças no setor promovidas pela Lei 14.026/2020 - Novo Marco Legal do Saneamento;

a.6) instituir controles de custos de suas ações e avaliação da eficiência na alocação dos recursos públicos que lhe são destinados;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

b) encaminhar cópia desta deliberação, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis, (i) ao Ministério da Saúde, (ii) ao Comitê Interministerial de Governança (CIG), instituído pelo Decreto 9.203/2017 e atualmente composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda e pela Controladoria-Geral da União, (iii) ao Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB), instituído pela Lei 14.026/2020 e presidido pelo Ministério das Cidades, que coordena a implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e articula a alocação de recursos federais destinados ao setor, com vistas à universalização do saneamento básico, (iv) à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), (v) à Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), da Câmara dos Deputados, e (vi) ao Sr. Presidente da Frente Parlamentar de Saneamento Público do Congresso Nacional, que coordenou a Audiência Pública sobre a Funasa, realizada em 23/9/2025, na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados (CDU/CD).

1. Processo TC-006.652/2019-0 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: TC 042.684/2021-8 (MONITORAMENTO).

1.2. Responsáveis: Ronaldo Nogueira de Oliveira (435.294.020-87); Secretaria-executiva do Ministério da Saúde (00.394.544/0173-12).

1.3. Interessados: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Fundação Nacional de Saúde; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento e Orçamento.

1.4. Unidade Jurisdicionada: Fundação Nacional de Saúde.

1.5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2568/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto por Juedir Viana Teixeira contra o Acórdão 11.673/2023-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foram julgadas irregulares as contas do recorrente, do Instituto de Ação Social e Desenvolvimento Sustentável Costa Verde e de Maíra do Prado, com imputação de débito e aplicação de multa, em tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos repassados pela União por meio do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 4/2010, destinado à execução de ações de qualificação social e profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Posteriormente, o Acórdão 381/2026-TCU-1ª Câmara negou provimento aos recursos de reconsideração interpostos pelos responsáveis Juedir Viana Teixeira e Maíra do Prado e o Acórdão 1.041/2026-TCU-1ª Câmara rejeitou os embargos de declaração opostos contra essa deliberação.

Considerando que o recurso de revisão ora interposto atende aos requisitos gerais de admissibilidade relativos à tempestividade, legitimidade, interesse e adequação;

considerando, contudo, que a unidade técnica apontou que o recorrente não demonstrou a ocorrência de erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência dos documentos que fundamentaram o acórdão recorrido, tampouco apresentou documentos novos com eficácia sobre a prova produzida, limitando-se a reiterar argumentos relativos à execução do objeto, à composição do débito, à individualização da responsabilidade, à alegada prescrição e à necessidade de diligências ou perícia, matérias já apreciadas pelo Tribunal quando do julgamento da tomada de contas especial, do recurso de reconsideração e dos embargos de declaração;

considerando que, conforme proposto pela unidade instrutora, as alegações deduzidas não se enquadram em nenhuma das hipóteses taxativas previstas no art. 35 da Lei 8.443/1992 para o cabimento do recurso de revisão, buscando, em verdade, rediscutir o mérito da condenação por meio de espécie recursal de natureza excepcional; e

considerando que o Ministério Público junto ao TCU anuiu integralmente à proposta formulada pela unidade técnica;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 288, 143, inciso IV, alínea “b”, 169, inciso V, e 212 do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer o presente recurso de revisão, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade;

b) comunicar esta decisão ao recorrente; e

c) arquivar os autos.

1. Processo TC-014.978/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Instituto de Ação Social e Desenvolvimento Sustentável Costa Verde (04.132.132/0001-28); Juedir Viana Teixeira (309.961.477-72); Maira do Prado (056.368.807-66)

1.2. Recorrente: Juedir Viana Teixeira (309.961.477-72)

1.3. Unidade: Diretoria de Administração e Logística - MGI

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

1.8. Representação legal: Fillipe Maciel dos Santos (OAB/RJ 160.861), representando Juedir Viana Teixeira; Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), representando Maira do Prado

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2569/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para atendimento à diligência constante do Ofício 0118/2026-TCU/AudSustentabilidade, expedido no âmbito do monitoramento instaurado nestes autos para acompanhamento do cumprimento da determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 517/2026-TCU-Plenário.

Considerando que a unidade técnica consignou que o pedido foi apresentado após o vencimento do prazo originalmente fixado e que o jurisdicionado fundamentou a solicitação na necessidade de conclusão das providências em curso por sua área técnica, requerendo prazo adicional até 5/10/2026 para encaminhamento das informações solicitadas;

considerando que a AudSustentabilidade se manifestou favorável ao deferimento do pleito e que a obtenção das informações requeridas se mostra relevante para a adequada avaliação do cumprimento da determinação expedida por esta Corte, permitindo o regular prosseguimento do monitoramento e a formação de juízo conclusivo acerca das providências adotadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e

considerando que, embora o atendimento da diligência não tenha ocorrido tempestivamente, o deferimento da prorrogação, em caráter excepcional, melhor atende ao interesse público e aos objetivos do monitoramento, sem constituir precedente para sucessivas dilações de prazo nem afastar o dever do jurisdicionado de conferir prioridade ao cumprimento das determinações expedidas por este Tribunal;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 143, V, “e”, do Regimento Interno do TCU e no parecer da unidade técnica, em:

a) deferir, em caráter excepcional, o pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;

b) fixar o dia 5/10/2026 como termo final para atendimento da diligência constante do Ofício 0118/2026-TCU/AudSustentabilidade;

c) consignar que a presente prorrogação não constitui precedente para novas dilações de prazo e não afasta o dever do jurisdicionado de conferir prioridade ao cumprimento da determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 517/2026-TCU-Plenário;

d) comunicar esta deliberação ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e

e) restituir os autos à AudSustentabilidade para prosseguimento do monitoramento.

1. Processo TC-006.959/2026-1 (MONITORAMENTO)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.1. Unidade: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Conselho Nacional do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Tribunal Marítimo - Comando da Marinha

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (AudSustentabilidade)

1.5. Representação legal: não há

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2570/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 90011/2025, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de atividades operacionais e administrativas para atendimento aos setores da administração, ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional da universidade, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com valor estimado de R$ 15.268.325,28.

Considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

considerando que, em exame perfunctório (peça 17), foi indeferido o pedido de medida cautelar, por ausência do perigo da demora, uma vez que o Contrato 14/2025 decorrente do certame já havia sido assinado com a empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda.;

considerando que a representante alegou, em síntese, que a proposta da Orbenk seria inexequível em razão da existência de lucro negativo em todos os postos de trabalho, lucro global negativo de -8,24% e taxa de administração de apenas 0,05%, o que seria insuficiente para suportar os custos indiretos e operacionais da execução contratual;

considerando que a existência de lucro negativo ou de percentual reduzido de custos indiretos não conduz, por si só, à inexequibilidade da proposta, podendo decorrer da estratégia comercial da empresa, conforme entendimento consolidado nos Acórdãos 3.092/2014 (Relator: Ministro Bruno Dantas) e 906/2020 (Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira), ambos do Plenário deste Tribunal;

considerando que, em resposta às oitivas realizadas, a Unirio demonstrou ter promovido diligência específica sobre a exequibilidade da proposta durante o certame, analisando as planilhas de custos e verificando a cobertura dos custos diretos, encargos trabalhistas, insumos e benefícios, além de ter considerado satisfatória a situação econômico-financeira da licitante;

considerando que a Orbenk, instada durante o certame, apresentou esclarecimentos específicos quanto à composição da taxa de administração e da margem de lucro, ratificou expressamente a exequibilidade dos preços ofertados, assumindo a responsabilidade por sua composição, e apresentou elementos relativos à sua capacidade econômico-financeira e à experiência na execução de contratos de serviços com órgãos e entidades da Administração Pública, em consonância com os Acórdãos 839/2020-1ª Câmara, 1.755/2020-Plenário e 803/2024-Plenário; e

considerando que a Unirio adotou mecanismos complementares de mitigação de riscos na execução contratual, mediante a utilização de conta-depósito vinculada e de seguro-garantia, e informou que os serviços vêm sendo executados satisfatoriamente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno-TCU e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, bem como no parecer da unidade técnica, em:

a) conhecer da representação;

b) no mérito, considerar a representação improcedente;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

c) comunicar esta decisão à representante e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); e

d) arquivar os autos.

1. Processo TC-018.430/2025-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessados: Orbenk Administração e Serviços Ltda. (79.283.065/0001-41); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (34.023.077/0001-07)

1.2. Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)

1.6. Representação legal: Leandro Adercino Santos do Couto (OAB/RJ 231.019), representando Cns Nacional de Servicos Limitada; Ana Rafaela Soares de Borba (OAB/SC 35.112), Andressa de Mello Garmus (OAB/SC 61.550) e outros, representando Orbenk Administração e Serviços Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2571/2026 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU Lucas Rocha Furtado, por meio da qual solicita a adoção de "providências necessárias para decompor as causas do déficit primário acumulado do Governo Central em 2026, apesar do crescimento real das receitas, identificando a cadeia técnica e decisória relativa às projeções, aos gastos, às renúncias, às compensações e às exclusões da meta";

Considerando que a representação não individualiza ato ou omissão administrativos concretos, responsável, norma efetivamente violada ou outro elemento que evidencie irregularidade ou ilegalidade determinada sujeita à atuação deste Tribunal, limitando-se a formular indagação sobre as causas do déficit primário e roteiro de apuração destinado a respondê-la;

Considerando que a existência de déficit, a frustração de receita, o crescimento de despesa e as deduções admitidas para a verificação da meta fiscal não configuram, por si sós, ilícito, de modo que os pedidos formulados na inicial não se respaldam em necessários indícios para o processamento da representação;

Considerando que os elementos e as indagações trazidos pelo representante inserem-se no escopo do acompanhamento do 4º bimestre de 2026, objeto do TC 018.918/2026-3, no qual poderão ser considerados como subsídio à avaliação em curso, havendo vínculo entre os objetos de controle dos processos que autoriza o apensamento definitivo, na forma dos arts. 2º, inciso I, 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal às peças 5-6,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer da representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) informar a prolação do presente Acórdão à autoridade representante, destacando que os fatores determinantes do resultado primário, a consistência das projeções de receitas e despesas primárias, as deduções admitidas para a verificação da meta fiscal e o cumprimento das regras fiscais integram o acompanhamento bimestral previsto na Resolução-TCU 142/2001, em curso quanto ao 4º bimestre de 2026 no TC 018.918/2026-3, no qual os elementos desta representação serão considerados como subsídio; e

c) promover o apensamento definitivo dos presentes autos ao TC 018.918/2026-3, com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c os arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-018.993/2026-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Ministério do Planejamento e Orçamento.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

1.5. Representante: Ministério Público junto ao TCU - Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2572/2026 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de cautelar, formulada por Adriano de Freitas Gonçalves, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 316/2026, sob a responsabilidade do Grupamento de Apoio de São Paulo (GAP-SP) — Comando da Aeronáutica, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de limpeza e higienização hospitalar e administrativa para o Hospital de Força Aérea de São Paulo;

Considerando que o representante alegou, em síntese, cômputo duplicado dos postos de encarregado com consequente sobrepreço; contradição quanto à obrigatoriedade de 102 colaboradores; indefinição das atribuições e da remuneração do supervisor técnico ou enfermeiro; divergência entre a metragem de calhas a executar e a base orçamentária; transferência ilimitada do risco de consumo de materiais; incompatibilidade entre os critérios de precificação de materiais e equipamentos; incompletude do Instrumento de Medição de Resultado e ausência de índice de reajustamento; exigência genérica e desproporcional de registro ou inscrição na Anvisa; inadequação do requisito de capital social mínimo e de sua fundamentação; e remissão a norma sanitária revogada, requerendo medida cautelar de suspensão do certame e, no mérito, a anulação ou a retificação e republicação do edital;

Considerando que o referido pregão se encontra suspenso pela unidade jurisdicionada, conforme aviso divulgado no Compras.gov.br, para "readequação do Termo de Referência";

Considerando que a suspensão se deu antes da abertura da sessão pública, não havendo julgamento de propostas, adjudicação, homologação ou celebração de contrato, de modo que os requisitos questionados não produziram efeitos concretos sobre a seleção do fornecedor ou sobre a execução contratual;

Considerando que as alegações do representante dizem respeito ao conteúdo do edital e do Termo de Referência da versão suspensa do certame e que, ao retirar temporariamente a eficácia desses documentos e anunciar sua readequação, a Administração alterou supervenientemente a situação fática que motivou a provocação do Tribunal;

Considerando que, diante da suspensão dos documentos impugnados, os efeitos práticos que se pretendia alcançar mediante eventual medida cautelar já foram obtidos por outras vias, restando prejudicado o exame do pedido cautelar por perda superveniente de objeto, bem assim do mérito da matéria;

Considerando, portanto, que não mais subsiste o substrato fático-normativo sobre o qual a representação foi apresentada, evidenciando a perda de objeto do processo; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 7-8,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar prejudicada a representação por perda de objeto;

b) comunicar a prolação do Acórdão ao Grupamento de Apoio de São Paulo - Comando da Aeronáutica e ao representante; e

c) arquivar o processo com fundamento no art. 169, II, do RITCU.

1. Processo TC-019.598/2026-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Grupamento de Apoio de São Paulo - Comando da Aeronáutica.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representante: Adriano de Freitas Gonçalves (CPF: 27798256857).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2573/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades relacionadas ao Edital de Credenciamento 1/2025, promovido pela Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), destinado à seleção de sociedades seguradoras interessadas na operacionalização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Considerando que a petição em exame traz questionamentos acerca da legalidade e da operacionalização do critério de "ordem de chegada das solicitações/demandas" para a alocação de recursos orçamentários do PSR, alegando eventual afronta ao art. 79, inciso II, da Lei 14.133/2021, bem como formula pedido de concessão de medida cautelar para a suspensão do referido mecanismo;

considerando que, nos termos dos arts. 235 do Regimento Interno do TCU e 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, a admissibilidade de denúncia exige a demonstração de indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade apontada;

considerando que as alegações veiculadas apoiam-se predominantemente em riscos potenciais, hipóteses prospectivas e solicitações de esclarecimentos/documentos, sem a apresentação de elementos concretos aptos a evidenciar favorecimento indevido, concentração irregular de recursos ou prejuízo efetivo à livre escolha do produtor rural;

considerando que a controvérsia veiculada refere-se eminentemente à governança e ao desenho da política pública, matérias típicas de fiscalização e auditoria, não se identificando suporte fático suficiente para a instauração do presente processo de denúncia;

considerando que, em juízo de cognição sumária, não restaram caracterizados os pressupostos do fumus boni iuris e do periculum in mora, verificando-se, em contrapartida, risco de periculum in mora inverso ante os potenciais prejuízos à continuidade da execução do PSR;

considerando, ademais, a existência de processo de auditoria operacional no Tribunal (TC 018.946/2026-7) voltado à avaliação da efetividade e da governança do PSR, foro no qual os aspectos gerais do programa poderão ser oportunamente analisados,

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 53 e 55 da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III, 235, parágrafo único, e 276 do Regimento Interno do TCU, c/c os arts. 103, § 1º, e 105 da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) não conhecer da presente documentação como denúncia;

b) considerar prejudicada a análise do pedido de medida cautelar;

c) informar o conteúdo desta deliberação ao denunciante; e

d) arquivar os autos, com fundamento no parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 105 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-019.423/2026-8 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária.

1.4. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável (AudSustentabilidade).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2574/2026 - TCU - Plenário

Trata-se estes autos de Monitoramento, em que se aprecia Pedido de Reexame interposto pelo Ministério da Saúde contra a alínea “b” do Acórdão 1.824/2026-TCU-Plenário.

Considerando que a deliberação recorrida (Acórdão 1.824/2026-TCU-Plenário) apreciou o monitoramento das determinações constantes do Acórdão 1.459/2024-TCU-Plenário, proferido no âmbito de representação sobre possíveis irregularidades na aplicação de recursos de emendas de relator (RP 9) destinados ao custeio de procedimentos de saúde em municípios do Estado do Maranhão;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que, no âmbito da referida deliberação proferida em sede de monitoramento, não foram rediscutidas questões de mérito nem houve a imposição de qualquer tipo de sanção ao recorrente;

considerando que o art. 278, § 5º, do Regimento Interno do TCU estabelece expressamente que não se conhecerá de recurso contra deliberação proferida em sede de monitoramento em que não tenham sido rediscutidas questões de mérito, nem imposto nenhum tipo de sanção, ante a ausência de sucumbência e do consequente interesse recursal;

considerando que, nos termos da Súmula-TCU 145 e do art. 282 do Regimento Interno do TCU, a inaplicabilidade do princípio do duplo grau de jurisdição a decisões que não trazem gravame enseja o não conhecimento do expediente por falta de interesse de agir;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica no sentido do não conhecimento do expediente recursal,

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 278, § 5º, e 282 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame interposto pelo Ministério da Saúde, por ausência de interesse recursal, e em dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados a prolação deste Acórdão.

1. Processo TC-000.235/2025-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Recorrente: Ministério da Saúde.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

1.5. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2575/2026 - TCU - Plenário

Tratam os autos de recolhimento administrativo parcelado (RAP), autuado em conformidade com o art. 14, III, da Resolução-TCU 259/2014, referente à multa individual aplicada a Francisco Bento de Araújo (CPF: 033.352.673-20), no âmbito do Processo TC 016.185/2012-9, no valor originário de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com fulcro no art. 58, II, da Lei 8.443/1992;

Considerando que o responsável recolheu integralmente o valor da multa aos cofres do Tesouro Nacional, devidamente atualizado, conforme comprovantes de pagamento às peças 72 e 73; e

considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos pela expedição de quitação.

os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em:

a) expedir quitação a Francisco Bento de Araújo, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo subitem 9.1 do Acórdão 2177/2019 - TCU - Plenário;

b) informar o teor desta deliberação ao responsável; e

c) apensar os autos ao processo originário - TC-016.185/2012-9.

1. Processo TC-005.889/2025-1 (RECOLHIMENTO ADMINISTRATIVO PARCELADO)

1.1. Responsável: Francisco Bento de Araújo (033.352.673-20)

1.2. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/CE (00.414.607/0006-22)

1.3. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.4. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.7. Representação legal: Rômulo Weber Teixeira de Andrade (14415/OAB-CE), representando Francisco Bento de Araújo.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2576/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de representações formuladas pelo Ministério Público junto ao TCU (TC 006.684/2021-1, principal, e apensos: TC 005.262/2021-6, TC 000.602/2022-1 e TC 007.679/2023-8), autuadas com o fim de apurar supostos prejuízos aos cofres públicos decorrentes de práticas ilegítimas de revolving door e lawfare atribuídas a membros da força-tarefa da Operação Lava Jato e ao ex-juiz Sérgio Moro, em prejuízo do grupo Odebrecht S.A.

Considerando a proposta da Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação), de "considerar improcedentes as representações destes autos e dos TC 005.262/2021-6, 000.602/2022-1, 007.797/2022-2 e 007.679/2023-8";

considerando que, entre os processos referidos pela unidade técnica, o TC 007.797/2022-2 já foi definitivamente apreciado pelo Acórdão 474/2023-TCU-Plenário (não conhecimento da representação), circunstância que impõe excluí-lo de novo pronunciamento de mérito nesta oportunidade;

considerando que a instrução de mérito (peça 276), ratificada após reexame específico (peça 287) e referendada pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 283), concluiu que: (i) quanto à alegada prática de revolving door, restou comprovado o cumprimento da quarentena de seis meses fixada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, sem indício de compartilhamento de informação privilegiada; (ii) quanto à alegada prática de lawfare, não foram indicadas as normas e os processos supostamente afetados; (iii) os alegados danos ao erário permanecem hipotéticos, sem nexo causal demonstrado com as condutas descritas nas representações; (iv) escapa à competência constitucional deste Tribunal a apreciação da conduta funcional de magistrados e membros do Ministério Público, no exercício de suas atribuições finalísticas, assim como o exame dos deveres fiduciários da administradora judicial em relação ao grupo Odebrecht, cujo acompanhamento compete ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo;

considerando que a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo determinou, em caráter cautelar, que a recuperanda depositasse em juízo os honorários devidos à administradora judicial até o desfecho do procedimento instaurado perante este Tribunal, impondo-se dar-lhe conhecimento da presente deliberação;

considerando que o pedido de ingresso, como interessada, da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, formulado na peça 19 do TC 005.262/2021-6, teve a análise diferida para a presente representação, conforme voto condutor do Acórdão 534/2022-TCU-Plenário;

considerando que (i) a ausência de relação jurídica direta e individualizável entre a decisão a ser proferida e o patrimônio jurídico da ANPR ou as prerrogativas institucionais de seus associados desautoriza o ingresso da referida associação como interessada neste processo e que (ii) o desfecho de improcedência ora adotado também retira a utilidade ou necessidade jurídica da intervenção requerida;

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 146, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) conhecer das representações formuladas no processo principal (TC 006.684/2021-1) e nos processos apensos TC 005.262/2021-6, TC 000.602/2022-1 e TC 007.679/2023-8 para, no mérito, considerá-las improcedentes;

b) indeferir o pedido de ingresso formulado pela Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR nos autos do TC 005.262/2021-6;

c) informar o teor desta deliberação ao representante (Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado), ao Sr. Sergio Fernando Moro, à sociedade Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda. e ao MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-006.684/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: TC 005.262/2021-6; TC 000.602/2022-1, TC 007.797/2022-2, TC 007.679/2023-8, TC 033.035/2023-7.

1.2. Interessado: Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda. (07.016.138/0001-28).

1.3. Órgão: Ministério Público Federal, Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.4. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.5. Representantes do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).

1.7. Representação legal: Sérgio Roberto Vosgerau (OAB/PR 19.231) e outros, representando Sérgio Fernando Moro; Luiz Rodrigues Wambier (OAB/DF 38.828) e outros, representando Alvarez & Marsal Administração Judicial Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2577/2026 - TCU - Plenário

Trata-se estes autos de representação autuada como processo apartado por força do Acórdão 395/2023-TCU-Plenário, com vistas a apurar possíveis irregularidades no âmbito do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (Conferp), consistentes na ausência de atendimento a solicitações/diligências formuladas em trabalho de levantamento e em eventuais impropriedades na contratação de serviços advocatícios.

Considerando que a instrução técnica identificou a ausência de retransmissão de questionários aos Conselhos Regionais (Conrerps) pelo representante indicado pelo Conferp, gerando atrasos na coleta de dados durante o levantamento de auditoria;

considerando, contudo, que as informações necessárias puderam ser obtidas diretamente junto aos conselhos regionais, afastando o prejuízo ao resultado do levantamento e permitindo flexibilizar a sanção prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992 em favor de medida pedagógica, a exemplo da linha adotada no Acórdão 2.682/2010-TCU-Plenário;

considerando a estrutura operacional exígua do Conferp, enquadrado como entidade de pequeno porte, com reduzido quadro de pessoal;

considerando que o contrato originariamente questionado (Pisco & Rodrigues Advogados) perdeu seu objeto por exaurimento do vínculo contratual e não renovação;

considerando que a análise efetuada no contrato subsequente firmado para prestação de serviços advocatícios (Alencar e Medeiros Advocacia) não evidenciou descumprimento às normas regentes de inexigibilidade de licitação ou à jurisprudência do TCU (art. 25, II, da Lei 8.666/1993, art. 3º-A da Lei 14.039/2020 e Súmulas 39 e 252 do TCU),

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014 e o art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, em:

conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

dar ciência ao Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (Conferp) de que o não atendimento injustificado a diligências e solicitações deste Tribunal sujeita o responsável à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso IV, do Regimento Interno do TCU;

informar o teor desta decisão ao Conferp; e

arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-006.759/2024-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Relações Públicas.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2578/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de embargos de declaração opostos pela empresa D B G dos Santos contra o Acórdão 2.109/2026-TCU-Plenário, proferido em representação acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 90018/2026, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM), destinado à contratação de serviços de link de comunicação nas unidades da Justiça Eleitoral.

Considerando que a embargante alega omissões e contradições na avaliação dos efeitos das irregularidades reconhecidas e da suficiência das providências adotadas, requerendo a integração do julgado, inclusive com eventual atribuição de efeitos modificativos;

considerando que a condição de representante não confere, por si só, legitimidade para recorrer, sendo necessário, para tanto, o reconhecimento de razão legítima para intervir no processo como parte interessada;

considerando que a D B G dos Santos não figura como responsável nem teve reconhecida a condição de interessada nestes autos;

considerando, portanto, que os presentes embargos não atendem aos requisitos de admissibilidade, por ausência de legitimidade recursal;

considerando, ademais, que, ainda que superado esse óbice, não se verificam as contradições e omissões alegadas pela embargante, pois a decisão recorrida reconheceu as falhas ocorridas na condução do certame, mas concluiu, à vista das circunstâncias do caso concreto, que elas não comprometeram os objetivos da licitação em grau que justificasse a adoção de medida corretiva;

considerando que essa conclusão levou em conta a ampla participação de licitantes e a expressiva vantagem econômica da proposta vencedora, elementos que evidenciaram, sob a perspectiva do interesse público, a preservação da competitividade e da economicidade do certame;

considerando que, nesse contexto, a ciência expedida ao TRE/AM se mostra compatível com a natureza e a repercussão das falhas constatadas, cumprindo a finalidade de prevenir sua repetição em futuras contratações;

considerando que a situação particular da representante, que atribui sua não participação no certame à ausência de resposta aos questionamentos formulados, não se confunde com o interesse público primário tutelado pelo Tribunal, cuja avaliação deve considerar os efeitos das irregularidades sobre o procedimento licitatório em seu conjunto;

considerando, por fim, que as questões suscitadas acerca da modelagem em lote único e do componente SD-WAN foram examinadas na apreciação da representação e, portanto, não evidenciam omissão no julgado, tendo sido consideradas suficientes as justificativas administrativas relativas à padronização da solução, à centralização da responsabilidade técnica, à redução dos riscos operacionais e aos ganhos de eficiência e economicidade;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea “f”, e § 3º, e 287 do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer dos embargos de declaração, ante a ausência de legitimidade recursal da embargante;

b) informar o teor desta decisão à embargante e ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

1. Processo TC-012.863/2026-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Embargante: D B G dos Santos (09.250.095/0001-76).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Raissa Gomes Lisboa (42149/OAB-DF), representando D B G dos Santos.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2579/2026 - TCU - Plenário

Tratam os autos de representação formulada pela empresa AGMR Comércio e Serviços Ltda. sobre supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 90002/2026, conduzido pelo 2º Batalhão Ferroviário, para a contratação de serviços de outsourcing de impressão,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a representante alegou, em síntese, a nulidade do ato de anulação do Grupo 1 do referido certame (sob o argumento de ausência de decisão formal e cerceamento de recurso) e a consequente invalidade do Pregão Eletrônico 90017/2026 subsequente;

considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, tendo sido conhecida pelo Relator por meio de despacho no qual restou indeferida a medida cautelar pleiteada (peça 15);

considerando que os registros oficiais do sistema Compras.gov.br evidenciam que a anulação do Grupo 1 no certame inaugural decorreu de vício insanável na parametrização do intervalo mínimo de lances, o qual inviabilizou a disputa incremental de preços e comprometeu a competitividade;

considerando que a anulação foi devidamente motivada na plataforma eletrônica oficial, com a imediata e automática abertura de prazo recursal no próprio sistema, tendo a representante permanecido inerte, o que operou a preclusão administrativa;

considerando que a higidez do ato de desfazimento afastou qualquer vício de contaminação sobre o Pregão Eletrônico 90017/2026 subsequente, certame que transcorreu de forma regular, ampla e competitiva, resultando em contratação econômica e vantajosa para a Administração Pública; e

considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) pelo julgamento da improcedência do feito.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) informar o teor desta deliberação ao 2º Batalhão Ferroviário e à representante; e

c) arquivar os autos.

1. Processo TC-013.229/2026-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: 2º Batalhão Ferroviário.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Matheus Fernandes Araújo (159152/OAB-MG), representando AGMR Comércio e Serviços Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2580/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada por Evandro Augusto Machado, a respeito de possíveis irregularidades no Contrato 134/2024, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Barros Cassal/RS e a empresa Laboratório de Próteses Zimmermann Ltda, sob o regime de credenciamento, tendo por objeto a confecção sem exclusividade de próteses dentárias.

considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, ante a existência de interesse público e a presença de recursos federais de transferência fundo a fundo repassados ao município;

considerando que, embora exista inconsistência entre a estimativa de demanda indicada no credenciamento e o quantitativo global autorizado no Portal da Transparência, este último representa limite ou reserva para contratação por demanda e não comprova, por si só, execução dos quantitativos, pagamento indevido ou dano ao erário;

considerando que a Secretária Municipal de Saúde atua como gestora do ajuste, sem acumular a função de fiscalização do contrato, e que não foram apresentados elementos que indiquem vínculo ou interesse privado da agente em relação ao laboratório contratado, não se caracterizando, pelos elementos dos autos, violação ao princípio da segregação de funções ou conflito de interesses;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que os preços obtidos em pregões eletrônicos de outros municípios e os valores de referência do SIGTAP/SUS, embora possam constituir elementos indicativos para análise, não são diretamente comparáveis aos valores fixados no credenciamento em exame, diante das diferenças de formação de preços e da ausência de demonstração da equivalência entre os objetos e as condições de execução, não sendo suficientes, isoladamente, para caracterizar sobrepreço;

considerando a ausência do pressuposto do perigo da demora e da plausibilidade jurídica nas alegações do representante, o que inviabiliza a concessão da medida cautelar pleiteada,

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

conhecer da presente representação e, no mérito, considerá-la improcedente;

informar o teor desta decisão à Prefeitura Municipal de Barros Cassal/RS e ao representante; e

arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 250, inciso I, c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-017.110/2026-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barros Cassal - RS.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2581/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela Associação Brasileira de Apoio ao Primeiro Emprego e Estágio noticiando supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 56/2026, conduzido pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro (CRF-RJ) para contratação de serviços contínuos de agente de integração para estágios e de entidade qualificadora para contratação de jovens aprendizes, com valor total estimado de R$ 576.339,60.

Considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU;

considerando que a representante alegou, em síntese, haver divergência de valores entre o Termo de Referência e o portal de compras oficial, falta de resposta a pedidos de esclarecimento e indefinições quanto às exigências do objeto;

considerando que, quanto à alegada divergência de valores, a unidade técnica constatou tratar-se de grandezas distintas (o valor menor referia-se apenas à taxa administrativa, enquanto o maior englobava o custo total mensal por estagiário), questão que já havia sido expressamente esclarecida pela Administração no canal oficial do certame antes mesmo do protocolo desta representação;

considerando que a suposta falta de resposta aos pedidos de esclarecimento da representante ocorreu por terem sido direcionados a canais não oficiais (e-mail e telefone), restando comprovado nos autos que o sistema eletrônico oficial funcionou regularmente e atendeu a outras empresas de forma tempestiva;

considerando que as demais alegações sobre a complexidade do sistema de gestão e do seguro de acidentes foram apresentadas de forma genérica, sem demonstrar vícios ou imprecisões concretas no edital;

considerando, assim, a ausência de plausibilidade jurídica nas irregularidades apontadas; e

considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações), pela improcedência da representação;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021; nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU; e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

b) informar o teor desta deliberação e da instrução à peça 10 ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro (CRF-RJ) e à representante; e

c) arquivar os autos.

1. Processo TC-017.406/2026-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Luiz Paulo Busquim Braga (75271/OAB-PR), representando a Associação Brasileira de Apoio ao Primeiro Emprego e Estágio.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2582/2026 - TCU - Plenário

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Base Sistema Serviços de Administração e Comércio Ltda. sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 6/2026, promovido pelo Banco Central do Brasil - Regional São Paulo, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços comuns de limpeza, conservação, higienização, copeiragem, controle integrado de pragas urbanas e outros serviços correlatos.

Considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, ante a presença do interesse público e a aplicação direta de recursos federais;

considerando que as exigências questionadas pela representante (itens 4.17, 4.27 e 4.28 do Apêndice A do Termo de Referência) dizem respeito exclusivamente à disciplina de execução contratual dos serviços especializados de controle integrado de pragas urbanas, não se confundindo com os requisitos de qualificação técnico-operacional exigidos para a fase de habilitação das licitantes (itens 9.32 e seguintes do Termo de Referência);

considerando que o instrumento convocatório admite expressamente a subcontratação parcial dessa parcela especializada, permitindo que a empresa contratada utilize terceiro devidamente qualificado para a execução da atividade, afastando o risco de restrição à competitividade do certame ou de inabilitação indevida de licitantes;

considerando que as exigências ambientais e cadastrais inseridas no Termo de Referência encontram amparo na regulamentação aplicável às atividades de controle de vetores e pragas urbanas (IN-Ibama 141/2006 e IN-Ibama 13/2021), sendo restritas aos produtos e serviços dessa natureza;

considerando a ausência da plausibilidade jurídica nas alegações apresentadas, o que inviabiliza a concessão da tutela de urgência pleiteada;

considerando a possibilidade de julgamento imediato de mérito do processo, ante os elementos de convicção constantes dos autos, nos termos do art. 276, § 6º, do Regimento Interno do TCU;

considerando os pareceres uniformes emitidos pela unidade técnica,

os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 143, incisos III e V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

conhecer da presente representação e, no mérito, considerá-la improcedente;

informar o teor desta decisão à representante e ao Banco Central do Brasil - Regional São Paulo; e

arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-017.508/2026-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - Regional São Paulo.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.5. Representação legal: Fernando Cesar Fidelis e Luiz Gustavo Bianco, representando Base Sistema Serviços de Administração e Comercio Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2583/2026 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de expediente encaminhado pela Deputada Federal Adriana Ventura, por meio do Ofício 277/2026/GABAV, para que este Tribunal avalie a conveniência de instaurar, reabrir, ampliar ou apensar procedimento de fiscalização sobre a atuação de órgãos e entidades federais diante dos fatos envolvendo o Banco Master, o Banco Pleno e as estruturas financeiras e societárias a eles vinculadas.

Considerando que, nos termos do art. 232 do Regimento Interno e do art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008, a iniciativa para solicitar informações e fiscalizações em nome do Congresso Nacional é reservada às autoridades neles indicadas;

Considerando que o expediente foi subscrito individualmente pela Deputada Federal Adriana Ventura, sem aprovação de colegiado, e, portanto, não se caracteriza como Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Resolução-TCU 215/2008;

Considerando que o art. 232, § 2º, do Regimento Interno determina o não conhecimento de solicitação encaminhada por quem não seja legitimado;

Considerando que o TC 022.950/2025-7, de minha relatoria, já examina a atuação do Banco Central do Brasil na supervisão e na resolução do Banco Master, matéria diretamente relacionada ao núcleo das preocupações apresentadas no expediente;

Considerando que, diante da existência desse processo, não se mostra necessária a conversão do expediente em representação autônoma, sendo suficiente a juntada de cópia para que as informações pertinentes subsidiem a análise em curso, sem duplicar a atuação do Tribunal;

Considerando que essa providência também atende ao pedido subsidiário da parlamentar para que o expediente seja aproveitado em processo já existente sobre a matéria;

Considerando os pareceres emitidos nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 232, § 2º, do Regimento Interno e os arts. 2º, parágrafo único, e 4º, inciso I e § 1º, da Resolução-TCU 215/2008, e de acordo, em essência, com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) não conhecer da solicitação formulada pela Deputada Federal Adriana Ventura, por ausência de legitimidade;

b) juntar cópia do expediente (peça 1) e desta deliberação aos autos do TC 022.950/2025-7, para subsidiar a análise em curso naquele processo;

c) informar o conteúdo desta deliberação à Deputada Federal Adriana Ventura; e

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-016.917/2026-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2584/2026 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo de prestação de contas simplificada dos responsáveis pelo Departamento Regional do Senai no Estado do Espírito Santo, relativo ao exercício de 2003.

Considerando que este processo foi parcialmente sobrestado, quanto aos itens 9.9 e 9.11 do acórdão 2854/2010-Plenário, na redação dada pelo acórdão 2548/2015-Plenário, até o julgamento definitivo da ação anulatória 0133516-34.2015.4.02.5001, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo (peça 209);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a sentença proferida naquela ação anulou os efeitos das deliberações deste processo decorrentes da desconsideração da personalidade jurídica da Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha (Fupes-VV) em relação aos autores (peça 281);

Considerando que a 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região manteve a sentença quanto ao mérito e a reformou apenas quanto à verba honorária, com trânsito em julgado (peça 281);

Considerando que a condenação em débito e a multa impostas pelos referidos itens 9.9 e 9.11 aos membros do Conselho de Curadores da Fupes-VV apoiaram-se exclusivamente na desconsideração da personalidade jurídica e não subsistem diante da coisa julgada;

Considerando que cessou, assim, o motivo do sobrestamento parcial;

Considerando que, em relação aos demais responsáveis, a deliberação transitou em julgado e as cobranças executivas foram constituídas, de modo que nada mais resta a examinar neste processo (peças 246 e 247);

Considerando os pareceres convergentes da unidade instrutiva e do Ministério Público de Contas no sentido do levantamento do sobrestamento, da exclusão daqueles responsáveis da relação processual e do arquivamento do processo (peças 282 a 285);

Considerando o disposto no art. 143, V, 'a' e 'c', bem como não se tratar de processo nem de matéria vedada pelo art. 143, § 4º, todos dispositivos do Regimento Interno.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, em levantar o sobrestamento deste processo; tornar insubsistentes, em relação a Aly da Silva, Edenyr Dantas da Silva, Paulo Régis Vescovi, Edson Franco Immaginário e Rosivaldo Bispo dos Santos, os itens 9.9 e 9.11 do acórdão 2854/2010-Plenário, na redação dada pelo acórdão 2548/2015-Plenário; excluí-los da relação processual; dar ciência desta deliberação a esses responsáveis e ao Departamento Regional do Senai no Estado do Espírito Santo; e arquivar o processo (art. 169, V, do Regimento Interno).

1. Processo TC-009.831/2004-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2003)

1.1. Apensos: 013.125/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.460/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.956/2016-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.464/2016-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.276/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.463/2016-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 026.970/2012-0 (SOLICITAÇÃO); 006.461/2016-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.459/2016-1 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Ademar Brumatti (343.330.537-49); Adriana Dantas da Silva Siviero (794.115.927-91); Aly da Silva (086.531.517-53); Antonio Manoel Barbieri (049.046.647-87); Cesar Daher Carneiro (085.972.787-49); Edenyr Dantas da Silva (786.402.967-15); Edson Franco Immaginario (290.822.007-59); Evandi Américo Comarella (977.897.717-87); Fernando Antonio Dal Piero (317.304.427-49); Francisco Lordes (135.406.027-04); Fundacao Universitaria de Pesquisas Economicas e Sociais de Vila Velha (03.409.534/0001-64); Gibson Barcelos Reggiani (418.330.827-53); José Emílio Magro (479.016.167-68); José Luiz Leal Darós (840.288.667-15); Lenora Dantas da Silva Vescovi (719.866.777-53); Luiz Carlos de Freitas Pacheco (009.712.197-53); Maria Aparecida Bianchi (578.140.237-34); Paulo Regis Vescovi (421.443.107-34); Rosivaldo Bispo dos Santos (108.479.525-68); Sebastião da Cunha Sena (125.179.337-15); Tarciso Celso Vieira de Vargas (282.992.307-30); Vitoriagas Gases Industriais Ltda - Me (00.702.637/0001-20)

1.3. Entidade: Departamento Regional do Senai No Estado do Espírito Santo.

1.4. Relator: Ministro Odair Cunha.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável (AudSustentabilidade).

1.7. Representação legal: Rodrigo Loureiro Martins (1.322/OAB-ES) e Jonas Tadeu de Oliveira (4886/OAB-ES), representando Lenora Dantas da Silva Vescovi; Rodrigo Loureiro Martins (1.322/OAB-ES) e Jonas Tadeu de Oliveira (4886/OAB-ES), representando Aly da Silva; Ronaldo Faustini (3618/OAB-ES), representando Vitoriagas Gases Industriais Ltda - Me; Rodrigo Loureiro Martins (1.322/OAB-ES) e Jonas Tadeu de Oliveira (4886/OAB-ES), representando Edson Franco Immaginario; Rodrigo Loureiro Martins (1.322/OAB-ES) e Jonas Tadeu de Oliveira (4886/OAB-ES), representando Paulo Regis Vescovi;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Rodrigo Loureiro Martins (1.322/OAB-ES) e Jonas Tadeu de Oliveira (4886/OAB-ES), representando Edenyr Dantas da Silva; Rodrigo Loureiro Martins (1.322/OAB-ES) e Jonas Tadeu de Oliveira (4886/OAB-ES), representando Rosivaldo Bispo dos Santos; Rodrigo Loureiro Martins (1.322/OAB-ES), Jonas Tadeu de Oliveira (4886/OAB-ES) e outros, representando Adriana Dantas da Silva Siviero.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2585/2026 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado o relatório de auditoria realizada no Comando da Aeronáutica com o objetivo de avaliar os riscos e os controles envolvidos em contratações de suporte logístico para aeronaves militares.

Considerando a constatação de erro material na deliberação que apreciou o pedido de reexame interposto pelo Comando da Aeronáutica contra o acórdão 1555/2023-Plenário (relator: ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti).

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Apoio à Gestão de Processos e do Ministério Público de Contas, que se manifestaram pela retificação do acórdão 1967/2026-Plenário (relator: ministro Odair Cunha), de modo a nele fazer constar a correta indicação da deliberação inicialmente proferida neste processo.

Considerando o disposto no art. 143, V, "d", do Regimento Interno, combinado com o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante deste Tribunal, bem como o fato de não se tratar de processo ou matéria vedada pelo art. 143, § 4º, do Regimento Interno.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o acórdão 1967/2026-Plenário (prolatado na sessão de 22/7/2026, Ata 28/2026), de modo que, onde se lê: "VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto contra o acórdão 1553/2023-Plenário (...)", leia-se: "VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto contra o acórdão 1555/2023-Plenário (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos no processo.

1. Processo TC-030.452/2019-8 (PEDIDO DE REEXAME EM RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Recorrente: Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

1.2. Interessado: Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

1.3. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.4. Relator: Ministro Odair Cunha.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Defesa Nacional e Segurança Pública (AudDefesa).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2586/2026 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes embargos de declaração opostos pela representante em face do acórdão 2117/2026-Plenário, que não conheceu da petição como representação, bem como determinou o encerramento do processo.

Considerando que a embargante alega que o acórdão embargado incorreu em omissão ao deixar de apreciar a alegada ilegalidade da inabilitação da empresa e os fundamentos técnicos e jurisprudenciais que ampararam sua pretensão, requerendo, por isso, a integração do julgado e a atribuição de efeitos modificativos para que a representação seja conhecida e apreciada quanto ao mérito.

Considerando que o não conhecimento da petição não retira nem desconstitui qualquer situação jurídica da representante, limitando-se a impedir o acolhimento da pretensão por ela formulada.

Considerando que inexiste, no caso concreto, possibilidade de lesão a direito subjetivo da autora.

Considerando que a representante não se qualifica automaticamente como parte ou interessada nos processos de controle externo, visto que seu papel se encerra com a mera provocação da jurisdição desta Corte.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que não cabe o exercício de prerrogativas processuais ao representante não admitido como parte no processo, a exemplo da interposição de recursos, por falta de legitimidade.

Considerando os termos dos arts. 30, I, "d", e 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, V, "f" e § 3º, 277, III, e 287, § 1º, do Regimento Interno.

Considerando não se tratar de processo nem matéria vedada pelo art. 143, § 4º, do Regimento Interno.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração opostos pela representante contra o acórdão 2117/2026-Plenário, por ausência de legitimidade recursal, e dar ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC 014.971/2026-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Embargante: Estrutura Serviços e Engenharia Ltda (11.293.277/0001-76).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro Odair Cunha.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Odair Cunha.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: Vinicius Henrique Pereira Bessas (OAB/MG 159716), representando Estrutura Serviços e Engenharia Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2587/2026 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo de representação, sobre possível ocorrência de irregularidades no pregão eletrônico 4/2026, sob a responsabilidade da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Amazonas.

Considerando que o pregão eletrônico 4/2026 destinou-se à contratação de serviços contínuos de apoio administrativo e atendimento, com dedicação exclusiva de mão de obra, no valor estimado de R$ 4.366.059,60.

Considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno e o art. 103, § 1º, da Resolução 259/2014.

Considerando que, apesar do perigo da demora, decorrente do estágio avançado do certame, não se verificou a plausibilidade jurídica das alegações apresentadas pelo representante.

Considerando que, quanto ao enquadramento dos serviços de suporte técnico em tecnologia da informação, como apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis reconheceu a incompatibilidade da modelagem adotada com as normas específicas aplicáveis às contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação, especialmente a Portaria SGD/MGI 1.070/2023 e a Súmula 269 deste Tribunal, e anulou o respectivo item, o que tornou prejudicada a alegação por perda superveniente de objeto.

Considerando que os esclarecimentos prestados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis não elevaram exigências, nem alteraram substancialmente o objeto, as obrigações econômicas, as condições de participação ou os critérios de julgamento, de modo que não se caracterizou modificação apta a exigir a republicação do edital e a reabertura do prazo, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei 14.133/2021 e do entendimento firmado no acórdão 1035/2007-Plenário.

Considerando que a estrutura do Instrumento de Medição de Resultado é compatível com a Instrução Normativa SEGES/MP 5/2017 e a Instrução Normativa SEGES/ME 98/2022, pois estabelece indicadores, metas, periodicidade, mecanismo de cálculo e faixas objetivas de adequação do pagamento, além de vedar a dupla contabilização de ocorrências e assegurar o contraditório à contratada.

Considerando que a redução mais acentuada na última faixa do Instrumento de Medição de Resultado, associada a desempenho crítico, não é suficiente para caracterizar desproporcionalidade nem ilegalidade.

Considerando que as inconsistências apontadas nas planilhas e na demonstração da formação dos preços máximos foram reconhecidas e corrigidas ou apresentam baixa materialidade, sem capacidade concreta de afetar a formulação das propostas ou o resultado do certame, conforme o entendimento firmado no acórdão 1588/2024-Plenário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a divergência entre custos analíticos e preços máximos não caracteriza, isoladamente, irregularidade.

Considerando as razões expostas pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações, cujos fundamentos são acolhidos.

Considerando os termos dos arts. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 143, V, "a", 235 e 237, VII, do Regimento Interno; e o art. 103, § 1º, da Resolução 259/2014.

Considerando não se tratar de processo nem de matéria vedada pelo art. 143, § 4º, do Regimento Interno.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, de acordo com o parecer emitido no processo, ACORDAM, por unanimidade, em: a) conhecer da representação, por atender aos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie e considerá-la improcedente; b) encaminhar cópia desta deliberação à Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Amazonas e ao representante, informando-lhes que sua íntegra estará disponível para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, em www.tcu.gov.br/acordaos; e c) encerrar o processo.

1. Processo TC-017.198/2026-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Amazonas.

1.2. Relator: Ministro Odair Cunha.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Marcos Antonio da Silva, representando Angra Serviços Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2588/2026 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo de monitoramento do cumprimento, por diversos conselhos federais de profissões regulamentadas, das determinações contidas nos itens 9.4.1.3, 9.4.1.4 e 9.4.1.5 do acórdão 1925/2019-Plenário (atualizado), prolatado no âmbito do TC 036.608/2016-5, relativos à normatização das transferências de recursos entre os conselhos federais e os regionais (convênios, patrocínios e bolsas de estudo).

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação) autuou, inicialmente, processo consolidador de monitoramento relativo às verbas indenizatórias (diárias, auxílio de representação e jetons) abrangendo todos os conselhos federais (TC 037.034/2023-5), bem como processos específicos para cada conselho federal destinados ao exame do cumprimento das determinações relativas aos demais temas;

Considerando que, com o objetivo de uniformizar as análises, obter uma visão transversal dos achados e conferir tratamento conjunto às questões relevantes relacionadas aos temas específicos examinados na auditoria, determinei a constituição de outros processos consolidadores, conforme indicado na tabela a seguir:

Processo TC	Item da deliberação	Temas monitorados
008.329/2025-7	9.4.1.1	Normatização de verbas de jetons
008.347/2025-5	9.4.1.1	Normatização de verbas de representação
008.350/2025-6	9.4.1.1	Normatização verbas de diárias
002.213/2026-5	9.4.5	Inventário das receitas auferidas
002.214/2026-1	9.4.2	Avaliação do modelo de estruturação da unidade de auditoria interna
	9.4.3	Estabelecimento de procedimentos para a elaboração do planejamento anual das atividades de fiscalização do exercício profissional
	9.4.4	Realização de acompanhamento e supervisão das atividades de fiscalização dos conselhos regionais

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que, por racionalidade, eficiência processual e pertinência temática, o monitoramento do cumprimento do item 9.4.1.2 (normatização das transferências entre os conselhos federais e os conselhos regionais) está sendo realizado conjuntamente com o dos itens 9.4.1.3 (repasses de recursos por meio de convênios), 9.4.1.4 (concessão de patrocínios) e 9.4.1.5 (concessão de bolsas de estudo), no âmbito dos processos autuados especificamente para cada conselho federal profissional;

Considerando, assim, que o presente processo perdeu seu objeto;

Considerando o art. 143, V, "a", do RI/TCU.

Os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM em determinar o arquivamento deste processo de monitoramento e apensá-lo ao TC 036.608/2016-5.

1. Processo TC-002.215/2026-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2589/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.521/2025-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Antônio Donizeti da Silva (249.707.946-34)
4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Divinópolis/MG
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)
8. Representação legal: Wellington Renato Vieira (OAB/MG 109.985)

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra Antônio Donizeti da Silva, em razão da habilitação e concessão irregular do benefício previdenciário 42/148.430.287-4, de titularidade de Gilmar José Rosado,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, I; 16, III, "b" e "c"; 19; 23, III; 26; 28, II e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, § 7º; 214, III; 215 a 217; 219 e 267 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Antônio Donizeti da Silva;

9.2. julgar irregulares as contas de Antônio Donizeti da Silva, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/11/2010	349,00
2/12/2010	1.018,22
5/1/2011	872,00
2/2/2011	894,00
3/3/2011	894,00
4/4/2011	894,00
3/5/2011	894,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/6/2011	894,00
8/7/2011	894,00
4/8/2011	894,00
2/9/2011	1.345,00
4/10/2011	895,00
7/11/2011	895,00
6/12/2011	1.342,08
5/1/2012	895,00
7/2/2012	949,00
5/3/2012	949,00
9/4/2012	949,00
7/5/2012	949,00
5/6/2012	949,00
4/7/2012	949,00
10/8/2012	949,00
4/9/2012	1.424,00
4/10/2012	949,00
8/11/2012	949,00
12/12/2012	1.423,38
4/1/2013	949,00
4/2/2013	1.008,00
5/3/2013	1.008,00
4/4/2013	1.008,00
6/5/2013	1.008,00
10/6/2013	1.008,00
18/7/2013	1.008,00
8/8/2013	1.008,00
4/9/2013	1.512,00
4/10/2013	1.008,00
4/11/2013	1.008,00
9/12/2013	1.512,15
7/1/2014	1.008,00
10/2/2014	1.064,00
11/3/2014	1.064,00
4/4/2014	1.064,00
6/5/2014	1.064,00
3/6/2014	1.064,00
2/7/2014	1.064,00
4/8/2014	1.064,00
2/9/2014	1.596,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/10/2014	1.064,00
4/11/2014	1.064,00
5/12/2014	1.595,66
6/1/2015	1.064,00
5/2/2015	1.130,00
6/3/2015	1.130,00
9/4/2015	1.130,00
5/5/2015	1.130,00
3/6/2015	1.130,00
2/7/2015	1.130,00
4/8/2015	1.130,00
2/9/2015	1.130,00
2/10/2015	1.695,00
5/11/2015	1.130,00
2/12/2015	1.695,39
5/1/2016	1.130,00
2/2/2016	1.258,00
2/3/2016	1.258,00
5/4/2016	1.258,00
3/5/2016	1.258,00
2/6/2016	1.258,00
4/7/2016	1.258,00
5/8/2016	1.258,00
2/9/2016	1.886,00
5/10/2016	1.258,00
5/1/2017	3.144,35
19/1/2017	1.260,64
7/2/2017	1.340,00
8/3/2017	1.340,00
13/4/2017	1.340,00
12/5/2017	1.340,00
26/6/2017	1.340,00
13/7/2017	1.340,00
15/8/2017	1.340,00
18/9/2017	2.010,00
6/11/2017	2.680,00
5/12/2017	2.010,15
5/2/2018	2.708,00
7/3/2018	1.368,00
12/4/2018	1.368,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
9/5/2018	1.368,00
8/6/2018	1.368,00
26/7/2018	1.368,00
7/8/2018	1.368,00
5/9/2018	2.052,00
4/10/2018	1.368,00
23/11/2018	1.368,00
2/1/2019	2.051,99
1/2/2019	1.368,00
4/2/2019	1.415,00
8/3/2019	1.415,00
5/4/2019	1.415,00
8/5/2019	1.415,00

9.3. aplicar a Antônio Donizeti da Silva a multa no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso o pagamento ocorra após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais, a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar o responsável de que, em caso de parcelamento das dívidas, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. comunicar a presente deliberação ao responsável, à unidade jurisdicionada e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2589-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2590/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.988/2026-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante e Interessada:
3.1. Representante: Covale Construções e Serviços Ltda. (11.170.603/0001-58)
3.2. Interessada: AG Construtora e Serviços Ltda. (32.843.159/0001-64)
4. Unidade: Município de Olho D'Água/PB
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

8. Representação legal: Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.233), representando o Município de Olho D'Água/PB; Francisco Tiago Figueiredo Barbosa (035.508.784-78), representando a empresa Covale Construções e Serviços Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Covale Construções e Serviços Ltda, acerca de possíveis irregularidades na Concorrência 1/2026, efetuada pelo Município de Olho D'Água/PB para contratar, pelo valor estimado de R$ 2.647.955,28, a construção de vinte unidades habitacionais, vinculada ao Termo de Compromisso 992309/2025/MCIDADES/CAIXA,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, nos arts. 157, 187, 234, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, 250, inciso V, e 276, caput e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno-TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

9.1. conhecer da representação, por atender aos requisitos de admissibilidade;

9.2. referendar a medida cautelar adotada por meio do despacho transcrito no relatório que precede este acórdão (peça 30 destes autos), bem como as medidas acessórias nele previstas; e

9.3. comunicar este acórdão ao Município de Olho D'Água/PB, à representante e à interessada.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2590-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2591/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.867/2024-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda. (60.395.126/0001-34)

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

8. Representação legal: Laura Lara Mezzelani (OAB/SP 315.940), representando Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Petróleo Brasileiro S.A, em cumprimento ao Acórdão 1.133/2023-Plenário, com vistas a apurar dano ocorrido no Contrato 8500.0000072.10.2, celebrado entre a estatal e a empresa Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º, 19, 23, III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda. - em recuperação judicial;

9.2. julgar irregulares as contas da empresa Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda. - em Recuperação Judicial, condenando-a ao recolhimento aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do seu pagamento:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data	Valor original
1º/1/2024	R$ 166.493,91

9.3. aplicar à empresa Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda. - em recuperação judicial multa proporcional ao dano ao erário no valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do seu pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação;

9.6. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, devendo a primeira ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, dos encargos legais devidos, na forma da legislação em vigor;

9.7. alertar a responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.8. comunicar esta decisão à empresa Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda. - em recuperação judicial, à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e à Procuradoria da República em Pernambuco.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2591-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2592/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.097/2026-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Aposentadoria.

3. Interessados: Ana Claudia Pinheiro Ferreira Cunha (873.039.907-63); Fabiola Rosendo de Sousa (143.266.777-75); Lucia Correa Pivatelli (014.729.127-56); Marilena Jacintho de Sousa (086.971.017-60); Marilene da Silva Santos Costa (052.094.017-23); Rosane da Silva Santos Horta (752.959.977-15); Roselene Santos da Silva (504.099.727-20); Rosenir Santos Ventura (906.469.407-91); Sandra da Silva Santos Fernando (571.358.357-00); Tereza Cristina Gouveia da Silva (028.747.267-10).

4. Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

5. Relator: Ministro Odair Cunha.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo, em que se examinam atos de pensão militar encaminhados pelo Comando da Marinha para fins de apreciação e registro;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. ordenar o registro dos atos de pensão militar em benefício de Ana Claudia Pinheiro Ferreira Cunha, Fabiola Rosendo de Sousa, Marilena Jacintho de Sousa, Marilene da Silva Santos Costa, Rosane da Silva Santos Horta, Roselene Santos da Silva, Rosenir Santos Ventura, Sandra da Silva Santos Fernando e Tereza Cristina Gouveia da Silva;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.2. instaurar, preliminarmente ao exame do ato de pensão militar 17108/2025 em benefício de Lucia Correa Pivatelli, incidente de uniformização de jurisprudência, com o objetivo de dirimir a divergência de entendimentos a respeito dos efeitos na análise do ato de pessoal da inobservância do art. 24, § 2º, da Emenda Constitucional 103/2019, considerando a repercussão nos atos apreciados por esta Corte de outros benefícios acumulados;

9.3. remeter o incidente à AudPessoal para instrução e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas para pronunciamento; e

9.4. encaminhar cópia desta deliberação (relatório, voto e acórdão) aos Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha e aos demais interessados, informando-lhes que sua íntegra estará disponível para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, em www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2592-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2593/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.164/2025-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40).

3.2. Responsáveis: Francisco Isac de Azevedo (200.370.073-00); Joao Agostinho do Nascimento (131.843.263-49).

3.3. Recorrente: João Agostinho do Nascimento (131.843.263-49).

4. Órgão: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Odair Cunha.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Ivana Policarpo Moita (OAB/PI 4.860) e Thalyta Policarpo Moita da Silva, representando Joao Agostinho do Nascimento.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto contra o acórdão 1205/2026-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso e negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação (relatório, voto e acórdão) ao recorrente e Instituto Nacional do Seguro Social, informando-lhes que sua íntegra estará disponível para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, em www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2593-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2594/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.707/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação; Secretaria Executiva - Ministério do Trabalho e Previdência (extinta); Secretaria de Orçamento Federal (00.489.828/0008-21); Secretaria do Tesouro Nacional (00.394.460/0409-50); Secretaria-executiva do Ministério da Economia (extinta); Secretaria-executiva do Ministério da Educação (00.394.445/0023-09); Secretaria-executiva do Ministério da Previdência Social; Secretaria-executiva do Ministério da Saúde (00.394.544/0173-12).

4. Órgãos/Entidades: Departamento de Informática do SUS; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Economia (extinto); Ministério da Educação; Ministério da Fazenda; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Previdência (extinto).

5. Relator: Ministro Odair Cunha.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria realizada em que se avaliou a conformidade das regras de negócio dos sistemas centralizados mantidos pela União para monitoramento e avaliação da política nacional de educação e para execução orçamentária, financeira e gestão fiscal, bem como a interoperabilidade entre esses sistemas e os sistemas de administração financeira da União, dos estados e dos municípios.

ACORDAM os ministros desta Corte de Contas, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional, com fundamento no art. 4º, I, da Resolução 315/2020, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

9.1.1. estabeleça, precedidos dos estudos técnicos que considerar necessários, requisitos mínimos de interoperabilidade aplicáveis aos Sistemas Únicos e Integrados de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), de modo a assegurar a integração com os sistemas estruturantes pertinentes e a transmissão padronizada, segura, íntegra, rastreável e, sempre que tecnicamente possível, automatizada das informações contábeis, orçamentárias e fiscais ao Siconfi, em observância ao art. 163-A da Constituição Federal, ao art. 48, §§ 1º, III, e 2º, da Lei Complementar 101/2000, aos arts. 1º, § 6º, 2º, II, e 9º, I e II, do Decreto 10.540/2020 e ao art. 7º, I, IV e XVII, do Decreto 6.976/2009;

9.1.2. institua mecanismo regular de acompanhamento da observância, pelos Siafic, do padrão mínimo de qualidade estabelecido no Decreto 10.540/2020, inclusive quanto aos requisitos de integração, integridade, confiabilidade, auditabilidade e disponibilidade das informações, articulando-se, no âmbito de suas competências, com os tribunais de contas e demais órgãos competentes, nos termos dos arts. 7º, XVII, do Decreto 6.976/2009 e 16 e 17 do Decreto 10.540/2020;

9.2. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fundamento no art. 4º, I, da Resolução 315/2020 e no art. 38, § 3º, da Lei 14.113/2020, que, no prazo de 180 dias, em articulação com a Secretaria do Tesouro Nacional, com a Secretaria de Orçamento Federal e com os demais órgãos competentes, adote as providências necessárias para assegurar a efetiva interoperabilidade e integração do Siope com os sistemas eletrônicos de dados contábeis, orçamentários e fiscais pertinentes e apresente cronograma para a progressiva redução das duplicidades de declaração e das intervenções manuais nos fluxos de dados;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.3. recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional, com fundamento no art. 11 da Resolução 315/2020, que:

9.3.1. avalie a conveniência e a oportunidade de implementar interface padronizada, acessível aos entes federativos que atendam aos requisitos técnicos definidos pelo órgão, para permitir a transmissão direta e automatizada da Matriz de Saldos Contábeis ao Siconfi, com o mínimo de intervenção manual;

9.3.2. avalie, em articulação com os órgãos competentes, a conveniência de propor aperfeiçoamento do art. 10 do Decreto 10.540/2020, de modo a tornar inequívoco que o caráter preferencial da adoção da arquitetura ePING não afasta a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos de interoperabilidade previstos na Lei Complementar 101/2000 e no próprio decreto, preservada a neutralidade tecnológica;

9.4. recomendar ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, com fundamento no art. 11 da Resolução 315/2020, que avalie a conveniência e a viabilidade jurídica e técnica de incorporar indicador objetivo de conformidade, integridade e confiabilidade dos Siafic às análises de risco fiscal e aos mecanismos de acompanhamento dos entes subnacionais e inclusive, quando cabível, à metodologia da Capag, aos programas de acompanhamento e transparência fiscal e ao acompanhamento do Propag e de outros programas de renegociação ou garantia, observados os procedimentos legais aplicáveis à alteração dessas metodologias;

9.5. recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, avalie a conveniência e a oportunidade de revisar a padronização contábil e orçamentária, de modo a compatibilizar as necessidades de informação da área de educação com a granularidade exigida pela legislação aplicável ao Siope e a reduzir a necessidade de declarações adicionais de dados já disponíveis nos sistemas contábeis e fiscais;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e ao Instituto Rui Barbosa, para conhecimento e eventual colaboração nas iniciativas de interoperabilidade e acompanhamento de que tratam os itens anteriores;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para atendimento à Proposta de Fiscalização e Controle 176/2018, encaminhada pelo Ofício 492/2021/CFFC-P, de 29/11/2021, nos termos do acórdão 527/2023-Plenário, de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues;

9.8. determinar à unidade técnica competente que promova, em processo apartado, o monitoramento das determinações constantes dos itens 9.1 e 9.2;

9.9. encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2594-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2595/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.029/2018-2.

1.1. Apenso: TC 022.712/2010-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em processo de Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinta).

3.2. Responsável: Consórcio PCP - Engevix (05.521.049/0001-03).

3.3. Embargante: Consórcio PCP - Engevix (05.521.049/0001-03).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S/A.

5. Relator: Ministro Odair Cunha.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (OAB/RJ 140.611), Leonardo Chevrand de Miranda e Silva (OAB/RJ 103506) e outros, representando Petróleo Brasileiro S/A;

8.2. Gilberto Mendes Calasans Gomes (43 OAB/DF.391), representando Consórcio PCP - Engevix;

8.3. João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A), Adriano Fontes Pinto (OAB/SP 281724) e outros, representando Engevix Projetos e Gerenciamentos Ltda.;

8.4. Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Eduardo Rodrigues Lopes (OAB/DF 29.283) e outros, representando José Antônio de Figueiredo; e

8.5. Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Mariana Macedo Pessanha Ferrandi (158.482/OAB-RJ) e outros, representando Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Consórcio PCP - Engevix, em processo de tomada de contas especial, contra o acórdão 405/2026-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Consórcio PCP - Engevix e rejeitá-los;

9.2. encaminhar ao embargante cópia desta deliberação, cuja íntegra (relatório, voto e acórdão) estará disponível para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2595-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Odair Cunha (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2596/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.637/2023-7.

1.1. Apenso: 000.676/2025-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Centro de Controle Interno da Marinha (00.394.502/0104-50); Centro de Controle Interno do Exército; Comando da Aeronáutica - Centro de Controle Interno da Aeronáutica - Cenciar (00.394.429/0173-48); Secretaria-executiva da Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-executiva do Ministério da Previdência Social; Secretaria-geral do Ministério da Defesa.

3.2. Recorrente: Secretaria-geral do Ministério da Defesa.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Carolina Saraiva de Figueiredo Cardoso (84788/OAB-DF), Juliana Gomes Falleiros Cavalheiro (209133/OAB-SP) e outros, representando Comando da Aeronáutica - Centro de Controle Interno da Aeronáutica - Cenciar; Carolina Saraiva de Figueiredo Cardoso (84788/OAB-DF), Juliana Gomes Falleiros Cavalheiro (209133/OAB-SP) e outros, representando Ministério da Defesa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Ministério da Defesa contra o Acórdão 1.839/2025-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 2.602/2025-TCU-Plenário, em que este Tribunal que julgou o feito procedente quanto à ausência de amparo legal, no atual ordenamento jurídico, da concessão de pensão por "morte ficta" antes do óbito do instituidor, concedida com base no art. 20 da Lei 3.765/1960 c/c art. 19, §4º, do Decreto 10.742/2021.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, por maioria, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos do art. 48 da Lei 8.434/1992, conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a:

9.1.2 considerar a representação parcialmente procedente;

9.1.3 conferir a seguinte redação ao subitem 9.3 do Acórdão 2.602/2025-TCU-Plenário:

"9.3 recomendar ao Ministério da Defesa e à Casa Civil da Presidência da República, observadas as atribuições previstas no Decreto 12.002/2024, que avaliem a conveniência e a oportunidade de manter vigente o § 4º do artigo 19 do Decreto 10.742/2021, tendo em vista as disposições legais referentes às demais pensões militares, que exigem o efetivo falecimento do instituidor como condição para constituir o benefício";

9.2 dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, informando que o teor integral de suas peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.2.1 ao Ministério da Defesa;

9.2.2 à Casa Civil da Presidência da República;

9.2.3 aos Comandos Militares;

9.2.4 à Câmara dos Deputados;

9.2.5 ao Senado Federal.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2596-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro com voto vencido: Walton Alencar Rodrigues (Revisor).

13.3. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.4. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2597/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.584/2025-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios).

8. Representação legal: Anna Paula Araujo Goncalves de Oliveira (66485/OAB-DF), Marina Ratti de Andrade (68562/OAB-DF), Larissa Martins da Silva (63472/OAB-DF) e Paulo Vitor Liporaci Giani Barbosa (50301/OAB-DF), representando o denunciante.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito do bloqueio das agendas dos Peritos Médicos Federais pelo Ministério da Previdência Social, (MPS), durante a greve da categoria, e do registro, em sistema informatizado, de motivo inverídico para o cancelamento de perícias médicas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer parcialmente da denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. recomendar ao Ministério da Previdência Social, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, que, no prazo de noventa dias, promova a alteração do cálculo do Tempo Médio de Espera do Agendamento da Perícia Médica (TMEA-PM), para que esse indicador considere o tempo de espera total dos requerentes cuja perícia foi remarcada pela própria Administração, por motivos alheios à vontade dos requerentes;

9.3. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e

9.4. comunicar esta decisão ao denunciante, ao Ministério da Previdência Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao interessado.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2597-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2598/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.242/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Município de Bom Princípio do Piauí - PI (41.522.194/0001-72).

3.2. Responsável: Marcello Roberto Leite Soares (245.463.303-59).

3.3. Recorrente: Marcello Roberto Leite Soares (245.463.303-59).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Vitoria Alzenir Pereira do Nascimento (18.989/OAB-PI), Bruna Ferreira de Andrade Pedrosa (19.150/OAB-PI) e outros, representando Prefeitura Municipal de Bom Princípio do Piauí - PI; Diogo Josennis do Nascimento Vieira (8754/OAB-PI) e Luan Cantanhede Bezerra de Oliveira (17.571/OAB-PI), representando Marcello Roberto Leite Soares.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Marcello Roberto Leite Soares, ex-prefeito do município de Bom Princípio do Piauí/PI (gestão 2009-2012), contra o Acórdão 2.887/2025-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2598-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2599/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.301/2015-6.

1.1. Apensos: 009.059/2022-9; 009.053/2022-0; 009.074/2022-8; 009.019/2022-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Embargantes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Construtora Hidros Ltda - Me (08.881.794/0001-51); Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (244.368.283-87); José Maria de Almeida Sousa (139.559.343-49).

3.3. Embargante: Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (244.368.283-87).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira - CE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Ana Carolina Mazoni (31606/OAB-DF), representando Edenilda Lopes de Oliveira Sousa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em se examinam de embargos de declaração opostos pela Sra. Edenilda Lopes de Oliveira Sousa ao Acórdão 1.973/2026-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte não conheceu de recurso de revisão interposto pela embargante em face do Acórdão 2.740/2019-TCU-2ª Câmara, relatado pelo E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 1.973/2026-TCU-Plenário;

9.3. não conhecer do recurso de revisão interposto pela Sra. Edenilda Lopes de Oliveira Sousa contra o Acórdão 2.740/2019-TCU-2ª Câmara; e

9.4. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2599-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2600/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.468/2026-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo destinado à verificação do atendimento dos requisitos constitucionais de idoneidade moral e reputação ilibada pelo E. Senador Rodrigo Otávio Soares Pacheco, escolhido pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo 386/2026, para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos da Resolução-TCU 334/2021;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reconhecer que o E. Senador Rodrigo Otávio Soares Pacheco, indicado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, atende aos requisitos constitucionais de idoneidade moral e reputação ilibada previstos na Resolução-TCU 334/2021; e

9.2. arquivar o presente processo, preservando o sigilo dos dados pessoais do interessado.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.
11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2600-37/26-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2601/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.027/2020-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis/Embargantes:

3.1. Interessados: Erivaldo Rodrigues Amorim (385.322.124-68); Município de Barra de Guabiraba/PE (10.120.962/0001-38); Município de Belo Jardim/PE (10.260.222/0001-05); Município de Bezerros/PE (10.091.510/0001-75); Município de Camocim de São Félix/PE (10.766.129/0001-69); Município de Capoeiras/PE (11.256.088/0001-23); Município de Casinhas/PE (01.618.704/0001-95); Município de Correntes/PE (11.286.358/0001-49); Município de Jucati/PE (35.450.790/0001-91); Município de Jupi/PE (10.140.978/0001-02); Município de Lajedo/PE (10.143.246/0001-76).

3.2. Responsáveis: Alvaro Jose Marques Santos (667.359.044-00); Antonio Carlos Lopes da Silva (053.846.894-71); Antonio Marcos Patriota (029.114.064-51); Edimilson da Bahia de Lima Gomes (836.006.634-53); Francisco Helio de Melo Santos (031.646.074-58); George Sobral de Melo (056.135.214-33); Gerson Henrique de Melo (030.766.874-68); Jessiane Moraes da Silva (105.323.694-83); Leylla Ricelly Patriota de Oliveira (077.672.704-40); Lucas Medeiros de Andrade Neto (088.296.204-32); Luciano Henrique de Melo (038.355.164-18); Lucineide Almeida Reino (642.597.224-68); Marcos Andre Eloi Rodrigues (037.343.364-65); Maria Rosineide Araujo Barbosa (346.061.224-04); Reginaldo Liberato de Oliveira (457.348.604-68); Rossine Blesmany dos Santos Cordeiro (535.716.144-53); Severino Otavio Raposo Monteiro (024.197.694-49); Uilson de Moura Franca (688.528.194-87).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

3.3. Embargantes: Antonio Marcos Patriota (029.114.064-51); Rossine Blesmany dos Santos Cordeiro (535.716.144-53); Reginaldo Liberato de Oliveira (457.348.604-68); Leylla Ricelly Patriota de Oliveira (077.672.704-40); Marcos Andre Eloi Rodrigues (037.343.364-65); Gerson Henrique de Melo (030.766.874-68).

4. Entidades: Município de Barra de Guabiraba/PE; Município de Belo Jardim/PE; Município de Bezerros/PE; Município de Cabo de Santo Agostinho/PE; Município de Calçado/PE; Município de Camocim de São Félix/PE; Município de Capoeiras/PE; Município de Casinhas/PE; Município de Correntes/PE; Município de Custódia/PE; Município de Jucati/PE; Município de Jupi/PE; Município de Lajedo/PE; Município de Vertentes/PE; Prefeituras Municipais do Estado de Pernambuco (184 Municípios).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

8. Representação legal: Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE), representando Gerson Henrique de Melo; Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE), representando Lucas Medeiros de Andrade Neto; Felipe de Godoy Figueiredo (40434/OAB-PE), Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE) e outros, representando Gerson Jose de Carvalho Souza Filho; Cinthia Rafaela Simoes Barbosa (32817/OAB-PE), representando Uilson de Moura Franca; Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE), representando Jessiane Moraes da Silva; Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE) e Mirella Fernanda de Sa Amaral (30117/OAB-PE), representando Leylla Ricelly Patriota de Oliveira; Roberto Gilson Raimundo Filho (18558/OAB-PE), Gilson Fernando Medeiros Soares (38080/OAB-PE) e outros, representando Severino Otavio Raposo Monteiro; Felipe de Godoy Figueiredo (40434/OAB-PE) e Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE), representando Antonio Marcos Patriota; Madson Gomes Frazao (20.784/OAB-PE), Rafael Gomes Pimentel (30.989/OAB-PE) e outros, representando Município de Barra de Guabiraba/PE; Eduardo Henrique Teixeira Neves (30630/OAB-PE), representando Maria Rosineide Araujo Barbosa; Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE), representando Rossine Blesmany dos Santos Cordeiro; Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE), representando Marcos Andre Eloi Rodrigues; Madson Gomes Frazao (20.784/OAB-PE), Rafael Gomes Pimentel (30.989/OAB-PE) e outros, representando Erivaldo Rodrigues Amorim; Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE) e Mirella Fernanda de Sa Amaral (30117/OAB-PE), representando Reginaldo Liberato de Oliveira; Luciclaudio Gois de Oliveira Silva (21523/OAB-PE), representando Edimilson da Bahia de Lima Gomes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Rossine Blesmany dos Santos Cordeiro, Antônio Marcos Patriota, Reginaldo Liberato de Oliveira, Leylla Ricelly Patriota de Oliveira, Marcos André Eloi Rodrigues e Gerson Henrique de Melo, contra o Acórdão 1.691/2026-TCU-Plenário (Relação 24/2026);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos embargos, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência aos embargantes e demais interessados.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2601-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2602/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.488/2016-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (065.541.211-53); Fabio de Oliveira Ferreira (002.733.107-55); Ilumina Soluções Prestadora de Serviços Ltda. (27.272.277/0001-20).
3.2. Recorrente: Fabio de Oliveira Ferreira (002.733.107-55).
4. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Odontologia.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Suzana de Camargo Gomes (16222/OAB-MS); Thiago Calmon Fernandes Bortolini (20146/OAB-DF); Andréa Damm da Silva Brum da Silveira (83557/OAB-DF); Bruno Silva Rodrigues (117.609/OAB-RJ); André Gomes Pereira (116.487/OAB-RJ) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Fábio de Oliveira Ferreira contra o Acórdão 1.994/2025-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. deferir o pedido de habilitação nos autos do Conselho Federal de Odontologia, com fundamento no art. 146 do Regimento Interno do TCU; e
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente, ao Conselho Federal de Odontologia e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.
10. Ata nº 37/2026 - Plenário.
11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2602-37/26-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2603/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.064/2016-7.
1.1. Apensos: TC 000.060/2024-0; TC 000.061/2024-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Embargante: Ferlim Serviços Técnicos Ltda (42.116.376/0001-06).
4. Unidade Jurisdicionada: Hospital Federal do Andaraí.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: Jaques Fernando Reolon (22885/OAB-DF), entre outros, representando a Ferlim Serviços Técnicos Ltda.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que, nesta fase processual, apreciam-se embargos de declaração contra o Acórdão 1.551/2025-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

a) conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

b) comunicar esta deliberação à recorrente.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2603-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2604/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.116/2025-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional (SCN).

3. Solicitante: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CTFC).

4. Unidades jurisdicionadas: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional encaminhada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CTFC), com base no Requerimento 28/2025-CTFC, de autoria da Senadora Damares Alves, solicitando auditoria nos gastos federais afetos à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), com foco no Projeto de Cooperação Internacional MMA/Flacso 125/2025 (organização da 5ª CNMA);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento determinado no Acórdão 2.929/2025-TCU-Plenário;

9.2. considerar integralmente atendida a presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 14, inciso IV, c/c o art. 17, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008, ante a comprovação da regularidade jurídica do Projeto de Cooperação Internacional MMA/Flacso 125/2025, do cumprimento integral do seu objeto físico, da observância dos princípios da transparência e da modicidade nas subcontratações, da aprovação das contas pelo órgão concedente e do recolhimento ao Tesouro Nacional do saldo remanescente de R$ 1.324.120,09 via Guia de Recolhimento da União;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal e ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal; e

9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 250, inciso I, c/c o art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e no art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2604-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2605/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.623/2025-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.

3. Consulente: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC-CD).

4. Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, decorre do Requerimento 167/2025-CFFC, acerca, especificamente, quanto à aplicabilidade das indicações feitas por empresas públicas e sociedades de economia mista para cargos de direção e administração em sociedades empresárias de direito privado, nas quais detenham participação minoritária e não exerçam controle;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, com base no art. 1º, inciso XVII e § 2º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 264 e 265 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, responder ao consulente que:

9.1.1. os requisitos e vedações previstos nos arts. 17 e 26 da Lei 13.303/2016 não se aplicam às indicações realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista em sociedades privadas nas quais detenham participação minoritária e não exerçam controle, devendo ser observados, nesses casos, os requisitos e vedações previstos nos arts. 54 e 56 do Decreto 8.945/2016;

9.1.2. o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela indicação deve verificar a elegibilidade e a qualificação técnica dos indicados, documentar o processo decisório, demonstrar a compatibilidade técnica do perfil selecionado e observar as normas e políticas de governança aplicáveis, sendo irregular a indicação que descumpra os requisitos dos arts. 54 e 56 do Decreto 8.945/2016; e

9.1.3. deve ser observado rito semelhante ao previsto no art. 22 do Decreto 8.945/2016, com análise prévia pelo comitê ou comissão de elegibilidade da empresa estatal investidora, aprovação pela Casa Civil da Presidência da República e manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da empresa controladora, conforme o caso;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao consulente;

9.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2605-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2606/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.796/2023-2.

1.1. Apensos: TC 024.473/2024-3; TC 024.580/2025-2; TC 039.401/2023-5; TC 039.110/2023-0; TC 007.001/2024-0; TC 026.119/2024-2; TC 024.522/2024-4; TC 007.896/2024-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU).

4. Unidades Jurisdicionadas: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Ministério de Minas e Energia (MME).

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União para que esta Corte analise as causas do blecaute ocorrido na rede de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo e acompanhe as medidas adotadas pelo Governo Federal no que se refere à obtenção de explicações junto às respectivas concessionárias em São Paulo sobre a interrupção nos serviços públicos essenciais prestados;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar que a resposta apresentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) atende, até este momento, à determinação especificada no item 9.1 do Acórdão 2.191/2024-TCU-Plenário;

9.2. indeferir o ingresso nos autos da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Enel/SP), com fulcro no art. 146, §§ 1º e 2º do RITCU;

9.3. determinar ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com fundamento nos arts. 2º, inciso I, 4º e 6º da Resolução TCU 315/2020, que encaminhem a este Tribunal, de forma conjunta, no prazo de 60 (sessenta) dias, cronograma detalhado das ações previstas a partir deste momento a fim de garantir a adequada continuidade da distribuição de energia em São Paulo após o término da vigência do atual contrato de concessão firmado com a Enel/SP, acompanhado das justificativas técnicas pertinentes;

9.4. alertar o MME e a Aneel, com fundamento no art. 9º da Resolução-TCU 315/2020, que eventuais irregularidades afetas a soluções ou contratações emergenciais decorrentes de falta de planejamento tempestivo para serviços de distribuição de energia em São Paulo após o encerramento do prazo de vigência do atual contrato com a Enel/SP poderão ser apuradas por este Tribunal com a responsabilização dos agentes públicos que derem causa a essa situação;

9.5. determinar à Aneel, com fundamento nos arts. 2º, inciso I, 4º e 6º da Resolução TCU 315/2020, que encaminhe a este Tribunal, imediatamente após as devidas decisões, todas as deliberações administrativas e judiciais que tratem do contrato de concessão em análise;

9.6. recomendar ao MME e à Aneel, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, que avaliem a implementação de novas medidas em relação à continuidade dos serviços públicos de distribuição de energia no Estado de São Paulo após o término da vigência do atual contrato para evitar os graves transtornos e prejuízos vividos pela população paulista sempre que ocorrem eventos climáticos rigorosos, a exemplo de:

9.6.1. aprimoramento e inserção de metas e indicadores mais efetivos que privilegiem a qualidade e tempestividade do atendimento ao cidadão, a exemplo de tempos limites máximos para que a concessionária solucione os problemas de queda de energia na cidade;

9.6.2. inserção de cláusulas para a obrigatoriedade de execução de redes de energia subterrâneas em trechos críticos, com o objetivo de reduzir danos em momentos de tempestades climáticas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.6.3. aplicação de sanções severas em caso do não atingimento das metas definidas em contrato, de forma a inibir ações da concessionária com vistas à redução de equipamentos e equipes para a maximização de lucro, sem o devido cuidado com a operação das redes de energia em situações críticas;

9.6.4. estabelecimento de situações em que a concessionária deve ressarcir os consumidores diante de prejuízos ocorridos por apagões elétricos sem solução nos prazos limites previamente definidos;

9.6.5. intercâmbio de informações com o Governo do Estado e com a Prefeitura para o aprimoramento das regras de contratação;

9.6.6. criação de sala de acompanhamento da situação da operação das redes de energia que permita a participação conjunta de representantes da concessionária, da Prefeitura e do Estado; e

9.6.7. definição de um plano de ação integrado, em conjunto com as Prefeituras competentes, de podas e manutenção da vegetação, com o estabelecimento de responsabilidades para o desligamento programado das redes de energia e para a adoção de medidas preventivas.

9.7. recomendar, ainda, ao MME e à Aneel, com fundamento no art. 11 da Resolução TCU 315/2020, que:

9.7.1. independentemente do desfecho do processo de caducidade, desenvolvam tempestivamente os estudos e os parâmetros técnicos e econômicos necessários à eventual nova licitação da concessão, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, do art. 2º da Lei 8.987/1995 e do Decreto 12.068/2024, contemplando, ao menos, a modelagem do certame, as condições do edital e do novo contrato de concessão, as metas de qualidade e de eficiência na recomposição do serviço, inclusive para eventos de Situação de Emergência, de modo a suprir a lacuna regulatória identificada neste processo, a possibilidade de parcelamento do objeto de modo a evitar a concentração dos serviços em apenas uma concessionária e viabilizar parâmetros comparativos de desempenho entre os serviços prestados por cada empresa, o tratamento e a indenização dos bens reversíveis (art. 36 da Lei 8.987/1995) e as condições de atratividade do certame, de modo a assegurar a continuidade do serviço público em cenário de caducidade ou de não prorrogação do contrato;

9.7.2. alternativamente, casa haja a deliberação por prorrogar o contrato com a concessionária Enel, demonstrem inequivocamente o atendimento à condicionante da prestação do serviço adequado e do interesse público, conforme previsto no Decreto 12.068/2024;

9.7.3. avaliem a possibilidade de adotar, em caráter transitório, a assinatura de acordo entre a Enel-SP e outras distribuidoras próximas a sua área de concessão - nos moldes do estudo realizado pela autarquia e apresentado na Nota Técnica 90/2024-STD-STF-SFF/ANEEL - para o compartilhamento de equipes no caso de situações excepcionais, antes mesmo da conclusão da Consulta Pública 32/2024, frente à recorrência de eventos climáticos extremos e a aparente incapacidade da concessionária em atender adequadamente eventuais ocorrências dessa natureza, com fundamento no art. 15 da Lei 13.105/2015 c/c arts. 24 e 45 da Lei 9.784/1999 e com o art. 3º, XIX, da Lei 9.427/1996;

9.7.4. previamente à eventual declaração de caducidade da concessão da Enel-SP, desenvolvam análise estruturada dos impactos da medida sobre a continuidade do serviço e sobre os consumidores, contemplando, ao menos, operador apto a assumir a concessão, cronograma de transição operacional, custo de indenização dos bens reversíveis (art. 36 da Lei 8.987/1995), impacto tarifário esperado e risco sistêmico para o setor de distribuição, demonstrando, de forma fundamentada, que a caducidade produz benefício líquido ao consumidor quando comparada a alternativas menos gravosas, como a obrigação de fazer (arts. 14 e 15 da REN 846/2019), a intervenção administrativa (arts. 32 a 34 da Lei 8.987/1995) e a transferência de controle acionário (art. 27 da Lei 8.987/1995 e art. 4º-C da Lei 9.074/1995).

9.8. autorizar a realização de nova inspeção pela AudElétrica, nos termos do art. 240 do Regimento Interno do TCU, caso necessária, com o objetivo de identificar as causas das reincidentes falhas relativas ao atraso no reestabelecimento do fornecimento de energia elétrica após a ocorrência de eventos climáticos severos, bem como de propor eventuais soluções pontuais e gerais para a melhoria do sistema elétrico, inclusive quanto a deficiências na regulação;

9.9. autorizar a abertura de processo de fiscalização, na modalidade auditoria operacional, considerando os critérios de materialidade, relevância e risco envolvidos no tema, para que a AudElétrica possa aprofundar suas análises de maneira concentrada a respeito dos impactos decorrentes de eventos climáticos extremos no setor elétrico e do tratamento dado pelos órgãos e entidades setoriais à necessidade de resiliência da infraestrutura utilizada para o fornecimento de energia elétrica;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.10. retirar o sigilo de todas as peças constantes dos presentes autos;

9.11. restituir os autos à AudElétrica, para o monitoramento das orientações especificadas no item 9.1 do Acórdão 2.191/2024-TCU-Plenário e neste acórdão; e

9.12. encaminhar cópia desta deliberação à Agência Nacional de Energia Elétrica; à Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia; ao Governo do Estado de São Paulo; à Prefeitura Municipal de São Paulo; à empresa Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Enel/SP); ao Senador da República Giordano; aos Deputados Federais Tabata Amaral, Luciene Cavalcante e Kim Kataguiri; e ao Procurador da República Paulo José Rocha Junior.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2606-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2607/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.750/2026-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Relatório de Levantamento

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: n/a

3.2. Responsável: n/a.

4. Órgãos/Entidades: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento e Orçamento; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento, com enfoque nas regras e parâmetros fiscais aplicáveis às renúncias de receita, às despesas obrigatórias de caráter continuado e ao relatório de gestão fiscal da União, para subsidiar fiscalizações voltadas à elaboração do relatório e do parecer prévio sobre as Contas do Presidente da República referentes ao exercício de 2026, conforme as diretrizes aprovadas no Acórdão 427/2026-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sigilo dos autos, exceto quanto aos apêndices do relatório à peça 42;

9.2. autorizar o encerramento deste presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2607-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2608/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.909/2023-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo
3. Interessados/Responsáveis: não há
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos administrativos de projeto de verbete de súmula de jurisprudência, referente à incorporação de "quintos ou décimos" decorrentes do exercício de funções comissionadas após a publicação da Lei 9.624/1998, em cotejo com a modulação definida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115 (Tema 395 da Repercussão Geral).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em, nos termos dos arts. 15, inciso VII, e 85 a 87 do Regimento Interno deste Tribunal:

9.1. aprovar o seguinte Enunciado de Súmula de Jurisprudência desta Corte de Contas:

"A incorporação ou a atualização da vantagem de 'quintos/décimos', transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI pelo art. 62-A da Lei 8.112/1990, somente são devidas até o dia 8/4/1998 (art. 3º da Lei 9.624/1998), devendo a regularização dos pagamentos efetuados em desacordo com essa regra observar, se for o caso, a modulação dada pelo STF no RE 638.115 (Tema 395 da Repercussão Geral); ressalvada a incorporação de parcela de 'décimo' com a utilização do tempo residual de exercício de funções comissionadas porventura existente em 10/11/1997 (art. 5º da Lei 9.624/1998), não empregado para a concessão de 'quintos', a ser efetivada na data em que o servidor completar o interstício de doze meses, mesmo que isso ocorra após a edição da MP 2.225-45/2001";

9.2 encaminhar os autos à Secretaria das Sessões para formatação do enunciado de súmula conforme às regras dos arts. 7º e 8º da Portaria-TCU 1/1996 (Regulamento da Comissão de Jurisprudência) e subsequente publicação, nos termos do art. 89 e 90 do RITCU;

9.3. autorizar, desde já, o arquivamento do feito.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.
11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2608-37/26-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2609/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.724/2026-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo - (Solicitação).
3. Interessados/Responsáveis/Agravantes:
3.1. Agravante: Luiz Alberto dos Santos (352.446.230-87).
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de agravo interposto em face do despacho proferido pelo Ministro-Presidente que concedeu cópia do TC 006.971/2026-1, à exceção das peças classificadas como “sigilosas”,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do agravo e negar-lhe provimento;

9.2. informar ao agravante a prolação do presente Acórdão.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2609-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2610/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.206/2023-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Instituto Nacional do Seguro Social (29.979.036/0001-40).

3.2. Responsável: João José Rossi (140.744.946-04).

3.3. Recorrente: João José Rossi (140.744.946-04).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Guarulhos/SP - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Fernando Lacerda Rocha (136991/OAB-MG), representando João José Rossi.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por João José Rossi em face do Acórdão 2610/2025-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputando-lhe débito e aplicando-lhe multa e sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer e negar provimento ao recurso de reconsideração;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2610-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2611/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.377/2019-5.

1.1. Apenso TC-006.617/2017-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)

3. Embargantes: SVC Construções Ltda. (CNPJ 01.543.722/0001-55) e Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda. (CNPJ 01.397.753/0001-45)

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Antonio Anastasia

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Carlos Alberto Aquino Oliveira (04147/OAB-PE), representando Maia Melo Engenharia Ltda; Ricardo Barretto de Andrade (32136/OAB-DF), Maria Augusta Rost (37017/OAB-DF) e outros, representando SVC Construções Ltda; Ricardo Barretto de Andrade (32136/OAB-DF), Maria Augusta Rost (37017/OAB-DF) e outros, representando Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se apreciam embargos de declaração opostos pelas empresas integrantes do Consórcio SVC/Paviservice (SVC Construções Ltda. e Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda.) em face do Acórdão 1.997/2026-TCU-Plenário, mediante o qual este Tribunal negou provimento a recurso de reconsideração interposto pelas ora embargantes e pela empresa Maia Melo Engenharia Ltda. contra o Acórdão 2.600/2025-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 319/2026-TCU-Plenário (embargos de declaração), por meio da qual esta Corte julgou irregulares as contas das três empresas e as condenou ao pagamento de débito e multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com base nos no art. 34 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por SVC Construções Ltda. e Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda. para, no mérito, acolhê-los parcialmente, a fim de prestar os esclarecimentos constantes da fundamentação desta deliberação;

9.2. estabelecer, de ofício e em caráter excepcional, o termo inicial para a incidência de juros de mora sobre o débito, o dia 22/12/2015, mantendo-se inalterados o valor do débito de R$ 1.311.266,78 e a data-base de 31/1/2014 para fins de atualização monetária, conforme fixado no item 9.2 do Acórdão 2.600/2025-TCU-Plenário;

9.3. notificar as embargantes, a responsável Maia Melo Engenharia Ltda, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e a Procuradoria da República no Estado da Bahia a respeito desta deliberação.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2611-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2612/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 039.655/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Desestatização.

3. Interessados/Responsáveis: não há

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Autoridade Portuária de Santos S.A.; Ministério da Infraestrutura (extinto); Ministério de Portos e Aeroportos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

8. Representação legal: José Pinto Irmão (93929/OAB-SP), Evania Rodrigues Velloso Santana (81809/OAB-SP) e outros, representando Autoridade Portuária de Santos S.A.

9. Acórdão:

VISTOS e relatados estes autos que cuidam de Desestatização, por meio de arrendamento portuário, do terminal STS08, localizado na região de Alemoa do Porto de Santos/SP, para a movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente combustíveis.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal, justificada e inserida no âmbito da discricionariedade administrativa do Poder Concedente a decisão de promover o adensamento da área STS08 ao Contrato de Arrendamento 06/2022, com fundamento no § 6º do art. 6º da Lei 12.815/2013, no art. 24, inciso I, do Decreto 8.033/2013 e no art. 33, inciso I, da Portaria MInfra 530/2019, ressalvando que a comprovação definitiva dos ganhos de eficiência à operação portuária, na forma prevista no § 1º do referido art. 33, deverá ser realizada quando da apreciação, em processo autônomo, da documentação final do adensamento a ser encaminhada ao TCU pelo Poder Concedente;

9.2. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, ao Ministério de Portos e Aeroportos que, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da aprovação da versão final da documentação do adensamento da área STS08 ao Contrato de Arrendamento 06/2022, encaminhe para apreciação do Tribunal de Contas da União a íntegra da documentação do adensamento, previamente à celebração de eventual termo aditivo ao contrato, para fins de comprovação definitiva dos ganhos de eficiência à operação portuária, nos termos do § 1º do art. 33 da Portaria MInfra 530/2019, em atenção aos critérios de materialidade, relevância e risco previstos no art. 2º, § 1º, da Instrução Normativa TCU 81/2018;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, recomendar ao MPor que observe os preceitos da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - notadamente ao inciso I do Art. 3º, e os princípios da publicidade, da eficiência e da economia processual, quanto à classificação de peças sigilosas, anotando as devidas justificativas;

9.4. encerrar o presente processo de acompanhamento da desestatização do terminal STS08 (TC 039.655/2020-2), nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU;

9.5. considerar prejudicado o monitoramento das determinações e recomendações do Acórdão 1.912/2025 - Plenário, por perda de objeto;

9.6. informar o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre o presente Acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2612-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2613/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.914/2026-6.

1.1. Apenso: 000.735/2026-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20); Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (15.126.437/0001-43).

4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Givaldo Barbosa Macedo Júnior (30.250/OAB-BA), Rayanna Silva Carvalho (9.005/OAB-PI) e outros, representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Jackson James Olímpio Machado (14.657/OAB-CE), Evandson Marques Lima Barreto (39.955/OAB-CE) e outros, representando a CSF Serviços Digitais Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Contrato 296/2025, celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e a empresa Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços 240/2025, gerenciada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer desta representação por estarem satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016 c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

9.2. considerar, no mérito, a presente representação parcialmente procedente e improcedente a do TC 000.735/2026-4 (apenso);

9.3. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelos representantes de ambos os processos tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

9.4. dar ciência ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no processo administrativo que redundou na celebração do Contrato 296/2025 para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.4.1. imposição de sigilo genérico e indevido à integralidade do processo administrativo e ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamentou a adesão à Ata de Registro de Preços 240/2025 da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, sob a alegação injustificada de sigilo empresarial e caráter puramente interno dos documentos, impedindo, dessa forma, o controle social e o exercício da ampla transparência, violando o princípio da publicidade, previsto no art. 31, caput, da Lei 13.303/2016, e o art. 7º, §§ 2º e 3º, da Lei 12.527/2011;

9.5. informar os termos desta deliberação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e aos representantes; e

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, II, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2613-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 2614/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.011/2025-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional encaminhada pelo Deputado João Carlos Bacelar Batista, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por meio do Ofício 006/2025-CFFC-P, de 9/4/2025, decorrente do Requerimento 82/2025-CFFC, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, acerca de possíveis irregularidades no Programa Pé-de-Meia,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008, em:

9.1. levantar o sobrestamento do processo, determinado pelo subitem 9.5 do Acórdão 1.988/2025-TCU-Plenário;

9.2. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em complemento ao Acórdão 1.988/2025-TCU-Plenário e em resposta aos quesitos do Requerimento 82/2025-CFFC, que:

9.2.1. quanto à existência de fiscalização e à coerência entre beneficiários e matrículas, o Tribunal realizou inspeção específica no Programa Pé-de-Meia (TC 005.592/2025-9, Acórdão 663/2026-TCU-Plenário), que concluiu pela consistência numérica entre o quantitativo de beneficiários e o universo de estudantes matriculados no ensino médio público, não tendo sido identificado município em que o número de beneficiários superasse o de matrículas, sem prejuízo das distorções apuradas entre as bases de matrículas do Sistema Gestão Presente (SGP) e do Censo da Educação Básica 2024, tratadas no subitem 9.2.5 desta deliberação; registra-se, ainda, que outros aspectos do programa foram apreciados nos TCs 024.312/2024-0 (Acórdão 2.261/2026-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes), 025.632/2024-8 (Acórdão 1.372/2026-TCU-Plenário, rel. Ministro Bruno Dantas) e 008.418/2025-0 (Acórdão 949/2026-TCU-Plenário, rel. Ministro Antonio Anastasia);

9.2.2. em relação aos mecanismos de controle, o Ministério da Educação adota medidas como validação automática de CPF junto à Receita Federal, filtros prévios aos pagamentos pela Caixa Econômica Federal e cruzamento com o Cadastro Único, tendo o Tribunal expedido recomendações para aprimorar a validação contínua dessas informações, inclusive mediante checagens periódicas da regularidade do CPF e da renda familiar ao longo do ano (subitens 9.2.3 e 9.2.4 do Acórdão 663/2026-TCU-Plenário);

9.2.3. no tocante à sobreposição de benefícios, a percepção simultânea do Pé-de-Meia e do Bolsa Família é vedada apenas aos integrantes de famílias unipessoais, hipótese em que foram identificados 1.222 beneficiários, tendo sido expedida determinação para que, confirmada a inelegibilidade, sejam suspensos os pagamentos, bloqueados os recursos e exigida a devolução dos valores recebidos acumuladamente com o Bolsa Família, em desacordo com o art. 3º, § 3º, inciso II, da Lei 14.818/2024 (subitem 9.3.4 do Acórdão 663/2026-TCU-Plenário);

9.2.4. quanto ao aspecto financeiro, o volume de recursos fiscalizados na inspeção foi de aproximadamente R$ 12,5 bilhões, valor do investimento no programa em 2024 informado pelo Ministério da Educação, compatível com os recursos aportados naquele exercício ao Fundo de Custeio e Gestão da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio (Fipem), ao passo que os incentivos efetivamente pagos aos estudantes, correspondentes às saídas do Fipem, já informados por meio do Acórdão 1.988/2025-TCU-Plenário, alcançaram R$ 12.195.305.484,94 até junho de 2025, dos quais R$ 5.679.862.916,99 em 2024;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.2.5. relativamente às divergências de dados, as informações do Ministério da Educação são as prestadas pelas próprias redes de ensino por meio do SGP, e foram identificados 56 municípios em que as matrículas registradas nesse sistema superaram em pelo menos 50% os dados do Censo da Educação Básica 2024, com destaque para Elísio Medrado/BA, com diferença de 197%, Santa Fé do Araguaia/TO, com 135%, e Goiás/GO, com 87%, e com concentração de 39 ocorrências no Estado do Tocantins, tendo o Tribunal recomendado o aprimoramento dos mecanismos de validação e de transparência dos dados do programa (subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 663/2026-TCU-Plenário);

9.2.6. acerca das falhas sistêmicas e da responsabilidade de gestores, a inspeção, no escopo examinado — consistência dos dados de matrícula e conformidade dos beneficiários aos critérios de elegibilidade —, não identificou irregularidades de natureza estrutural capazes de comprometer a legalidade, a legitimidade ou a economicidade dos repasses, tampouco, nas análises até então efetuadas, elementos que indicassem ações ou omissões de agentes públicos determinantes para a concessão indevida de benefícios, sem prejuízo de nova análise quanto à responsabilidade dos gestores à vista dos resultados das providências determinadas ao Ministério da Educação (subitem 9.3.6 do Acórdão 663/2026-TCU-Plenário); as inconsistências constatadas alcançam menos de 0,5% dos cerca de 4 milhões de estudantes atendidos e já foram objeto de determinações corretivas, inclusive de devolução de valores pagos indevidamente, e, nos quatro casos específicos apontados na reportagem, de apuração de eventual má-fé de responsáveis familiares na prestação de informações ao Cadastro Único, com encaminhamento de cópia da deliberação ao Ministério Público Federal;

9.3. encaminhar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, bem como dos Acórdãos 663/2026, 949/2026 e 2.261/2026-TCU-Plenário, com os respectivos relatórios e votos, e dos Acórdãos 1.372/2026 e 1.887/2026-TCU-Plenário;

9.4. considerar a presente Solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida, nos termos dos arts. 14, inciso IV, e 17 da Resolução-TCU 215/2008;

9.5. corrigir, de ofício, o erro material constante do subitem 9.2.5 do Acórdão 1.988/2025-TCU-Plenário, para que, onde se lê “aproximadamente R$ 12,2 milhões”, leia-se “aproximadamente R$ 12,2 bilhões”, mantidos os demais termos daquela deliberação;

9.6. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 14, inciso IV, da Resolução-TCU 215/2008 e no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2614-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2615/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.646/2026-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Elaine Nogueira da Silva (29.371/OAB-DF), representando a R5 Inteligência Digital Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por R5 Inteligência Digital Ltda. acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 90008/2026, conduzido pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A, que tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados para apoio à supervisão, validação, automação, monitoramento e documentação de modelos internos, inclusive modelos baseados em inteligência artificial;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela representante, por ausência de plausibilidade jurídica das alegações;

9.3. considerar, no mérito, a representação improcedente;

9.4. indeferir o pedido de ingresso da R5 Inteligência Digital Ltda. como parte interessada, por não ter sido demonstrada razão legítima para intervir nos autos nem possibilidade concreta de lesão a direito subjetivo próprio, nos termos do art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995;

9.5. deferir à representante, por intermédio de sua procuradora, o acesso às peças não sigilosas dos autos, nos termos do art. 62, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

9.6. indeferir, com fundamento no art. 168, caput, do Regimento Interno/TCU, o pedido de sustentação oral por ela formulado, uma vez que a empresa não será admitida como parte interessada;

9.7. informar o teor desta deliberação à R5 Inteligência Digital Ltda. e ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e

9.8. arquivar os autos.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2615-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2616/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.873/2025-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento.

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

4. Órgãos/Entidades: Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos; Secretaria de Orçamento Federal.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Integração de Dados, Métodos e Tecnologias para o Controle (AudDigital).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento realizado pela AudDigital com a finalidade de desenvolver e aplicar nova metodologia para a elaboração do Relatório de Fiscalizações em Políticas Públicas e Programas de Governo de 2026 - RePP 2026, ano-base 2025,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. retirar a chancela de sigilo deste levantamento com vistas ao atendimento do art. 146 da Lei 15.080/2024 (LDO 2025);

9.2. dar ciência ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com fundamento no art. 9º da Resolução-TCU 315/2020, de que a cobertura ainda incompleta, no Transferegov.br ou em solução digital centralizada equivalente, das informações relativas à efetiva aplicação das transferências voluntárias e obrigatórias de recursos federais e de seus sub-repasses não atende ao dever de assegurar a rastreabilidade,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

a comparabilidade e a publicidade desses recursos e dificulta o controle de seus custos e a avaliação dos resultados das políticas públicas, em descumprimento ao disposto nos arts. 37, § 16, 163-A e 165, § 16, da Constituição Federal, no art. 13, §§ 2º e 4º, da Lei Complementar 141/2012 e no art. 16, incisos II e III e §§ 1º e 2º, da Lei 15.080/2024;

9.3. informar o teor desta deliberação:

9.3.1. ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em cumprimento ao art. 146 da Lei 15.080/2024;

9.3.2. ao ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, na condição de titular do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, nos termos do art. 4º da Lei 10.180/2001;

9.3.3. ao secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, na condição de Coordenador do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, e aos secretários-executivos dos demais órgãos integrantes do Conselho: Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Controladoria-Geral da União;

9.3.4. aos titulares da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, da Secretaria de Orçamento Federal e da Secretaria Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento; da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e da Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União;

9.3.5. à Primeira Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos do Ministério Público Federal - Primeira Câmara de Coordenação e Revisão e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República, em especial quanto à análise sobre transparência e rastreabilidade dos recursos federais constante do relatório de levantamento, para subsidiar, caso entendam pertinente, sua atuação no âmbito do Agravo de Instrumento relativo ao Processo 0805257-88.2023.4.05.0000 e da Ação Civil Pública 0819390-04.2022.4.05.8300;

9.3.6. à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

9.4. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU c/c o item 110 do Roteiro de Levantamento anexo à Portaria-Segecex 5/2021.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2616-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2617/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.459/2025-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessada: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).

3.1. Responsável: Jefferson dos Santos Roberto (359.569.988-22).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Jefferson dos Santos Roberto em razão de irregularidades cometidas na Agência Guaratinguetá/SP no período de janeiro a novembro/2021.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas de Jefferson dos Santos Roberto, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
8/2/2021	601,47
10/2/2021	1.891,78
5/3/2021	999,98
5/4/2021	777,00
28/4/2021	1.200,00
21/5/2021	4.800,00
28/5/2021	1.200,00
14/6/2021	1.200,00
7/7/2021	1.683,17
14/7/2021	150,00
27/7/2021	251,88
27/7/2021	252,66
30/7/2021	250,39
2/8/2021	375,00
5/8/2021	375,00
10/8/2021	753,61
10/8/2021	1.003,00
13/8/2021	250,00
18/8/2021	454,00
23/8/2021	150,00
25/8/2021	503,00
26/8/2021	1.005,52
31/8/2021	639,00
31/8/2021	7.399,65
2/9/2021	150,00
2/9/2021	152,00
6/9/2021	251,48
8/9/2021	1.336,00
10/9/2021	1.000,00
10/9/2021	753,74
16/9/2021	454,00
16/9/2021	750,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
16/9/2021	1.004,00
16/9/2021	756,00
17/9/2021	603,00
17/9/2021	1.004,00
22/9/2021	750,00
23/9/2021	248,99
24/9/2021	632,00
29/9/2021	1.200,00
30/9/2021	250,00
4/10/2021	1.005,84
6/10/2021	1.005,00
6/10/2021	251,00
6/10/2021	249,57
8/10/2021	1.698,98
11/10/2021	1.000,00
13/10/2021	150,00
14/10/2021	147,00
14/10/2021	580,00
19/10/2021	375,00
21/10/2021	600,00
22/10/2021	600,00
26/10/2021	454,68
26/10/2021	150,00
28/10/2021	1.488,49
29/10/2021	1.005,00
29/10/2021	755,00
5/11/2021	403,00
8/11/2021	4.710,28
10/11/2021	153,16
11/11/2021	1.100,00
11/11/2021	1.198,00
11/11/2021	1.200,00
11/11/2021	1.366,49
12/11/2021	1.900,00
12/11/2021	1.100,00
12/11/2021	1.900,00
12/11/2021	1.100,00
12/11/2021	1.100,00
12/11/2021	1.100,00
12/11/2021	1.434,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
12/11/2021	1.099,99
12/11/2021	1.100,00
12/11/2021	1.912,00
12/11/2021	1.305,49
12/11/2021	1.902,00
12/11/2021	1.569,00
12/11/2021	1.100,00
12/11/2021	1.100,00
12/11/2021	1.195,00
12/11/2021	1.673,00
16/11/2021	1.207,00
16/11/2021	639,00
16/11/2021	1.651,00
16/11/2021	250,99
16/11/2021	1.156,36
16/11/2021	1.099,00
16/11/2021	1.145,00
16/11/2021	1.095,00
16/11/2021	250,70
16/11/2021	2.002,99
16/11/2021	1.198,00
16/11/2021	1.215,00
16/11/2021	600,00
16/11/2021	501,00
16/11/2021	1.319,00
16/11/2021	1.912,43
16/11/2021	1.100,00
16/11/2021	1.100,00
16/11/2021	150,00
16/11/2021	1.511,00
17/11/2021	1.509,00
17/11/2021	3.824,00
17/11/2021	1.100,00
17/11/2021	1.762,00
17/11/2021	1.305,00
17/11/2021	1.802,00
17/11/2021	1.387,00
17/11/2021	1.901,00
17/11/2021	250,00
17/11/2021	1.429,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
17/11/2021	1.536,00
17/11/2021	250,45
17/11/2021	1.170,85
17/11/2021	1.572,00
17/11/2021	1.689,00
17/11/2021	1.100,00
17/11/2021	1.420,00
17/11/2021	1.171,00
17/11/2021	1.668,00
17/11/2021	1.168,53
17/11/2021	1.100,00
17/11/2021	1.912,00
17/11/2021	1.557,00
17/11/2021	1.100,00
18/11/2021	301,00
18/11/2021	907,00
18/11/2021	1.118,96
18/11/2021	3.824,00
18/11/2021	1.481,00
18/11/2021	1.200,00
18/11/2021	1.380,00
18/11/2021	405,00
18/11/2021	1.600,00
18/11/2021	379,57
18/11/2021	1.106,00
18/11/2021	1.911,98
18/11/2021	1.912,00
18/11/2021	1.909,99
18/11/2021	151,00
18/11/2021	1.502,00
18/11/2021	1.098,30
18/11/2021	1.099,00
18/11/2021	1.618,00
18/11/2021	1.290,00
18/11/2021	1.100,00
18/11/2021	1.468,00
18/11/2021	1.100,00
18/11/2021	1.240,00
18/11/2021	1.904,00
18/11/2021	1.090,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
18/11/2021	1.911,30
18/11/2021	1.099,00
18/11/2021	1.095,00
18/11/2021	1.912,00
19/11/2021	1.170,00
19/11/2021	1.329,00
19/11/2021	1.244,00
19/11/2021	1.380,00
19/11/2021	1.094,00
19/11/2021	1.098,00
19/11/2021	1.598,00
19/11/2021	1.100,00
19/11/2021	1.912,00
19/11/2021	250,84
19/11/2021	1.280,59
19/11/2021	1.739,00
19/11/2021	1.099,00
19/11/2021	1.908,99
19/11/2021	1.607,00
19/11/2021	1.350,00
19/11/2021	1.674,00
19/11/2021	1.922,00
19/11/2021	1.260,00
19/11/2021	1.698,43
19/11/2021	1.588,00
19/11/2021	1.912,00
19/11/2021	1.094,00
19/11/2021	1.911,99
19/11/2021	3.149,55
19/11/2021	1.200,00
19/11/2021	1.830,00
19/11/2021	1.100,00
19/11/2021	1.367,00
22/11/2021	1.549,00
22/11/2021	1.236,00
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	1.493,91
22/11/2021	301,00
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	1.198,80

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	1.835,00
22/11/2021	1.195,00
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	3.824,00
22/11/2021	1.786,00
22/11/2021	1.116,00
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	1.095,00
22/11/2021	1.417,00
22/11/2021	1.224,99
22/11/2021	1.140,00
22/11/2021	1.120,39
22/11/2021	2.596,50
22/11/2021	1.217,99
22/11/2021	1.917,00
22/11/2021	1.633,50
22/11/2021	1.369,00
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	1.648,85
22/11/2021	1.140,00
22/11/2021	1.912,00
22/11/2021	1.472,49
22/11/2021	1.094,00
22/11/2021	1.273,99
22/11/2021	1.607,00
23/11/2021	1.909,50
23/11/2021	1.197,00
23/11/2021	1.175,62
23/11/2021	1.896,80
23/11/2021	1.782,30
23/11/2021	1.100,44
23/11/2021	1.584,00
23/11/2021	1.200,00
23/11/2021	1.098,00
23/11/2021	1.912,00
23/11/2021	1.340,90
23/11/2021	1.913,99
23/11/2021	1.099,50

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/11/2021	1.912,00
23/11/2021	1.911,00
23/11/2021	1.912,00
23/11/2021	1.437,99
23/11/2021	1.200,00
23/11/2021	1.911,35
23/11/2021	1.100,00
23/11/2021	1.120,00
23/11/2021	1.618,00
23/11/2021	1.612,00
23/11/2021	1.838,00
23/11/2021	1.483,99
23/11/2021	1.545,00
23/11/2021	1.590,00
23/11/2021	1.099,30
23/11/2021	1.100,00
23/11/2021	1.199,40
23/11/2021	1.100,00
23/11/2021	1.900,00
23/11/2021	1.190,20
23/11/2021	1.197,70
23/11/2021	1.198,80
23/11/2021	1.800,00
23/11/2021	1.663,40
23/11/2021	1.100,00
23/11/2021	307,95
23/11/2021	1.095,00
23/11/2021	1.165,00
23/11/2021	1.568,00
23/11/2021	1.912,00
23/11/2021	1.803,90
23/11/2021	1.099,99
23/11/2021	1.562,00
23/11/2021	1.381,00
23/11/2021	1.912,00
23/11/2021	1.877,82
23/11/2021	1.912,00
23/11/2021	1.912,00
24/11/2021	1.113,00
24/11/2021	1.740,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
24/11/2021	1.200,00
24/11/2021	1.395,00
24/11/2021	1.896,90
24/11/2021	1.099,00
24/11/2021	1.721,00
24/11/2021	1.911,98
24/11/2021	1.455,00
24/11/2021	1.549,50
24/11/2021	1.912,00
24/11/2021	1.173,90
24/11/2021	1.331,50
24/11/2021	1.100,00
24/11/2021	1.100,00
24/11/2021	499,37
24/11/2021	1.494,00
24/11/2021	206,00
24/11/2021	1.490,00
24/11/2021	1.099,00
24/11/2021	1.094,00
24/11/2021	1.912,60
24/11/2021	1.912,00
24/11/2021	1.271,00
24/11/2021	1.912,00
24/11/2021	300,00
24/11/2021	1.100,00
24/11/2021	153,28
24/11/2021	1.199,00
24/11/2021	1.779,00
24/11/2021	1.200,00
24/11/2021	604,59
24/11/2021	1.250,00
24/11/2021	1.099,00
24/11/2021	1.449,00
24/11/2021	1.413,00
24/11/2021	1.100,00
24/11/2021	1.912,00
25/11/2021	1.910,00
25/11/2021	1.447,99
25/11/2021	1.911,00
25/11/2021	1.896,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
25/11/2021	1.126,50
25/11/2021	1.912,00
25/11/2021	1.640,00
25/11/2021	1.839,50
25/11/2021	1.912,00
25/11/2021	1.697,00
25/11/2021	3.824,00
25/11/2021	1.100,00
25/11/2021	753,52
25/11/2021	1.819,40
25/11/2021	1.160,00
25/11/2021	3.823,99
25/11/2021	267,00
25/11/2021	1.100,00
25/11/2021	1.099,00
25/11/2021	1.546,56
25/11/2021	1.270,00
25/11/2021	1.231,00
25/11/2021	1.284,00
25/11/2021	1.095,00
25/11/2021	1.766,00
25/11/2021	1.482,00
25/11/2021	1.160,00
25/11/2021	1.744,00
25/11/2021	1.200,00
25/11/2021	1.898,80
25/11/2021	1.556,81
25/11/2021	1.299,90
25/11/2021	1.200,00
25/11/2021	1.100,00
25/11/2021	1.911,86
25/11/2021	1.099,00
25/11/2021	1.100,00
25/11/2021	457,00
26/11/2021	1.397,00
26/11/2021	1.100,00
26/11/2021	1.100,00
26/11/2021	1.899,60
26/11/2021	1.899,20
26/11/2021	1.200,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
26/11/2021	1.899,50
26/11/2021	1.749,00
26/11/2021	1.382,00
26/11/2021	1.546,00
26/11/2021	1.247,00
26/11/2021	1.819,50
26/11/2021	1.912,00
26/11/2021	1.100,00
26/11/2021	1.099,99
26/11/2021	1.899,50
26/11/2021	1.899,60
26/11/2021	250,00
26/11/2021	1.899,97
26/11/2021	1.190,00
26/11/2021	557,00
26/11/2021	1.099,99
26/11/2021	279,00
26/11/2021	1.199,00
26/11/2021	1.720,00
26/11/2021	1.374,84
26/11/2021	1.449,95
26/11/2021	1.346,00
26/11/2021	1.910,96
26/11/2021	1.899,97
26/11/2021	1.100,00
26/11/2021	1.909,50
26/11/2021	1.112,18
26/11/2021	1.899,20
26/11/2021	1.899,93
26/11/2021	1.334,00
26/11/2021	1.249,00
26/11/2021	1.267,00
26/11/2021	1.099,00
26/11/2021	1.099,00
26/11/2021	1.099,60
26/11/2021	1.912,00
26/11/2021	1.909,40
26/11/2021	1.812,00
26/11/2021	1.100,00
26/11/2021	1.899,93

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
26/11/2021	1.546,20
29/11/2021	1.100,00
29/11/2021	1.875,00
29/11/2021	1.655,00
29/11/2021	1.256,50
29/11/2021	1.100,00
29/11/2021	1.199,60
29/11/2021	1.647,00
29/11/2021	1,18
29/11/2021	1.199,20
29/11/2021	1.899,50
29/11/2021	1.912,00
29/11/2021	1.356,00
29/11/2021	1.899,60
29/11/2021	1.114,00
29/11/2021	1.099,60
29/11/2021	1.489,50
29/11/2021	1.099,00
29/11/2021	1.909,86
29/11/2021	1.099,50
29/11/2021	1.094,00
29/11/2021	1.199,00
29/11/2021	1.466,99
29/11/2021	1.668,80
29/11/2021	1.099,60
29/11/2021	1.641,00
29/11/2021	1.493,30
29/11/2021	1.819,95
29/11/2021	1.725,00
29/11/2021	1.199,00
29/11/2021	1.099,00
29/11/2021	1.200,00
29/11/2021	999,60
29/11/2021	1.363,00
30/11/2021	1.909,59
30/11/2021	1.199,00
30/11/2021	1.099,54
30/11/2021	1.912,00
30/11/2021	1.912,26
30/11/2021	1.099,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/11/2021	1.100,00
30/11/2021	1.100,00
30/11/2021	1.509,00
30/11/2021	1.100,00
30/11/2021	1.102,00
30/11/2021	1.099,00
30/11/2021	1.657,60
30/11/2021	1.090,00
30/11/2021	1.199,00
30/11/2021	1.909,50
30/11/2021	1.177,00
30/11/2021	1.100,00
30/11/2021	1.199,90
30/11/2021	1.179,30
30/11/2021	1.199,99
30/11/2021	1.307,00
30/11/2021	1.534,00
30/11/2021	1.899,50
30/11/2021	1.899,50
30/11/2021	1.547,00
30/11/2021	1.099,50
30/11/2021	1.200,00
30/11/2021	1.199,99
30/11/2021	1.899,60
30/11/2021	1.911,50
30/11/2021	1.909,50
30/11/2021	1.396,99
30/11/2021	1.099,00
30/11/2021	1.170,00
30/11/2021	1.256,00
30/11/2021	1.869,56
30/11/2021	1.100,00
30/11/2021	1.100,00
30/11/2021	1.909,60
30/11/2021	150,00
1/12/2021	1.100,00
1/12/2021	1.839,95
1/12/2021	1.099,00
1/12/2021	1.099,50
1/12/2021	1.899,88

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1/12/2021	1.100,00
1/12/2021	1.738,00
1/12/2021	1.899,83
1/12/2021	1.100,00
1/12/2021	1.100,00
1/12/2021	1.100,00
1/12/2021	1.100,00
1/12/2021	1.110,00
1/12/2021	1.319,80
1/12/2021	1.100,00
1/12/2021	1.199,86
1/12/2021	2.124,00
1/12/2021	1.189,00
1/12/2021	1.200,00
1/12/2021	450,00
1/12/2021	1.899,20
1/12/2021	1.449,00
1/12/2021	1.100,00
2/12/2021	1.719,00
2/12/2021	1.100,00
2/12/2021	1.198,20
2/12/2021	1.898,20
2/12/2021	1.799,60
2/12/2021	1.099,00
2/12/2021	1.094,00
2/12/2021	1.100,00
2/12/2021	1.695,00
2/12/2021	1.120,00
2/12/2021	1.200,00
2/12/2021	1.099,77
2/12/2021	1.899,50
2/12/2021	1.899,60
2/12/2021	1.139,00
2/12/2021	1.099,60
3/12/2021	907,00
3/12/2021	1.500,00
3/12/2021	1.100,00
3/12/2021	1.427,00
3/12/2021	1.100,11
3/12/2021	1.897,30

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/12/2021	1.100,00
3/12/2021	1.199,95
3/12/2021	1.099,00
3/12/2021	1.743,00
3/12/2021	1.403,00
3/12/2021	1.094,00
3/12/2021	1.528,00
3/12/2021	1.099,99
3/12/2021	1.320,60
3/12/2021	1.099,00
6/12/2021	1.900,00
6/12/2021	295,00
6/12/2021	1.100,00
6/12/2021	1.127,00
6/12/2021	1.912,00
6/12/2021	1.849,00
6/12/2021	120,00
6/12/2021	1.099,99
6/12/2021	1.359,00
6/12/2021	1.819,50
6/12/2021	710,00
6/12/2021	1.674,00
6/12/2021	1.098,74
6/12/2021	1.909,00
6/12/2021	1.120,00
6/12/2021	1.199,00
6/12/2021	1.912,00
6/12/2021	1.100,00
6/12/2021	1.555,00
6/12/2021	1.100,00
6/12/2021	1.190,00
6/12/2021	599,00
7/12/2021	1.788,00
7/12/2021	301,00
7/12/2021	251,20
7/12/2021	1.911,70
7/12/2021	1.909,50
7/12/2021	1.452,00
7/12/2021	1.199,00
7/12/2021	1.349,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
7/12/2021	1.100,00
7/12/2021	1.100,00
7/12/2021	1.709,00
8/12/2021	1.199,00
8/12/2021	1.199,30
8/12/2021	1.100,00
8/12/2021	1.570,00
8/12/2021	1.427,66
8/12/2021	1.100,00
8/12/2021	67,00
8/12/2021	1.455,00
8/12/2021	1.174,21
8/12/2021	699,99
8/12/2021	1.108,00
8/12/2021	1.173,82
9/12/2021	600,00
9/12/2021	1.099,00
9/12/2021	1.100,00
9/12/2021	1.899,50
9/12/2021	230,00
10/12/2021	1.099,00
10/12/2021	1.525,00
10/12/2021	1.199,40
10/12/2021	1.276,00
10/12/2021	1.159,50
10/12/2021	1.100,00
10/12/2021	1.100,00
10/12/2021	1.530,00
10/12/2021	1.100,00
13/12/2021	1.659,99
13/12/2021	1.495,00
13/12/2021	1.881,00
13/12/2021	1.154,00
13/12/2021	1.509,00
13/12/2021	1.213,00
13/12/2021	1.402,00
13/12/2021	1.099,00
13/12/2021	1.548,00
13/12/2021	1.909,99
13/12/2021	1.799,60

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/12/2021	1.912,00
13/12/2021	1.199,99
13/12/2021	1.649,95
13/12/2021	547,00
13/12/2021	1.100,00
13/12/2021	1.912,00
13/12/2021	1.490,99
13/12/2021	1.462,99
14/12/2021	1.199,00
14/12/2021	1.313,00
14/12/2021	1.099,00
14/12/2021	1.829,00
14/12/2021	1.500,00
14/12/2021	1.391,00
14/12/2021	1.099,99
14/12/2021	2.261,47
14/12/2021	1.296,74
14/12/2021	1.100,00
14/12/2021	201,00
14/12/2021	1.100,00
14/12/2021	1.103,00
14/12/2021	1.479,00
14/12/2021	1.899,88
14/12/2021	1.910,00
14/12/2021	1.362,99
14/12/2021	1.912,00
14/12/2021	1.099,00
14/12/2021	1.200,00
14/12/2021	1.100,00
14/12/2021	1.372,00
14/12/2021	1.369,95
14/12/2021	1.099,00
14/12/2021	1.507,00
14/12/2021	1.532,49
14/12/2021	1.677,00
15/12/2021	1.394,99
15/12/2021	287,00
15/12/2021	625,65
15/12/2021	1.099,90
15/12/2021	1.911,99

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/12/2021	1.195,00
15/12/2021	1.760,00
15/12/2021	1.198,00
15/12/2021	400,00
15/12/2021	1.560,00
16/12/2021	1.910,00
16/12/2021	599,60
16/12/2021	1.100,00
16/12/2021	1.910,00
16/12/2021	1.391,00
16/12/2021	1.100,00
16/12/2021	1.909,00
16/12/2021	1.124,00
16/12/2021	1.199,99
16/12/2021	1.580,00
16/12/2021	1.409,00
16/12/2021	1.910,00
16/12/2021	1.100,00
16/12/2021	1.910,00
16/12/2021	1.519,00
16/12/2021	1.910,00
16/12/2021	1.004,00
16/12/2021	1.911,00
16/12/2021	1.910,00
16/12/2021	1.899,93
16/12/2021	1.099,00
17/12/2021	1.911,50
17/12/2021	1.910,00
17/12/2021	1.622,00
17/12/2021	1.910,00
17/12/2021	1.910,00
17/12/2021	1.755,00
17/12/2021	1.740,00
17/12/2021	1.899,00
17/12/2021	1.569,00
17/12/2021	201,00
17/12/2021	1.099,99
17/12/2021	3.824,00
17/12/2021	1.099,99
17/12/2021	1.099,60

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
17/12/2021	1.910,00
17/12/2021	3.824,00
17/12/2021	1.606,00
17/12/2021	1.910,00
17/12/2021	1.850,00
17/12/2021	1.100,00
17/12/2021	1.699,00
17/12/2021	1.909,50
17/12/2021	1.910,00
20/12/2021	1.100,00
20/12/2021	1.200,00
20/12/2021	1.347,00
20/12/2021	1.437,00
20/12/2021	1.099,60
20/12/2021	1.200,00
20/12/2021	1.685,00
20/12/2021	1.100,00
20/12/2021	1.912,00
20/12/2021	1.697,92
20/12/2021	1.912,00
20/12/2021	1.099,00
20/12/2021	1.899,50
20/12/2021	1.366,97
20/12/2021	1.100,00
20/12/2021	1.167,00
20/12/2021	151,11
20/12/2021	1.099,60
20/12/2021	1.912,00
21/12/2021	1.910,00
21/12/2021	1.099,00
21/12/2021	1.200,00
21/12/2021	1.099,00
21/12/2021	1.099,99
21/12/2021	1.100,00
21/12/2021	1.729,50
21/12/2021	1.439,00
21/12/2021	1.224,00
21/12/2021	1.910,00
21/12/2021	3.818,50
21/12/2021	1.749,95

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/12/2021	1.702,00
21/12/2021	1.911,80
21/12/2021	1.417,00
21/12/2021	1.099,00
21/12/2021	1.399,30
22/12/2021	430,00
22/12/2021	1.899,60
22/12/2021	1.910,00
22/12/2021	1.910,00
22/12/2021	1.100,00
22/12/2021	1.660,00
22/12/2021	1.100,00
22/12/2021	1.506,39
22/12/2021	1.100,00
22/12/2021	1.478,00
22/12/2021	1.100,00
22/12/2021	1.520,00
22/12/2021	1.100,00
22/12/2021	1.200,00
22/12/2021	1.100,00
22/12/2021	1.165,00
22/12/2021	1.912,00
22/12/2021	1.405,00
22/12/2021	1.898,90
22/12/2021	1.910,00
22/12/2021	1.765,64
22/12/2021	1.467,00
22/12/2021	1.100,00
22/12/2021	1.140,00
23/12/2021	1.514,00
23/12/2021	1.162,00
23/12/2021	2.493,00
23/12/2021	1.912,00
23/12/2021	1.520,00
23/12/2021	1.100,00
23/12/2021	486,00
23/12/2021	1.500,00
23/12/2021	1.100,00
23/12/2021	1.605,00
23/12/2021	1.100,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/12/2021	1.100,00
23/12/2021	3.822,50
23/12/2021	1.100,00
23/12/2021	1.099,00
23/12/2021	1.107,60
23/12/2021	1.755,90
23/12/2021	1.200,00
23/12/2021	215,00
23/12/2021	1.185,00
23/12/2021	1.100,00
23/12/2021	1.100,00
23/12/2021	1.685,42
23/12/2021	1.297,00
23/12/2021	1.899,50
23/12/2021	1.100,00
23/12/2021	1.749,50
24/12/2021	1.200,00
24/12/2021	4.579,98
24/12/2021	1.335,00
24/12/2021	2.200,00
24/12/2021	2.200,00
24/12/2021	1.182,00
24/12/2021	1.910,00
24/12/2021	1.349,50
24/12/2021	1.504,00
24/12/2021	1.100,00
24/12/2021	1.325,00
24/12/2021	1.100,21
24/12/2021	1.848,20
27/12/2021	1.912,00
27/12/2021	1.100,00
27/12/2021	1.099,00
27/12/2021	1.862,00
27/12/2021	462,23
27/12/2021	1.910,00
27/12/2021	1.145,05
27/12/2021	1.606,80
27/12/2021	1.099,58
27/12/2021	1.785,00
27/12/2021	1.911,10

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
27/12/2021	1.649,00
27/12/2021	1.152,00
27/12/2021	1.912,00
27/12/2021	1.278,18
27/12/2021	1.584,00
27/12/2021	1.750,00
27/12/2021	1.387,00
27/12/2021	1.132,00
27/12/2021	534,00
27/12/2021	1.200,00
27/12/2021	1.879,00
27/12/2021	1.232,00
27/12/2021	1.675,00
27/12/2021	1.716,00
27/12/2021	1.912,00
27/12/2021	1.912,00
27/12/2021	1.100,00
27/12/2021	1.600,00
27/12/2021	1.099,60
28/12/2021	1.777,00
28/12/2021	1.151,11
28/12/2021	1.474,00
28/12/2021	1.099,60
28/12/2021	1.200,00
28/12/2021	1.329,00
28/12/2021	1.764,00
28/12/2021	1.099,00
28/12/2021	1.175,49
28/12/2021	1.534,00
28/12/2021	1.099,00
28/12/2021	1.100,00
28/12/2021	1.899,00
28/12/2021	3.303,95
28/12/2021	1.148,00
28/12/2021	1.100,00
28/12/2021	1.100,00
28/12/2021	1.237,00
28/12/2021	1.200,00
28/12/2021	1.200,00
28/12/2021	1.000,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/12/2021	1.100,00
28/12/2021	2.400,00
28/12/2021	1.099,00
28/12/2021	1.099,99
28/12/2021	1.379,60
28/12/2021	1.650,00
28/12/2021	1.320,00
28/12/2021	1.133,61
28/12/2021	1.456,00
28/12/2021	1.100,00
28/12/2021	2.399,99
28/12/2021	1.543,00
28/12/2021	1.530,00
29/12/2021	1.179,00
29/12/2021	2.898,00
29/12/2021	430,00
29/12/2021	1.874,00
29/12/2021	1.205,00
29/12/2021	1.200,00
29/12/2021	1.200,00
29/12/2021	1.000,00
29/12/2021	1.600,00
29/12/2021	1.630,00
29/12/2021	1.117,19
29/12/2021	1.609,00
29/12/2021	1.100,00
29/12/2021	3.288,42
29/12/2021	1.899,50
29/12/2021	1.100,00
29/12/2021	1.100,39
29/12/2021	1.100,01
29/12/2021	2.794,00
29/12/2021	1.200,00
30/12/2021	1.099,00
30/12/2021	1.100,00
30/12/2021	1.200,00
30/12/2021	1.699,60
30/12/2021	1.100,00
30/12/2021	1.100,00
30/12/2021	1.756,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/12/2021	3.299,96
30/12/2021	1.099,00
30/12/2021	1.912,00
30/12/2021	1.899,50
30/12/2021	1.100,00
30/12/2021	1.286,44
30/12/2021	1.100,00
30/12/2021	3.301,00
30/12/2021	1.499,00
30/12/2021	1.739,00
3/1/2022	2.514,00
3/1/2022	1.400,00
3/1/2022	1.595,00
3/1/2022	1.100,00
3/1/2022	1.549,00
3/1/2022	1.910,00
3/1/2022	1.910,00
3/1/2022	1.100,00
3/1/2022	1.485,00
4/1/2022	1.566,00
4/1/2022	1.200,00
4/1/2022	1.049,00
4/1/2022	1.100,00
4/1/2022	556,26
4/1/2022	1.100,00
4/1/2022	837,00
4/1/2022	1.100,00
4/1/2022	1.100,00
4/1/2022	100,00
4/1/2022	1.100,00
4/1/2022	1.538,00
4/1/2022	600,00
5/1/2022	1.167,00
5/1/2022	249,90
5/1/2022	1.461,00
5/1/2022	1.480,00
5/1/2022	3.415,41
6/1/2022	1.500,00
6/1/2022	252,65
6/1/2022	1.099,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
6/1/2022	1.698,88
6/1/2022	1.100,00
6/1/2022	1.912,00
6/1/2022	1.116,02
7/1/2022	149,00
7/1/2022	1.912,00
7/1/2022	1.520,00
7/1/2022	1.394,00
7/1/2022	3.440,46
7/1/2022	1.100,00
10/1/2022	1.899,50
10/1/2022	600,00
10/1/2022	3.305,00
11/1/2022	1.100,00
11/1/2022	303,44
11/1/2022	1.604,00
12/1/2022	1.911,80
12/1/2022	1.100,00
12/1/2022	1.501,00
12/1/2022	1.571,00
12/1/2022	1.845,00
12/1/2022	1.150,00
12/1/2022	9.671,40
12/1/2022	1.121,00
13/1/2022	1.199,00
13/1/2022	1.330,00
13/1/2022	452,54
13/1/2022	1.900,00
14/1/2022	1.285,00
14/1/2022	1.200,00
14/1/2022	1.700,00
17/1/2022	1.909,00
17/1/2022	1.899,60
17/1/2022	3.821,70
18/1/2022	1.100,00
18/1/2022	2.200,00
19/1/2022	1.616,00
19/1/2022	1.820,00
19/1/2022	1.100,00
20/1/2022	1.315,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/1/2022	1.100,00
20/1/2022	1.100,00
20/1/2022	1.265,00
21/1/2022	240,00
21/1/2022	1.912,00
21/1/2022	599,00
21/1/2022	1.910,00
25/1/2022	1.908,00
25/1/2022	1.100,00
25/1/2022	1.505,00
25/1/2022	1.099,60
25/1/2022	1.323,00
25/1/2022	3.299,99
25/1/2022	400,00
26/1/2022	1.395,90
26/1/2022	1.100,00
27/1/2022	1.396,00
27/1/2022	1.200,00
27/1/2022	400,54
27/1/2022	400,00
28/1/2022	3.069,90
31/1/2022	1.197,00
1/2/2022	1.253,65
3/2/2022	1.099,00
4/2/2022	1.920,00
4/2/2022	1.428,00
7/2/2022	1.100,00
7/2/2022	999,00
9/2/2022	2.264,00
14/2/2022	1.200,00
15/2/2022	1.540,00
16/2/2022	1.100,00
16/2/2022	713,77
16/2/2022	3.830,84
18/2/2022	1.099,00
18/12/2022	1.416,00
21/2/2022	1.100,00
22/2/2022	400,00
23/2/2022	1.586,00
23/2/2022	1.625,74

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
24/2/2022	1.100,00
25/2/2022	3.824,00
25/2/2022	2.820,00
2/3/2022	1.200,00
2/3/2022	1.910,00
8/3/2022	852,98
18/3/2022	4.315,56
23/3/2022	1.584,00
28/3/2022	400,00
29/3/2022	500,00
29/3/2022	3.823,56
29/3/2022	2.680,00
6/4/2022	1.607,09
12/4/2022	1.200,00
12/4/2022	3.793,59
18/4/2022	2.200,00
26/4/2022	1.200,00
11/5/2022	1.200,00
4/7/2022	1.248,00
18/7/2022	1.916,00
17/8/2022	751,79
22/8/2022	1.732,00
26/8/2022	1.212,00
22/9/2022	2.507,98
16/11/2022	1.094,00
20/7/2023	1.100,00
20/5/2024	750,00
8/10/2024	1.000,00

9.2. aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde já, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 prestações, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.5. considerar grave a infração praticada por Jefferson dos Santos Roberto e inabilitá-lo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 270, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno;

9.6. informar o conteúdo desta decisão à Procuradoria da República em São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da mesma lei, à Caixa Econômica Federal e ao responsável.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2617-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2618/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.462/2025-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessada: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).
3.1. Responsável: Alexandre Magno de Oliveira Costa (894.251.205-44).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Alexandre Magno de Oliveira Costa, em razão da prática de atos ilegais que resultaram em dano ao erário a partir de ações delituosas por ele praticadas na Agência Caminho de Areia, no estado da Bahia,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea “d”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas de Alexandre Magno de Oliveira Costa, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
26/11/2021	1.200,00
4/11/2021	375,71
26/10/2021	375,00
27/9/2021	375,00
27/9/2021	375,00
26/10/2021	375,00
27/10/2021	375,00
27/10/2021	370,00
30/9/2021	375,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/9/2021	375,00
13/10/2021	250,00
22/9/2021	375,00
22/9/2021	375,00
6/10/2021	375,74
29/9/2021	250,00
1/11/2021	375,00
4/11/2021	375,00
22/10/2021	375,58
10/11/2021	375,00
10/11/2021	375,00
29/10/2021	327,00
11/11/2021	577,00
22/10/2021	250,00
30/9/2021	378,00
28/9/2021	250,00
1/11/2021	375,50
29/10/2021	375,00
29/10/2021	375,00
28/9/2021	375,00
1/10/2021	375,00
2/12/2021	375,84
27/10/2021	314,00
23/11/2021	250,00
4/11/2021	375,00
1/9/2021	375,00
10/12/2021	68,00
10/12/2021	325,27
23/4/2021	400,00
23/4/2021	217,00
23/4/2021	600,00
23/4/2021	1.200,00
26/10/2021	253,46
26/10/2021	250,00
7/10/2021	375,00
7/10/2021	435,00
28/10/2021	400,00
28/10/2021	410,00
28/10/2021	375,00
17/12/2021	422,93

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
17/12/2021	151,28
17/12/2021	841,79
17/12/2021	1.200,00
23/12/2021	700,00
6/12/2021	1.200,00
27/12/2021	500,00
27/12/2021	600,00
29/11/2021	600,00
29/11/2021	600,00
29/11/2021	1.200,00
6/9/2021	300,38
7/1/2022	600,00
7/1/2022	600,00
7/1/2022	600,00
7/1/2022	600,00
7/1/2022	800,00
7/1/2022	1.200,00
20/12/2021	430,00
20/12/2021	1.200,00
27/12/2021	927,96
27/12/2021	275,00
27/12/2021	504,00
3/11/2021	376,00
18/10/2021	375,00
4/10/2021	375,00
4/10/2021	375,00
6/10/2021	100,00
6/10/2021	250,00
13/1/2022	150,00
27/8/2021	250,00
16/8/2021	4,38
16/8/2021	250,00
16/8/2021	250,00
18/11/2021	375,00
9/8/2021	375,00
5/10/2021	375,00
1/10/2021	375,00
30/8/2021	376,00
5/10/2021	375,00
19/7/2021	375,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/9/2021	375,00
19/1/2022	1.000,00
19/1/2022	1.055,86
19/1/2022	1.144,00
19/1/2022	1.200,00
6/12/2021	35,00
6/12/2021	122,98
6/12/2021	130,70
6/12/2021	293,73
6/12/2021	735,76
6/12/2021	916,22
6/12/2021	964,48
6/12/2021	1.200,00
30/12/2021	252,00
21/1/2022	237,00
21/1/2022	300,00
21/1/2022	500,00
21/1/2022	200,00
21/1/2022	300,00
27/12/2021	907,10
27/12/2021	846,00
24/1/2022	208,82
24/1/2022	242,34
24/1/2022	274,96
24/1/2022	1.152,00
18/2/2022	90,00
18/2/2022	369,00
18/2/2022	105,00
18/2/2022	600,00
18/2/2022	1.200,00
25/10/2021	325,00
25/10/2021	379,00
25/10/2021	375,00
13/12/2021	249,00
13/12/2021	250,00
13/12/2021	457,66
13/12/2021	1.000,00
13/12/2021	1.200,00
13/12/2021	1.200,00
13/12/2021	50,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/7/2021	102,00
23/7/2021	150,00
23/7/2021	250,00
23/7/2021	250,00
29/3/2022	253,00
29/3/2022	250,00
23/12/2021	456,00
15/10/2021	250,87
24/11/2021	250,00
18/8/2021	50,70
18/8/2021	150,00
18/8/2021	303,00
18/8/2021	250,00
1/12/2021	50,00
1/12/2021	150,00
1/12/2021	175,00
1/12/2021	375,00
1/12/2021	375,00
1/12/2021	375,00
1/12/2021	374,00
1/12/2021	66,00
8/12/2021	375,00
8/12/2021	375,00
28/12/2021	360,82
28/12/2021	113,20
28/12/2021	117,06
28/12/2021	120,92
28/12/2021	1.200,00
25/10/2021	375,00
24/9/2021	375,00
4/10/2021	250,00
3/12/2021	1.200,00
13/7/2021	104,00
22/9/2021	250,00
3/11/2021	250,00
3/11/2021	251,00
28/9/2021	25,00
28/9/2021	375,40
28/9/2021	375,00
21/12/2021	300,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/12/2021	1.080,00
27/12/2021	100,00
2/5/2022	230,00
2/5/2022	230,00
3/1/2022	300,00
3/1/2022	300,00
3/1/2022	900,00
3/1/2022	900,00
20/10/2021	250,00
17/12/2021	400,00
17/12/2021	786,00
5/10/2021	150,00
1/4/2022	600,00
1/4/2022	600,00
1/4/2022	1.200,00
30/11/2021	500,00
30/11/2021	500,00
30/11/2021	600,00
30/11/2021	600,00
30/11/2021	500,00
30/11/2021	500,00
30/11/2021	600,00
30/11/2021	600,00
22/10/2021	157,00
8/7/2021	107,00
8/7/2021	650,00
8/7/2021	150,00
8/7/2021	10,00
8/7/2021	140,00
29/12/2021	498,00
29/12/2021	702,00
28/12/2021	200,00
28/12/2021	498,00
28/12/2021	500,00
28/12/2021	600,00
28/12/2021	600,00
28/12/2021	799,97
28/12/2021	1.200,00
23/12/2021	500,00
23/12/2021	640,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/12/2021	400,00
15/12/2021	600,00
15/12/2021	1.200,00
18/6/2021	150,00
3/2/2022	1.200,00
18/2/2022	1.200,00
29/11/2021	1.000,00
18/10/2021	374,99
19/10/2021	250,00
10/12/2021	1.200,00
10/12/2021	999,98
10/12/2021	999,99
10/12/2021	1.000,00
10/12/2021	1.115,00
6/10/2021	375,00
30/6/2021	150,00
30/6/2021	150,00
2/12/2021	37,00
2/12/2021	1.200,00
31/8/2021	250,00
20/12/2021	250,00
25/10/2021	250,00
23/12/2021	402,62
23/12/2021	1.200,00
12/11/2021	396,00
3/12/2021	1.145,00
30/11/2021	205,00
30/11/2021	684,00
30/11/2021	111,93
3/1/2022	100,34
3/1/2022	363,66
3/1/2022	536,00
3/1/2022	100,00
3/1/2022	200,00
3/1/2022	300,00
3/1/2022	600,00
7/1/2022	500,00
7/1/2022	600,00
26/7/2021	52,00
26/7/2021	200,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
26/7/2021	10,26
26/7/2021	40,00
26/7/2021	200,00
3/12/2021	44,76
3/12/2021	315,00
3/12/2021	441,40
3/12/2021	1.200,00
3/12/2021	1.200,00
3/12/2021	1.200,00
5/1/2022	300,00
5/1/2022	300,00
5/1/2022	800,00
5/1/2022	800,00
6/12/2021	10,00
6/12/2021	590,00
6/12/2021	600,00
6/12/2021	1.200,00
25/1/2022	1.000,00
25/1/2022	1.000,00
9/12/2021	1.200,00
9/12/2021	498,00
9/12/2021	784,89
9/12/2021	867,67
9/12/2021	1.200,00
9/12/2021	1.200,00
8/12/2021	600,00
8/12/2021	600,00
8/12/2021	949,00
8/12/2021	1.200,00
3/12/2021	1.200,00
26/11/2021	250,00
7/12/2021	337,18
7/12/2021	525,00
7/12/2021	637,15
7/12/2021	735,76
7/12/2021	964,48
7/12/2021	1.200,00
31/8/2021	250,00
29/11/2021	600,00
29/11/2021	600,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/11/2021	600,00
29/11/2021	600,00
29/11/2021	1.200,00
6/10/2021	154,00
6/10/2021	150,00
6/10/2021	150,00
7/10/2021	251,00
7/10/2021	250,00
9/2/2022	870,89
9/2/2022	1.040,00
1/11/2021	250,13
1/11/2021	250,00
30/4/2021	251,00
7/12/2021	569,87
7/12/2021	787,27
7/12/2021	868,59
7/12/2021	974,27
7/12/2021	1.200,00
2/6/2021	151,00
14/12/2021	253,00
14/12/2021	946,43
14/12/2021	1.000,00
14/12/2021	1.000,00
14/12/2021	1.200,00
22/9/2021	500,00
30/8/2021	250,00
4/11/2021	250,00
16/11/2021	250,00
3/12/2021	254,36
3/12/2021	377,04
3/12/2021	394,57
3/12/2021	422,03
3/12/2021	466,00
3/12/2021	626,86
3/12/2021	637,14
3/12/2021	1.200,00
4/5/2021	250,00
23/9/2021	375,00
10/8/2021	375,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
8/11/2021	249,00
8/11/2021	251,00
19/1/2022	188,91
19/1/2022	514,17
19/1/2022	588,96
19/1/2022	686,35
19/1/2022	1.200,00
19/1/2022	1.200,00
19/1/2022	130,00
7/12/2021	1.100,00
7/12/2021	1.100,00
17/12/2021	500,00
17/12/2021	500,00
17/12/2021	1.200,00
10/12/2021	92,42
10/12/2021	784,89
10/12/2021	1.123,00
10/12/2021	1.199,99
10/12/2021	1.200,00
20/9/2021	153,21
20/9/2021	350,00
19/10/2021	375,00
19/10/2021	378,00
19/11/2021	600,00
19/11/2021	403,00
7/12/2021	1.000,00
7/12/2021	1.003,67
7/12/2021	1.163,54
7/12/2021	1.200,00
11/10/2021	375,00
30/7/2021	375,00
30/12/2021	747,00
30/12/2021	354,00

9.2. aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.4. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 prestações, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável para o fato de que a ausência de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno;

9.5. considerar grave a conduta de Alexandre Magno de Oliveira Costa para, dessa forma, aplicar-lhe a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 270 do Regimento Interno;

9.6. informar o conteúdo desta decisão à Procuradoria da República na Bahia, à Caixa Econômica Federal e ao responsável.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2618-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2619/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.848/2026-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Autoridade Portuaria de Santos S.a (44.837.524/0001-07).

4. Órgão/Entidade: Autoridade Portuaria de Santos S.A.

5. Relator: Ministro Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

8. Representação legal: José Pinto Irmão (93929/OAB-SP), Evania Rodrigues Velloso Santana (81809/OAB-SP) e outros, representando Autoridade Portuaria de Santos S.a; Gabriel Stornioli Lemos (349944/OAB-SP), representando Mpe Engenharia e Serviços S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em razão de alegadas irregularidades no Edital de Licitação 1/2026, conduzido pela Autoridade Portuária de Santos (APS), cujo objeto é a "cessão de uso onerosa de área não afeta à operação portuária, localizada no interior da poligonal do porto organizado de Santos/SP, destinada à exploração da área do complexo de Itatinga e atividades correlatas",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. homologar a medida cautelar proferida pelo despacho do Min. Benjamin Zymler, à peça 77, nos termos do art. 276, § 1º, do Regimento Interno do TCU; e

9.2. encaminhar cópia da presente decisão à Autoridade Portuária de Santos S.A, bem como ao representante.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2619-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que votou nos termos da Questão de Ordem nº 2/2026: Benjamin Zymler (Relator).

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação (Questão de Ordem nº 2/2026): Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2620/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.812/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Conselho Federal de Biblioteconomia.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, das determinações contidas nos subitens 9.4.1.2, 9.4.1.3, 9.4.1.4 e 9.4.1.5 do acórdão 1925/2019-Plenário, relativas à regulamentação das transferências de recursos entre o conselho federal e os conselhos regionais, das transferências de recursos a terceiros, da celebração de convênios e da concessão de patrocínios e bolsas de estudo.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.4.1.2, 9.4.1.3 e 9.4.1.4 do acórdão 1925/2019-Plenário;

9.2. considerar que não há, neste momento, medida a ser adotada quanto à determinação constante do subitem 9.4.1.5 do acórdão 1925/2019-Plenário ao sistema CFB/CRBs;

9.3. disponibilizar esta deliberação para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.4. encerrar e arquivar o processo.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.
11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2620-37/26-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2621/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.852/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação (AudGestãoInovação).
8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento, pelo Conselho Federal de Relações Públicas, das determinações contidas nos subitens 9.4.1.2, 9.4.1.3, 9.4.1.4 e 9.4.1.5 do acórdão 1925/2019-Plenário, relativas à regulamentação das transferências de recursos entre os conselhos federal e os regionais, das transferências de recursos a terceiros, da concessão de patrocínios e bolsas de estudo e da celebração de convênios.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.4.1.2, 9.4.1.3, 9.4.1.4 e 9.4.1.5 do acórdão 1925/2019-Plenário;

9.2 dar ciência ao Conferp de que a indisponibilidade de normativos internos em seu sítio eletrônico, a exemplo da resolução normativa 121/2024, está em desacordo com o disposto no art. 7º, V, da Lei 12.527/2011 e caracteriza descumprimento da determinação constante do item 9.1.1.4 do acórdão 96/2016-Plenário;

9.3. informar que esta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.4. encerrar e arquivar o processo.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2621-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ACÓRDÃO Nº 2622/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.567/2025-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado: Ministério do Esporte (02.961.362/0001-74).

4. Responsável: Município de Barra Mansa/RJ (28.695.658/0001-84).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte, relativa à não devolução do saldo remanescente e de rendimentos de aplicação financeira referentes a convênio celebrado com o município de Barra Mansa/RJ.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, com fundamento no art. 212 do RI/TCU, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, uma vez que os valores que deram causa à instauração do processo permanecem identificados e disponíveis nas contas específicas do convênio 805269/2014, não se caracterizando, nas circunstâncias examinadas, o dano ao erário apto a justificar o processamento da tomada de contas especial;

9.2. determinar ao Ministério do Esporte que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta deliberação, solicite à instituição financeira responsável pelas contas vinculadas ao convênio 805269/2014 a restituição, à Conta Única do Tesouro Nacional, da parcela do saldo remanescente correspondente aos recursos aportados pela União, inclusive os respectivos rendimentos, observada a proporcionalidade estabelecida no ajuste;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.2.2. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da adoção da providência prevista no subitem anterior, documentação comprobatória da solicitação formulada à instituição financeira;

9.2.3. verifique, no âmbito dos convênios e instrumentos congêneres em que figure como concedente, a existência de ajustes já encerrados em cujas contas específicas permaneçam saldos remanescentes e respectivos rendimentos identificados, sem que tenha sido promovida sua restituição, e adote, nos casos identificados, as providências cabíveis para a recuperação dos valores junto às instituições financeiras responsáveis pelas contas;

9.2.4. caso as situações identificadas no subitem anterior estejam relacionadas a tomadas de contas especiais já constituídas, encaminhe a este Tribunal, após a recuperação dos valores, a correspondente documentação comprobatória, com indicação dos respectivos processos, para que seja considerada na avaliação da necessidade de prosseguimento das TCEs;

9.3. recomendar ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por intermédio da Secretaria de Gestão e Inovação, na qualidade de órgão central do Sistema de Gestão de Parcerias da União e gestor do Transferegov.br, que elabore e implemente plano de ação destinado à identificação e à recuperação de saldos remanescentes de convênios e instrumentos congêneres encerrados que permaneçam disponíveis em contas específicas, contemplando, entre outras medidas que considere pertinentes, mecanismos de identificação dessas situações, orientação e coordenação dos órgãos e unidades setoriais responsáveis, bem como de adoção de soluções normativas, procedimentais ou tecnológicas que viabilizem a efetiva restituição dos recursos à União;

9.4. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Esporte e ao município de Barra Mansa/RJ.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2623/2026 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.502/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Defesa Nacional e Segurança Pública (AudDefesa).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações contidas nos itens 9.2 a 9.9 do acórdão 2649/2022-Plenário.

ACORDAM os ministros deste Tribunal, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar em cumprimento a determinação constante do item 9.2 do acórdão 2649/2022-Plenário;

9.2. considerar em implementação as recomendações constantes dos itens 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6 do acórdão 2649/2022-Plenário;

9.3. considerar não implementadas as recomendações constantes dos itens 9.7 e 9.9 do acórdão 2649/2022-Plenário;

9.4. considerar implementada a recomendação constante do item 9.8 do acórdão 2649/2022-Plenário;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.5. determinar o prosseguimento deste monitoramento quanto à determinação em cumprimento e às recomendações em implementação ou não implementadas;

9.6. disponibilizar esta deliberação para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 37/2026 - Plenário.

11. Data da Sessão: 23/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2623-37/26-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Presidente não votou (Resolução-TCU 375/2025, art. 3º).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 58 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 30 de setembro de 2026.

MINISTRO VITAL DO RÊGO
Presidente

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 1, p. 117)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

2ª CÂMARA

ATA Nº 33, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026
(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o ministro Augusto Nardes, na Presidência, declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Jorge Oliveira (participação telepresencial), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (participação telepresencial); dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA
A Segunda Câmara homologou a ata nº 32, referente à sessão realizada em 22 de setembro de 2026.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET
Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA
Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:
- TC-003.890/2020-1 e TC-015.266/2025-7, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;
- TC-011.713/2021-6 e TC-025.833/2024-3, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus; e
- TC-022.070/2021-4, cujo Relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO
A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 4914 a 5010.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA
Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4883 a 4913, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÃO ORAL
Na apreciação do processo TC-029.055/2024-5, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus, a Dra. Érika Araújo Rocha e o Dr. Francisco Teixeira Leal Júnior não compareceram para apresentar a sustentação oral que haviam requerido em nome de Ogilvan da Silva Oliveira. Acórdão nº 4900.

EMPATE EM VOTAÇÃO DE PROCESSO
Na reabertura do processo TC-015.266/2025-7 cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o revisor, Ministro-Substituto Weder de Oliveira apresentou voto divergente, o qual foi acompanhado pelo Ministro Jorge Oliveira. O Ministro Antonio Anastasia, na Presidência, votou acompanhando o relator. O Ministro Jhonatan de Jesus não participou da votação, tendo em vista o pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira quando o substituía. Ante a ocorrência de empate na votação, com fundamento no art. 139 do Regimento Interno, o processo TC-015.266/2026-7 foi excluído de pauta, para apreciação em Plenário.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 4883/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.067/2026-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Marcos Vieira de Sousa (324.364.594-87).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de aposentadoria submetidos ao TCU para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. negar registro aos atos de aposentadoria 289/2022 (inicial) e 114873/2022 (alteração) de Marcos Vieira de Sousa;

9.2. considerar prejudicado, por inépcia, o exame do ato de aposentadoria 301/2022 (alteração) de Marcos Vieira de Sousa, nos termos do art. 260, § 6º, do Regimento Interno do TCU;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência desta deliberação, com base no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.4.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.4.1.2. exclua da composição dos proventos dos atos 289/2022 e 114873/2022 a rubrica "Diferença Individual" (Lei 12.998/2014), tendo em vista sua integral absorção pelos reajustes decorrentes da Lei 11.355/2006 e da Lei 11.784/2008;

9.4.1.3. para o ato 114873/2022, altere a forma de cálculo dos proventos de aposentadoria, conforme a regra prevista no art. 20, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019, salvo se o interessado preencher, integralmente, os requisitos de outra regra de inativação que garanta o benefício inicial calculado de acordo com o disposto no art. 26 da mesma emenda, mediante média aritmética simples dos salários e remunerações de contribuição, e optar por se aposentar com base nessa outra regra;

9.4.1.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.4.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.4.2.1. envie ao TCU comprovante da ciência do acórdão pelo interessado, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução TCU 360/2023;

9.4.2.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria do interessado, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-os a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

9.4.2.3. adote as seguintes medidas no novo ato a ser remetido ao TCU:

9.4.2.3.1. esclareça e, se for o caso, corrija a divergência entre as denominações de cargo "Agente de Portaria" (Ato 289/2022) e "Agente de Vigilância" (Atos 301/2022 e 114873/2022), indicando a fundamentação legal e os documentos pertinentes que demonstrem a correlação de atribuições, ou promovendo a devida correção cadastral no Sistema e-Pessoal;

9.4.2.3.2. saneie eventual lacuna nas remunerações contributivas do período de novembro de 2020 a outubro de 2021, para fins de correta apuração da base de cálculo, caso o interessado opte pela regra de transição prevista no art. 10 da Emenda Constitucional 103/2019;

9.5. comunicar esta deliberação ao Ministério da Saúde.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4883-33/26-2.
13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4884/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.701/2025-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Embargante: Antônio Cardoso de Sousa (041.757.352-91).
4. Unidade Jurisdicionada: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Samea Santos Amoras Frota (1294/OAB-AP), representando Antônio Cardoso de Sousa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria em que são apreciados embargos de declaração contra o Acórdão 4.530/2026-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, além dos arts. 287, § 1º, e 183 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração, por restar intempestivos; e

9.2. comunicar esta deliberação ao embargante.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4884-33/26-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4885/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.757/2026-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessada: Gessi Rodrigues Rezende (486.821.950-20)
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este ato de pensão civil instituída por José Ernesto Pereira Rezende em benefício de seu cônjuge, Gessi Rodrigues Rezende, submetido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul à apreciação desta Corte de Contas, para fins de registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 e no art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, alterada pela Resolução-TCU 377/2025, em registrar com ressalvas o ato de pensão civil instituído em benefício de Gessi Rodrigues Rezende (Ato 24.579/2022).

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4885-33/26-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4886/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.787/2025-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessado e Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsáveis: Francisca Célia Rodrigues de Sousa (560.151.353-87) e Francisco Elmo Bezerra Monte (285.224.943-04)
4. Unidade: Município de Varjota/CE
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)
8. Representação legal: Marciano Silva Fernandes (OAB/CE 30.435), representando Francisco Elmo Bezerra Monte

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pela União ao Município de Varjota/CE por força da Medida Provisória 815/2017,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, 57 e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, e 215 a 219 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar Francisca Célia Rodrigues de Sousa revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;
9.2. julgar irregulares as contas de Francisca Célia Rodrigues de Sousa e de Francisco Elmo Bezerra Monte;
9.3. condenar Francisca Célia Rodrigues de Sousa ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir da data discriminada até a data do pagamento, com abatimento do valor do saldo existente na conta específica destinada à execução dos valores:

Data de ocorrência	Valor (R$)	Tipo da parcela
24/5/2018	107.340,40	Débito
31/12/2019	1.400,97	Crédito

9.4. aplicar aos responsáveis as seguintes multas individuais, a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado:

Responsável	Valor (R$)	Fundamento legal
Francisca Célia Rodrigues de Sousa	16.000,00	Art. 57 da Lei 8.443/1992
Francisco Elmo Bezerra Monte	10.000,00	Art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar os responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. comunicar o teor deste acórdão:

9.10.1. à Procuradoria da República no Ceará, para as providências cabíveis; e

9.10.2. aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4886-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4887/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.055/2025-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessado e Responsáveis:

3.1. Interessado: Agência Nacional do Cinema (04.884.574/0001-20)

3.2. Responsáveis: BPE - Bertini - Produções e Eventos Culturais e Esportivos Eireli (04.719.487/0001-18); Sandra Maria Ramos Bertini Bandeira (252.350.954-72)

4. Unidade: Agência Nacional do Cinema

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

8. Representação legal: Raiany Cristine da Silva (OAB/DF 75.025), representando BPE - Bertini - Produções e Eventos Culturais e Esportivos Eireli e Sandra Maria Ramos Bertini Bandeira

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos oriundos do Contrato de Investimento BRDE PR-03.101, destinados ao custeio do evento “Cine PE Festival do Audiovisual 2019”, realizado em Pernambuco,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU e nos arts. 4º e 11 da Resolução TCU 315/2020, em:

9.1. acolher as razões de justificativas apresentadas por Sandra Maria Ramos Bertini Bandeira;

9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pelas responsáveis BPE - Bertini - Produções e Eventos Culturais e Esportivos Eireli e Sandra Maria Ramos Bertini Bandeira;

9.3. julgar regulares com ressalvas as contas das responsáveis BPE - Bertini - Produções e Eventos Culturais e Esportivos Eireli e Sandra Maria Ramos Bertini Bandeira, dando-lhes quitação;

9.4. determinar à Ancine que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie a baixa definitiva das inscrições restritivas, decorrentes do Contrato de Investimento BRDE PR-03.101, efetuadas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) contra as responsáveis da presente TCE, em cumprimento ao art. 26 da Instrução Normativa-TCU 98/2024;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.5. recomendar à Ancine que, em observância aos princípios da eficiência e da razoabilidade, adote medidas destinadas a aprimorar e conferir maior clareza aos normativos e às orientações relativas à recepção eletrônica de documentos de prestação de contas, especialmente quanto à integração e ao uso dos sistemas informatizados empregados para esse fim, de modo a evitar que falhas operacionais ou dificuldades de processamento da documentação apresentada resultem na instauração de tomadas de contas especiais em situações nas quais os elementos necessários à análise já se encontrem disponíveis à Administração; e

9.6. comunicar a presente deliberação à Ancine e às responsáveis.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4887-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4888/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.682/2022-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Maurício Cavalcante Filizola (214.078.783-87)

4. Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Ceará

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: João Marcos Amaral (OAB/DF 25.113) e outros, representando Mauricio Cavalcante Filizola

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Maurício Cavalcante Filizola contra o Acórdão 4.546/2026-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal negou provimento ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.203/2025-2ª Câmara, neste processo de tomada de contas especial instaurada pelo Sesc do Ceará, em razão de irregularidades no Contrato 90/2020, firmado com Scal Plataforma de Tecnologia de Serviços em Saúde Ltda. para o desenvolvimento de software destinado a controle de serviços e eventos;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. comunicar esta deliberação ao embargante e aos demais destinatários da deliberação original.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4888-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4889/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.751/2021-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Universidade Federal de Santa Maria (95.591.764/0001-05)

3.1. Interessada: Leila Terezinha dos Reis Rocha (424.656.990-91)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

4. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de Santa Maria contra o Acórdão 4.532/2022-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal negou registro ao ato de concessão de aposentadoria da servidora Leila Terezinha dos Reis Rocha,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para tornar sem efeito os itens 9.1. e 9.3.1. do Acórdão 4.532/2022-TCU-2ª Câmara;

9.2. registrar com ressalva o ato de aposentadoria de Leila Terezinha dos Reis Rocha;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Maria que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão:

9.3.1. promova a correção no cálculo dos proventos da interessada, ajustando-se a base de cálculo do adicional por tempo de serviço (ATS), nos termos do voto condutor deste acórdão;

9.3.2. notifique a interessada acerca da presente decisão e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.4. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.5. comunicar esta deliberação à Universidade Federal de Santa Maria; e

9.6. arquivar os autos.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4889-33/26-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4890/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.858/2023-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Biônica Indústria de Tecnologia Médica Ltda. (14.937.045/0001-00) e Hatus Vianna Wanderley (026.290.154-40)
4. Unidades: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)
8. Representação legal: Tamiris Fernandes da Silva (OAB/PE 30.810)

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em conjunto com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), em virtude da ausência de comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Contrato de Subvenção Econômica (CSE) SIN-0531-3.13/16, destinado ao desenvolvimento de um termômetro clínico,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, e 215 a 219 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas da empresa Biônica Indústria de Tecnologia Médica Ltda. e de Hatus Vianna Wanderley e condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/9/2017	251,70
30/9/2019	28.864,94

9.2. aplicar à empresa Biônica Indústria de Tecnologia Médica Ltda. e a Hatus Vianna Wanderley multas individuais de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar os responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. comunicar o teor deste acórdão:

9.8.1. à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, para as providências cabíveis; e

9.8.2. aos responsáveis, à Finep e à Facepe, para ciência.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4890-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4891/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.057/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Embargantes:

3.1. Responsáveis: Alexandre Lages Cavalcante (164.767.514-68); Davidson Tolentino de Almeida (588.656.244-34); Global Gestão Em Saúde S.a. (10.375.666/0001-88).

3.2. Embargante: Davidson Tolentino de Almeida (588.656.244-34).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Felipe Cezar Macedo Ramos (402664/OAB-SP), representando Global Gestão Em Saúde S.a.; Hélio Navarro de Albuquerque Neto (262656/OAB-SP), representando Alexandre Lages Cavalcante; Nathalia Regina de Martini Bartoli (45280/OAB-PE), representando Davidson Tolentino de Almeida.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial em que se apreciam embargos de declaração opostos por Davidson Tolentino de Almeida em face do Acórdão 4432/2026-Segunda Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 287 do RI/TCU, conhecer dos embargos de declaração em análise para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência sobre o presente Acórdão ao embargante.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4891-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4892/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.542/2025-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (05.526.783/0001-65).

3.2. Responsável: Robério Antônio de Campos (134.561.306-78).

4. Órgão/Entidade: Município de Leandro Ferreira - MG.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em desfavor de Robério Antônio de Campos, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados pela União, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), em 2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Robério Antônio de Campos, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Robério Antônio de Campos, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/1/2015	3.600,00
21/1/2015	864,00
21/1/2015	1.945,27

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
26/1/2015	633,38
10/2/2015	864,00
6/3/2015	3.600,00
11/3/2015	1.875,00
11/3/2015	864,00
1/4/2015	864,00
8/5/2015	3.600,00
12/5/2015	325,00
12/5/2015	3.750,00
21/5/2015	864,00
26/5/2015	450,00
26/5/2015	1.080,00
29/5/2015	1.875,00
9/6/2015	3.600,00
9/6/2015	1.266,76
10/6/2015	2.600,00
23/6/2015	300,00
23/6/2015	59,45
23/6/2015	27,69
23/6/2015	23,91
26/6/2015	429,00
26/6/2015	864,00
26/6/2015	1.875,00
20/7/2015	3.600,00
28/7/2015	1.875,00
28/7/2015	864,00
10/8/2015	3.600,00
11/8/2015	867,14
3/9/2015	1.080,00
4/9/2015	590,00
10/9/2015	4.374,88
16/9/2015	1.335,27
22/9/2015	4.000,00
28/9/2015	1.875,00
28/9/2015	260,00
29/9/2015	800,00
27/10/2015	3.600,00
28/10/2015	2.066,98
10/11/2015	3.800,00
11/11/2015	864,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/11/2015	1.875,00
18/12/2015	4.000,00
23/12/2015	72,00
23/12/2015	1.875,00

9.3 aplicar ao responsável Robério Antônio de Campos, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 14.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o parcelamento das importâncias devidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Assistência Social, ao Município de Leandro Ferreira - MG e ao responsável.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4892-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4893/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.949/2025-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ana Paula Ribeiro Rangel de Castro (899.026.020-53); Cena 1 Produções Ltda - ME (02.899.751/0001-17); Luiz Antônio Carneiro Rangel de Castro (119.336.528-70).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Roberta Andrade Leopardo (84911/OAB-RS), representando Ana Paula Ribeiro Rangel de Castro; Roberta Andrade Leopardo (84911/OAB-RS), representando Cena 1 Produções Ltda - ME; Roberta Andrade Leopardo (84911/OAB-RS), representando Luiz Antônio Carneiro Rangel de Castro.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por força do projeto cultural Pronac 16-0556, cujo nome é "Sem Maquiagem";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas de Ana Paula Ribeiro Rangel de Castro, Cena 1 Produções Ltda - ME e Luiz Antônio Carneiro Rangel de Castro, conferindo-lhes quitação plena; e

9.2. com fulcro no art. 26 da IN-TCU 98/2024 c/c art. 2º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, determinar à Agência Nacional do Cinema que, no prazo de dez dias, providencie a baixa definitiva de todas as inscrições restritivas efetuadas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) contra as responsáveis; e

9.3. remeter cópia deste Acórdão à Agência Nacional do Cinema e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4893-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4894/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.614/2023-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04).

3.2. Responsáveis: Bernardo Chim Rossi (086.546.807-92); Hingo Hammes (078.765.957-66); Jessica Pontes Seabra (130.677.837-94); Macport Estruturas Ltda (22.942.092/0001-61).

3.3. Recorrentes: Jessica Pontes Seabra (130.677.837-94); Macport Estruturas Ltda (22.942.092/0001-61).

4. Órgão/Entidade: Município de Petrópolis (RJ).

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Rosangela Stumpf de Lima (062394/OAB-RJ), representando Hingo Hammes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Jéssica Pontes Seabra e por Macport Estruturas Ltda. contra o Acórdão 2.402/2025-TCU-2ª Câmara, por meio do qual suas contas foram julgadas irregulares, com imputação de débito e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, em razão de falhas na execução do Contrato de Repasse 1025271-83/2015, que teve por objeto a execução de contenção urbana, no Município de Petrópolis (RJ);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Jéssica Pontes Seabra e por Macport Estruturas Ltda, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992;

9.2. no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se, em todos os seus termos, o Acórdão 2.402/2025-TCU-2ª Câmara;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.
10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4894-33/26-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4895/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.645/2026-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Antonia dos Santos (312.627.084-00).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria emitido, no âmbito do Ministério da Saúde, em favor de Maria Antonia dos Santos, ex-servidora ocupante do cargo de auxiliar operacional de serviços diversos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. negar registro ao ato de aposentadoria emitido em favor de Maria Antonia dos Santos;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Ministério da Saúde que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, o pagamento da rubrica "DIF. INDIVIDUAL L.12998/14 AP" constante do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de trinta dias, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018 e art. 7º, § 8º, da Resolução TCU 353/2023; e
9.4. dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Saúde, informando que o inteiro teor da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos
10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4895-33/26-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4896/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.791/2025-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Ednardo Barbosa Oliveira (072.597.977-11).
4. Entidade: Município de Pinheiral (RJ).
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Município de Pinheiral (RJ) por força da MP 815/2017;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Ednardo Barbosa Oliveira;

9.2. julgar irregulares as contas de Ednardo Barbosa Oliveira, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
24/5/2018	102.637,31	Débito
31/12/2019	307,61	Crédito

9.3. aplicar ao responsável Ednardo Barbosa Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da (s) dívida (s) em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do §2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. esclarecer ao responsável que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação total ou parcial dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado ou reduzido, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.7. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.8. informar à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que, nos termos do § 1º do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4896-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4897/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.207/2024-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Embargantes:

3.1. Interessado: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (03.353.358/0001-96).

3.2. Responsável: Aurenice Correa Ribeiro (095.462.058-50).

3.3. Embargante: Aurenice Correa Ribeiro (095.462.058-50).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tomé -Açu - PA.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Eric Felipe Valente Pimenta (21794/OAB-PA) e Nikolas Gabriel Pinto de Oliveira (22334/OAB-PA), representando Aurenice Correa Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se examina embargos de declaração opostos por Aurenice Correa Ribeiro, ex-prefeita do município de Tomé-Açu/PA, em face do Acórdão 3986/2026-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal conheceu de recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 6210/2025-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Aurenice Correa Ribeiro, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e aos demais interessados.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4897-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4898/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.217/2024-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Antônio Cândido Santos Ribeiro (279.507.603-97); Novo Horizonte Comércio e Construções Ltda (08.928.427/0001-66); Município de Santa Rita - MA (63.441.836/0001-41).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Convênio 774544/2012, celebrado com o Município de Santa Rita/MA para recuperação de estradas vicinais em projetos de assentamento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Antônio Candido Santos Ribeiro, Novo Horizonte Comércio e Construções Ltda e município de Santa Rita/MA, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da empresa Novo Horizonte Comércio e Construções Ltda e de Antônio Candido Santos Ribeiro, condenando a empresa Novo Horizonte Comércio e Construções Ltda e o espólio de Antônio Candido Santos Ribeiro, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nos termos do art. 23, III, “a”, da citada lei, c/c o art. 214, III, “a”, do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
26/4/2016	119.933,99

9.3. aplicar à empresa Novo Horizonte Comércio e Construções Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$20.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o parcelamento das importâncias devidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar ao Banco do Brasil S.A, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, caso ainda não tenha procedido à medida, comprove perante este Tribunal, no prazo de quinze dias, o recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional do saldo existente na conta específica

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

do Convênio 774544/2012 (Agência 5731, Conta 7888-3), bem como de eventuais aplicações financeiras a ela vinculadas, cujo titular é o Município de Santa Rita - MA (63.441.836/0001-41), encaminhando o respectivo comprovante;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das providências que entender cabíveis;

9.8. informar aos responsáveis, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão que a presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado do Maranhão que, nos termos do art. 62, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os autos de forma eletrônica e automática, ressalvados os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4898-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4899/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.153/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas - IPGP (09.540.390/0001-67); Ivo Rodrigues da Silva (127.855.201-49); João Manes (721.830.207-68); Ocileia Fernandes Carneiro (747.443.563-20); Rodrigo Sergio Dias (225.510.368-01).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Manoela Sales Flores Alves Magalhaes (20733/OAB-DF), representando Toq Soluções Em Informática Ltda; Rayssa Martins da Silva (46872/OAB-DF), Emily Freitas Custodio (48878/OAB-DF), Katiane Lins Andrade (53942/OAB-DF), Thiago de Alencar Felismino (61918/OAB-DF), Julyanna Rayanna Borges da Silva (70041/OAB-DF), Joao Paulo Marques (16158/E/OAB-DF), Laura Mayerhoffer Machado Clark de Aquino (19033/E/OAB-DF), Antonio Rodrigo Machado de Sousa (34921/OAB-DF), Ana Carolina Pires de Souza Senna (42876/OAB-DF), Camilo Amin Jreige Neto (68364/OAB-DF), Italo Borges Zanina (64324/OAB-DF), Mateus Alves Ferreira Gomes (18888/E/OAB-DF), Bianca Araújo de Morais (46384/OAB-DF), Evelin Lisboa de Carvalho (36535/OAB-DF) e Daniel dos Santos Barros (30240/OAB-DF), representando João Manes; Marcus Vinicius da Silva Santos (7961/OAB-MA), representando Ocileia Fernandes Carneiro; Rafael Cezar dos Santos (342475/OAB-SP), representando Rodrigo Sergio Dias; Nello Augusto dos Santos Nocchi (14913/B/OAB-MT), representando Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas - IPGP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades no Termo de Colaboração 6303/2017, registro Siconv 859932/2017, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas (IPGP), no valor total de R$ 21.981.900,12, com vistas à aquisição de bens e serviços que promovessem ações de educação em saúde ambiental.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas de Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas (CNPJ 09.540.390/0001-67), e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)
05/11/2018	1.983.812,62
27/11/2018	1.760.000,00

9.3. aplicar ao Instituto de Pesquisas e Gestão de Políticas Públicas, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 100.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. autorizar, desde logo e caso solicitado, o pagamento das dívidas do responsável em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º, do RI/TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. informar à Procuradoria da República no Distrito Federal e ao responsável, que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.7. informar à Procuradoria da República no Distrito Federal que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4899-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4900/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TCProcesso nº TC 029.055/2024-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessada: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí (26.989.350/0008-92).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

3.1. Responsáveis: Construtora Construnova Ltda. (63.347.280/0001-29); Ogilvan da Silva Oliveira (269.924.238-19); Waldelina Sales de Moraes Soares Crisanto (227.644.103-87).

4. Órgão/Entidade: Município de Jaicós/PI.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Erika Araújo Rocha (OAB/PI 5.384), Francisco Teixeira Leal Júnior (OAB/PI 9.457) e Luana Sarah Silva Resende (OAB/PI 24.523), representando Ogilvan da Silva Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Piauí em razão de irregularidades na aplicação dos recursos federais repassados ao Município de Jaicós/PI por meio do Termo de Compromisso TC/PAC 0164/2014, destinado à implantação de sistemas de abastecimento de água em localidades rurais daquele município,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir Waldelina Sales de Moraes Soares Crisanto da relação processual;

9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas por Ogilvan da Silva Oliveira e julgar regulares com ressalva as suas contas, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.3. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela Construtora Construnova Ltda. e fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir discriminada aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente a partir da data de ocorrência até a do efetivo recolhimento, sem incidência de juros de mora, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
45.836,74	30/8/2019

9.4. informar-lhe que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, com consequente quitação, nos termos do art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU; do contrário, serão julgadas irregulares, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. informar o teor desta deliberação aos responsáveis e à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Piauí.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4900-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4901/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.559/2026-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Filina Salles de Sá de Miranda (249.696.217-72).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam do ato de alteração de aposentadoria de Maria Filina Salles de Sá de Miranda, emitido pela Universidade Federal do Espírito Santo e submetido a este Tribunal para registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

9.1. negar registro ao ato de alteração de aposentadoria de Maria Filina Salles de Sá de Miranda;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por parte da beneficiária até a data da ciência do presente acórdão pela unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Espírito Santo que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. retifique a parcela quintos (Portaria MEC 474/87), paga na rubrica "DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO", conforme critérios estipulados nos Acórdãos 835 e 1.915/2012-TCU-Plenário, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência;

9.3.3. informe-a de que deverão ser restituídos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela unidade jurisdicionada em caso de não provimento de recurso eventualmente interposto;

9.3.4. convoque-a, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta decisão, para que escolha entre o recebimento da parcela opção e o da parcela de quintos; no caso de omissão, suprima a rubrica de menor valor:

9.3.4.1. após a escolha, no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato de alteração de aposentadoria, submetendo-o a esta Corte de Contas por meio do sistema e-Pessoal.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4901-33/26-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4902/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.824/2026-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Wilson Calvo Mendes de Araújo (232.370.668-34).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam do ato de concessão de aposentadoria a Wilson Calvo Mendes de Araújo, emitido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e submetido a este Tribunal para registro,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

9.1. negar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Wilson Calvo Mendes de Araújo;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por parte do beneficiário até a data da ciência do presente acórdão pela unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

9.3.2. comunique imediatamente ao interessado o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência;

9.3.3. informe-o de que deverão ser restituídos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela unidade jurisdicionada em caso de não provimento de recurso eventualmente interposto;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal nos termos e prazos fixados na Instrução Normativa TCU 78/2018.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4902-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4903/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.358/2026-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessado: Jurambergnos Gomes Soeiro (215.898.103-25).

3.1. Recorrente: Jurambergnos Gomes Soeiro (215.898.103-25).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Agostinho Gomes Soeiro (19.843/OAB-MA), representando Jurambergnos Gomes Soeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto por Jurambergnos Gomes Soeiro contra o Acórdão 1.827/2026-TCU-2ª Câmara, que negou registro ao ato de concessão de aposentadoria ao recorrente,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. informar o conteúdo desta decisão ao recorrente e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4903-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4904/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.990/2026-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: João Souza da Silva (282.433.665-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo, que cuida do ato de concessão de aposentadoria a João Souza da Silva, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA e submetido a este Tribunal para registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

9.1. negar registro ao ato de concessão de aposentadoria a João Souza da Silva;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por parte do beneficiário até a data da ciência do presente acórdão pela unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, a absorção da parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, conforme critérios estabelecidos no Acórdão 2.266/2024-TCU-Plenário;

9.3.2. comunique imediatamente ao interessado o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência;

9.3.3. informe-o de que deverão ser restituídos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela unidade jurisdicionada em caso de não provimento de recurso eventualmente interposto;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal nos termos e prazos fixados na Instrução Normativa TCU 78/2018.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4904-33/26-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4905/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.019/2026-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Marcelo Ribeiro de Brito (603.309.537-53).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo, que cuida do ato de concessão de aposentadoria a Marcelo Ribeiro de Brito, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

9.1. negar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Marcelo Ribeiro de Brito;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por parte do beneficiário até a data da ciência do presente acórdão pela unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, a absorção da parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, conforme critérios estabelecidos no Acórdão 2.266/2024-TCU-Plenário;

9.3.2. comunique imediatamente ao interessado o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência;

9.3.3. informe-o de que deverão ser restituídos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela unidade jurisdicionada em caso de não provimento de recurso eventualmente interposto;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal nos termos e prazos fixados na Instrução Normativa TCU 78/2018.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4905-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4906/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.047/2026-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Ana Carla de Andrade Rabelo (351.874.411-91).

4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo, que cuida do ato de concessão de aposentadoria a Ana Carla de Andrade Rabelo, emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e submetido a este Tribunal para registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

9.1. negar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Ana Carla de Andrade Rabelo;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por parte da interessada até a data da ciência do presente acórdão pela unidade jurisdicionada;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, a absorção da parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, conforme os critérios estabelecidos no Acórdão 2.266/2024-TCU-Plenário;

9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência;

9.3.3. informe-a de que deverão ser restituídos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela unidade jurisdicionada em caso de não provimento de recurso eventualmente interposto;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal nos termos e prazos fixados na Instrução Normativa TCU 78/2018.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4906-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4907/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.716/2026-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Clóvis Pereira Nunes (210.242.781-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam do ato de concessão de aposentadoria a Clóvis Pereira Nunes, emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e submetido a este Tribunal para registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

9.1. negar registro ao ato de concessão de aposentadoria a Clóvis Pereira Nunes;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por parte do beneficiário até a data da ciência do presente acórdão pela unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

9.3.2. comunique imediatamente ao interessado o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência;

9.3.3. informe-o de que deverão ser restituídos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela unidade jurisdicionada em caso de não provimento de recurso eventualmente interposto;

9.3.4. convoque-o, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta decisão, para que escolha entre o recebimento da parcela opção e o da parcela de quintos; no caso de omissão, suprima a rubrica de menor valor:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.3.4.1. após a escolha, no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato de concessão de aposentadoria, submetendo-o a esta Corte de Contas por meio do sistema e-Pessoal.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4907-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4908/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.737/2026-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessada: Cleonice Costa de Souza (522.766.004-20).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam do ato de pensão instituída em benefício de Cleonice Costa de Souza, emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e submetido a este Tribunal para registro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, em:

9.1. negar registro ao ato de pensão civil instituída em benefício de Cleonice Costa de Souza;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos por parte da beneficiária até a data da ciência do presente acórdão pela unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas;

9.3.2. comunique imediatamente à interessada o teor da presente deliberação, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência;

9.3.3. informe-a de que deverão ser restituídos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pela unidade jurisdicionada em caso de não provimento de recurso eventualmente interposto;

9.3.4. cadastre, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de concessão de pensão, submetendo-o a esta Corte de Contas por meio do sistema e-Pessoal.

9.4. informar o conteúdo desta deliberação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4908-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4909/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.748/2026-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessada: Cecília Soares de Oliveira (757.140.277-87).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato de pensão civil emitido, no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em favor de Cecília Soares de Oliveira,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. negar registro ao ato de pensão civil de Cecília Soares de Oliveira;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada tenha tido ciência desta deliberação.

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que esta concessão, cujo registro foi negado, poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades ora apontadas.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4909-33/26-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4910/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.645/2023-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Aposentadoria).
3. Interessada: Rose Mary Lima Ferreira Guimarães (266.131.076-20).
3.1. Embargante: Rose Mary Lima Ferreira Guimarães (266.131.076-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuou.
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF), representando Rose Mary Lima Ferreira Guimarães.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Rose Mary Lima Ferreira Guimarães ao Acordão 3.130/2026-TCU-2ª Câmara, que manteve decisão pela negativa de registro do ato de concessão de aposentadoria à recorrente,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e os rejeitar;

9.2. informar o conteúdo desta deliberação à recorrente.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4910-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4911/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.442/2023-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Josimar Custódio Ferreira (791.572.034-15); Município de Santo Antônio/RN (08.144.800/0001-98).

4. Órgão/Entidade: Município de Santo Antônio/RN.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em razão de irregularidades na aplicação de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Município de Santo Antônio/RN no exercício de 2019,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Santo Antônio/RN para excluir do débito a ele imputado a parcela de R$ 46.364,10 (quarenta e seis mil trezentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), de 9/7/2019, referente à aquisição de veículo, e rejeitá-las quanto ao restante;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Município de Santo Antônio/RN, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir discriminadas aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas de ocorrência até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
6.692,72	8/3/2019
1.760,00	11/3/2019
1.760,00	11/3/2019
1.420,00	15/3/2019
963,85	28/3/2019

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.379,54	28/3/2019
600,50	5/4/2019
4.796,29	5/4/2019
66,25	12/4/2019
1.846,00	12/4/2019
14.074,83	24/4/2019
3.623,51	25/4/2019
517,75	7/5/2019
612,50	11/6/2019
1.250,00	11/6/2019
46,86	21/6/2019
46,86	21/6/2019
46,86	21/6/2019
890,28	21/6/2019
890,28	21/6/2019
890,28	21/6/2019
916,75	28/6/2019
30,50	11/7/2019
1.125,70	11/7/2019
1.297,70	11/7/2019
1.444,00	11/7/2019
1.449,30	11/7/2019
1.572,50	11/7/2019
3.024,00	12/7/2019
23,43	17/7/2019
445,14	17/7/2019
2.250,00	17/7/2019
3.538,82	17/7/2019
180,00	9/8/2019
11.064,69	20/8/2019
1.704,00	21/8/2019
2.560,00	21/8/2019
300,00	26/8/2019
779,74	26/8/2019
12.002,19	8/11/2019
702,00	18/11/2019
1.944,00	20/11/2019
851,30	13/12/2019
1.022,75	13/12/2019
1.240,00	13/12/2019

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.799,40	13/12/2019
3.950,63	13/12/2019
4.275,00	13/12/2019
4.471,60	13/12/2019
5.133,60	13/12/2019
7.270,90	13/12/2019
1.787,06	20/12/2019
4.104,00	20/12/2019
783,75	26/12/2019

9.3. informar-lhe que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, com consequente quitação, nos termos do art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU; do contrário, serão julgadas irregulares, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. informar o teor desta deliberação aos responsáveis listados no item 3 acima e ao Fundo Nacional de Assistência Social.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4911-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4912/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.824/2019-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.1. Responsável: Paulo José de Brito Silva Albuquerque (433.317.342-68).

4. Órgão/Entidade: Município de Cutias/AP.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Riano Valente Freire (1.405-A/OAB-AP), representando Paulo José de Brito Silva Albuquerque.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo devido à não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados por meio de convênio ao Município de Cutias/AP,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Paulo José de Brito Silva Albuquerque;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

9.2. julgar irregulares suas contas, nos termos dos arts. 1º, I, e 16, III, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir da data discriminada até a da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, “a”, da citada lei c/c o art. 214, III, “a”, do Regimento Interno, descontando os valores já recolhidos:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo de parcela
22/11/2010	185.719,12	Débito
28/12/2012	60.986,92	Crédito

9.3. aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, “a”, do Regimento Interno, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde já, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 prestações, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável para o fato de que a ausência de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno;

9.6. informar o teor desta deliberação à Procuradoria da República no Amapá, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno, para adoção das medidas cabíveis, ao Ministério do Turismo e ao responsável.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4912-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4913/2026 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.022/2026-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luiz Alberto Ranoya Assumpção (397.232.087-68).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria do Sr. Luiz Alberto Ranoya Assumpção, ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU e o art. 7º, inciso III, da Resolução 353/2023 (com a redação da pela Resolução/TCU 377/2025), em:

9.1. negar registro ao ato de aposentadoria do Sr. Luiz Alberto Ranoya Assumpção;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. transforme em "parcela compensatória" a VPNI de "quintos/décimos" incorporada em decorrência do exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE, a qual deve ser absorvida pelo reajuste concedido pela parcela de 6% a partir de 1º de fevereiro de 2023, previsto no inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023;

9.3.3. absorva eventual resíduo da "parcela compensatória" por quaisquer reajustes futuros, exceto aqueles concedidos em 1º/2/2024 e 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023, em atenção à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006, em vigor a partir de 22/12/2023, nos termos do RE 638.115/CE, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

9.3.4. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, disponibilizando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, o comprovante de notificação do interessado, preferencialmente pelo mesmo meio em que se confirmou a ciência desta decisão; e

9.3.5. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, em favor do interessado, promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal e submeta-o à apreciação do Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata nº 33/2026 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 29/9/2026 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4913-33/26-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4914/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 5-8):

1. Processo TC-001.720/2026-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abimael de Sousa (071.862.648-67); Adair Rodrigues Ferreira (363.122.070-72); Adauto Bergamaschi (096.403.477-87); Ademar Pimenta de Souza (071.462.568-04); Ademildo Candido Marques (080.745.004-97); Ademir Gomes (221.268.999-34); Adenor Mariano Junior (079.758.805-15); Agnaldo Aparecido Domingues (921.559.019-68); Agnaldo Cerqueira Moreira Sampaio (003.279.995-00); Airilia de Oliveira Cavaleiro (298.628.099-49); Alaide Natividade (841.987.888-04); Alberto Leite de Almeida (060.364.731-68); Alcy Lessa dos Santos (082.838.855-53); Almir de Vasconcelos Lima

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(105.257.183-20); Almira da Silva Mendes (130.947.694-20); Alvino Leonardo Pinto (174.628.517-68); Ana Kelly Mileo Kravutschke (051.083.599-69); Ana Maria da Luz Barcellos (342.409.777-20); Ana da Silva Madureira de Souza (028.824.342-00); Andrea Ferreira Ramirez (075.959.327-26); Anivaldo Marques Galiao (080.346.210-72); Antonia Gomes da Silva (033.168.582-53); Antonio Andre Cunha Saunier (079.961.012-72); Antonio Batista da Silva (095.407.504-82); Antonio Benedito Ferreira (901.552.038-00); Antonio Bezerra da Costa (095.834.592-91); Antonio Carlos Fernandes Soares (007.567.687-72); Antonio Carlos Ferreira do Nascimento (338.103.117-15); Antonio Carlos Pereira de Araujo (148.788.284-04); Antonio Carlos Soares da Silva (084.467.092-87); Antonio Cicero Santana (161.730.902-87); Antonio Demontieu Aurelio Soares (116.228.653-91); Antonio Ferreira de Macedo (078.295.823-00); Antonio Marcos Nolasco de Souza (013.325.677-46); Antonio Neves Martins (124.279.002-06); Antonio Rubens Cordeiro (001.018.773-15); Antonio Santana Tavares (023.351.072-91); Antonio Silva Torres Neto (170.989.042-87); Antonio Vieira (181.533.997-72); Antonio Voznei Sobrinho (544.438.229-68); Apio Claudio Beltrao (000.203.620-72); Arahy Barcellos da Gama (596.113.677-91); Argentino Antonio Ferreira (117.413.096-20); Aristeu Souza Santos (099.685.045-72); Arthur Mendes de Araujo Netto (002.092.445-34); Arthur Octavio Monteiro (004.272.926-20); Aureliano Mochon Brunner (138.781.319-68); Benedita Maria de Almeida Franca (221.414.641-53); Benedito Pereira do Nascimento (068.784.311-15); Bruno Wilson da Cruz (164.052.182-87); Caril Ferreira da Silva (801.606.623-20); Carlos Alberto Simoes de Oliveira (025.178.685-49); Carlos Alberto de Oliveira Cetrangolo (669.167.557-68); Carlos Eduardo Cantanhede Silva (977.990.173-68); Carlos Falconiere de Araujo (001.981.293-00); Carlos Jose Gouvea do Nascimento (031.188.782-15); Carlos Matheus Mangelli (011.250.526-00); Carlos Roberto Borges de Araujo (097.735.172-68); Celeste Almeida da Silva (601.782.305-10); Celia Maria de Souza Thome (095.973.998-06); Celia Maria de Souza Thome (095.973.998-06); Celia Mendes da Cunha (048.259.857-34); Cesar Priester Rosa (203.555.217-68); Cicero Osvaldo Coati (072.308.269-34); Clarisse de Almeida Marques Pinto (209.640.566-15); Claudio Antonalia (332.405.158-49); Claudionor Brunetto (797.728.548-72); Cleide Ines Wittke (558.076.740-49); Cleonice Nobre Trigueiro (160.513.274-87); Daiana Ataide Miller (102.496.637-24); Dalton Coutinho de Queiroz (173.949.537-34); Damasiel Barbosa Macedo (091.415.455-91); Damiana Chagas Teixeira (347.020.597-34); Danillo Sampaio dos Santos (018.973.737-91); Danilo Azevedo da Silva (707.033.963-15); Danilo Sobreira (003.446.995-87); Danubio Lessa Lobo (005.855.994-91); David Barbosa de Souza (026.392.542-00); Deise da Costa Rosa Reis (044.611.447-20); Delano Jepheson de Holanda (132.257.154-68); Denise Maria Pompermayer Carosini (895.945.338-20); Deolinda de Almeida (590.539.177-72); Deolinda de Almeida (590.539.177-72); Dirce dos Santos (153.492.847-20); Domingos Savio Rodrigues do Nascimento (103.333.711-00); Dorival Sergio Visockas (814.021.208-34); Edir de Paiva (253.260.827-72); Edith Oliveira de Souza (097.414.455-04); Edson Marques da Silva (061.866.885-34); Edson Ruben Ivo de Santana (003.278.245-49); Edson Ruben Ivo de Santana (003.278.245-49); Edson Siqueira Gomes (792.736.107-49); Eduardo Carvalho de Barros (164.367.097-20); Elda Ruas Padron (417.054.598-20); Elenisio Sodre Coelho (071.751.675-04); Eleonora Diefenbach Muller (005.487.070-49); Eleonora Diefenbach Muller (005.487.070-49); Eliana Conceicao Di Girolamo Vita da Silva (093.977.605-72); Elio Joao Barichello (074.766.200-20); Eloisa Silva Matias (038.463.502-49); Elson Borges de Oliveira (133.412.602-00); Enoque Torres da Rocha Filho (024.073.537-49); Eulalia Fernandes dos Santos (597.160.967-04); Eulivaldo Santos de Jesus (080.182.945-34); Eunyce Machado Gama (604.038.967-20); Euridice da Conceicao Neto (092.163.326-20); Euripedes Elias Rodrigues Ferreira (159.745.961-53); Euzebio Menezes Nascimento Junior (007.100.405-04); Evaristo de Melo (026.430.812-34); Fatima da Conceicao Grave (384.921.057-04); Fernando Lopes de Souza Rodrigues (108.347.848-66); Flavio Claudio Silverio (298.264.469-04); Flor de Liz de Jesus Pereira Ribeiro (222.740.731-04); Francisca Batista da Silva (028.308.762-53); Francisca Pereira Marinho (025.564.302-06); Francisco Antonio Alves (095.113.185-00); Francisco Bertolino da Silva (275.499.257-04); Francisco Carlos Serafim do Nascimento (051.402.422-49); Francisco Cruz Rodrigues (554.880.217-87); Francisco Cruz dos Santos (079.784.212-87); Francisco Joaquim Farias Vale (245.568.403-25); Francisco Liberato de Lima (162.833.503-30); Francisco Zeferino de Andrade (114.062.164-53); Francisco de Assis dos Santos (308.159.834-68); Frederico Jose Urlass (002.170.341-87); Garcia Malaquias (078.223.759-20); Genilton

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Roberto Nunes de Faria (159.768.311-68); Geraldo Jose Soares Guimaraes (546.650.197-20); Getulio Pinheiro da Rocha (078.402.250-04); Goncalo Tadeu de Melo Lima (026.770.323-68); Guilherme Jose de Andrade (052.904.064-68); Hailton Oliveira Monteiro (055.436.902-82); Helena Marins (001.490.121-87); Helena Marins (001.490.121-87); Helio Jose do Nascimento (045.312.725-87); Helio Luiz Fernandes Galvao (021.237.384-68); Helio Nunes (076.751.277-49); Helton Botelho Diniz (319.156.636-87); Hildete Carneiro Gomes (074.790.342-53); Humberto Candido de Medeiros Neto (146.553.904-25); Inacia Lacerda de Souza Barros (182.976.091-20); Inaldo Felix do Nascimento (133.305.944-20); Ione de Oliveira Pilla (486.283.600-34); Iracema Barbosa Ferraz Jardim (457.990.914-34); Irenice Lina de Padua (296.664.901-10); Isacc Sprinz (001.603.500-34); Ismar Emanuel D Oliveira Bastos (330.061.217-91); Iva Claudia Craveiro de Souza Savergnini (384.629.407-10); Ivan Roberto Xavier Pinto (346.085.677-72); Ivone Klucinec da Silva (333.036.309-68); Jaime Ferreira Souza (006.846.005-87); James Pimentel Santos (021.616.994-15); Jayme Leao Guitmann (007.048.307-87); Jenz Prochnow (002.143.371-20); Joana Rodrigues (030.064.148-61); Joao Adriano de Barros (510.341.589-53); Joao Augusto Barbosa Monteiro (001.062.242-04); Joao Batista Ferreira (587.204.997-87); Joao Batista Ferreira (587.204.997-87); Joao Batista Reus Avila Duarte (464.089.249-72); Joao Bosco da Silva (209.911.936-87); Joao Eduardo de Oliveira Cruz (709.503.347-15); Joao Emidio dos Santos (126.437.004-06); Joao Evangelista Ferreira Negrao (508.894.432-20); Joao Ferreira de Medeiros (085.297.102-82); Joao Gomes Carneiro (162.676.483-20); Joao Humberto Santiago dos Santos (360.133.406-25); Joao Iris da Cruz (472.040.366-20); Joao Lira Peres (030.519.512-34); Joao Maria Costa Pinheiro (154.513.302-63); Joao Muniz da Silva Neto (040.386.652-91); Joao Pio Napoleao Parente e Silva (013.472.683-91); Joao Rodrigues Julio (047.324.563-91); Joaquim Goncalves Martins (104.257.643-20); Job da Mata Neto (074.626.386-49); Jorge Francisco da Cruz (164.347.904-06); Jorgenete de Souza Carvalho (511.894.537-20); Jose Barretto Coelho (000.655.525-04); Jose Barretto Coelho (000.655.525-04); Jose Carlos de Melo (125.772.784-20); Jose Carlos de Morais (032.686.837-20); Jose Christiano Zart (005.612.740-53); Jose Claudio Figueiredo Felix (053.144.048-69); Jose Cleiton Ferreira da Silva (234.687.423-04); Jose Everardo Silveira (001.437.233-91); Jose Ferreira de Oliveira (127.254.126-68); Jose Ferreira de Oliveira (127.254.126-68); Jose Francisco Filho (068.023.114-53); Jose Francisco Filho (068.023.114-53); Jose Freire de Faria (041.993.597-53); Jose Germano Pereira Pires (287.173.925-00); Jose Gilberto Dias Xavier (721.242.708-00); Jose Gonzaga dos Santos (095.373.685-72); Jose Gonzaga dos Santos (095.373.685-72); Jose Italvan Pinheiro Macedo (128.473.054-91); Jose Luismar de Campos Larcher (042.358.511-87); Jose Maria Rodrigues Santiago (090.353.973-04); Jose Orismar Albuquerque Ribeiro (147.977.804-44); Jose Pereira Lopes (312.449.044-49); Jose Pereira de Sousa (094.831.014-68); Jose Pereira de Sousa (094.831.014-68); Jose Ribeiro do Nascimento (053.237.542-49); Jose Ronaldo Bayma Craveiro (078.686.342-00); Jose Salustio dos Santos (012.146.084-34); Jose Salvador Bispo de Oliveira (020.842.101-78); Jose Victor da Silva Neto (236.580.374-15); Jose Vieira da Silva Neto (033.166.614-68); Jose de Assis Moreno (020.642.194-04); Jose de Oliveira (057.584.084-68); Jose de Oliveira Goncalves Neto (332.930.317-49); Josefina do Carmo Rocha (153.014.001-34); Josely Bandeira Braga (016.118.103-10); Josue Alves da Silva Filho (487.185.994-00); Judith da Fontoura Monteiro (350.462.790-53); Judithe Rocha de Assis (280.172.186-72); Jules Ghislain Slama (330.127.507-97); Julimar Guedes de Lima Martins (099.786.157-68); Katia Sampaio Rodrigues Lima (108.829.267-48); Laerson Duarte da Silva (132.013.284-72); Lauriza de Fatima Mont Alverne Juca de Andrade (024.407.502-63); Leda Maria Nogueira Martin (067.198.567-15); Leila Portela Camara de Souza Flor (547.709.044-87); Lena Lima Reis (330.106.096-04); Lenir Maria Possebon Bortoluzzi (196.812.400-49); Leonarda Oliveira Alcoforado (061.173.923-20); Leonardo Barbosa dos Santos (098.333.097-20); Lilia Maria Oliveira Carioni (289.486.109-53); Lucas Wellington Coelho (009.178.851-04); Lucia Helena Agostinho Pereira (124.192.904-10); Luciane Guimaraes Costa (496.195.009-20); Lucilia Peres Maier (321.678.491-68); Luis Fernando Marim Barreto (019.986.719-41); Luiz Augusto Barros de Matos (540.019.431-15); Luiz Carlos Cardoso de Melo Maciel (063.612.697-87); Luiz Carlos de Morais (022.044.367-04); Luiz Fernando Jacintho Maia (005.460.200-97); Luiz Ferreira da Cruz (038.387.655-91); Luiz Haruyuki Fukuda (053.396.148-32); Luiz Lotufo (001.908.021-20); Luiz Machado Brandao (039.923.734-87); Luiz Rodrigues Teixeira (146.474.606-06); Macedonio Maiawai Koni Tawanre (384.314.081-20); Manoel do Bonfim Bezerra Vilarins (059.080.351-49); Marcelo Magalhaes Pegado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(495.589.787-87); Marcia Alves Froede (218.852.906-59); Marcia Giorno Barbosa (468.591.877-00); Marcio Luiz de Souza (112.929.036-00); Marcos Venicius Soares de Medeiros (115.865.593-20); Margaret de Oliveira Tonelli Vianna (326.908.197-91); Margareth Lima Menicucci (244.328.301-15); Maria Alcielia Lisboa de Carvalho Leite (131.803.554-68); Maria Aneles de Morais (061.907.903-72); Maria Antonieta Siqueira Ferreira Braga (090.989.331-49); Maria Auxiliadora Marques de Carvalho Mitre (483.377.226-49); Maria Beniceas de Almeida Costa (046.846.563-49); Maria Conceicao da Mota Rodrigues (709.942.187-53); Maria Dilce Nascimento Alberto (113.150.672-34); Maria Enilde da Cruz (085.905.594-91); Maria Goretti Paradellas Von Dollinger (511.188.157-34); Maria Jesus Batista de Freitas Aguiar (071.605.933-91); Maria Jose Andrade de Souza (041.580.082-04); Maria Jose Matheus Lemes (011.885.066-09); Maria Jose Matheus Lemes (011.885.066-09); Maria Lizia da Silva (037.178.792-00); Maria Lucia Machado da Silva (037.030.372-53); Maria Lucia de Castro Lima (144.172.433-87); Maria Luzia Tenorio Garcia dos Santos (611.580.897-91); Maria Luzia Tenorio Garcia dos Santos (611.580.897-91); Maria Nazare da Silva Alexandre (252.140.714-34); Maria Pereira da Silva (041.740.972-91); Maria Thereza de Almeida Assad (512.030.817-15); Maria Zuleide da Silva Ribeiro (352.038.894-49); Maria da Penha Gomes de Sousa (742.497.547-15); Maria da Penha Gomes de Sousa (742.497.547-15); Maria das Dores Silvestre da Silva (625.852.827-91); Maria de Lourdes Bezerra (150.537.504-59); Maria de Lourdes Freitas da Silva (147.737.244-04); Maria de Lourdes Karitiana (203.655.862-34); Maria do Carmo Barros Macuxi (074.932.402-30); Maria do Carmo Maia Cunha (309.893.703-30); Maria do Socorro Ferreira da Costa (262.308.524-20); Marilene do Socorro Gomes Lisboa Quintas (169.577.332-20); Marilza Bezerra Martins (015.073.542-15); Marilza Bezerra Martins (015.073.542-15); Marinalvo Gomes de Araujo (001.417.041-87); Mario Fernando Castro de Araujo (371.045.787-49); Mario Tadeu Penedo Borges (364.490.247-04); Mariza Ribeiro Soares Gueiros (629.016.997-15); Marlene Baracuhy de Paiva Leite (141.951.274-91); Marlene Candida dos Santos (436.025.257-91); Marluce Loureiro Muniz (408.207.427-91); Martiany Reis Ferreira Coutinho (078.568.719-03); Marvio dos Santos Pinto (335.271.647-15); Mauricio Medeiros da Silva (188.952.554-53); Mauro Tendrich (018.226.087-91); Miguel Joaquim de Lima (077.361.504-00); Miguel Joaquim de Lima (077.361.504-00); Miguel da Rocha Novaes (002.300.905-59); Milena Moreira de Sousa (081.379.863-91); Milena Moreira de Sousa (081.379.863-91); Miriam Teresinha Alves (107.908.450-91); Moema Angelim Musy Martins (385.958.183-04); Monica Campos Acyoli (140.180.138-25); Nair Matos Pereira de Sena (065.717.605-25); Neila Marta de Sa (347.444.873-00); Nelson dos Santos (278.852.167-72); Neuza Maria Silva de Oliveira (085.527.204-00); Neuza dos Santos Teixeira (385.351.657-20); Nilson Martins Mercier (621.107.137-04); Nilza Maria Rocha de Oliveira (376.067.197-72); Nilza de Oliveira Almeida (051.977.167-20); Norberto Chella (016.132.359-68); Nouedi Liane Kappke (210.223.130-53); Nouedi Liane Kappke (210.223.130-53); Odair Santiago Pereira (024.690.225-68); Olga Oliveira dos Santos (077.889.888-12); Olga Oliveira dos Santos (077.889.888-12); Olympio Jose Trindade Serra (004.876.511-20); Ondina Capitulo Caminha (099.631.117-34); Orlandina de Carvalho Rocha (255.527.404-91); Ozias Lima de Moraes (014.001.932-49); Paulo Augusto Rodrigues Barbosa (017.903.467-70); Paulo Barreto Torres (000.198.105-63); Paulo Cezar da Silva Gomes (661.642.657-20); Paulo Edison de Carvalho Lendengue (072.937.393-20); Paulo Eduardo Lopes Souto (059.152.280-20); Paulo Guedes dos Santos (177.567.740-00); Paulo Leao Martins de Melo (153.990.956-53); Paulo Roberto Ferreira de Medeiros (024.772.117-49); Paulo Roberto Figueiredo Braccini (132.224.576-20); Pedro Batista de Almeida Santos (245.801.635-91); Pedro Jose do Nascimento (062.129.134-04); Pedro Paulo Ramos de Moura (200.839.717-34); Prospero Correia Lima (051.669.932-68); Raimundo Alexandre da Costa Filho (019.592.807-59); Raimundo Gomes da Silva (045.315.155-87); Ramilton Pereira da Silva (358.260.025-49); Ramona Maria Benevides (250.951.960-34); Regina Elizabeth Torres de Oliveira (202.886.544-04); Regina Maria Chiqueto (200.942.729-72); Reginaldo Fernandes da Silva (220.842.071-34); Reginaldo Nabuco Pereira (496.092.037-87); Reginaldo Pitanga (114.931.945-34); Renato Santos de Avellar (102.032.497-04); Renato Sari (299.919.781-00); Reni Alvarenga da Silva Queiroz (322.658.247-04); Reny Antonio da Silva (712.289.347-20); Ricardo Ferracini Correa (131.061.396-68); Richard Zoltan Seabra Reis (116.912.711-87); Rivadavio Fonseca (063.094.104-15); Roberto Eugenio dos Reis (669.242.358-91); Roberto Pedreira de Oliveira Souza (071.770.625-72); Roberto Ribeiro (029.952.471-04); Roberto Ricardo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Ribeiro Wendling (585.362.137-87); Robertson Barbosa da Silva (263.147.117-20); Rodolfo Correa da Costa (001.917.951-00); Rogerio Inagi Fonseca Ribeiro (296.135.406-44); Rosa Regina Machado Josetti (675.572.607-91); Rossevelt Sebastiao Pacheco (236.667.066-49); Ruberval Alves Leite (185.437.311-00); Salatiel da Silva (043.901.564-20); Samantha Oliveira Dourado (311.995.078-57); Samara Resende Rodriguez (264.231.558-44); Samuel Diniz (451.067.207-10); Sandoval Freire de Lima (030.835.193-20); Sebastiana Assuncao Almeida (074.657.262-04); Sebastiao Valadao Teixeira (083.895.867-20); Selma Rodrigues de Oliveira (043.289.494-20); Sergio Pereira de Carvalho Filho (509.711.747-68); Sergio Pereira de Carvalho Filho (509.711.747-68); Silvio Lopes (635.428.468-72); Suellen da Silva Chaves (016.499.055-05); Sylvio de Souza Ribeiro (102.756.067-91); Tancredo Lorens Cohim (260.908.217-72); Tania Maria Pereira Isolan (196.078.140-53); Tania Maria Pereira Isolan (196.078.140-53); Tereza Cristina de Pontes Jordao Maciel (153.338.334-00); Tito Nunes de Souza (274.648.222-34); Umberto Silva (083.887.925-04); Uriel Menezes (252.175.267-34); Uriel Menezes (252.175.267-34); Ursula Depeiza Maloney (006.363.392-20); Valdir Benicio de Sa (202.895.374-87); Valdir Benicio de Sa (202.895.374-87); Valdivo Lopes da Silva (138.775.184-00); Vania Maria Gomes de Carvalho (023.506.451-34); Vera dos Santos (218.914.517-15); Vera dos Santos (218.914.517-15); Veronica Maria Meneses Nunes (072.831.565-34); Vicente Freire Martins (035.101.742-91); Vitorino Tonetto (163.864.770-49); Viviane Costa Morais de Queiroz (080.445.297-05); Wagner de Oliveira Vital (047.504.167-46); Waldir Pinheiro Azevedo (094.717.235-15); Waldiro Quaresma do Rosario (004.806.815-20); Walter Machado Couto (014.203.306-59); Wania Manso de Almeida (104.413.527-15); Wellington Jim Boavista (011.767.903-82); Welliton Rogerio Barros Moraes (136.240.468-37); William Farnum Pereira (087.546.916-72); Williams Dantas Barbosa (407.336.377-87); Willian Teodoro da Silva Filho (664.023.602-87); Wilson Rosario do Nascimento (092.613.542-20); Yedda Maria Franco Peralta Lopes (067.942.838-08); Zilvan Lima Almendra (303.206.743-04); Zitomar Monteiro (451.058.127-00)

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Agência Nacional de Aviação Civil; Câmara dos Deputados; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Colégio Pedro Ii; Comando da Aeronáutica; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas; Departamento Nacional de Obras Contra As Secas; Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército; Diretoria do Pessoal Civil da Marinha; Fundação Escola Nacional de Administração Pública; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Nacional de Saúde; Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Fundação Universidade Federal de Viçosa; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Fundação Universidade Federal do Pampa; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Mcti; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto); Ministério da Economia (extinto); Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério da Saúde; Ministério Público Federal; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Senado Federal; Superintendência Regional do Dnit No Estado do Rio de Janeiro - Dnit/mt; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj; Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/pi; Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/ce; Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Tribunal Regional Federal

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

da 6ª Região; Tribunal Superior do Trabalho; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4915/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em registrar o ato de concessão de aposentadoria de José Luiz da Costa Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.581/2026-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Luiz da Costa Filho (004.049.678-33)

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4916/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.611/2026-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Flavia Goncalves Maia da Silva (466.268.595-87); Jonathas Otsuka Cortes (521.213.489-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4917/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em registrar o ato de concessão de aposentadoria de Carlos Eduardo Bauerle, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1. Processo TC-017.619/2026-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Eduardo Bauerle (054.699.328-18)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4918/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.669/2026-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Aureluce Saraiva Baeta (100.307.603-30); Marinalva Pinheiro dos Reis (106.680.633-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4919/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.806/2026-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anisio da Silva Martins (954.280.207-25); Ilza Lopes Ney (799.431.607-72); Josias Veltri Domingues (459.287.207-00); Sergio Monteiro Matassoli (781.312.787-00); Sueli Marinho Alvarenga (665.658.397-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4920/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.856/2026-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Herodoto Jean de Sales (240.993.842-68); Jose Ribamar de Moura Junior (290.014.121-49); Laureano Macario Benedito (274.776.812-00)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4921/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em registrar o ato de concessão de aposentadoria de Cristiane Nunes Breckenfeld, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.281/2026-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cristiane Nunes Breckenfeld (372.291.841-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4922/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 5-8).

1. Processo TC-001.609/2026-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abner Lucas Pereira Cardoso Vera (032.209.521-27); Adelson Lemes da Silva Junior (106.305.346-32); Ademir da Silva Costa (187.035.728-03); Adhonis Rodrigues Soares Viana (110.256.906-21); Adna Alves de Souza Silva (045.512.795-60); Adriana Alves Cruz (063.307.646-54); Adriana Viana Ohara (781.463.131-91); Adriano Dias de Oliveira (806.632.490-15); Adriano Jorge Ribeiro Garcia (044.210.103-16); Adriene Carvalho Cerbino (046.671.051-86); Aenne Zandonadi Rodrigues Santana (035.226.581-75); Agatha Regina Nascimento Sousa (127.801.867-04); Ailton Pereira de Menezes (006.397.391-05); Alan Carlos Baia dos Santos (942.080.002-44); Alan Stampini Benhame de Castro (116.017.866-62); Alan de Lima Nascimento (147.985.957-56); Alana Paula de Araujo Aires (013.323.242-58); Alberto Medeiros Filho (073.796.854-06); Aldimiro Vasconcelos da Silva Filho (682.210.962-53); Alessandra Angelo Francisco Ribeiro Ferreira (104.410.497-02); Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi (366.349.268-08); Alex Herivelton Silveira de Paula (140.272.456-01); Alexandre Faria de Oliveira Junior (063.770.801-66); Alexmar Gomes Lisboa dos Santos (857.695.835-09); Alexsander Peixoto Mattos Barreto da Motta (149.255.067-14); Alexsandro Dallegrave (802.634.450-20); Alice Freire Belem (047.566.172-98); Aline Calixto Eduardo (311.218.698-23); Aline Eloisa Goncalves (068.173.296-20); Aline Karolayne Ferreira Valim (043.760.102-19); Aline Souza Candido (065.977.409-71); Aline Thais Kafer (022.080.430-30); Aline da Silva Ribeiro Pereira (120.580.117-08); Alinson Sousa de Assuncao (007.985.543-12); Alisson Mendonca de Lima (014.345.282-78); Aliziane Cunegondes Fontes (952.122.052-04); Allan Glayson de Oliveira (340.184.448-26); Allan Rodrigo Santana (068.066.129-89); Allan Silveira Fockink (026.675.720-09); Allan Valcareggi Morcelli (018.435.780-26); Alluane Meira de Alcantara Benevides Farias (142.204.767-92); Alson David Rodrigues da Silva (046.560.974-03); Alvaro Antonio Bispo de Oliveira (021.616.987-96); Alysson Alexander Naves Silva (063.377.716-13); Amanda Araujo Campos (050.991.661-99); Amanda Basilio Barbosa (038.811.390-10); Amanda Cristina de Aquino Costa (008.512.873-28); Amanda Koch Andrade Farina (099.107.746-66);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Amanda Leite de Freitas (015.873.712-19); Amanda Maria Lopes Moura (063.954.613-70); Amanda Maria de Oliveira (085.497.584-50); Amanda Mazzoni Marcato Zago (101.707.086-59); Amanda Pereira de Oliveira (149.510.487-79); Amanda Pereira dos Santos (099.984.066-50); Amanda de Castro Teixeira dos Santos (178.350.997-05); Amanda de Melo Rabelo (013.743.365-48); Amaury Jose Santos Santana (995.118.354-91); Amyr Crissaff Silva (132.382.637-81); Ana Beatriz Diniz Magalhaes (034.016.802-18); Ana Camila Carneiro de Oliveira (635.954.433-49); Ana Carolina Sampaio Paiva (157.303.167-47); Ana Christina Verissimo Oliveira (029.198.563-75); Ana Clara Pereira da Conceicao Matos (064.877.955-69); Ana Kareen Menezes Nogueira (017.937.344-70); Ana Karina Farias Ribeiro (892.669.432-15); Ana Karine Mariano Pereira (065.337.323-66); Ana Lucia Nobre de Lucena (000.776.932-64); Ana Luisa Borges Carneiro (100.447.404-09); Ana Luisa Sant Anna Alves (983.767.720-15); Ana Luiza Aureliano Silva (105.229.506-12); Ana Luiza de Souza Alexandre Mesquita (098.987.066-94); Ana Maria Jeronimo Soares (093.590.734-31); Anandda Huang Albacete (142.690.137-29); Anderson Alves Gurgel (017.962.264-16); Anderson Elias da Silva (076.886.866-10); Anderson Jose Rocha da Silva (791.215.515-53); Anderson Meneses de Oliveira (120.835.574-09); Anderson Santos Silva (838.762.275-34); Andre Delfino Rodrigues (875.777.200-20); Andre Filipe Silva Meneses (033.378.585-11); Andre Luis Freire Nunes (992.729.541-34); Andre Luiz Eugenio de Andrade Junior (091.908.106-19); Andre Luiz Ignacio de Almeida Filho (014.187.753-71); Andre Mellini (394.452.398-90); Andre Pereira do Valle (004.306.642-90); Andre Rodrigues Padua (094.514.926-31); Andre Soares Oliveira (009.615.513-21); Andre de Souza Damiani (081.168.166-16); Andreia Hilleshein Dal Castel (054.096.689-44); Andreia de Andrade Mancio da Mota (891.093.762-91); Andressa Dayenne de Lima Lisboa (948.643.812-91); Angela Salete de Freitas Goncalves (002.305.030-63); Angelo Scharf da Costa (824.246.677-72); Anielle Severo Lisboa de Andrade (027.470.070-06); Anna Cristina Pinheiro de Lima (919.961.042-68); Antonio Ferreira Lima Junior (056.657.563-93); Antonio Leonardo Amorim (041.010.851-02); Antonio Oliveira Dju (852.089.145-49); Antonio Reynaldo Meneses Moura (054.743.393-05); Antonio Romao dos Anjos Neto (607.672.073-51); Antonio Valter dos Santos (919.623.404-06); Aquiles Saccol Borin (031.107.900-84); Armando Nogueira da Gama Lamela Martins (128.464.807-96); Arthur Goncalves de Paulo (099.364.426-01); Arthur Oliveira Souza Junior (042.125.691-59); Arthur Sodre de Oliveira Alves (862.771.395-25); Atila Batista Chaves (971.326.912-87); Atila Carvalho Junior (149.503.107-12); Atinelle Teles Novais Lemos (882.882.772-68); Augusto Cesar Cardoso de Melo (072.709.734-23); Augusto Jose Posser (026.007.360-18); Barbara Cristina Tavares dos Santos Chagas (122.940.797-95); Barbara Gomes Flaire Jordao (351.047.818-52); Barbara Karolline de Lima Pereira (111.873.976-01); Barbara Maria Fonseca Tocci de Farias (043.222.801-29); Barbara Ribeiro de Sousa (046.367.383-22); Beatriz Andrade de Souza Dantas Magalhaes (015.268.075-64); Beatriz Correa Martins (445.009.798-08); Beatriz Luande de Oliveira Araujo (079.257.814-75); Beatriz Mendes dos Santos (027.585.641-06); Beatriz Patricia de Lima Level (006.472.232-52); Benjamin Rodrigues Lima Neto (014.223.792-21); Berenaldo Messias da Silva (777.509.504-00); Bernardo Picanco Bensi Campinho (161.117.727-83); Brayan Alves dos Santos Gasparoni (087.805.316-60); Brena de Oliveira Vieira (121.824.906-47); Brenda da Costa Silva (032.035.073-82); Breno Lucas de Carvalho Ribeiro (114.636.966-20); Bruna Barbosa de Oliveira Macedo (987.880.512-34); Bruna Carvalho das Neves (023.431.410-96); Bruno Aleson Bezerra Santos (099.913.464-73); Bruno Alphonsus de Oliveira Nascimento (688.154.841-91); Bruno Aparecido Sousa Figueiredo Sena (378.047.918-44); Bruno Felipe Neves (085.215.866-12); Bruno Guilherme Aguiar Freitas (030.105.831-84); Bruno Noschang Cabral (016.670.770-82); Bruno Nunes da Rocha (081.882.274-04); Bruno Ottoni Eloy Vaz (088.767.577-83); Bruno Victor Floriano (415.983.328-48); Caio Alisson Diniz da Silva (106.001.974-41); Caio Mario Henriques Silva da Rocha Mesquita (077.609.376-28); Caio Matheus de Sa Telles Martins (033.998.605-01); Caique Lima Cabral (143.414.357-01); Camila Duarte de Paiva Camelo (075.470.906-05); Camila Fabbri (888.182.762-04); Camila Pilotto Figueiredo (028.810.020-48); Camile Pegoraro (001.222.310-74); Camilla Mariane Menezes Souza (098.962.616-44); Carla Fernanda Perius (026.245.120-47); Carlos Alberto Elias da Silva Junior (014.444.592-10); Carlos Eduardo Hirth Pimentel (765.805.715-00); Carlos Eduardo Maduro de Sousa (043.619.492-98); Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho Renha (085.191.697-08); Carlos Henrique Ataide Borges (056.866.561-93); Carlos Henrique Pereira da Silva (116.646.996-43); Carlos Henrique de Almeida Bandeira (006.673.777-00);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Carlos Mikael Alves (087.387.764-05); Carolina Abrahao Elias Terceiro (011.948.001-81); Carolina Dias Machado (044.122.699-06); Carolina Lopes Franca (021.821.080-92); Carolina Santos Souza Tavares (025.942.945-78); Carolina Trindade Perry (956.287.890-20); Caroline Alencar Barcelos (024.317.741-04); Caroline Carvalho de Oliveira (076.774.856-50); Caroline Elisa Murr (028.104.009-54); Caroline dos Santos Setubal (969.385.872-72); Cassio Rocha de Oliveira (087.291.176-40); Catarina Agudo Menezes (057.372.394-03); Celio Roberto de Oliveira Filho (014.607.345-21); Cezar Augusto Silvino Figueredo (089.793.806-23); Charles Bronne da Silva de Araujo e Souza (053.240.199-92); Chrishina Profeta Alves Tolentino Caldeira (010.899.991-27); Cibele Mensch Canabarro (018.432.320-73); Cibelle Machado Carvalho Duarte (017.143.260-63); Cintia Mara Miranda Dias (051.547.777-00); Cintia Stsuko Ogatha (698.768.861-34); Claudinete de Fatima Silva Oliveira Santos (027.966.594-61); Claudio Angelo da Silva Neto (021.797.493-76); Claudio Vitor da Silva (067.451.381-90); Clean de Souza Nunes (003.602.822-37); Cleber de Mattos Casali (039.324.476-89); Cleia Oliveira Brandao (016.022.075-00); Cleide Maria Domingos de Jesus (698.018.601-97); Cleonidas Tavares de Souza Junior (269.793.938-55); Clovis Domingos dos Santos (946.881.926-49); Clovis de Albuquerque Ramos Pedro (990.281.827-72); Cristiana Inacio da Silva (057.835.401-29); Cristiane Pereira da Silva (381.286.488-61); Cristiane Predebon (011.359.801-79); Cristiane Silva Barbosa (103.727.076-29); Daiane da Silva Dias Bina (045.524.375-18); Dalila Prazeres dos Santos (028.740.725-08); Damiana Lima Maciel (003.836.832-38); Daniel Goncalves da Silva (128.444.597-65); Daniel Josue da Silva Sabino (100.298.167-00); Daniel Lima de Sousa (043.025.483-04); Daniel Pezza Tchernov (334.872.798-78); Daniel Rios Couto (014.648.235-29); Daniel Sampaio Conceicao dos Santos (102.562.757-18); Daniel de Figueiredo Ramalho (077.902.414-19); Daniela Botero Marulanda (704.149.781-02); Daniela Pederiva (726.127.979-04); Daniele Cristina da Silva Souza (037.255.185-80); Danielle Machado Pereira Loss (111.062.377-14); Danillo Fernandes do Nascimento (606.183.933-23); Danillo Marte Pereira (105.552.124-08); Dany Lee Fernandes da Veiga Machado (071.304.436-50); Danyele do Amaral Evangelista (729.387.221-68); Davi Laureano Martins (075.423.534-38); Davi Menezes Barbosa (883.079.482-15); David de Sousa Oliveira (048.663.851-03); Dayara Virginia Lino Avila (038.160.115-35); Debora Moura Passos (029.680.125-92); Debora Silva Souza (137.983.926-25); Deborah de Oliveira Ferreira (076.470.395-12); Denilson Jose Nogueira Correia Filho (708.405.464-24); Denilson da Silva Almeida (123.455.707-09); Denise Pereira Soares de Araujo (049.188.934-81); Desiree Cardoso (018.922.921-73); Dheyvid Hendrew Encarnacao da Costa (010.332.442-95); Diego Mamprim Borges (150.191.567-36); Diego Silva Moreira dos Anjos (057.203.195-57); Diego Silveira Pacheco de Oliveira (126.067.437-17); Diego Suarez Peixoto Correa (092.992.927-60); Diego do Nascimento Silva (103.010.317-89); Dihego Moreno de Figueiredo (093.839.494-06); Diogenes Gewehr (006.098.920-37); Diogo Cardoso de Almeida Casaco (119.275.587-19); Diogo Moreira Chaves Cavalcante (053.457.041-04); Diogo Pessanha Faria (106.064.497-52); Domingos Alves de Almeida (051.235.793-54); Douglas Marques da Silva (844.023.002-82); Douglas Santos Ribeiro (036.163.653-92); Dougllas da Silva Cruz Rezende (018.274.191-56); Duilio Rodrigo Torres Filho (418.024.541-87); Dulcilene Santos Azevedo (033.254.965-80); Eden Correia Carli (221.694.638-95); Eder Almeida Batista de Oliveira (385.894.808-01); Edneia Tavares da Fonseca e Silva (615.533.011-53); Edson Igreja Bentes (885.835.382-04); Eduarda Azevedo de Oliveira (043.372.241-06); Eduardo Camargo dos Santos (029.205.831-40); Eduardo Cesar Silva Petravicius (416.845.498-33); Eduardo Eugenio da Luz (990.207.184-87); Eduardo Pedrini Cruz (001.112.550-07); Edvan Carneiro Almeida (462.040.163-34); Edvania Aparecida Correa Alves (334.992.458-17); Edviges de Fatima Chaves de Lima (081.955.684-08); Efineias Stroppa dos Santos (016.668.411-29); Elaine Freire Lessa (003.200.201-77); Elaine Martins Ruas Pacheco (132.628.537-80); Eldys Myler Santos Marinho (025.806.035-22); Elen Bethleen de Souza Carvalho (317.452.702-30); Eliane Caetano dos Santos (133.957.917-00); Elias Rocha Goncalves Junior (132.319.327-85); Eliraldrin Amorin de Sousa (032.338.901-50); Elissa Emily Andrada Marques (076.143.966-85); Elito da Silva Marques (016.962.841-80); Elnatan Lins da Costa (095.624.094-14); Elton Rafael Castro Silva Matos (059.031.634-67); Elvis Ferreira Pacheco Barreto (100.272.786-38); Emerson Moreira Rocha (280.911.668-77); Emilia Dantas Maia (098.357.584-33); Emilin Corte Pimentel (934.759.182-34); Enzo Fernandes Braga (866.106.942-49); Erica Teixeira Isidoro Pereira (149.082.137-63); Erick Mateus Silva de Oliveira (177.785.947-65); Erick de Oliveira Lopes

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(607.795.873-59); Estefano Crivelatti Grontoski (024.710.611-92); Etienne de Morais Teixeira (084.688.919-67); Evandro Bolzan (358.959.458-64); Evandro dos Santos (085.060.737-07); Eveline Maria de Azevedo Silveira (992.368.773-20); Everson Umada Monteiro (012.311.771-28); Everton Alves dos Santos (053.373.041-43); Everton Paulo Dal Ponte (730.993.250-15); Everton Simoes Barretto (044.192.015-25); Fabiana Maria Marques da Conceicao Borba Carreira (164.991.847-05); Fabiana Rios Melo (804.388.654-72); Fabio Ferreira Nunes (006.722.827-55); Fabio Goncalves Fernandes (054.402.499-07); Fabio Shin Iti Nakazato (043.230.791-50); Fabio Wosniak (909.484.599-72); Fabricia Amaral Rocha (031.152.272-64); Fabricio Campos Neves de Oliveira (176.166.217-16); Fabricio Dill da Silva (923.820.709-78); Fabricio Monte Freitas (008.742.160-79); Felipe Andrade Caetano (089.393.076-82); Felipe Augusto Fernandes (094.976.606-26); Felipe Goncalves da Fonseca (064.356.421-76); Felipe Henrique da Silva Santos (029.126.892-79); Felipe Marcante Arruda dos Santos (055.874.345-59); Felipe Moya Scarsi (040.864.131-24); Felipe Nunes Sudario (023.928.213-21); Felipe Pereira Pinto (148.827.327-85); Felipe Saul da Costa Wanzeler (946.792.152-91); Felipe da Silva Duarte Lopes (672.230.283-00); Felipe de Oliveira Batista (015.701.342-19); Felipe de Souza Dantas (021.836.022-36); Fellipe Danezi Felin (026.130.750-90); Fernanda Arruda Leda Leite (018.722.093-00); Fernanda Bernadelli de Vito (058.931.646-01); Fernanda Mitie Iwamoto (087.087.269-90); Fernanda Pinheiro Neves Borges (103.111.336-30); Fernanda Soares Sales (119.433.576-41); Fernanda Trindade Barbosa Reis (013.895.931-50); Fernanda Welter Adams (083.102.749-55); Fernanda dos Santos Trindade (030.508.760-69); Fernando Aranha Saraiva Barbosa Neto (091.137.344-66); Fernando Henrique CE Luft (013.943.860-28); Fernando Henrique Silva Garcia (080.979.576-04); Filipe Rodrigues de Oliveira (730.596.171-04); Filipe de Freitas Goncalves (102.603.836-78); Flavia Adriane de Sales Silva (099.411.976-36); Flavia Cristina Bassan Saldanha (005.627.635-46); Flavia Martinelli Ferreira (369.215.818-10); Flavia Soares Vieira (035.177.881-04); Francielli Perrinchelli Garcia Carneiro (075.659.629-70); Francielly Lima do Carmo (034.595.241-38); Franciely da Conceicao Correia (124.247.604-03); Francilene Ramos Lourenco Soares (013.607.726-93); Francisco Aglayrton de Araujo Juliao (047.886.833-26); Francisco Airton Rangel Filho (485.903.633-68); Francisco Luis dos Santos (215.191.918-80); Francisco Wiltemberg Forte Alves Filho (655.210.563-00); Franklin Borges Freitas (086.569.067-71); Gabriel Bezerra Martins (033.724.341-70); Gabriel Delgado Schutz dos Santos (074.775.239-74); Gabriel Fernandes Correa de Aguiar (110.237.827-58); Gabriel Ferreira Lima (609.625.353-97); Gabriel Galdino Brito (053.731.241-25); Gabriel Gomes de Lima Costa (074.927.384-47); Gabriel Henrique da Silva Lopes (132.679.726-39); Gabriel Lameira de Oliveira (036.482.212-05); Gabriel Marquetto Queiroz Freitas (704.461.756-50); Gabriel Moneze (095.323.029-56); Gabriel Nicote de Souza Bellinassi Correa (157.547.637-19); Gabriel Silva da Costa (026.308.962-26); Gabriel Souza Farias (094.345.287-20); Gabriela Bianca Albuquerque de Souza (111.860.454-77); Gabriela Carvalho do Rego Amanajas (941.842.162-34); Gabriela Cristina Daniel (121.797.856-90); Gabriela Gomes Manica (003.384.360-06); Gabriela Hikiji Morales (106.268.699-35); Gabriela Regina Faria Rezende (063.924.671-06); Gabriela Rodrigues Santana dos Santos (061.024.391-80); Gabriele de Jesus Grosso Chagas (087.864.057-64); Gabrielle Borges Roquete de Melo (032.064.251-82); Ganesh Ragbeer Junior (005.857.112-40); Geise dos Santos Rocha (019.283.871-79); Gemma Juliana Reis Darros Ribeiro (086.382.449-83); Geraldo Almeida Goes (417.442.925-15); Germano Possani (014.038.840-05); Gerson Jose Cerqueira Limoeiro (060.180.295-02); Gerusa Dayanne de Oliveira Medeiros (665.761.132-34); Gilania Karine de Sousa Silva (026.643.533-57); Gilberto Junio Mendes e Moraes (701.904.031-44); Gilberto de Oliveira Costa (888.523.771-15); Gilvan de Oliveira Barbosa (632.188.872-91); Gisele Goncalves (066.683.319-20); Glaucia da Silva Mendes Moraes (060.943.116-12); Glauco Jose Costa Souza (059.323.217-84); Gleibson Jose da Silva (073.919.914-57); Gleice de Souza Santos (074.395.244-89); Grassyara Pinho Tolentino (011.973.076-64); Graziela Gomes Bezerra (036.213.732-33); Guilherme Almeida Alves (102.998.886-22); Guilherme Lorencini Schuina (102.199.377-88); Guilherme Mautone Gomes (017.338.780-25); Guilherme Mendonca da Silva (466.518.848-32); Guilherme Oliveira Pereira (055.031.600-02); Guilherme Reis dos Santos (063.328.416-56); Guilherme Vieira de Abreu e Silva (146.778.437-08); Guilherme de Queiroz Stein (022.329.430-62); Gustavo Calcavara (392.204.328-38); Gustavo Dirschnabel (064.974.889-10); Gustavo Feitosa de Matos (602.783.683-01); Gustavo Henrique da Silva Silveira (071.850.039-38); Gustavo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Henrique de Oliveira Barbosa (095.147.436-79); Gustavo Ognibeni Troiano (097.002.957-88); Gustavo Pessoa Nunes Vieira (022.041.705-93); Gustavo Teixeira de Faria Pereira (125.746.816-22); Haidar Tafner Curi (234.002.908-23); Hayla Nunes da Conceicao (033.457.243-67); Heber Fernandes Amaral (049.477.106-24); Helder Andrade de Andrade (061.673.103-51); Helena Marroig Barreto (131.301.387-06); Henrique Eguilhor Rodrigues (836.234.260-91); Henrique Goncalves Reolon (034.579.042-19); Henrique Lana Viveiros (111.974.106-86); Herick Lima Araujo (013.801.940-16); Humberto Katsutoshi Fujitani (214.938.928-27); Iago Alves de Oliveira (110.144.916-06); Ian Felipe Mendonca Coelho (619.069.323-79); Ian Ward Abdalla Maia (151.913.997-73); Iara Oliveira Fernandes (050.360.475-59); Icaro Alex Feitosa de Oliveira (052.278.755-02); Icaro Marques Estevam (086.021.716-76); Idalmo Cardoso da Costa Filho (003.070.801-02); Idovel Danielle Ribeiro Guides (056.632.799-62); Ingrid de Matos Martins (022.771.325-78); Isabel Braga Torquato (160.205.497-55); Isabela Azevedo de Oliveira Viñas (069.469.655-23); Isabela de Adonay Castro Rios Fonteles (060.771.933-80); Isabella Folly Ladeira Marins (134.967.557-17); Isac Alves Correia (031.993.663-50); Isadora Bride Bissoli (145.656.057-32); Isadora Fernanda de Freitas Cunha (056.381.965-01); Isaias Goncalves da Silva (019.246.257-17); Isaias Martins da Silva (011.214.384-90); Isaias Monteiro dos Santos (024.678.421-00); Isis Assis Braga (738.524.901-97); Islan Gomes Silva (091.069.554-79); Ismael Magalhaes Braga (008.170.102-03); Israel Bruno dos Santos Duarte (064.231.014-93); Ithamar Seixas de Barros Oliveira (679.750.384-15); Iuri Castro Figueiro (016.264.160-52); Ivana Delfino Motta (284.155.188-11); Ivens Matozo Silva (017.350.810-35); Iverton Jose Fernandes (043.779.186-64); Jackson Amaral da Silva (018.501.793-28); Jackson da Silva Bezerra (052.159.653-07); Jailson Ferreira Belino (047.000.619-60); James Henrique Silva Oliveira (607.211.633-78); Janara Holanda Silva (017.393.773-03); Jaqueline Dantas Sabino de Lima (016.449.545-24); Jaqueline de Vasconcellos (055.278.369-28); Jared Vinicius Lins Ribeiro (113.863.894-39); Jaysa Eliude Aguiar dos Santos (090.208.004-00); Jean Carlo Wai Keung MA (040.659.851-70); Jeferson da Silva Santos (056.186.485-39); Jefferson Goncalves da Silva (018.109.861-09); Jefferson Silveira Teodoro (047.938.176-37); Jeremias Braga Pimentel (943.315.372-34); Jessica Herzog Viana (106.286.567-77); Jessica Karolina Aires da Rocha (037.054.831-02); Jessica Ramos Abs (088.298.864-67); Jessyca Alice Rodrigues Pierote (033.329.841-10); Jessyca Rodrigues Marques (014.485.850-90); Jhonatas Santos Moreira (153.503.667-26); Joao Batista dos Reis Viana (271.845.362-15); Joao Bruno Rodrigues de Sousa (605.224.793-24); Joao Carlos de Mattos Dutra (960.650.100-06); Joao Gabriel Magalhaes Barbosa (939.756.861-20); Joao Gama de Araujo Velez (122.545.987-75); Joao Leonardo Neves Valdez (026.406.051-27); Joao Marcelo Albuquerque Gomes (069.085.984-89); Joao Mauricio Homsi Goulart (383.980.718-26); Joao Paulo da Silva de Souza Pereira (169.098.477-50); Joao Pedro Cardoso da Silva (071.725.121-70); Joao Pedro Nogueira da Gama Oliveira (161.156.707-64); Joao Pedro Ribeiro Batista (081.762.374-42); Joao Victor Aguiar de Oliveira Messa (144.321.187-76); Joao Victor Freitas Barros Correia (063.647.265-50); Joao Victor Lavorato Zago (142.767.276-85); Joao Vitor da Silva Oliveira (084.370.245-10); Joao de Souza Fernandes Vieira (083.681.469-09); Joelma Maia dos Santos (031.972.485-97); John Jackson Fernandes de Souza (039.672.451-52); Johnatan Moreira de Farias (039.275.944-66); Jonas Eloi de Vasconcelos Filho (014.115.834-42); Jonas Muriel Backendorf (019.673.930-60); Jonatas Nascimento de Oliveira (007.790.011-17); Jonatas Roque Ribeiro (111.683.066-39); Jonathan Negreiros de Freitas (618.575.133-04); Jordan Rodrigues de Queiroz (150.260.127-36); Jordana Falcao Tavares (654.004.453-49); Jordana Rodrigues de Santana (054.904.354-37); Jordy Luiz Cerminaro Spacca (428.322.188-06); Jorge Luciano dos Santos (326.043.308-22); Jose Carlos dos Santos Gomes (006.227.011-77); Jose Eduardo Freitas Porcher (010.727.000-50); Jose Elias de Oliveira da Costa (700.439.864-12); Jose Gilmar Cavalcante de Oliveira Junior (085.089.364-00); Jose Jair Cavalcante de Figueiredo (771.114.352-49); Jose Mailson Silva do Nascimento (048.648.773-35); Jose Marcos de Jesus Santos (054.437.965-93); Jose Raulino Chaves Pessoa Junior (927.842.753-53); Jose Rodrigo Brioli Polonini (106.682.137-28); Jose Romao Franca (135.453.546-44); Jossiara Abrante Rodrigues (083.506.894-39); Juan Pablo Isoton de Santana (054.237.611-31); Julia Guimaraes Stoimenoff Brito (724.593.361-87); Julia Henning Willemann (075.029.659-39); Julia Mendes de Paiva (018.098.622-80); Julia de Noronha (048.178.669-42); Juliana Cordeiro Schneider (106.475.017-67); Juliana Leal Ayres (985.511.913-49); Juliana Quintela Miranda

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(129.459.387-07); Juliana Valeria Del Nero Poletti (013.308.061-74); Julio Cesar Eduardo de Souza (394.351.048-43); Julio Guimaraes Andrade (080.445.374-81); Julio Raphael Pio dos Santos (003.587.562-35); Julliana Silva Santos (079.209.926-56); Juner Menezes Vieira (003.190.160-30); Jurandir Pereira Lima Junior (074.627.723-70); Kainan Paiva da Silva (075.843.843-58); Kamila Pereira Tavares (946.478.872-00); Karin Berria Tomazelli (062.792.069-12); Karina Cardoso Valverde (024.137.619-00); Karina Goncalves Campista (005.693.742-35); Karine Aragao dos Santos Freitas (115.970.947-57); Karine de Arimateia (910.505.106-15); Karita Roberta da Silva Melo (883.572.102-44); Karla Beatriz Cezar de Paulo Rezende (146.072.136-59); Karolaine Moura da Silva (112.062.204-22); Karolina Borges Aragao Pessoa (700.146.584-45); Katharine Lorranne Mina da Silva (700.172.452-14); Keite Crisostomo Bezerra (993.885.102-91); Keitty Regina Cordeiro de Andrade (785.754.602-00); Keli Cristina Ferreira de Oliveira (012.771.221-64); Kelly Cristina de Souza Oliveira (721.512.341-34); Kelve Almeida Rios Alves (865.897.545-27); Kelvin de Paula Sobrinho (140.886.517-31); Kiseane Silva Machado (642.256.662-04); Laecio da Silva Chalco (660.908.302-91); Laercio Carlos Ribeiro dos Santos (925.839.381-34); Lagila Cristina Nogueira Martins (411.742.668-05); Lais Lima de Souza (135.920.617-55); Laiz Rodrigues Ventura (151.313.127-36); Lamartine Cezar Monteiro Gomes (065.082.184-09); Lara Ferreira Freire (018.044.783-18); Larissa Carlota Gomes (020.986.922-42); Larissa Rodrigues Espindola (178.793.417-90); Larissa Viana Santos (059.028.181-09); Larissa de Castela Pinheiro Mourao (052.643.072-96); Laura Costa Alves de Araujo (329.898.628-38); Laura Machado do Nascimento (014.058.690-38); Layla Wanderley Cordeiro (004.060.435-74); Laylson Luiz Cruz da Costa (017.007.961-94); Layze Braz de Oliveira (026.164.863-26); Leanderson Alves Pereira (011.712.651-90); Leandro Almeida Streher (560.684.250-53); Leandro do Vale da Silva (935.578.252-72); Leila Souza Dantas (556.131.870-53); Leonardo Augusto Barreiro Lemos Barbosa (017.502.741-24); Leonardo Casal Carvalho (067.285.445-77); Leonardo Dias Avanco (363.470.378-40); Leonardo Fonseca Oliveira (029.136.260-50); Leonardo Goncalves Ferreira (131.754.987-28); Leonardo Jorge Souza da Cunha (049.002.282-06); Leonardo Lopes Leite (108.048.077-36); Leonardo Moreno Domingues (381.343.588-10); Leonardo Pedro de Oliveira de Andrade (110.537.189-18); Leonardo Santos de Barros (097.220.617-55); Leoncio Soares Galvao Neto (984.929.692-53); Leticia Coelho Castro Troquez (051.656.121-98); Leticia Motta Soares (019.852.450-19); Leticia Pletsch (075.377.889-01); Leticia Sartorato Zanchetta (122.138.137-79); Levi Ferreira Calaca Junior (935.227.201-30); Liana Machado (026.067.697-75); Licia Camargo Orlandin (229.473.938-80); Liduina Maria Moreira dos Santos (613.923.832-34); Ligia Amaral Latorre (030.964.780-07); Lihla Zaslavsky Gomes (124.874.849-26); Lilia Araujo Moura Lima de Oliveira (432.453.313-04); Linda Marcia Mendes Delazeri (084.365.056-70); Livia Pereira de Alencar (059.754.711-41); Lorenna Julia Gatto Braganca (022.564.345-67); Lorenzo Belusso Piola (011.344.709-40); Luana Gama Mota (805.183.545-04); Luana Lucia Couto Neves (851.728.552-20); Luara Ester de Barros Jatoba (084.605.854-50); Lucas Augusto Penha de Souza (039.131.072-07); Lucas Benedet (066.766.149-28); Lucas Broggio (440.464.938-01); Lucas Camparoto de Souza (094.064.389-84); Lucas Cunha Ximenes (009.249.292-43); Lucas Eiras Durigan (408.360.408-56); Lucas Eishi Pimentel Mizusaki (014.269.960-80); Lucas Inacio de Souza (365.579.048-17); Lucas Januario da Silva (895.934.302-10); Lucas Lucena de Morais (127.333.034-06); Lucas Miguel Hallmann (010.507.330-02); Lucas Moschetti Silva (355.492.488-16); Lucas Oliveira Negreiros (031.596.252-65); Lucas Rafael Costella Pessutto (015.358.020-81); Lucas Raposo Carvalho (441.760.598-00); Lucas Rosa Oliveira (040.744.780-64); Lucas Santos Souza (055.013.565-03); Lucas Silva Carvalho (143.303.147-70); Lucas Tadeu Trindade Proenca (069.322.816-43); Lucas Valviesse Gomes (150.662.367-08); Lucas Vinicius de Araujo Santos (066.365.956-63); Lucas da Costa Ferreira (020.472.462-70); Lucas de Carvalho Larcher Pinto (128.410.837-64); Luciana Sonia da Silva (001.066.952-31); Luciane da Silva e Silva (868.631.852-53); Luciano Ferreira Goncalez (130.276.528-00); Luciano Leal Almeida (788.576.432-04); Luciano Santos Magalhaes (003.709.132-80); Luciano de Matos Neto (038.415.169-80); Ludmilla de Souza e Pinto (061.859.506-69); Luis Bruno de Godoy (373.072.148-81); Luis Claudio Ramos Araujo (068.524.365-60); Luis Eurico Kerber (706.719.740-68); Luis Felipe Silio (405.309.568-96); Luis Gustavo Borges Nunes (063.967.414-31); Luis Henrique Sousa Rodrigues (618.100.993-07); Luis Octavio de Araujo (098.819.149-06); Luis Paulo Posanski (054.696.599-76); Luis Rafael Bonetto (808.215.700-30); Luis Ricardo Freitas de Sousa (091.416.986-65); Luiz Carlos Pereira Rocha de Oliveira (001.561.431-00);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Luiz Eduardo Passos Freitas (950.856.882-87); Luiz Felipe da Silva Sousa (051.407.601-18); Luiz Fernando Silva da Silva (805.577.590-72); Luiz Guilherme Rodrigues Antunes (093.637.066-13); Luiz Gustavo de Jesus Carneiro (072.702.805-76); Luiz Henrique Pereira (070.577.266-78); Luiza Arcoverde Pinto (089.487.574-40); Maicon Douglas Castro Bezerra (053.817.253-37); Maicon Rodrigues Zurschimiten (003.968.630-27); Maiko Ander Bioche de Almeida (808.584.812-00); Makchwell Coimbra Narcizo (977.448.911-04); Manoel Gomes do Nascimento (051.577.937-74); Manoela Bernardes Terrazas (072.651.869-74); Marcela Vieira Placido (006.301.023-25); Marcella Oliveira Araujo (012.160.886-75); Marcella de Araujo Aires (084.084.824-24); Marcelo Arriaga da Cruz (010.734.830-61); Marcelo Giovanni Cardoso (440.510.928-10); Marcelo Igor Barbosa da Paixao (608.719.133-05); Marcelo Ventura de Oliveira (131.653.527-47); Marcelo da Silva dos Santos (966.400.900-82); Marco Antonio Andrade Pereira (770.205.027-68); Marcondes dos Santos Lima (103.387.614-38); Marcos Alves de Oliveira (004.316.513-37); Marcos Fernando Rosa (087.123.676-13); Marcos Napoleao do Rego Paiva Dias Filho (028.823.773-04); Marcos Roberto dos Santos (254.220.648-10); Marcos Silveira de Oliveira (011.660.150-76); Marcos Victor Teixeira Colaco (049.138.793-83); Marcos Vinicius da Silva Lopes (112.966.427-98); Marcos dos Santos Rocha (014.544.575-54); Maria Clara Palermo Meliande (133.733.657-24); Maria Helena Marcelino de Mendonca (115.752.347-18); Maria Jose Andrade de Souza (019.884.555-37); Maria da Graca Caminha Vidal (323.190.610-53); Mariah Raquel Petrycovski (050.492.289-05); Mariana Costa Falcao (382.168.138-13); Mariana Melo de Morais (139.981.097-90); Mariana Rizzoto (038.968.480-54); Mariele da Silva de Souza (010.993.460-10); Marilza Ribeiro de Morais (955.548.583-68); Marina Carvalho Sella (134.867.627-29); Marina Torelli Reis Martins Pereira (424.149.888-43); Marina de Assis Fernandes Faria (100.874.406-95); Mario Lucio Miranda Junior (085.757.476-06); Mario Marcello Neto (020.677.000-65); Mario Santos da Silva (727.997.497-04); Marlei Rose Renzetti Tartoni (889.139.707-59); Marlise Lopes Pastorini (033.536.160-98); Marlon Gabriel dos Santos (108.468.979-03); Mateus Andrade Gonzato (029.412.231-18); Mateus Bertollo Belotto (103.688.679-43); Mateus Espindola de Brito (151.571.707-00); Mateus Fernandes Ribeiro (063.107.263-23); Mateus Machado Costa (022.851.803-22); Matheus Augusto de Oliveira Barros e Araujo (098.776.526-41); Matheus Borro Macedo (041.851.401-18); Matheus Fernando Dornfeld (034.812.950-57); Matheus Gama Fonseca (015.606.192-95); Matheus Rodrigues Berraut Ferreira (118.371.386-05); Matheus Senna Molina (083.021.614-62); Mauricio Joao Vieira Filho (139.227.236-08); Mauro Cravo dos Reis (018.534.420-89); Mayara Merlin dos Santos Cardoso Freire (127.432.257-00); Mayara Neves Caixeta Neres (033.564.821-57); Melissa de Sousa Felipe (613.069.773-20); Michael Carvalho de Sa (032.088.281-01); Michaell Enio Lima de Oliveira (807.524.895-34); Michel Moura dos Santos (155.390.727-23); Michelle Barboza Nogueira (013.603.800-00); Michelle Midori Morimura (046.856.934-00); Michelle de Castro Meira (014.335.816-20); Miguel Davi Silva Pereira (702.068.416-55); Milana Jacob da Silva (070.670.716-82); Milania Effgen Caran (119.993.257-45); Mileidy Maria Ribeiro Elias Bento (131.364.587-70); Milena Idelecia Ferreira (088.569.676-00); Milena Wagatsuma Padilha (023.456.476-80); Milenny Lee Cabral Marins (120.195.546-74); Moises Caetano Ribeiro (711.486.881-29); Monica Grazieli Marquet (007.482.130-07); Monica Peixoto Vianna (212.873.468-12); Murilo Lacerda Santos (023.462.485-09); Murilo Meneghel Ponticelli (090.207.079-73); Murilo Santos Lacerda (655.259.815-72); Nadia Alves Moreira do Prado (008.743.165-37); Nara Sousa Rodrigues (037.515.293-81); Natalia Camilla Almeida e Silva Cintra (080.270.244-98); Natalia Monteiro Israel (159.496.037-29); Natasha Veruska dos Santos Nina (630.815.802-00); Nathalia Andrade da Silva Lima (090.337.886-83); Nathalia Victorio Batista (502.829.318-05); Nathalie Teixeira de Carvalho (101.884.457-06); Nathalya Freitas Formiga de Farias (089.782.614-00); Nayana de Almeida Adriano (619.530.403-49); Nayara Fernanda Catanho Lopes dos Santos (011.470.071-01); Newller Thiago Fernandes Mascarenhas (091.022.016-66); Odlinari Ramon Nascimento da Silva (057.428.694-28); Otavio Patricio Netto (053.232.279-74); Oziel Falcao Januario Carvalho (807.194.142-53); Pablo Guilherme Santos Xavier (128.517.324-47); Pamella Tayna Mendes Seabra (042.455.791-61); Paola Reyer Marques (019.933.230-40); Patricia Bezerra Castro (662.830.002-15); Patricia Milhomens Guimaraes (002.952.501-27); Patricia Rabelo dos Santos (030.443.935-58); Patrick Rojas Goncalves (716.617.601-63); Paula Cristina Cidreira Santiago de Araujo (017.752.095-71); Paula Cristina de Andrade (066.260.746-52); Paula Patricia Gomes Beccari

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(018.126.091-32); Paula Ribeiro Leitao (027.513.369-90); Paula Sabrina Mallmann (025.975.250-90); Paula Tatyene Silva Dantas (600.468.793-66); Paula Vanessa Alves do Nascimento (034.137.771-65); Paulo Eduardo Lopes Lobo (045.868.462-75); Paulo Eduardo Rolim Campos (967.196.213-00); Paulo Filipe de Mello (097.930.856-90); Paulo Miguel Castro de Almeida (016.640.805-03); Paulo Roberto Simiao Melo (037.452.543-92); Paulo Vitor Souto Soares de Sousa (176.314.017-21); Pedro Henrique Basso Menani (477.553.568-41); Pedro Henrique Bezerra Cavalcanti Filho (054.249.813-80); Pedro Henrique Goncalves Lage (121.723.107-27); Pedro Henrique Pimenta Laurentino (072.624.101-64); Pedro Henrique Sousa Campos (624.837.733-20); Pedro Henrique Viana de Moraes (883.872.592-68); Pedro Henrique de Oliveira Matos (023.900.181-81); Pedro Paulo Pereira da Silva (073.464.743-33); Pedro Zisman Bolliger (158.516.557-39); Pierre Joseph Nelcide (012.040.169-09); Plinio Marcos de Abreu Rodrigues (039.062.091-21); Priscila Amorim Cardoso (120.339.887-59); Priscila Oliveira Leite (866.755.080-91); Priscila Priebe de Amorim (017.503.170-36); Priscilla Elias Ferreira da Silva (079.968.846-09); Priscilla Rayanne e Silva (032.115.361-83); Quelliane Santos dos Santos (030.930.712-08); Rafael Correa Goncalves (138.833.367-85); Rafael Couto de Oliveira (145.239.597-73); Rafael Eduardo Marquioro (063.269.819-56); Rafael Fontes de Paula Aguiar (406.593.158-40); Rafael Galvao de Almeida (359.184.188-90); Rafael Macedo de Sales (018.723.095-18); Rafael Machado Saldanha (051.806.526-00); Rafael Schettini Cabral de Aguiar Borges (028.086.195-88); Rafael Schilling Fuck (004.880.330-80); Rafael Silva Cruz (051.063.743-40); Rafael Silva da Costa (053.860.583-98); Rafael Soares Lemos de Farias (056.743.614-44); Rafael Theis Dittgen (024.941.660-39); Rafael de Almeida Martarello (392.983.588-65); Rafaela Almeida Barbosa Araujo (053.891.591-95); Rafaela Rocha Pinto (011.445.151-65); Rafaela Valero da Silva (423.549.998-01); Rafaela de Oliveira Cunha (118.592.016-10); Raiane Rintielle Vaz Menezes (093.070.766-42); Railson Mendes de Moura (069.370.361-08); Railton Lima Correia (795.426.385-15); Raisa Teixeira Santana (051.617.045-78); Ramon Andrade de Souza (033.632.065-50); Raphael Navarro Espinheira Afonso (019.078.195-50); Raphael Pires de Mello Alvares dos Prazeres (111.406.917-59); Raquel Lopes Ribeiro de Souza (988.616.385-20); Ravena Brito Marques (017.024.373-70); Rayssa Lorrana Vieira Mota (135.285.876-28); Rebeka Sampaio Ferreira (068.129.943-67); Renan Henrique Marques Gomes (031.859.731-43); Renan Navroski (015.270.872-39); Renata Alves de Jesus Lima (027.984.795-50); Renata Amaral Farias (073.234.429-82); Renata Fernandes Bezerra de Brito (069.869.753-76); Renata Goncalves Santos Silva (004.455.240-81); Renata Teixeira Ferreira (144.873.987-03); Renata da Silva Santos (129.841.787-26); Renato Koch Colomby (014.340.640-00); Ricardo Borges Rodrigues de Freitas (024.537.251-22); Ricardo Caranicola Caleffo (387.017.698-98); Ricardo de Pellegrin (005.973.750-62); Rildo da Luz Ferreira (025.064.009-07); Risomario Willams da Silva (097.571.684-08); Robson Francisco Matos do Nascimento (807.860.495-53); Robson da Silva Gomes (917.419.044-04); Rodolfo Fernandes de Pontes (052.707.144-77); Rodolfo Veloso Goncalves (118.111.987-16); Rodrigo Aurelio Goncalves Ferreira (032.330.989-52); Rodrigo Chaves Barcellos Grazziotin (025.436.930-84); Rodrigo Dantas Bercott (034.969.821-01); Rodrigo Lima Pereira (028.950.833-98); Rodrigo Mello Gomes (035.155.029-12); Rodrigo de Freitas Silva Araujo (943.259.871-34); Roger Vieira de Souza (068.949.486-66); Rogerio Lucas Marinho da Silva (080.513.294-57); Ronivalter de Souza (923.586.591-34); Rosa Maria Alves da Silva (762.287.462-00); Roseval Pinto de Souza (442.049.061-68); Roy Daniel Alva Navarro (233.537.988-70); Rydio Rodrigues da Costa (084.218.264-09); Sabrina Aguiar da Silva (085.421.699-56); Sahra D Angelo Ribeiro (117.224.406-51); Samara Avelino de Souza Franca (015.391.202-28); Samara Miranda Sousa (037.256.151-95); Samuel Salvi Romero (005.695.210-41); Samuel dos Santos Mota (005.205.800-01); Sandra Barbosa Neder Agostini (934.648.006-87); Sandra Silveira Ferreira (175.950.228-60); Santiago Silveira Barbosa (110.970.969-20); Sara Cristina Soares de Jesus (042.000.661-30); Sarah Christina Rodrigues Nunes (027.651.431-96); Sarah Ramos Rodrigues de Oliveira (028.852.931-60); Saul Ovalle Perez (012.717.699-30); Seane Alves Melo (036.373.313-22); Sergio Begnini (000.199.700-99); Sergio Bernardes Sa Teles (013.003.606-40); Sergio Henrique Kaneko Kobayashi (594.385.921-72); Sergio Nassim Mellem Junior (145.758.967-21); Sergio da Conceicao Alves (097.179.096-52); Silvana Siboney Gomes da Silveira Santos (074.042.034-81); Simao Coutinho de Albuquerque Neto (059.049.767-71); Simey Tristao de Sousa Junior (145.939.427-56); Simone Moreira Sousa (612.395.182-34); Stefanne Madalena Marques (034.854.861-32); Stelio Rafael Azevedo de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(008.490.212-43); Stephanne Karen Melo de Paula (013.984.183-07); Suellen de Cassia Ramos de Souza (046.316.716-37); Suely Maria dos Santos Souza (286.649.528-41); Suzelayne de Farias Pereira de Azevedo (083.986.201-61); Tairine de Almeida Braz (010.172.652-08); Tamara Matias Guimaraes Cunha (039.109.453-09); Tamires Huguenin Correa (014.552.206-71); Tamires de Almeida Endrizzi (016.528.790-05); Tancredo Augusto Marques de Araujo (005.154.781-30); Tathyane Garcia da Matta Kato (042.579.331-19); Tatiana Aquino Almeida (060.104.254-92); Tatiana Lazar Meyer Soares (931.905.901-25); Taylon Gomes Landgraf (072.781.979-88); Teodomiro de Oliveira Correia (821.703.207-68); Thais Machado Lima (125.414.136-70); Thais Marcelle Peixoto da Silva (066.513.616-19); Thaisa Moreira de Matos (000.083.172-75); Thaise Fiorenza Azzolin Maroneze (014.635.950-00); Thaise Kemer (328.840.048-07); Thalles Henrique Faria de Souza (144.736.856-83); Thallys Bandeira Roque Maia Pinto (955.193.602-78); Thamiris Makarem Nadaf Akel Thomaz de Lima (785.078.202-04); Thays Felipe David de Oliveira (056.091.094-00); Thiago Carvalho Santos (025.823.102-55); Thiago Eduardo Ribeiro da Silva (113.472.377-63); Thiago Helcias Cavalcante (010.347.013-12); Thiago Manhaes Cabral (143.452.887-11); Thiago Rabelo Torres Sales (972.906.883-68); Thiago Ribeiro Alves (019.174.085-36); Thiago Souto da Silva (023.795.850-32); Thiago do Nascimento Lima (037.097.412-38); Tiago Antonio Bastos Barbosa (033.850.045-60); Tiago Santos Bezerra (360.759.408-20); Tiago Tito Pereira de Carvalho Filho (055.463.301-98); Tiago da Silva Marques (134.682.296-40); Tiago de Sousa Pacheco (076.752.056-42); Tierre Ortiz Anchieta (032.101.980-63); Tulio Verissimo Martins (047.697.931-54); Ueslei Carvalho Melo (038.975.075-10); Ulisses Augusto Sawczuk da Silva (043.838.649-37); Valbert Antonio de Souza Gomes Barbosa (710.650.994-95); Valdeilson da Silva Ramos (007.465.431-40); Valdi Ferreira do Nascimento Junior (090.390.864-60); Valeska Martins da Silva (970.654.800-97); Valter Moura Costa (033.249.065-39); Vanessa Cordeiro (051.903.349-37); Vanessa Cristina Antoniassi Veronez (070.928.039-42); Vanessa Cristina de Sousa (069.021.659-98); Vanessa Neves Lisboa (734.635.901-15); Vania Moura Bizoni (080.576.557-39); Vania Noronha Chaves (285.195.368-08); Verone Cristina da Silva (594.345.891-34); Veronica Andrade Almeida (054.284.226-29); Vicente Matheus da Silva Santos (051.168.385-52); Vicente Paulo da Costa Neto (036.322.723-79); Victor Eneas Smith Frazao Ramos (059.083.783-48); Victor Felipe Wolleck (105.480.369-26); Victor Hugo de Oliveira Casemiro Pereira de Amorim (028.805.651-54); Victor Lima e Silva (049.957.623-37); Victor Lucas Lopes Carvalho (052.128.083-40); Victor Luiz Peres de Souza (088.514.106-74); Victor Neiva Lavorato (074.397.296-17); Vinicius Alves dos Santos Pires (157.567.087-90); Vinicius Canhoto Gomes Machado (302.579.168-30); Vinicius Kreutz do Nascimento (064.870.939-63); Vinicius Oliveira Roque (109.141.356-86); Vinicius Pereira Macedo (313.659.398-71); Vinicius Ramos Rezende (018.118.411-71); Vinicius de Franca Carvalho Fonseca (070.249.644-80); Virgilio Dorneles Machado (028.858.340-05); Virginia Arruda de Medeiros Correia (095.315.814-44); Vitor Afonso de Oliveira Barreto (002.047.032-04); Vitor Augusto Schweitzer (082.131.019-44); Vitor Bruno Bianconi Rosa (053.010.219-66); Vitor Cardozo da Silva Arouca (144.972.897-96); Vitor Hugo Paschoal (085.569.169-70); Vitor Matheus Navarro Andrade (064.164.045-59); Vitoria Maria Lopes (395.150.258-42); Wagner Nunes Pereira (982.966.202-00); Wallace Serra Cabral (018.869.623-75); Wallacy Soares Xavier (025.328.481-38); Walther Xanthopulo (017.231.941-23); Wellington Rocha Santos (763.215.332-20); Weslainy Lemos Santos Fontes (013.430.395-41); Wevernilson Francisco de Deus (997.817.783-34); Wigna da Assuncao Gurgel Fernandes (094.351.694-30); Willian Carboni Viana (050.245.189-00); Willian Tiago Prants (062.306.549-54); Willians Ferreira da Silva (060.940.539-07); Willie Anderson dos Santos Vieira (031.141.675-60); Wilson Dutra Sampaio (572.294.490-49); Yasmim Priscila Silva Rosa (061.124.651-16); Yasmim Regis Formiga de Sousa (082.491.084-26); Yure Samarone Gomes Duarte (044.319.662-18); Yuri Rafael de Lima Santos (038.163.001-38); Zidan Araujo Haq (066.824.121-77)

1.2. Órgão/Entidade: Bb Tecnologia e Serviços S.a.; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Colégio Pedro Ii; Conselho Nacional do Ministério Público (extinto); Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect; Empresa de Pesquisa Energética; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação Universidade de Brasília;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Fundação Universidade do Amazonas; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Rondônia; Fundação Universidade Federal de São João Del Rei; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal de Viçosa; Fundação Universidade Federal do Abc; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Amapá; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Fundação Universidade Federal do Pampa; Fundação Universidade Federal do Piauí; Fundação Universidade Federal do Rio Grande; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia; Ministério da Educação; Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Superior Tribunal de Justiça; Telecomunicações Brasileiras S.a.; Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-brasil S.a. - Petrobras - Mme; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/df e TO; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc; Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/pb; Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp; Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/ma; Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/es; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/go; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp; Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/se; Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/pi; Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs; Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/ce; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba; Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Tribunal Regional Eleitoral do Acre; Tribunal Regional Eleitoral do Amapá; Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo; Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 6ª Região; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Catalão; Universidade Federal de Itajubá; Universidade Federal de Jataí; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Lavras; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Rondonópolis; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Mucuri; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal Rural do Semiárido; Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4923/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relacionado ao ato de concessão de pensão civil instituída por Valdemar Gomes de Melo em benefício de Elza Mendes Pirovani de Azevedo, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, e submetido a este Tribunal para fins de apreciação e de registro.

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) analisou o seguinte indício, mas atestou a regularidade do seu pagamento, razão pela qual não obsta o registro do ato sob análise: i) a base de cálculo da pensão poderá prosperar com base na aposentadoria integral percebida pelo instituidor, com fundamento no parágrafo único do art. 101 da Lei 8.112/1990;

Considerando, por outro lado, que o Gestor de Pessoal efetivou a incorporação de 10/10 de FC-4 em vez de incorporar 4/10 FC-04 e 6/10 FC-01, que foram as funções efetivamente exercidas à época, consoante discriminado no ato de concessão, FC-4 exercida por 1 ano, 9 meses e 21 dias e FC-1 exercida por 3 anos, 2 meses e 14 dias, o que não está de acordo com o caput do art. 3º da Lei 8.911/1994;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de ser ilegal a incorporação de quintos/décimos com base na remuneração da função comissionada diferente da efetivamente exercida à época, (e.g. Acórdão 7.692/2022-TCU-1ª Câmara, rel. Min. Benjamin Zymler; Acórdãos 2.535/2017, 3.591/2017 e 4.196/2017, rel. Min. Aroldo Cedraz, Acórdãos 5.507/2017 8.735/2017, 9.719/2017 e Acórdão 2.526/2018, rel. Min. José Múcio Monteiro, e Acórdão 10.006/2023-TCU-2ª Câmara, rel. Min. Aroldo Cedraz);

Considerando que a posterior alteração/transformação da função exercida pelo servidor não tem o condão de modificar o valor da função já incorporada, tendo em vista a natureza jurídica da vantagem, que tem por objetivo conferir estabilidade financeira aos ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas, e a inexistência de amparo legal nesse sentido;

Considerando que as análises empreendidas pela AudPessoal detectaram ainda, no ato de concessão em análise, o pagamento da vantagem "opção" de que tratou o art. 2º da Lei 8.911/1994 c/c art. 193 da Lei 8.112/1990 e art. 7º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a aposentadoria do instituidor da pensão civil objeto destes autos se deu em 4/5/1992, portanto sob a égide do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até 18/1/1995, podem acrescer aos proventos de inatividade, deferidos com base na remuneração do cargo efetivo, o valor da função de confiança ou a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, de forma não cumulativa, em razão da vedação contida no § 2º do próprio art. 193 da Lei 8.112/1990. Nesse sentido foi o Acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (rel. Min. Ana Arraes);

Considerando que, com base nesses normativos e jurisprudência deste Tribunal, concluem-se os seguintes requisitos para a concessão da vantagem de opção na aposentadoria do instituidor: a) implemento até 18/1/1995 dos requisitos para aposentadoria voluntária integral ou proporcional (30 anos de tempo de serviço, se homem, e 25 anos, se mulher), ressalvadas as hipóteses de aposentadoria especial previstas em lei; b) exercício até 18/1/1995 de função comissionada por cinco anos ininterruptos ou por dez anos consecutivos ou não; c) não ser cumulativa com a vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990; d) não ser cumulativa com a vantagem do art. 62 Lei 8.112/1990 (quintos/décimos);

Considerando que, no caso concreto, a concessão está irregular pelos seguintes motivos: a) não exercício pelo instituidor até 18/1/1995 de função comissionada por cinco anos ininterruptos ou por dez anos consecutivos ou não; b) a vantagem está cumulativa com a vantagem do art. 62 Lei 8.112/1990 (quintos/décimos);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando, em razão disso, que a concessão está indevida, devendo o órgão de origem excluir a vantagem de opção de função, emitir novo ato e submeter a registro deste Tribunal;

Considerando que, em pesquisa nas bases SISAC e e-Pessoal, o ato de concessão de aposentadoria do instituidor (Sisac 20786905- 04-1993-000007-6) teve o registro negado por intermédio da Decisão 346/1993TCU-2ª Câmara. Assim, cabe a verificação de toda a estrutura remuneratória do benefício constante do ato de concessão da pensão civil nesse momento;

Considerando que a interessada, além dos proventos ora em análise, percebe outros dois benefícios previdenciários junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (pensão e aposentadoria), sendo que os proventos de pensão do ato de concessão em análise têm fato gerador após a Emenda Constitucional 103/2019;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que, na hipótese de pensões instituídas após a EC 103/2019, não é admissível a acumulação de mais de dois benefícios previdenciários quando, entre eles, constar uma pensão, independentemente do regime de previdência responsável pelo pagamento, salvo: i) a percepção de duas pensões decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma prevista no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal com pensão de outro regime ou com aposentadoria de qualquer regime; ou ii) a percepção de duas aposentadorias decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma prevista no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal com pensão de qualquer regime. Nesse sentido foi o Acórdão 3.931/2025-TCU-1ª Câmara, rel. Min. Benjamin Zymler;

Considerando que, no caso concreto, a percepção de três benefícios previdenciários não encontra respaldo na Emenda Constitucional 103/2019, devendo a interessada escolher apenas dois pagamentos entre os três atualmente percebidos;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, em face da irregularidade apontada nos autos;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 5/12/2022, há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, e art. 7º, III, da Resolução TCU 353/2023, em negar registro ao ato de concessão de pensão civil emitido em benefício de Elza Mendes Pirovani de Azevedo (e-Pessoal, 74.805/2022 - inicial), dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado n.º 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7. a seguir:

1. Processo TC- 008.594/2026-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Elza Mendes Pirovani de Azevedo (647.488.207-72).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU:

1.7.1. exclua, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, da vantagem "opção" apontada em face de manifesta ilegalidade;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.7.2. promova o ajuste da parcela de quintos/décimos incorporados, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, consoante as funções comissionadas discriminadas no ato de concessão 4/10 FC-04 e 6/10 FC-01, de acordo com o caput do art. 3º da Lei 8.911/1994;

1.7.3. convoque a interessada, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, com vistas a escolher apenas dois benefícios previdenciários, uma vez que a tríplice acumulação é vedada pela Emenda Constitucional 103/2019;

1.7.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades ora apontadas e submeta-o a registro deste Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, após corrigidas as falhas que ensejaram o julgamento pela ilegalidade, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU e do art. 19, § 3º, da IN-TCU 78/2018;

1.7.5. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de 30 (trinta) dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos 30 (trinta) dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso não seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.8. Dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 4924/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão civil instituída por José Joaquim dos Santos em benefício de Josinalda Josefa da Silva Santos emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que, em pesquisa nas bases SISAC e e-Pessoal, não há ato de concessão de aposentadoria do instituidor apreciado pela legalidade. Assim, cabe a verificação de toda a estrutura remuneratória do benefício constante do ato de concessão da pensão civil nesse momento;

Considerando que, ao analisar o ato, a Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) constatou a inclusão irregular nos proventos de parcela judicial relativa à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) do art. 14 da Lei 12.716/2012, no valor de R$ 290,50, que não teria sido devidamente absorvida na forma estabelecida pelo parágrafo único do referido dispositivo;

Considerando que o parágrafo único do art. 14 da Lei 12.716/2012 estabeleceu que a referida vantagem deveria ser gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas na Lei 11.314/2006, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza e ainda estaria sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

Considerando que, no âmbito da Ação Ordinária Ação Ordinária n. 90.0004069-8, que tramitou na Justiça Federal do Ceará/TRF 5ª Região, em que o instituidor e outros obtiveram decisão judicial no sentido de manter o pagamento da referida vantagem sem absorção pelas variações de pontuação das gratificações de desempenho denominadas GDPGPE e/ou GDACE;

Considerando que o objetivo da decisão judicial foi de impedir a redução da remuneração decorrente do desempenho, ou seja, vedar a absorção da VPNI em razão de aumento na parte variável das referidas gratificações;

Considerando o princípio da independência das instâncias, que possibilita ao TCU a apreciação da legalidade do ato e a manifestação de entendimento diverso daquele declarado pelo Poder Judiciário;

Considerando que a GDPGPE e a GDACE possuem uma parte fixa e outra variável, sendo apenas esta última irredutível;

Considerando ainda as disposições dos arts. 87 e 88 da Lei 13.324/2016, que facultaram aos servidores, aposentados e pensionistas sujeitos ao disposto nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e que tiverem percebido gratificações de desempenho relativamente aos cargos, planos e carreiras descritos na referida lei, por, no mínimo, sessenta meses antes da data da aposentadoria ou da instituição, optar pela incorporação dessas gratificações aos proventos de aposentadoria ou de pensão;

Considerando que, nesses casos, a gratificação incorporada aos proventos possui caráter permanente e insuscetível de variações, e que, portanto, a sentença proferida no âmbito da decisão judicial não se aplicaria, uma vez que a referida rubrica passaria a ser paga com base em quantitativo fixo de pontos;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a mencionada decisão judicial não impede, portanto, que o DNOCS promova a absorção da VPNI ora discutida, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Lei 12.716/2012, tendo em vista os aumentos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores inativos, já que a parte invariável da gratificação não possui natureza pro labore faciendo em sentido estrito;

Considerando a jurisprudência deste Tribunal consolidada nesse sentido, consubstanciada nos Acórdãos 451/2020 e 8.409/2023 (rel. Min. Benjamim Zymler), 3.648 e 3.969/2022 (rel. Min. Vital do Rêgo), 6.233/2023 (rel. Min. Jhonatan de Jesus), 5.824/2024 (rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), 7.557/2024 (rel. Min. Subst. Augusto Sherman Cavalcanti), 2.537/2025 (rel. Min Jorge Oliveira), 2.731/2025 (rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues), todos da 1ª Câmara, além dos Acórdãos 464/2024 (rel. Min. Antonio Anastasia), 5.124/2024 (rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), 1.043/2024 e 62/2025 (de minha relatoria), todos da 2ª Câmara;

Considerando que a unidade técnica analisou o cálculo da proporcionalidade aplicável a rubrica 82702 - GDPGPE - LEI 11.784/2008 AP, atestando a regularidade do seu pagamento, razão pela qual, em relação a este apontamento, não há óbice ao registro do ato sob análise;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU em 19/11/2022, há menos de cinco anos, podendo ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do Acórdão 587/2011-TCU-Plenário (rel. Min. Valmir Campelo), não se operando o registro tácito; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, em face da irregularidade apontada nos autos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) negar registro ao ato de concessão de pensão civil de Josinalda Josefa da Silva Santos;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7.

1. Processo TC- 012.434/2026-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Josinalda Josefa da Silva Santos (665.131.384-34).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da parcela impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. promova a absorção da parcela referente à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único do referido dispositivo, considerando-se os aumentos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores inativos;

1.7.1.3. comunique esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de 30 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.2.1. encaminhe ao TCU o comprovante de notificação à interessada do inteiro teor desta deliberação, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução TCU 360/2023;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.7.2.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018.

1.8. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 4925/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de pensão civil instituído por Rachel Vianna (CPF 017.567.299-72), ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em favor do beneficiário Wilde Prochmann Junior, na condição de companheiro, submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

Considerando que a concessão da vantagem de quintos/décimos (rubrica VPNI) está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal e com os critérios das Leis 8.911/1994 e 9.624/1998, não havendo óbice ao registro nesse aspecto;

Considerando que integrou a base de cálculo da pensão a vantagem do cargo em comissão paga à ex-servidora com base no art. 180 da Lei 1.711/1952, com redação dada pela Lei 6.732/1979, e que o ato de aposentadoria (449/1987) foi apreciado pela legalidade por esta Corte na Sessão de 24/5/1988 (Ata 15/1988 - 1ª Câmara);

Considerando que, com o advento do Acórdão 1724/2025-TCU-Plenário, este Tribunal passou a admitir o registro do ato de pensão quando houver identidade entre os proventos de aposentadoria chancelados pela Corte de Contas e a base de cálculo dos proventos de pensão, alinhando-se a julgados recentes do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual não há óbice ao registro nesse ponto;

Considerando que o beneficiário Wilde Prochmann Junior se habilitou na pensão na condição de companheiro com base em decisão judicial transitada em julgado em 2/9/2025 (Procedimento Comum 5061051-60.2019.4.04.7000/PR), a qual reconheceu seu direito ao pagamento da pensão prevista no art. 217, inciso III, da Lei 8.112/1990;

Considerando que, por se tratar de beneficiário habilitado com base em decisão judicial transitada em julgado apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, o que estaria insuscetível de correção por este Tribunal, cabe o registro do ato com ressalva, com fundamento no art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023, com redação dada pela Resolução TCU 377/2025;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público junto ao TCU manifestaram-se de forma convergente pelo registro do ato com ressalva (peças 5 - 7).

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legal, para fins de registro, com ressalva, o ato de pensão civil 35593/2023 instituído por Rachel Vianna, em favor de Wilde Prochmann Junior, ressalvando que houve beneficiário consignado no ato submetido a registro com base em decisão judicial transitada em julgado apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos, o que estaria insuscetível de correção por este Tribunal;

b) informar a unidade jurisdicionada quanto ao teor desta deliberação; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-018.099/2026-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Wilde Prochmann Junior (255.231.719-72)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4926/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de pensão militar dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.745/2026-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Alves Silva Machado (079.360.457-59); Aline Conceicao Alves Silva (105.797.337-85); Ana Elizabeth do Nascimento Dantas (721.262.994-49); Cristiane Codorniz Rodrigues Seixas (721.237.531-49); Maria Aparecida da Silva Magalhaes (981.507.747-34); Olga Maria da Silva (091.373.527-25)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4927/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de pensão militar dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.749/2026-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Elaine Marques Belfort dos Santos (480.650.721-00); Karla Martins Cerqueira Ribeiro (806.325.806-15); Keff Richard Miguel de Oliveira Santos (176.019.544-80); Maria Betania de Oliveira (655.004.584-34); Maria Raimunda Lima (151.495.952-68); Marisa Martins Moreira (541.071.991-34)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4928/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de pensão militar dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.762/2026-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Anahy Garcia Treptow (128.475.182-15); Anelize Soares da Costa (626.600.630-87); Claudia Janaina Oliveira Santos (875.277.157-15); Daniela Amorim Sagrillo Borges (096.025.147-28); Elizabete Conceicao de Assis (575.871.402-04); Laudia Erica Kirchhof Santos (187.249.732-20); Rosilene Bonfim Pinto (327.906.862-20); Rosineia Bonfim Pinto (252.028.982-15); Themis Garcia Treptow (069.140.392-91)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4929/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de pensão militar dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.771/2026-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Amara Izabel Ildefonso Colares (824.662.627-20); Carla Andrade de Sena Fernandes (037.598.607-37); Catia Maria Andrade Rizzoto (833.898.227-04); Claudia Andrade de Melo (011.532.717-70); Maria das Dores Fernandes de Sousa Paredes (489.727.627-68); Mirian Dantas Gomes de Andrade (543.054.627-53); Rosilene Dias da Silva (669.517.044-49); Severina de Araujo Domingos (744.555.677-04)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4930/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em registrar os atos de concessão de pensão militar dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.781/2026-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Caritas Jerusa Figueiro Goncalves Carvalho (448.960.420-34); Carla Regina Toson (533.242.340-34); Danieli Macedo Goncalves (971.074.330-91); Eleonara Leal de Castro (897.926.100-49); Haide Rizzi (122.721.558-47); Jorge Ismael Figueiro Goncalves (844.488.730-72); Lurdes Bernardete Galaschi Sperb (340.997.190-49); Maria Helena Rizzi (047.004.868-99); Rosangela Coutinho da Silva (640.679.800-78); Veronica Figueiro Goncalves (970.913.080-34)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4931/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo de prestação de contas anual do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), relativo ao exercício de 2025, organizado de forma individual, conforme a Instrução Normativa TCU 84/2020 e a Decisão Normativa TCU 198/2022.

Considerando que o MTE apresenta elevada materialidade orçamentária e patrimonial, com dotação total de R$ 124 bilhões em 2025, dos quais cerca de 98% vinculados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), especialmente Seguro-Desemprego, Abono Salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando os trabalhos de auditoria e certificação das contas feitos pela Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU), no Relatório de Avaliação da Auditoria Anual de Contas (AAC) do MTE, do exercício de 2025, e no Certificado de Auditoria Anual de Contas, número 1881310;

Considerando que a CGU identificou distorções relevantes nas demonstrações contábeis, estimadas em R$ 8,26 bilhões, decorrentes principalmente de superavaliação do passivo do Seguro-Desemprego, reconhecimento indevido de provisões, manutenção indevida de obrigações no passivo, inconsistências nos registros do Abono Salarial e inadequações na previsão de receitas orçamentárias;

Considerando que, apesar das distorções, a CGU concluiu pela regularidade com ressalvas das demonstrações contábeis, tendo em vista que os controles sobre as aplicações do FAT e as transações subjacentes incluídas no escopo da auditoria não apresentaram não conformidades relevantes;

Considerando que não há, até o momento, decisão definitiva em processos conexos capaz de repercutir no julgamento das presentes contas, conforme análise do processo TC 024.354/2025-2, ainda sem decisão de mérito, e que a jurisprudência do Tribunal (Acórdãos 528/2011-2ª Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz; 1.194/2024-2ª Câmara, Rel. Min. Jhonatan de Jesus; e 3.367/2025-1ª Câmara, Rel. Min. Augusto Sherman) afasta a automática irregularidade das contas ordinárias por fatos apurados em processos apartados;

Considerando que as peças que compõem a prestação de contas atendem integralmente às exigências da IN-TCU 84/2020 e da DN-TCU 198/2022, incluindo Relatório de Gestão Integrado, Rol de Responsáveis, demonstrações contábeis, pronunciamento ministerial e publicização das informações;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU se manifestou integralmente de acordo com a proposta da unidade técnica, propondo o julgamento pela regularidade com ressalva das contas dos principais responsáveis e pela regularidade plena dos demais, além da ciência das impropriedades identificadas pela CGU;

Considerando que as conclusões da unidade técnica e do MPTCU não apontam irregularidades capazes de macular a gestão como um todo, mas sim impropriedades contábeis que justificam a emissão de ressalvas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea “a”, do RITCU, em:

a) julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea “a”, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, as contas dos Srs. Luiz Marinho, Francisco Macena da Silva e Rogerio Xavier Rocha, dando-lhes quitação;

b) julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea “a”, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, as contas de Luciana Vasconcelos Nakamura, Luiz Felipe Brandão de Mello, Lorena Guimarães Arruda, Rogério Silva Araújo, Marcos Perioto, André Luis Grandizoli, Carlos Augusto Simões Goncalves Junior, João Paulo Ferreira Machado, Magno Rogerio Carvalho Lavigne, Henrique Eduardo Medeiros Aquino, Tiago Oliveira Motta, Amanda Freitas Gomes e Adriano Simoes Andrade, dando-lhes quitação plena;

c) dar ciência ao Ministério do Trabalho e Emprego das impropriedades identificadas, com vistas ao aperfeiçoamento dos procedimentos contábeis e orçamentários e à prevenção de novas ocorrências relacionadas aos seguintes achados:

c.1) utilização de metodologia para a mensuração do passivo referente ao pagamento de Seguro-Desemprego em desacordo com a norma aplicável a benefícios sociais;

c.2) reconhecimento indevido de provisões relacionadas a recursos administrativos do Seguro-Desemprego;

c.3) manutenção indevida de valores no passivo do MTE referentes a parcelas não sacadas do Seguro-Desemprego;

c.4) manutenção indevida de valores no passivo do MTE referentes a parcelas adicionais do Seguro-Desemprego não requeridas dentro do prazo;

c.5) lançamentos indevidos nas movimentações referentes ao Abono Salarial; e

c.6) inadequação no registro da previsão de receitas orçamentárias do MTE;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

d) comunicar a presente deliberação ao Ministério do Trabalho e Emprego; e

e) arquivar os presentes autos, com base no art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-007.098/2026-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2025)

1.1. Responsáveis: Luiz Marinho (008.848.518- 85); Francisco Macena da Silva (040.239.928-52); Luciana Vasconcelos Nakamura (782.364.101-10); Luiz Felipe Brandão de Mello (505.800.350-34); Lorena Guimarães Arruda (922.165.873-20); Rogério Silva Araújo (787.177.791-20); Marcos Perioto (064.942.248-14); André Luis Grandizoli (052.176.938-86); Carlos Augusto Simões Goncalves Junior (022.800.208-74); João Paulo Ferreira Machado (030.152.909-40); Magno Rogerio Carvalho Lavigne (592.176.695-04); Henrique Eduardo Medeiros Aquino (969.808.851-20); Tiago Oliveira Motta (002.493.285-00); Gilberto Carvalho (200.989.609-20); Fernando Zamban (039.088.139-21); Rogerio Xavier Rocha (647.888.811-87); Amanda Freitas Gomes (006.390.221-46); Adriano Simoes Andrade (068.937.487-95).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4932/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em desfavor de Conceição de Maria Barroso de Oliveira Rodrigues e Paulo Roberto Audi da Silva, em razão de dano decorrente de habilitação e concessão fraudulenta de benefício e inserção de contribuições fictícias no Sistema de Acerto dos Recolhimentos do Contribuinte Individual (SARCI) e sem confecção formal de processos administrativos apurada no PAD 35301.001410/2015-52 - NB 21/141.340.502-6 de Weverton da Silva Celestino.

Considerando os termos da Resolução-TCU 344/2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento, com as alterações introduzidas pela Resolução-TCU 367/2024;

Considerando o lapso temporal superior a 5 anos entre 2/9/2016 e 20/10/2021, ou seja, interregno entre o marco inicial da contagem da prescrição (data da concessão do último pagamento irregular, peça 59) e o ato apuratório subsequente, qual seja, a notificação dos responsáveis (peças 4 e 5)";

Considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo MPTCU (peças 82-85) no sentido de reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e de arquivar o presente feito, em consonância com o estabelecido na retromencionada resolução;

Considerando que inexiste interesse público para se prosseguir com o julgamento das presentes contas, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução TCU 344/2022;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022 e arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento do TCU;

b) comunicar esta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social e aos responsáveis;

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-016.927/2025-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Conceição de Maria Barroso de Oliveira Rodrigues (544.153.657-87); Paulo Roberto Audi da Silva (591.475.207-87)

1.2. Unidade Jurisdicionada: Superintendência Estadual do INSS no Rio de Janeiro/RJ.

1.3. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Sandro Branco Mourao (226888/OAB-RJ), representando Paulo Roberto Audi da Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4933/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo de recolhimento administrativo parcelado (RAP), autuado em conformidade com o art. 14, inciso III, da Resolução-TCU 259/2014, relativo à dívida imputada ao responsável Elias Marinho de Azevedo, no âmbito do processo TC 019.157/2020-7.

Considerando que o processo originador trata de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos ao Município de Alto Paraíso/RO no exercício de 2013, na modalidade fundo a fundo, ante a não comprovação da prestação de serviços por profissionais de saúde (médicos) contratados no âmbito do programa Estratégia Saúde da Família (ESF);

Considerando que, por meio do Acórdão 23/2024-TCU-2ª Câmara, este Tribunal aplicou ao responsável Elias Marinho de Azevedo a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

Considerando que o responsável recolheu a multa aplicada, conforme pesquisa realizada no Sistema de Gestão do Recolhimento da União (SISGRU) e demonstrativo de débito juntados aos autos, o qual indica saldo zero;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica (peças 52-53) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 55);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com base dos arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 218 do Regimento Interno do TCU c/c art. 27 da Lei 8.443/1992, em:

a) dar quitação ao responsável Elias Marinho de Azevedo, ante o recolhimento da multa decorrente do item 9.4 do Acórdão 23/2024-TCU-2ª Câmara, consoante comprovantes acostados aos autos;

b) apensar o presente processo ao TC 019.157/2020-7.

1. Processo TC-007.647/2024-7 (RECOLHIMENTO ADMINISTRATIVO PARCELADO)

1.1. Responsável: Elias Marinho de Azevedo (107.359.841-15).

1.2. Unidade jurisdicionada: Município de Alto Paraíso/RO.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4934/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 90010/2026, sob a responsabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal (PC/DF), com valor estimado de R$ 9.600.970,00, cujo objeto é a manutenção preventiva e corretiva de helicópteros da PC/DF.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que a representante questiona a habilitação da empresa vencedora, Helisul Taxi Aéreo Ltda, tendo em vista o descumprimento da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência (PCD) ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 93 da Lei 8.213/1991 e no art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

Considerando que a representante alega, ainda, que a Administração aceitou justificativas superficiais da licitante para tal descumprimento, mesmo diante de certidão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontando a irregularidade;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando as razões expostas na instrução da unidade técnica (peças 15-16),

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, na forma do art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, com base no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência à Polícia Civil do Distrito Federal (PC/DF), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a impropriedade verificada no Pregão Eletrônico 90010/2026, consubstanciada no acatamento de justificativas da empresa vencedora acerca do descumprimento da reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) e reabilitados da Previdência Social (art. 93 da Lei 8.213/1991), sem a demonstração específica e documentada de medidas concretas para seu cumprimento integral e sem a realização de diligências ou circularizações para confirmação das informações prestadas, em afronta aos princípios da eficiência, da segurança jurídica e da verdade material;

c) comunicar esta deliberação à Polícia Civil do Distrito Federal e à representante; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-014.416/2026-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: C. A Tisott Ltda. (60.670.722/0001-85).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Polícia Civil do Distrito Federal (PC/DF).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4935/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 56/2026, sob a responsabilidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Núcleo Regional de Compras Centro (UTFPR/Núcleo Centro), cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições (almoço e jantar) nos Restaurantes Universitários dos campi de Campo Mourão, Guarapuava e Ponta Grossa.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que o representante, pessoa jurídica, possui legitimidade para representar ao Tribunal, nos termos do art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, e que os recursos empregados na licitação são de origem federal;

Considerando que o representante alega, em síntese, a ocorrência de não parcelamento irregular do objeto, ao argumento de que este seria material, territorial, econômica e operacionalmente divisível, sem demonstração concreta da inviabilidade ou desvantagem do parcelamento;

Considerando que, embora estejam presentes os pressupostos do perigo da demora e da plausibilidade jurídica, e afastado o perigo da demora reverso, a proposta de mérito pela procedência da representação e o encaminhamento de ciência tornam desnecessária a concessão de medida cautelar;

Considerando que, em atenção aos princípios da razoabilidade e do interesse público, e diante da inexistência de dano ao erário ou de prejuízo à competitividade, mostra-se suficiente dar ciência à unidade jurisdicionada para prevenção de falhas semelhantes;

Considerando que o representante não demonstrou razão legítima para ingresso como parte interessada, nem a possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio, à luz do art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 2º, § 2º, da Resolução-TCU 36/1995;

Considerando que o representante não figura entre os legitimados previstos no art. 62, caput e parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, para fins de pedido de informações, vistas ou cópias dos autos;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica (peças 13-14);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, na forma do art. 143, inciso V, alínea "a', do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da representação, com base no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, tendo em vista a proposta de mérito;

c) dar ciência à Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Núcleo Regional de Compras Centro, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte irregularidade identificada no Pregão Eletrônico 56/2026, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências futuras semelhantes: adoção de grupo único para a contratação dos serviços de fornecimento de refeições destinados aos campi de Campo Mourão, Guarapuava e Ponta Grossa, embora o Estudo Técnico Preliminar evidenciasse a execução individualizada dos serviços em cada campus, com quantitativos e estimativas de preços próprios, sem que fossem apresentados elementos técnicos e econômicos concretos capazes de demonstrar eventual perda de economia de escala, aumento relevante dos custos de gestão ou óbices operacionais decorrentes do parcelamento do objeto por campus, em desacordo com os arts. 18, § 1º, VIII, e 47, II, da Lei 14.133/2021, a Súmula-TCU 247 e o princípio da competitividade;

d) indeferir o pedido formulado por DV Treinamentos e Assessoria Ltda. de ser considerado parte interessada, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

e) indeferir o pedido formulado por DV Treinamentos e Assessoria Ltda. de informações, vistas ou cópias dos autos, nos termos do art. 62, caput e parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

f) comunicar esta decisão à Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Núcleo Regional de Compras Centro e ao representante;

g) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-019.522/2026-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: DV Treinamentos e Assessoria Ltda (57.726.535/0001-61)

1.2. Unidade Jurisdicionada: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Núcleo Regional de Compras Centro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Diego Volff, representando DV Treinamentos e Assessoria Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4936/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades na inclusão, para fins de cumprimento da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), de cerca de R$ 4,7 bilhões em precatórios judiciais relacionados à saúde e de cerca de R$ 858 milhões em despesas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no exercício de 2026, bem como da manutenção de idêntica metodologia na proposta orçamentária de 2027 (cerca de R$ 713 milhões em precatórios e R$ 940 milhões em despesas da Anvisa).

Considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235, caput, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, no art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, uma vez presentes a legitimidade e a qualificação do autor, a competência do Tribunal sobre a matéria, o interesse público, a suficiência dos indícios e a redação em linguagem clara e objetiva;

Considerando que a matéria se insere no âmbito da fiscalização da execução orçamentária e financeira federal a cargo desta Corte, à luz do art. 71 da Constituição Federal, do art. 1º da Lei 8.443/1992, do art. 198, § 2º, inciso I, da Constituição Federal e da Lei Complementar 141/2012;

Considerando que a adoção de medida cautelar, nos termos do art. 276 do Regimento Interno do TCU, pressupõe a presença cumulativa do fumus boni iuris e do periculum in mora, sob a ótica exclusiva do interesse público (parágrafo único do art. 22 da Resolução-TCU 259/2014);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que não se caracteriza o periculum in mora, pois a apuração do cumprimento da aplicação mínima em ASPS é anual e somente se completa com o encerramento do exercício financeiro, de modo que a classificação orçamentária impugnada apenas identifica as despesas passíveis de consideração, sem concluir a apuração, inexistindo resultado consumado ou irreversível a ser obstado;

Considerando que tampouco se faz presente o fumus boni iuris, na medida em que a reclassificação impugnada tem amparo em autorização legal expressa (art. 53, caput e § 1º, inciso III, alínea "b", da Lei 15.321/2025 - LDO 2026) e que o identificador de uso 6 apenas assinala a elegibilidade da despesa, sem realizar a apuração do mínimo, a qual depende de recorte adicional próprio da metodologia de apuração;

Considerando que, ausentes ambos os pressupostos, fica prejudicado o exame de eventual perigo da demora inverso;

Considerando que o objeto desta representação se encontra abrangido pelo TC 009.482/2026-1, acompanhamento da regularidade da execução orçamentária e financeira da União no exercício de 2026, de relatoria do Ministro Antonio Anastasia, autorizado pelo Acórdão 427/2026-TCU-Plenário, cujo escopo compreende a verificação do cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em ASPS, nele incluído o exame da classificação orçamentária que condiciona essa apuração;

Considerando que não se procede, nesta oportunidade, a qualquer juízo sobre o mérito da matéria questionada, que será enfrentado nos autos do processo principal;

Considerando as razões expostas na instrução da unidade técnica (peças 5-6);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, no art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

a) conhecer da representação, por atender aos requisitos de admissibilidade aplicáveis;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar, inaudita altera pars, formulado pelo representante, ante a inexistência dos pressupostos necessários à adoção da referida medida;

c) apensar definitivamente os presentes autos ao TC 009.482/2026-1, com fulcro nos arts. 2º, incisos I e VII, 36, caput, 37 e 40, inciso III e § 2º, da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em razão da conexão entre os objetos de controle e da conveniência da tramitação conjunta; e

d) comunicar a decisão ora proferida ao representante.

1. Processo TC-019.911/2026-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), Lucas Rocha Furtado.

1.2. Unidade jurisdicionadas: Ministério da Fazenda; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento e Orçamento; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4937/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação formulada com o objetivo de mapear e avaliar a efetividade de políticas públicas federais de prevenção e repressão a crimes digitais e golpes praticados pela internet contra os cidadãos brasileiros, tendo o representante requerido, ainda, que seja recomendada ao Poder Executivo Federal, caso necessário, a criação de força-tarefa interinstitucional para esse fim, bem como a comunicação ao Congresso Nacional de eventual fiscalização a respeito do tema.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU;

Considerando que o tema proposto pelo representante está sendo analisado no âmbito do TC 007.081/2025-1, em sede recursal, referente à auditoria operacional sobre golpes digitais contra idosos;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que, embora o foco inicial da auditoria tenha tido como público-alvo os idosos, as determinações e recomendações dirigidas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH), à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e ao Banco Central do Brasil (BCB), no âmbito do Acórdão 2.875/2025-TCU-Plenário, são extensíveis a todos os cidadãos brasileiros;

Considerando a conexão entre a presente representação e o TC 007.081/2025-1, o que recomenda o apensamento definitivo destes autos ao mencionado processo;

Considerando as razões expostas na instrução elaborada pela unidade técnica (peças 5-6);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alíneas "a", 169, inciso I, 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação;

b) apensar definitivamente a presente representação ao TC 007.081/2025-1;

c) comunicar esta decisão ao representante.

1. Processo TC-020.194/2026-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Dr. Lucas Rocha Furtado (MPTCU).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Defesa Nacional e Segurança Pública (AudDefesa).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4938/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de interesse de Ricardo Orlandini, submetido à apreciação deste Tribunal, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018, e submetido às críticas automatizadas previstas na referida norma e na Resolução TCU 353/2023;

considerando que o controle interno se pronunciou pela legalidade do ato de aposentadoria;

considerando que, no exame realizado pela unidade técnica, constatou-se a existência de parcela de quintos/décimos incorporada com base em funções comissionadas exercidas no período de 8/4/1998 a 4/9/2001 (rubrica 0112 - VPNI-QUINTOS INAT DEC JUDICIAL), cuja concessão, à luz da jurisprudência deste Tribunal e do Supremo Tribunal Federal (RE 638.115/CE), é, em regra, tida como ilegal;

considerando, todavia, que a referida parcela se encontra amparada por decisão judicial transitada em julgado, proferida na Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, ajuizada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra), na qual o servidor consta expressamente da relação de substituídos beneficiados (fls. 448-500 daqueles autos), conforme documentação anexada ao presente processo;

considerando que, nos termos do decidido pelo STF no RE 638.115/CE e da jurisprudência deste Tribunal (Acórdão 828/2023-TCU-Plenário), os quintos incorporados com base em decisão judicial transitada em julgado estão isentos de absorção e são aptos a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, mostrando-se insuscetíveis de correção por este Tribunal;

considerando que as demais parcelas e requisitos do ato - adicional de qualificação por titulação (rubrica 0402), vantagem de quintos/décimos incorporada com base em períodos anteriores a 8/4/1998 (rubrica 0119) e cumprimento dos requisitos do fundamento de aposentadoria com pedágio (art. 20, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019) - encontram-se em conformidade com a legislação e a jurisprudência aplicáveis, não havendo óbice ao registro; e

considerando que os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU são convergentes no sentido do registro do ato com ressalva;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, no art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução TCU 377/2025) e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em registrar com ressalva o ato de aposentadoria de Ricardo Orlandini (ato 141670/2021), ressalvando que a parcela remuneratória irregular constante do ato submetido a registro está amparada por decisão judicial transitada em julgado e apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, o que a torna insuscetível de correção por este Tribunal e comunicar esta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1. Processo TC-012.368/2026-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ricardo Orlandini (476.210.109-59)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4939/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de interesse de Cristina Willhelm Degrazia, do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que se constatou no ato o pagamento da parcela de quintos/décimos (vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI), incorporada com base em função comissionada exercida no período de 14/8/2000 a 23/8/2001, ou seja, entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal e do Supremo Tribunal Federal (STF), notadamente o RE 638.115/CE, firmou o entendimento de que ofende o princípio da legalidade a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal;

considerando que, no julgamento dos embargos de declaração no RE 638.115/CE, o STF reconheceu indevida a cessação imediata do pagamento dos quintos quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

considerando que o Gestor de Pessoal anexou ao ato cópia de decisão judicial transitada em julgado proferida na Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7/RS, apta a sustentar, em caráter permanente, os efeitos financeiros da referida parcela, o que a torna insuscetível de correção por este Tribunal;

considerando que, por se tratar de parcela remuneratória paga com base em decisão judicial transitada em julgado, é cabível, excepcionalmente, o registro do ato com ressalva, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023; e

considerando que a unidade técnica e o Ministério Público junto ao TCU se manifestaram de forma convergente pelo registro do ato com ressalva;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) registrar, com ressalva, o ato de aposentadoria de Cristina Willhelm Degrazia (ato 87699/2022 - Inicial), do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, esclarecendo que a parcela remuneratória de quintos/décimos consignada no ato está amparada por decisão judicial transitada em julgado, apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, o que a torna insuscetível de correção por este Tribunal; e

b) comunicar a unidade jurisdicionada sobre o teor desta deliberação.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1. Processo TC-012.396/2026-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cristina Willhelm Degrazia (354.985.790-04)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4940/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Dalton Ricoy Torres, no cargo de Técnico Judiciário/Área Administrativa do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que a unidade especializada, acompanhada pelo Ministério Público junto ao TCU, propôs a negativa de registro do ato, uma vez que consta o pagamento de duas parcelas judiciais, referentes ao adicional de tempo de serviço (ATS) e ao adicional de qualificação (AQ), nos valores de R$ 731,40 e R$ 498,68, respectivamente (peça 3, p. 4), calculadas, indevidamente, com base na Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ);

considerando que a inclusão da GAJ na base de cálculo dessas vantagens não encontra amparo legal, pois tais adicionais deveriam incidir, à época da inativação do interessado, sobre o vencimento básico, à luz da jurisprudência desta Corte, no sentido de que a GAJ, prevista na Lei 11.416/2006, não possui natureza de vencimento, mas de gratificação, conforme disposto nos arts. 40 e 41 da Lei 8.112/1990;

considerando que, apesar disso, o interessado possui decisão judicial proferida no âmbito do Mandado de Segurança Coletivo 1017089-02.2020.4.01.3800, da 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais, que reconheceu a natureza de vencimento da GAJ;

considerando que a referida sentença ainda não transitou em julgado, estando o processo em trâmite no Tribunal Regional Federal da 6ª Região;

considerando que a existência de decisão judicial, ainda que provisória, não afasta a competência desta Corte para apreciar o ato de pessoal e concluir pela sua ilegalidade e que, nesses casos, a jurisprudência do Tribunal é pela negativa de registro ao ato, com preservação da eficácia da decisão judicial ao menos até ulterior deliberação definitiva;

considerando que a rubrica relativa ao AQ judicial não consta mais dos proventos do interessado, ao contrário do que ocorre com a referente ao ATS, que permanece sendo paga (peça 5, p. 6);

considerando, assim, que a irregularidade verificada impõe a negativa de registro do presente ato de aposentadoria, sem prejuízo de que o órgão de origem acompanhe o desfecho da ação judicial, mantendo o pagamento das parcelas nos termos da decisão vigente e promovendo as correções necessárias caso haja modificação ou revogação do provimento judicial;

considerando que, segundo a Súmula-TCU 279, as parcelas oriundas de decisões judiciais, enquanto subsistir fundamento para seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo;

considerando, também, que o tema discutido neste processo está pacificado na jurisprudência desta Corte de Contas, conforme demonstram os Acórdãos de Relação 6.543, 10.818 e 11.135/2023-1ª Câmara e 4.591/2026-2ª Câmara (de minha relatoria), 3.394/2025-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 1.007/2024-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 8.639/2023-2ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), entre outros; e

considerando, por fim, o entendimento firmado no Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), segundo o qual é possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, 260 a 262 do Regimento Interno, em:

a) negar registro ao ato de aposentadoria de Dalton Ricoy Torres;

b) dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, com base na Súmula-TCU 106; e

c) expedir as determinações constantes do subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-017.544/2026-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Dalton Ricoy Torres (598.145.866-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

1.7.1. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança Coletivo 1017089-02.2020.4.01.3800 (da 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais) e, caso desconstituída a decisão judicial, promova a exclusão da rubrica 600 - ATS dos proventos do interessado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. após o trânsito em julgado da sentença proferida no referido processo judicial, emita novo ato de aposentadoria para o interessado e o submeta à apreciação do TCU, no prazo de 30 (trinta) dias;

1.7.3. comunique a presente deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido e o Poder Judiciário não disponha de forma contrária; e

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, disponibilize a este Tribunal o comprovante da notificação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 4941/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de interesse de Arnaldo Nogueira de Lima, servidor do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que o ato foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que a única constatação registrada, referente ao pagamento de rubrica a título de vantagem de caráter pessoal (vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, art. 62-A da Lei 8.112/1990 - quintos/décimos), não constitui óbice ao registro, por estar a concessão em consonância com a jurisprudência deste Tribunal e com os critérios das Leis 8.911/1994 e 9.624/1998, uma vez que os períodos anteriores a 8/4/1998 são suficientes para a incorporação da vantagem;

considerando que o controle interno se manifestou pelo registro do ato;

considerando que a unidade técnica não constatou irregularidades que obstem o registro; e

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, ambos pela legalidade e registro do ato;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em registrar o ato de aposentadoria de Arnaldo Nogueira de Lima (ato 42509/2025 - Inicial), do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social.

1. Processo TC-017.617/2026-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Arnaldo Nogueira de Lima (394.952.646-34)

1.2. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4942/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Manoel Enio Pinheiro, ocupante do cargo de Agente Administrativo do quadro de pessoal do Ministério do Trabalho (extinto), submetido a este Tribunal, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que a única constatação verificada no ato - registro de rubrica relativa a vantagem de caráter pessoal (vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, art. 62-A da Lei 8.112/1990) - não constitui óbice ao registro, uma vez que a concessão da vantagem de quintos ou décimos está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal e com os critérios das Leis 8.911/1994 e 9.624/1998, sendo os períodos anteriores a 8/4/1998 suficientes para a incorporação da vantagem;

considerando que não foram encontradas irregularidades no ato; e

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, ambos pela legalidade e pelo registro do ato;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, em registrar o ato de aposentadoria 86124/2019 - Inicial, de Manoel Enio Pinheiro, do quadro de pessoal do Ministério do Trabalho (extinto) e arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-017.686/2026-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Enio Pinheiro (044.676.392-68)
1.2. Unidade: Ministério da Economia (extinto)
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4943/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Hélio Mecenas, do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que a aposentadoria em exame foi concedida com fundamento na regra de transição prevista no art. 20, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019, com proventos integrais;

considerando que, após a aplicação das críticas automatizadas e da análise técnica, restou demonstrado o atendimento de todos os requisitos exigidos pelo fundamento legal invocado, quais sejam, idade mínima, tempo de efetivo exercício no serviço público, tempo no cargo em que se deu a aposentadoria, tempo de contribuição total e cumprimento integral do período adicional de contribuição (pedágio);

considerando que não foram identificadas irregularidades no ato, não havendo óbice ao seu registro;

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao TCU, ambos pela legalidade e pelo registro do ato;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso V, e no art. 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em registrar o ato de aposentadoria de Hélio Mecenas (ato 3766/2021 - Inicial), do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1. Processo TC-017.744/2026-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hélio Mecenas (209.265.615-53)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4944/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de interesse de Terezinha Alves de Oliveira, ex-servidora do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que, submetido às críticas automatizadas e à análise técnica, o ato não apresentou irregularidades que obstem o seu registro;

considerando que a incorporação da vantagem de quintos/décimos (vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI) está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal e com os critérios das Leis 8.911/1994 e 9.624/1998, considerando-se os períodos anteriores a 8/4/1998 e o tempo residual existente em 10/11/1997;

considerando que a servidora, do sexo feminino, ingressou no serviço público em 30/7/1990 e aposentou-se com proventos integrais com base na regra de transição prevista no art. 20, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019, tendo sido verificado o cumprimento de todos os requisitos exigidos pelo fundamento, inclusive quanto à idade mínima, tempo de serviço público, tempo no cargo, tempo de contribuição e período adicional de contribuição (pedágio);

considerando que o indício de irregularidade detectado pela Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento (FCP), relativo a possível reajuste indevido de VPNI, deve ser tratado no âmbito da própria ação de controle específica, não representando óbice ao registro do ato, tendo sido, ademais, o indício não confirmado após análise dos esclarecimentos prestados pelo gestor de pessoal; e

considerando que a unidade técnica e o Ministério Público junto ao TCU se manifestaram de forma convergente pela legalidade e pelo registro do ato;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, em ordenar o registro do ato de aposentadoria de Terezinha Alves de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.757/2026-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Terezinha Alves de Oliveira (070.674.008-48)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4945/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de interesse de Jayme Fortes Castelo Branco Junior, submetido à apreciação deste Tribunal, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato de concessão de aposentadoria foi cadastrado e disponibilizado a este Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que o servidor se aposentou com proventos integrais com base na regra de transição prevista no art. 20, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que, após a realização das verificações pertinentes, restou demonstrado o cumprimento de todos os requisitos exigidos pelo fundamento legal invocado, notadamente quanto à idade mínima, ao tempo de contribuição, ao tempo de efetivo exercício no serviço público, ao tempo no cargo em que se deu a aposentadoria e ao período adicional de contribuição (pedágio);

considerando que não foram identificadas irregularidades no ato submetido a registro; e

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto a este Tribunal, ambos no sentido da legalidade do ato e de seu consequente registro;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em registrar o ato de aposentadoria de Jayme Fortes Castelo Branco Junior (ato 75257/2025), do quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.797/2026-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jayme Fortes Castelo Branco Junior (401.125.271-91)
1.2. Unidade: Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4946/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato de aposentadoria 11010/2026 - Inicial, de interesse de Demerson Parreira Galvão Dias, foi cadastrado e disponibilizado ao TCU por meio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que a concessão foi fundamentada na regra de transição prevista no art. 20, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019, com exigência de período adicional de contribuição (pedágio);

considerando que, após a aplicação das críticas automatizadas e das verificações pertinentes, constatou-se que o servidor cumpriu integralmente os requisitos exigidos pelo fundamento legal invocado, quais sejam idade mínima, tempo de efetivo exercício no serviço público, tempo no cargo em que se deu a aposentadoria, tempo de contribuição e período adicional de contribuição (pedágio);

considerando que não foram identificadas irregularidades ou óbices ao registro do ato; e

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, ambos pela legalidade e pelo registro do ato;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, em registrar o ato de aposentadoria de Demerson Parreira Galvão Dias, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.804/2026-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Demerson Parreira Galvao Dias (076.245.598-54)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4947/2026 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de dois atos de aposentadoria de interesse de Claudia Munhoz de Lima Castro, submetidos à apreciação deste Tribunal, para fins de registro.

Considerando que os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que os proventos dos atos 69658/2023 e 1813/2026 consignaram a vantagem de quintos/décimos (vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, art. 62-A da Lei 8.112/1990) parcialmente incorporada com base no exercício de funções comissionadas no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, cuja concessão contraria a jurisprudência deste Tribunal e do Supremo Tribunal Federal firmada no RE 638.115/CE, no sentido de ser ilegal a incorporação de quintos com fundamento em funções exercidas naquele interregno;

considerando, todavia, que a referida parcela remuneratória se encontra amparada por decisão judicial transitada em julgado, proferida na Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, ajuizada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, na qual a interessada constou expressamente do rol de substituídos beneficiados (relação de fls. 448-500 daqueles autos), circunstância que a torna apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, restando insuscetível de correção por este Tribunal, em consonância com o entendimento do STJ (REsp. 1.650.721/SC) e o Acórdão 828/2023-TCU-Plenário;

considerando que, no tocante à vantagem de opção (art. 2º da Lei 8.911/1994 c/c o art. 193 da Lei 8.112/1990) inicialmente consignada no ato 69658/2023, cujo pagamento seria irregular, o gestor de pessoal emitiu ato de alteração (1813/2026) excluindo a referida rubrica, não estando esta sendo paga nos proventos atuais da interessada, o que autoriza o registro do ato com fundamento no art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU;

considerando que as demais parcelas dos atos se encontram em conformidade com a legislação e a jurisprudência deste Tribunal; e

considerando que os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU são convergentes no sentido do registro dos atos com ressalva;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU e 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023, com redação dada pela Resolução TCU 377/2025, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) registrar, com ressalva, os atos de aposentadoria 69658/2023 e 1813/2026, de interesse de Claudia Munhoz de Lima Castro, ressalvando que a parcela remuneratória irregular constante dos atos submetidos a registro está amparada por decisão judicial transitada em julgado, apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, o que a torna insuscetível de correção por este Tribunal; e

b) informar o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP quanto ao teor desta deliberação.

1. Processo TC-017.902/2026-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Claudia Munhoz de Lima Castro (100.391.778-07)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4948/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria concedido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que o ato foi disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que, submetido o ato às críticas automatizadas e à verificação técnica cabível, não se constatou irregularidade capaz de obstar o seu registro;

considerando que o parecer do controle interno se manifestou pela legalidade do ato; e

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, ambos pela legalidade e pelo registro do ato;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em registrar o ato de aposentadoria de Paulo Rodrigues Nascimento Neto (ato 55996/2023).

1. Processo TC-018.080/2026-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Rodrigues Nascimento Neto (123.985.354-87)
1.2. Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Alagoas - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4949/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Edward White de Araújo, no cargo de Técnico Judiciário/Área Administrativa do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que a unidade especializada, acompanhada pelo Ministério Público junto ao TCU, propôs a negativa de registro do ato, uma vez que consta o pagamento de parcela judicial, referente ao adicional por tempo de serviço (ATS), no valor de R$ 713,60 (peça 3, p. 4), calculada, indevidamente, com base na gratificação de atividade judiciária (GAJ);

considerando que a inclusão da GAJ na base de cálculo da vantagem não encontra amparo legal, pois o adicional deveria incidir sobre o vencimento básico, à luz da jurisprudência desta Corte, no sentido de que a GAJ, prevista na Lei 11.416/2006, não possui natureza de vencimento, mas de gratificação, conforme disposto nos arts. 40 e 41 da Lei 8.112/1990;

considerando que, apesar disso, o interessado possui decisão judicial proferida no âmbito do Mandado de Segurança Coletivo 1017089-02.2020.4.01.3800, da 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais, que reconheceu a natureza de vencimento da GAJ;

considerando que a referida sentença ainda não transitou em julgado, estando o processo em trâmite no Tribunal Regional Federal da 6ª Região;

considerando que a existência de decisão judicial, ainda que provisória, não afasta a competência desta Corte para apreciar o ato de pessoal e concluir pela sua ilegalidade e que, nesses casos, a jurisprudência deste Tribunal é pela negativa de registro ao ato, com preservação da eficácia da decisão judicial ao menos até ulterior deliberação definitiva;

considerando, assim, que a irregularidade verificada impõe a negativa de registro do presente ato de aposentadoria, sem prejuízo de que o órgão de origem acompanhe o desfecho da ação judicial, mantendo o pagamento das parcelas nos termos da decisão vigente e promovendo as correções necessárias caso haja modificação ou revogação do provimento judicial;

considerando que, segundo a Súmula-TCU 279, as parcelas oriundas de decisões judiciais, enquanto subsistir fundamento para seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo;

considerando, também, que o tema discutido neste processo está pacificado na jurisprudência desta Corte de Contas, conforme demonstram os Acórdãos de Relação 6.543, 10.818 e 11.135/2023-1ª Câmara e 4.591/2026-2ª Câmara (de minha relatoria), 3.394/2025-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 1.007/2024-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 8.639/2023-2ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), entre outros; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando, por fim, o entendimento firmado no Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), segundo o qual é possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, 260 a 262 do Regimento Interno, em:

a) negar registro ao ato de aposentadoria de Edward White de Araújo;

b) dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, com base na Súmula-TCU 106; e

c) expedir as determinações constantes do subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-019.612/2026-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edward White de Araújo (660.349.226-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MT

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

1.7.1. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança Coletivo 1017089-02.2020.4.01.3800 (da 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais) e, caso desconstituída a decisão judicial, promova a exclusão da rubrica 600 - ATS dos proventos do interessado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. após o trânsito em julgado da sentença proferida no referido processo judicial, emita novo ato de aposentadoria para o interessado e o submeta à apreciação do TCU, no prazo de 30 (trinta) dias;

1.7.3. comunique a presente deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido e o Poder Judiciário não disponha de forma contrária; e

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, disponibilize a este Tribunal o comprovante da notificação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 4950/2026 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos da apreciação, para fins de registro, de lista de atos de pensão civil (lista 79/2025), submetidos ao Tribunal por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que os atos foram submetidos às críticas automatizadas do Sistema e-Pessoal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Resolução-TCU 353/2023;

considerando que a lista 79/2025 foi criada em 8/12/2025 e disponibilizada, pelo prazo de seis meses, para amplo acesso aos gabinetes de autoridades (Ministério Público junto ao TCU e Ministros), com vistas à eventual retirada de atos da lista para tratamento em processo apartado, na forma da Portaria-AudPessoal 2/2025;

considerando que, expirado o referido prazo de seis meses, os atos que permaneceram na lista devem ser considerados prejudicados por perda de objeto; e

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, no art. 143, inciso III, e no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, e no art. 5º, § 3º, e art. 9º da Resolução-TCU 353/2023, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos de pensão civil constantes da lista 79/2025 e arquivar o processo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1. Processo TC-001.719/2026-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adalgiza Costa Ferreira (686.977.594-04); Adenilta Miranda Rocha (104.372.167-30); Adilson José Nogueira (420.322.457-87); Afra de Albuquerque (162.760.001-91); Alaide Alves de Moraes Santos (027.539.804-89); Alair Pimentel Gomes dos Santos (171.972.872-00); Alberto Jorge Monteiro Menezes (133.904.574-53); Alceda Andrade de Almeida (528.375.137-68); Alexandrina Amancio da Silva de Oliveira (330.389.453-15); Alice Guimarães de Ulhoa (129.999.891-72); Alice Macada Lange (242.360.200-68); Alice Peixoto de Senna (887.200.127-72); Alita dos Santos (776.035.167-49); Almerinda Paula da Silva (409.557.701-06); Altasira Maria Rosa (573.229.887-87); Alzerina Gomes Magalhães (038.542.267-99); Alzira Emilia de Souza (198.527.464-72); Alzira Teofilo da Silva (832.112.924-20); Ana Amelia Milhomem Martins (679.520.386-72); Ana Maria Cruz da Silva (862.012.635-00); Ana Maria Souza de Oliveira (588.134.895-87); Ana Maria de Musis Vieira (451.904.611-49); Anadir Peixoto Ferreira (143.618.921-72); Angela Cristina Pecanha Dutra (322.414.707-59); Angela Maria Aquino de Quadros Barros (690.362.177-68); Anibal Varella da Silva (009.859.109-68); Anita da Silva Boaventura (313.842.340-04); Anna Maria Moses Thompson Motta (920.609.437-87); Annita Werba (109.682.707-78); Antonia Isabel Holanda Bessa (141.234.283-04); Antonia Pereira Mendonca (043.208.393-66); Antonio Carlos Barreto (046.156.461-00); Antonio Fonseca Pimentel Junior (039.587.101-82); Antonio Gomes de Farias Filho (135.009.029-87); Antonio Rival Fernandes (033.245.839-34); Aparecida Teruko Ito Rachi (249.581.901-04); Aristea Alves Pedro (631.253.077-91); Aristides Dornas Junior (178.851.756-34); Audilea Tavares Ferreira (513.458.707-87); Benedita Queiroz da Silva (375.537.124-34); Berenice Maria Correa da Silva Goncalves (330.262.888-96); Bruna Niedzielski Neves (146.879.677-10); Carlos Alberto da Silva Silveira (076.141.100-30); Carlos Cantanhede (516.803.197-87); Carlos de Mesquita Campos (024.310.924-53); Carmen Thereza Carreiro Gonzaga Guimarães (669.579.407-30); Cecilia Guimarães Monteiro de Araujo (158.984.998-14); Celia Heleodoro Machado Lima (983.660.929-68); Cilea de Oliveira Lima Monteiro (492.676.397-49); Clara Correia Miguel (088.300.688-02); Clarice Mesel de Castro Lobo (000.499.994-00); Cleria Cristofori Maia (115.219.287-62); Cleusa Maria Orestes Grandini (197.911.780-20); Conceicao de Maria Monteiro da Silva (095.751.035-72); Cylea Coelho Silveira da Rosa (024.334.357-49); Cyrene de Abreu Leite (440.523.087-00); Darcy Vitalino da Silva (056.244.797-00); Debora Soares Correia dos Santos (040.482.613-04); Delcia das Gracas Fondaik da Rosa (321.889.940-00); Dinalva Macedo de Oliveira (010.117.346-64); Divanir Faustina Goncalves (091.790.617-96); Dulce Guimaraes (012.248.321-91); Edinalda Simião de Brito (068.397.344-47); Edinalva Candida da Silva (022.264.754-00); Edite Felipe de Almeida (095.824.014-00); Edite Mafia Teixeira (324.905.506-91); Edna Maria da Silva Pimenta (518.768.686-00); Edna Silva de Oliveira (561.342.826-34); Edna Soares da Cunha (303.570.712-04); Eduardo Clauson (068.065.548-49); Edy da Silva Pazutti (639.120.900-68); Eliane Maria de Araujo Pereira Moreira (132.141.874-49); Elisa Maria de Almeida dos Santos (066.596.661-09); Elisabeth Ribeiro Alves da Silva Lima (851.281.717-87); Elizabeth Inacia Ferreira (454.618.211-20); Elizabeth Nogueira Lobo (688.316.097-34); Elvira Roris Temporal (020.442.484-41); Epifanio Juarez Camaratta (184.867.200-44); Ernane Campelo de Moura (090.348.204-59); Esmeraldina Tania das Chagas Bomfim (014.169.067-46); Etelvina Barbosa de Camargo (153.907.288-66); Eugenio Jose dos Santos Filho (072.982.007-63); Everaldo Melo dos Santos (077.373.005-20); Fatima Eliane Riquel Copatti (398.513.890-72); Felismina Tavares Nunes (581.213.662-91); Fernanda Natividade Rodrigues de Oliveira (550.124.699-68); Fernando Gil Andara da Silva (086.826.467-90); Flavio Manoel Garros Bogea (601.985.143-52); Francisca Alves Nepomuceno de Oliveira (038.755.123-91); Francisca Barboza de Lima Cezar (825.348.377-53); Francisca Lima de Souza (139.456.533-04); Francisca Pereira (258.733.347-49); Francisca Pires de Carvalho Freitas (422.346.704-20); Francisca das Chagas Farias Sampaio (297.834.297-87); Francisca de Almeida Cunha (429.486.496-68); Francisco Ferreira dos Santos (001.863.173-87); Francisco Goncalves da Silva Filho (127.081.057-01); Francisco Pires de Brito (042.951.532-49); Frederico Correia Maranhao (066.812.554-34); Gabriel Jeferson Anjo da Silva (151.520.637-86); Gabrielle Caetano de Almeida Santos (071.934.351-83); Gaspar Silveira Costa (098.804.100-68); Genelice Marques dos Santos (103.598.775-91); Geni da Aparecida Alves de Oliveira (003.505.337-25); Geralda Paulo de Araujo Martins (871.845.756-87); Germana Maria de Sousa Montenegro (321.858.123-00); Gertrudes Braulina Faria (830.558.197-72); Getulio Celso Ribeiro do Nascimento (698.680.697-34); Gilda Manhaes Pinheiro

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(089.461.547-56); Gilka de Andrade Vidal (091.989.747-93); Glaucia Haertel Muniz (710.798.669-49); Gracia Maria de Carvalho Braz Figueira (428.368.407-49); Gracinda Santos da Silva (911.664.547-20); Guaracira Gouvea de Sousa (272.637.388-72); Haroldo Weliton Sampaio Viana (570.993.598-00); Helio Brandao Leite (018.807.487-20); Heloides Rosas Almeida dos Prazeres (623.310.272-34); Henrique Americo Siqueira (267.360.397-20); Henya Gabriela Copatti Tonini (008.983.710-07); Hilario Pinheiro (102.114.037-68); Hilda Feitosa dos Santos (235.781.144-72); Iclea Gomes de Oliveira Giordano (025.355.727-53); Ieda Pontes de Andrade (102.288.293-72); Ilza Rodrigues dos Santos (061.857.113-20); Iolanda Ramires do Rosario (421.263.550-04); Ione de Oliveira Pilla (486.283.600-34); Iracema do Nascimento (479.341.232-72); Irani Oliveira (294.167.016-53); Ivone D Aquino D Avila (003.462.819-38); Ivone de Borba Argemi (443.158.050-68); Ivonete Soares dos Santos (008.065.814-84); Izaira da Costa Freitas (481.805.301-59); Jacy Viturino da Silva (642.674.907-91); Janaina Caribe de Andrade (044.396.115-83); Jane de Albuquerque Maranhao Monteiro (532.407.403-97); Joab Pinto Castelo Branco (246.336.743-15); Joao Alves Fernandes (101.073.047-91); Joao Baptista Guedes e Silva (039.959.257-15); Joao Carlos Malheiros Pereira (432.259.854-49); Joao Garcia Schumacker (010.544.220-87); Joao Gualberto de Barros Filho (001.165.482-15); Joao Pedro Britto Delaura Meyer (128.486.726-92); Joao Roberto Sampaio de Medeiros (047.551.384-34); Jonir Moraes Lhulier (433.115.630-34); Jorge Gaspar Machado (012.841.467-74); Jose Alves de Oliveira (040.597.263-62); Jose Aurino de Melo (010.544.225-91); Jose Fernando Ferreira Lima (045.194.697-91); Jose Gomes Ferreira (011.210.906-30); Jose Hemetrio de Menezes (053.237.381-20); Jose Tenorio Barreto (059.121.727-91); Joselita Leal (342.435.935-15); Josilda Ribeiro de Oliveira (127.818.515-15); Josue Paiva Barreto (058.042.057-49); Jucinea Maria de Carvalho dos Santos (616.199.141-15); Juliana Gabriella Silva (161.538.377-86); Karla Zulmira Pereira Moreira (075.123.614-40); Katia Maria Villaca de Araujo (029.734.707-14); Katia Zulene Pereira Moreira (064.609.024-02); Laide de Fatima Pereira Cunha (191.374.601-10); Lair Monteiro de Souza (373.666.027-87); Laudelina de Oliveira Pedrosa (719.349.011-72); Lauro Ferreira Rocha (006.262.873-91); Lea Tinoco Coutinho (032.156.557-64); Lecy de Mendonca Amaral (022.324.667-01); Lenir Viana dos Santos Carrico (562.238.701-91); Leonia Pereira Laurentino (399.422.793-34); Lia Ignez Santos Daflon Gomes (196.622.467-20); Liduina Gomes Carneiro (739.468.423-72); Ligia Magaly de Oliveira Didier (588.197.894-34); Lucia Helena Ribeiro do Nascimento (081.908.707-69); Lucia Paredes do Amaral (048.524.374-16); Lucinda Domingas Romagna Rosina (447.088.900-87); Luiz Cavalcante Pessoa (002.595.274-91); Luiza Helena Semeghini (539.659.657-00); Lysie Tavares Cavalcanti (680.091.197-68); Malvina Coculo Gomes (031.743.159-56); Manoel Laudelino de Souza (059.055.167-15); Marcela Wiviane Pereira Moreira (064.880.074-16); Marcelo Walter Pereira Moreira (075.123.574-19); Marcia Ferreira (860.703.399-91); Marco Antonio Durant (293.488.200-44); Margarete Monteiro Tejas (220.312.602-78); Maria Amelia Costa da Rocha (255.664.583-00); Maria Analia Goes Santos (930.562.815-04); Maria Aparecida Martucci Pimentel (109.712.867-95); Maria Aparecida da Luz (324.373.156-91); Maria Aparecida de Souza (051.406.557-56); Maria Cassula Aires dos Santos (009.987.592-60); Maria Christina de Barros Costa (782.426.061-53); Maria Claudete do Nascimento Juca (216.985.892-04); Maria Eduarda de Almeida Yule Carvalho (083.766.951-00); Maria Elci Araujo da Rocha (675.148.800-97); Maria Estela de Lima (569.355.443-00); Maria Felina da Silva (753.721.693-20); Maria Genoveva Caldas de Medeiros (156.067.164-53); Maria Geraldina Cordeiro Moura (428.451.069-04); Maria Helena Busse Appel (607.183.230-68); Maria Helena Neves Barbosa (209.651.252-20); Maria Herilene Melo de Oliveira (060.796.283-68); Maria Jose Cardoso Silva (112.404.071-49); Maria Jose Mota Sousa e Pinto (030.898.863-91); Maria Jose Pereira Thuler (458.932.687-68); Maria Jose Tenorio Generoso (496.823.934-34); Maria Jose do Nascimento Sousa (486.810.834-49); Maria Julia da Silva Monteiro (447.117.007-49); Maria Ligia Malheiros Pereira (856.738.034-00); Maria Lopes Cotta (002.368.646-45); Maria Luiza Lira Pereira (165.992.537-17); Maria Luzia Costa (886.635.313-20); Maria Madalena Leite Garcia (025.250.879-33); Maria Margarida de Sousa Queiroz (336.745.822-87); Maria Naide dos Santos de Oliveira (433.440.209-78); Maria Nazareth Bayer Sippel (113.816.767-31); Maria Neusa Gomes de Araujo (075.258.344-15); Maria Odete Carlos Barboza (381.869.343-91); Maria Pereira da Silva (236.101.234-00); Maria Sonia Soares Caetano (090.903.553-91); Maria Teresa Goncalves Fernandes (077.246.227-52); Maria Therezinha Faria da Silva (653.483.461-87); Maria da Conceicao Lopes Cardozo (260.834.770-34); Maria da Gloria Lins Pinto

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(919.289.317-15); Maria da Gloria Moreira de Sales (005.714.375-75); Maria da Penha de Castro Pereira (068.367.227-40); Maria da Silva Reis (730.315.852-91); Maria da Solidade e Souza (384.255.215-72); Maria das Dores Arruda de Lima (330.508.134-15); Maria das Gracas Rolim Tavares e Sa (018.219.113-34); Maria das Neves dos Santos (417.308.604-00); Maria das Virgens Silva Lemos (130.973.505-00); Maria de Jesus Soares Santos (278.886.225-34); Maria de Las Nieves Eirin de Rapp (012.032.377-07); Maria de Lourdes Andrade de Vasconcelos (396.285.744-34); Maria de Lourdes Bebe Portela (031.705.445-78); Maria de Lourdes Dantas do Nascimento (042.277.351-49); Maria de Lourdes Santos (048.765.956-23); Maria de Lourdes Veras (202.865.973-49); Maria de Sousa Pires (642.287.891-53); Maria do Carmo de Freitas (926.394.026-68); Maria do Socorro Brito e Silva (044.006.823-15); Mariana Mendes da Silva (898.994.073-72); Marilia Alves de Oliveira (878.362.201-25); Marita Moura Monteiro (152.513.901-06); Marlene Gouvea (639.981.147-34); Marli Pinto Almirante (286.917.331-87); Marly de Souza Ferreira (620.493.304-30); Marta Susana Sanchez de Rodriguez (399.042.376-20); Matilde Vieira da Silva (336.978.417-34); Mercedes Carmona Cardoso (383.970.137-68); Michele Lourenco Oliveira (094.854.667-06); Monica Honorato Rebello (088.015.297-40); Myriam de Vasconcelos Leal Ferreira (036.543.035-87); Nadir da Silva (760.962.384-91); Nadyr Romualdo Raymundo da Silva (664.529.967-20); Nair Casal de Rey Arantes (133.954.018-55); Nair de Souza Maciel (550.460.297-15); Natalina Etelvina Goncalves (613.027.249-91); Neida Pereira Perrupato (466.384.741-20); Neides Nobre do Nascimento (058.960.703-06); Neiva Sampaio Veras Ferreira (456.923.603-06); Neuza Macia Ferreira Magno (459.202.570-91); Neuza Macia Ferreira Magno (459.202.570-91); Neyde Martins (023.380.878-79); Nilza Krauze do Nascimento (038.067.479-38); Noeli da Silva Gaspar (941.336.207-63); Noemia Lerner Adelson (180.031.767-00); Noemia Mendes Alviso (791.063.747-00); Odair Jose Greta Faria (011.388.959-38); Odete Oliveira dos Santos (320.067.055-04); Odette da Costa Ribeiro (644.172.807-97); Olinda Silveira Motta (578.517.351-49); Orcilea de Oliveira da Silva (724.988.207-44); Oscar Viana de Siqueira (019.028.062-04); Paulo Celso Macedo da Silva (666.722.447-00); Paulo Sergio Pinheiro Vasconcelos (425.758.182-49); Pedro Henrique Correa de Oliveira e Barros (038.256.221-69); Petrucia da Silva Rocha (144.835.214-20); Rachel Duval Aguiar (943.131.487-87); Raimunda da Silva Oliveira (024.844.042-04); Raimundo Caetano de Oliveira (096.268.082-68); Raimundo de Souza Smith (599.130.102-68); Raquel Codevila Tonini (011.085.000-99); Renilde Smith Lima (142.565.842-34); Rina Ibirajara de Alencar Laboissiere (133.262.366-20); Rita Celia da Motta Ribeiro (074.318.687-74); Ronaldo Gomes do Rego (005.360.674-49); Rosa Amelia Cantarelli Almeida (192.266.590-87); Rosa Perdiz Carvalho de Jesus (311.003.681-91); Rosilda Vieira Kokai (098.377.872-87); Ruth Benedita da Silva Aniceto (538.862.676-87); Santuza de Mendonça dos Santos Ribeiro (024.691.707-53); Sebastiana Lourenço da Silva Correa (015.028.057-23); Sebastião Sá de Albuquerque (322.087.074-00); Selma Vieira Reis (811.718.547-49); Severina Dias de Lima (169.780.134-04); Severina Maria Silva Dutra (169.951.554-91); Severino Carlos dos Santos (301.985.774-00); Sinesia Moreira dos Santos (729.511.505-63); Sonia Lucia Coimbra Granville Costa (234.553.904-63); Sonia de Carvalho Moraes (516.797.445-34); Tatiana Ribeiro do Nascimento (085.143.917-98); Teresinha da Rocha Avila (109.962.087-20); Tereza Cristina de Andrade (231.804.028-14); Terezinha Albuquerque Mendes (115.550.763-00); Terezinha Marques Ferreira de Melo (378.415.484-00); Terezinha Mascarenhas Lima (633.720.705-00); Terezinha de Castro Tavares Coelho (791.444.708-00); Theresinha Assumpta Rossetto Ferreira (170.335.068-56); Theresinha Ferreira Marra (584.932.716-91); Tiago Girao Pires Chastinet (024.525.473-01); Ulcineia Cardoso (144.634.829-68); Valdenizia Gomes da Silva (426.020.332-00); Valdereis Martins Veras (775.211.021-34); Valdir Lazzarin (072.721.460-87); Valeria Peres Pereira (617.365.110-68); Vanda Maria Leite de Souza (117.871.393-87); Vanda dos Santos Camelo (111.255.004-68); Vera Lucia Valsechi Carneiro (902.365.486-20); Vilma Machado Bastos Uchoa (384.463.087-20); Virgilia Maria Athayde Bispo Pereira (229.621.315-49); Virginia Moreira Sarguis (776.213.017-91); Vitalina Pereira dos Santos (114.743.727-08); Wagner de Araujo Cunha (006.544.506-68); Wilma Castro da Costa (003.599.117-81); Wilma Ramos Fonseca (001.948.919-68); Wilma de Castilho Dias Ferreira Duque (213.631.198-00); Wilton Lopes (008.584.987-15); Yara Magdalena Beutel (028.986.751-72); Zenaide Alves da Silva (006.898.725-00); Zilda Maria dos Santos (093.724.077-04); Zilda de Almeida Costa (013.061.727-05); Zuleida Martins Santos (110.377.251-15)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.2. Unidade: Advocacia-Geral da União; Agência Nacional de Telecomunicações; Banco Central do Brasil; Câmara dos Deputados; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Colégio Pedro II; Comando da Aeronáutica; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Controladoria-Geral da União; Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército; Diretoria do Pessoal Civil da Marinha; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Nacional de Saúde; Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Nacional de Tecnologia - MCTI; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto); Ministério da Economia (extinto); Ministério da Saúde; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar; Polícia Rodoviária Federal; Senado Federal; Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha; Superintendência de Seguros Privados; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Itajubá; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4951/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de pensão civil instituída por Laerte Costa, ex-servidor do quadro de pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, em favor de seu cônjuge, Telma Eliza Costa, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que o ato foi disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que, embora o ato submetido a registro tenha consignado o pagamento da rubrica 10289 (DECISÃO JUDICIAL N TRAN JUG AP), no valor de R$ 641,75, verificou-se, mediante consulta à ficha financeira atual do beneficiário, que tal parcela já foi excluída dos proventos da pensão desde fevereiro de 2025, não subsistindo, portanto, pagamento irregular;

considerando que, nos termos do § 1º do art. 7º da Resolução-TCU 353/2023, o ato que apresente inconsistência na versão submetida ao exame do Tribunal, mas que não dê ensejo a pagamento irregular, comporta registro; e

considerando que a unidade técnica e o representante do Ministério Público junto ao TCU se manifestaram, em pareceres convergentes, pelo registro do ato, com ressalva;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

a) registrar o ato de concessão de pensão civil em favor de Telma Eliza Costa, instituída por Laerte Costa, ressalvando que o pagamento consignado no ato submetido a registro, relativo à rubrica de decisão judicial (10289), deixou de ser pago atualmente, segundo pesquisa realizada na ficha financeira disponível para consulta deste Tribunal; e

b) comunicar esta deliberação à Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Processo TC-008.197/2026-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Telma Eliza Costa (808.477.069-15)

1.2. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4952/2026 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de atos de pensão militar emitidos pelo Comando da Aeronáutica, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que os atos foram submetidos às críticas automatizadas e à verificação técnica previstas na Instrução Normativa TCU 78/2018 e na Resolução TCU 353/2023;

considerando que os indícios de irregularidade detectados no módulo Indícios do e-Pessoal, relativos à inobservância do § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019 (pagamento indevido de benefício previdenciário) e à acumulação de cargos, referem-se a matérias adequadamente tratadas no âmbito da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento (FCP), ação de controle reconhecida como válida e eficaz pela Resolução TCU 353/2023;

considerando que, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução TCU 353/2023, as parcelas remuneratórias devem ter sua legalidade verificada, preferencialmente, mediante fiscalização de folha de pagamentos, sem prejuízo de sua análise durante a apreciação do ato submetido a registro;

considerando que os indícios apontados se encontram arquivados, em monitoramento ou em fase de esclarecimento, não tendo sido confirmados ou já não incidindo nas folhas de pagamento subsequentes, de modo que não representam óbice ao registro dos atos;

considerando que o anexo classificado como sentença judicial no ato 46401/2025 consiste em Escritura Pública Declaratória de União Estável, que subsidia a inclusão de beneficiária na condição de companheira, não obstando o registro; e

considerando os pareceres uniformes pela legalidade emitidos pelo controle interno, pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e pelo Ministério Público junto ao TCU;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em registrar os atos de pensão militar a seguir relacionados, do quadro de pessoal do Comando da Aeronáutica:

a) 43643/2025 - José Juarez Ferreira Mesquita;

b) 46401/2025 - Alexandre Bayer Botelho;

c) 58352/2025 - Dalton de Souza Mendes; e

d) 68881/2025 - Celia Regina de Araújo Santana.

1. Processo TC-017.464/2026-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Amelia de Assis Lobo de Mesquita (398.350.493-00); Ana Ludmilla Correia Botelho (028.321.952-10); Jamille Lobo de Mesquita Pinheiro (390.912.793-20); Janille Lobo Mesquita de Lima (242.145.583-91); Jeanne Lobo de Mesquita Lima (315.616.323-68); Karla Bellina Rebello Botelho (013.019.807-22); Maria Ignez de Paula Mendes (708.495.957-20); Severino José de Santana Filho (350.012.754-15)

1.2. Unidade: Comando da Aeronáutica

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4953/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de pensão militar de interesse de beneficiários vinculados ao Comando da Aeronáutica, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que os atos foram submetidos às críticas automatizadas e à verificação técnica na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018 e da Resolução TCU 353/2023;

considerando que, nos atos 73375/2025 (José de Assis Alves) e 77572/2025 (Luiz Guilherme da Silva), eventuais ilegalidades identificadas na concessão da reforma foram sanadas por ocasião da concessão da pensão, uma vez que os instituidores contribuíram para o posto/graduação com base no qual foram calculados os benefícios pensionais;

considerando que, nos atos 74254/2025 (Jorge José de Magalhães), 77502/2025 (Adauto Braz da Silva) e 78079/2025 (João José Felix), não se verificaram irregularidades que constituam óbice ao registro, seja porque o instituidor detinha o tempo necessário à percepção de proventos correspondentes ao posto/graduação superior (art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980), seja em razão da estabilização de estrutura remuneratória já apreciada e considerada legal por esta Corte há mais de cinco anos, na linha do Acórdão 1.724/2025-TCU-Plenário;

considerando que os indícios de irregularidade da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento (FCP) relativos ao ato 78079/2025, atinentes a possível inobservância do § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019, foram arquivados após apuração pelo gestor de pessoal, sem confirmação, não constituindo óbice ao registro, sem prejuízo de tratamento contínuo por meio da FCP;

considerando que, no tocante ao ato 78079/2025, a ficha financeira das beneficiárias apresenta indícios de utilização de base remuneratória correspondente ao posto de Primeiro-Tenente, divergente da estrutura consignada no ato submetido ao Tribunal (Segundo-Tenente), matéria que, nos termos do art. 7º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023, é distinta do exame de legalidade da concessão e não impede o registro; e

considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, ambos pela legalidade e pelo registro dos atos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

registrar os atos de pensão militar:

a.1) 73375/2025 - Alteração, de José de Assis Alves;

a.2) 74254/2025 - Inicial, de Jorge José de Magalhães;

a.3) 77502/2025 - Inicial, de Adauto Braz da Silva;

a.4) 77572/2025 - Inicial, de Luiz Guilherme da Silva; e

a.5) 78079/2025 - Inicial, de João José Felix; todos do quadro de pessoal do Comando da Aeronáutica;

b) determinar ao Comando da Aeronáutica que, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 7º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023, no tocante ao ato 78079/2025 - Inicial , de João José Felix:

b.1) promova a verificação da conformidade dos pagamentos atualmente efetuados às beneficiárias da pensão com a estrutura remuneratória constante do ato submetido ao Tribunal;

b.2) avalie eventual repercussão da negativa de registro da alteração de reforma apreciada por meio do Acórdão 5.381/2020-TCU-2ª Câmara sobre a base de cálculo atualmente utilizada na folha de pagamento; e

b.3) adote as providências administrativas necessárias à correção e regularização de eventuais pagamentos indevidos identificados.

1. Processo TC-018.413/2026-9 (PENSÃO MILITAR)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.1. Interessadas: Aurenice Maria Felix (520.947.234-53); Aurilene Maria Felix do Nascimento (425.423.164-49); Eneida Pereira Lima Silva (218.274.193-34); Janaina de Andrade Magalhães (020.449.057-01); Maria Divina Rodrigues da Silva (057.232.801-04); Regina Agra Alves (081.718.677-82)

1.2. Unidade: Comando da Aeronáutica

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4954/2026 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de cinco atos de concessão de pensão militar, de responsabilidade do Comando do Exército, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que os atos foram submetidos às críticas automatizadas e às verificações complementares previstas na Instrução Normativa TCU 78/2018 e na Resolução TCU 353/2023, tendo as constatações registradas sido devidamente esclarecidas no curso da instrução;

considerando que, quanto às divergências de tempo de serviço e à diferença entre o posto/graduação da ativa e o de referência para o cálculo dos proventos de pensão, restou demonstrado que os instituidores detinham o tempo necessário para passagem à reserva remunerada com proventos correspondentes ao grau hierárquico superior, nos termos do inciso II do art. 50 (redação original) da Lei 6.880/1980, aplicável inclusive aos militares transferidos para a inatividade sob a vigência da Lei 5.774/1971, por força do art. 1º da Lei 7.570/1986;

considerando que a verificação dos valores pagos nos últimos contracheques dos pensionistas não revelou irregularidade, estando os benefícios pensionais compatíveis com os postos/graduações de referência apurados;

considerando que os pareceres do controle interno e da unidade técnica são convergentes e concluem pela legalidade e consequente registro dos atos; e

considerando que o representante do Ministério Público junto ao TCU se manifestou de acordo com a proposta da unidade técnica;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em registrar os atos de pensão militar a seguir relacionados, todos do quadro de pessoal do Comando do Exército:

a) 44570/2024 - Inicial - Helis Pereira Rangel;

b) 64003/2024 - Reversão - Dalton Pereira;

c) 64104/2024 - Inicial - Helcio Ferreira Ramos;

d) 71273/2024 - Inicial - Sergio Roberto da Silva; e

e) 76238/2024 - Inicial - Marciano Bravo.

1. Processo TC-018.424/2026-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alvina Meira da Silva (037.512.187-00); Istael de Oliveira Bravo Feitosa (719.380.447-20); Neuza Martins Costa Rangel (993.516.927-87); Sonia Maria Dezouzart Ramos da Cruz (815.416.437-04); Valeria Freire Pereira Resnick (667.534.737-34)

1.2. Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4955/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de pensão militar submetidos à apreciação deste Tribunal, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

considerando que, submetidos os atos às críticas automatizadas e à verificação humana adicional, as constatações apuradas foram devidamente esclarecidas, não subsistindo óbice ao registro;

considerando que, quanto aos atos 70517/2024 (de Americo Antonio Honorio), 2964/2026 (de Hyppacio Perdigão Benevides Neto), 3301/2026 (de José Vieira Leite) e 22909/2026 (Newton da Silva), as divergências de tempo de serviço e as questões relativas ao posto/graduação de referência para cálculo dos proventos foram esclarecidas, tendo sido confirmado que os benefícios pensionais correspondem ao posto/graduação para o qual os instituidores contribuíram, sem irregularidade nos valores pagos;

considerando que, no tocante ao ato 3299/2026 (de George de Andrade Santos), a estrutura remuneratória e o percentual de adicional por tempo de serviço já se encontram estabilizados pelo decurso do prazo, em conformidade com o entendimento firmado no Acórdão 1.724/2025-TCU-Plenário, que versa sobre a impossibilidade de revisão de estrutura remuneratória já apreciada e considerada legal pelo TCU há mais de cinco anos; e

considerando que os pareceres do controle interno, da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU são convergentes pela legalidade e pelo registro dos atos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em registrar os atos de pensão militar, todos do quadro de pessoal do Comando da Aeronáutica:

a) 70517/2024 - Inicial - Americo Antonio Honorio;
b) 2964/2026 - Inicial - Hyppacio Perdigão Benevides Neto;
c) 3299/2026 - Reversão - George de Andrade Santos;
d) 3301/2026 - Inicial - José Vieira Leite; e
e) 22909/2026 - Inicial - Newton da Silva.

1. Processo TC-018.458/2026-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alciria Alves Leite (025.653.509-45); Marcia Valeria da Silva Santos (098.189.157-80); Nea Regina da Silva Bonato (636.619.347-91); Rosa Maria da Silva Santos (023.765.447-42); Silvia Maria Martins Galvao Honorio (926.874.740-53); Zelia Regina Simoes Benevides (637.015.107-68)

1.2. Unidade: Comando da Aeronáutica

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4956/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de pensão militar emitidos pelo Comando do Exército, submetidos à apreciação deste Tribunal, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal, e cadastrados no Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que os atos foram submetidos às críticas automatizadas previstas na Instrução Normativa TCU 78/2018 e na Resolução TCU 353/2023, bem como à verificação técnica adicional, sem que fossem detectadas irregularidades que constituam óbice ao registro;

considerando que, embora tenha sido apontado que o posto/graduação de referência para o cálculo dos proventos de pensão é diferente do posto/graduação na ativa, configurando possível descumprimento do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, a unidade técnica constatou que, nos casos analisados, os instituidores contribuíram para posto/graduação superior para fins de pensão militar, nos termos do art. 6º da Lei 3.765/1960, e/ou detinham tempo de serviço suficiente para a passagem à inatividade com proventos majorados, conforme o art. 50, inciso II (redação original), da Lei 6.880/1980, não havendo, portanto, óbice ao registro;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que a verificação dos valores pagos nos últimos contracheques dos pensionistas não detectou irregularidade; e

considerando que a unidade técnica e o Ministério Público junto ao TCU se manifestaram de forma convergente pela legalidade e pelo registro dos atos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em registrar os atos de pensão militar a seguir relacionados, do quadro de pessoal do Comando do Exército, nos termos do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU:

a) 59411/2025 - José Luiz Petry;

b) 86045/2025 - Ricardo Santana de Matos;

c) 87839/2025 - José Luiz Halley;

d) 27601/2026 - Vicente Pedrosa Neto; e

e) 29089/2026 - Fernando Alves Ferreira.

1. Processo TC-018.750/2026-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Anna Luiza Barcia Halley (716.799.791-91); Camila Ramos Pedrosa (042.186.701-96); Fernanda Gadelha Alves (029.205.103-47); Mara Ferreira Petry (002.678.517-07); Maria Luiza da Silva Pedrosa (314.764.061-20); Marilene Assis de Matos (010.554.427-23); Moema Rocha Fonseca Halley (485.928.629-49)

1.2. Unidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4957/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão na prestação de contas dos recursos transferidos ao Município de Santana/AP, no âmbito da Medida Provisória 815/2017, destinada a ajudar municípios a superar dificuldades financeiras e perdas de arrecadação.

Considerando que Ofirney da Conceição Sadala, prefeito no período de 2017 a 2020, foi citado pela não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos e Sebastião Ferreira da Rocha, seu sucessor, recebeu audiência pelo descumprimento do prazo para prestar contas, encerrado em 1º/3/2021, durante sua gestão;

considerando que os responsáveis apresentaram suas respectivas alegações de defesa e razões de justificativa, acompanhadas de documentação relativa à execução das despesas e ao recolhimento de valores remanescentes ao FNDE (peças 40 a 58);

considerando que a documentação apresentada por Ofirney da Conceição Sadala compreende o contrato de prestação de serviços, nota fiscal, nota de liquidação, manifestações da Procuradoria e da Controladoria municipais, nota de pagamento e o comprovante de transferência bancária, referentes à prestação de serviços de transporte escolar fluvial na zona rural do município (peça 42);

considerando que a correspondência entre o objeto contratado, o fornecedor, o valor da despesa e o pagamento realizado com recursos da conta específica permite estabelecer o nexo de causalidade e comprovar a aplicação da parcela de R$ 124.882,60 em benefício do transporte escolar municipal;

considerando que a parcela remanescente, de R$ 24.116,04, foi recolhida aos cofres do FNDE em 2/2/2026 (peças 48 a 50);

considerando que o prefeito sucessor atribuiu o atraso na prestação de contas às dificuldades de localização dos processos de pagamento, à desorganização dos arquivos municipais e às restrições administrativas do período da pandemia de covid-19, tendo apresentado os documentos recuperados após buscas internas realizadas pela administração municipal (peça 43);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando serem verossímeis essas justificativas, ponderando-se que o prazo para prestar contas se encerrou cerca de dois meses após a posse do sucessor, em contexto de transição administrativa e de dificuldades operacionais decorrentes da pandemia;

considerando que, apesar da apresentação tardia dos documentos e da correspondente falha no cumprimento do dever de prestar contas, no caso concreto, as providências de saneamento e a ausência de débito remanescente justificam o tratamento das falhas como ressalvas, sem aplicação de sanções, à luz do art. 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; e

considerando, por fim, as propostas uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 e nos art. 143, inciso I, e art. 169, inciso III, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas de Ofirney da Conceição Sadala e de Sebastião Ferreira da Rocha, dando-lhes quitação;

b) comunicar esta deliberação aos responsáveis, ao Município de Santana/AP e ao FNDE; e

c) arquivar os autos.

1. Processo TC-016.740/2025-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ofirney da Conceição Sadala (358.733.452-87); e Sebastião Ferreira da Rocha (089.861.182-20)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Santana/AP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4958/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) acerca de possível pagamento irregular de honorários advocatícios, no valor de R$ 952.316,88, com recursos de precatório do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), pelo Município de Marizópolis/PB.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

considerando que, após a realização de diligências junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região e ao Município de Marizópolis/PB, restou comprovado que o pagamento dos honorários advocatícios, ocorrido em 12/8/2022, era inferior ao montante dos juros de mora do precatório 2020.82.02.008.200128 (PCR 189849-PB), que totalizava R$ 983.234,69;

considerando que, dessa forma, o pagamento realizado mostrou-se em conformidade com o entendimento consolidado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 528 do Supremo Tribunal Federal e com o Acórdão 2.461/2023-Plenário, que admitem o pagamento de honorários advocatícios aos advogados que atuaram em ações judiciais relacionadas aos precatórios do Fundef, desde que o valor não ultrapasse o montante correspondente aos juros de mora;

considerando que, no tocante à destinação dos recursos do precatório, os extratos bancários encaminhados pelo Banco do Brasil e pelo próprio município demonstraram que o valor de R$ 4.761.584,40, recebido em 17/11/2021, foi movimentado exclusivamente por meio de conta específica (Conta Corrente 55.187-2, Agência 759-5) com utilização de R$ 2.860.048,91 no período de 17/11/2021 a 16/12/2022, majoritariamente em despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), permanecendo o saldo remanescente aplicado financeiramente e devidamente segregado, no montante de R$ 3.132.113,63 em 10/8/2026;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que não foi identificado o pagamento de rateio ou de qualquer outra despesa de pessoal aos profissionais da educação com os recursos do referido precatório, em consonância com os entendimentos firmados nos Acórdãos 2.866/2018-Plenário e 1.893/2022-Plenário, os quais vedam a utilização, para tal finalidade, de precatórios do Fundef recebidos anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional 114/2021;

considerando que a ausência de rateio é objeto de diversas discussões judiciais, sendo identificados 11 processos submetidos ao TJPB, ao STJ e ao STF, dos quais 8 possuem decisão favorável ao município;

considerando que a única impropriedade identificada diz respeito ao pagamento de tarifas bancárias ao Banco do Brasil com recursos da conta específica, no valor original de R$ 295,35, o que não se revela relevante do ponto de vista do controle;

considerando que o não atendimento à diligência realizada anteriormente pelo Tribunal foi justificada pelo atual prefeito, que esclareceu que houve um erro administrativo na tramitação da demanda; e

considerando o parecer elaborado pela Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, bem como no parecer da unidade técnica, em:

a) conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) acatar as razões de justificativa apresentadas por Lucas Gonçalves Braga, atual prefeito de Marizópolis/PB, em relação ao não atendimento à diligência do Tribunal;

c) comunicar esta decisão ao representante e ao Município de Marizópolis/PB; e

d) arquivar os autos.

1. Processo TC-007.667/2025-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB)

1.2. Unidade: Município de Marizópolis/PB

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4959/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, formulada por Kanova Engenharia e Construções Ltda. acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência Eletrônica 10/2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, destinada à contratação de empresa para construção de vinte e cinco unidades habitacionais pelo programa Minha Casa, FNHIS Sub 50, com valor estimado de R$ 3.081.571,47.

Considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

considerando que a representante sustentou, em síntese, que a licitante vencedora teria permanecido habilitada após a apresentação, em sede de diligência, de documentos supostamente novos destinados a sanar falhas relativas à qualificação econômico-financeira e técnica, bem como que a posterior reabertura do prazo para atendimento da diligência teria conferido tratamento privilegiado à vencedora e comprometido a isonomia do certame;

considerando que a análise detalhada empreendida pela unidade técnica concluiu que as diligências promovidas pela administração municipal tiveram por finalidade esclarecer e confirmar condições de habilitação preexistentes, não tendo sido identificados elementos aptos a demonstrar a constituição posterior de requisito de habilitação, bem como que a reabertura excepcional do prazo para atendimento da diligência não produziu vantagem material à licitante vencedora nem comprometeu a isonomia do certame; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que, conforme proposto pela unidade instrutora, não se verificam os pressupostos necessários à concessão da medida cautelar requerida e que os elementos constantes dos autos permitem, desde logo, concluir pela improcedência da representação;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno-TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, bem como no parecer da unidade técnica, em:

a) conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de adoção de medida cautelar formulado pela representante;

c) comunicar esta decisão à representante e à Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN;

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-019.083/2026-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Kanova Engenharia e Construções Ltda.

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)

1.6. Representação legal: Thyago José de Souza Lima (OAB/PB 21.550), representando Kanova Engenharia e Construções Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4960/2026 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, formulada por Fox Distribuidora de Máquinas Ltda. acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 14/2026, promovido pela Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, destinado ao registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores, utilitários, ambulâncias, veículos de transporte de passageiros, caminhões e equipamentos especializados, financiados, em parte, com recursos federais.

Considerando que a representante alegou, em síntese, ter sido indevidamente desclassificada do item 3 do certame em razão da forma adotada pelo pregoeiro para realizar as convocações na plataforma eletrônica, bem como a aceitação, no item 6, de proposta supostamente incompatível com as especificações do termo de referência, requerendo a suspensão do procedimento e a adoção de medidas corretivas pela Administração;

considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

considerando que a unidade técnica concluiu que os fatos relatados apresentam baixo risco para a unidade jurisdicionada, baixa relevância sob a ótica da atuação fiscalizatória desta Corte e baixa materialidade, tendo em vista que o potencial prejuízo apontado pela representante corresponde à diferença de apenas R$ 1.200,00 entre a proposta por ela ofertada e a proposta vencedora do item 3 do certame, circunstâncias que afastam a conveniência e a oportunidade da continuidade da atuação direta do Tribunal sobre a matéria;

considerando que a possível futura contratação também envolve recursos municipais submetidos à fiscalização ordinária do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, circunstância que recomenda o encaminhamento de cópia dos autos àquela Corte de Contas para conhecimento e eventual adoção das providências que entender cabíveis; e

considerando que, diante das conclusões da unidade técnica e das circunstâncias do caso concreto, mostra-se suficiente a comunicação dos fatos à Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, à Controladoria-Geral do Município de Novo Mundo/MT e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para adoção das providências inseridas em suas respectivas esferas de competência;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, bem como nos arts. 103, § 1º, e 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014 e no parecer da unidade técnica, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

a) conhecer da presente representação;

b) considerar prejudicada a continuidade do exame da representação por este Tribunal e, por consequência, indeferir o pedido de adoção de medida cautelar;

c) comunicar esta decisão à representante, à Controladoria-Geral do Município de Novo Mundo/MT e à Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT;

d) encaminhar cópia da representação, da instrução e desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para conhecimento e eventual adoção das providências que entender cabíveis; e

e) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-019.152/2026-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Fox Distribuidora de Máquinas Ltda.

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)

1.6. Representação legal: Leidimar Fernandes Alves da Silva Trigueiro

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 4961/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos em que se examinou ato de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Santa Catarina;

Considerando que, por meio do Acórdão 4349/2026-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Antonio Anastasia, o Tribunal apreciou o ato e expediu determinações à entidade cadastradora;

Considerando o pedido de prorrogação de prazo (30 dias) apresentado pela unidade jurisdicionada à peça 15 para cumprimento da deliberação; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (peça 16);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em deferir o pedido formulado pela Universidade Federal de Santa Catarina, prorrogando por 30 dias, a contar do dia útil seguinte ao término do prazo originalmente concedido, o prazo para cumprimento da deliberação.

1. Processo TC-014.670/2026-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Geraldo Mattos (459.963.779-34)

1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4962/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.648/2026-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Alves de Medeiros (277.016.387-68); Maria Carmem de Almeida Silveira (190.858.934-53); Maria do Carmo de Melo Borges (155.383.381-34); Pedro de Sousa Carvalho (023.026.594-49); Renato de Queiroz Fernandes (005.662.924-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4963/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.658/2026-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Elisabeth Cardoso Gomes (129.971.613-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4964/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.672/2026-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Dulvanir Pestana Aguiar (012.608.043-72)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4965/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.736/2026-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mara Lucia de Souza (001.937.607-38); Maria Cristina dos Santos Fausto (614.372.207-20)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4966/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.760/2026-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Severino Xavier (556.453.567-72)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4967/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.815/2026-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosival Afonso de Oliveira (342.784.511-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4968/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.829/2026-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mariomar Martins Teixeira de Almeida (580.417.964-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4969/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.607/2026-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Acilino Jose de Moura Neto (061.459.953-94); Adalto Moreira Braz (042.407.891-09); Adelson Crisostomo de Oliveira Junior (031.528.675-06); Adenis Soares da Silva (144.633.357-44); Adriana Figueiredo da Silva (702.262.530-15); Adriana Filgueira Marian (924.160.800-59); Adriana de Sousa Andre (071.296.254-90); Adriane Rodrigues Magalhaes (035.464.450-58); Adriano Cobuci de Resende (102.394.017-51); Adrio Marcio Marques de Melo (039.582.094-40); Aila Leticia do Nascimento Pagotto (057.181.961-33); Ailton Ferreira Franco de Jesus (000.000.891-50); Alan Douglas Lopes dos Santos Nunes (125.448.977-08); Alan Faria Andrade Silva (066.917.136-05); Alan Rodrigues de Almeida Paiva (125.242.386-10); Albert Katchborian Neto (356.746.638-07); Alcio Teixeira dos Santos (431.756.605-25); Alden Carvalho de Azevedo (503.822.250-15); Alessandra Silva Dias Campos (064.029.066-38); Alessandro Rodrigues Perondi (040.460.409-98); Alex Paranahyba de Abreu (017.040.611-30); Alex Pereira de Holanda (052.529.527-52); Alexandre Augusto Mundim (169.709.827-42); Alexandre Coradini Ribeiro (045.328.181-84); Alexandre Mario Magon (022.924.860-83); Alexandre Rodrigues dos Santos Gouveia (114.407.336-78); Alexsandro Souza de Assumpcao (675.322.840-34); Alice Maria Barbosa da Silva (087.289.394-41); Alice de Queiroz Constantino Miguel (317.938.938-96); Aline Carolina Aleixo Silva (217.560.248-63); Aline Ferreira de Lima (700.844.234-39); Alisson Cabral da Silva (095.881.514-30); Alisson Jose Vieira (391.976.068-98); Alisson Lima Costa Souza (074.749.375-81); Allan Mascarenhas Amaral Barroso (041.069.511-42); Allan Sena de Cerqueira Gomes (046.332.525-77); Alvaro Francisco Lopes de Sousa (054.008.273-22); Amana Guedes Garrido (141.485.637-79); Amanda Bomfim Marques de Jesus Miranda (024.566.745-88); Amanda Carla da Cruz (157.478.646-61); Amanda Christina Nascimento Rangel (143.283.597-11); Amanda Gomes do Valle (054.180.321-27); Amanda Goncalves Moreira (057.929.073-58); Amanda Pachito de Amorim Lima (135.993.527-47); Amanda Passos do Carmo (007.953.172-55); Ana Beatriz Lacerda Krambeck (051.327.769-22); Ana Carolina Cerqueira Medrado (013.427.255-22); Ana Carolina Eid Soares da Silva (136.701.867-60); Ana Carolina Martins Lanzini (031.231.520-14); Ana Carolina Silva Cordeiro (090.680.574-05); Ana Cecilia Cordeiro Andrade (021.110.446-95); Ana Clara Garcia Elsener (076.668.848-85); Ana Clara de Oliveira Alves (021.023.031-28); Ana Cristhina Sampaio Maluf (031.006.461-93); Ana Laura Alves (392.054.418-80); Ana Leticia Silva Bertoglio (810.432.790-91); Ana Luisa Pinho Pinto Ferreira (106.893.357-76); Ana Maria Homem de Mello Bianchi Ferraro (298.428.438-07); Ana Nakamura (014.207.811-54); Ana Paula Chorobura (045.027.379-25); Ana Paula Ferreira (037.526.983-57); Ana Paula Lima dos Santos (075.311.697-97); Ana Paula Rosim Giraldes (344.967.018-20); Ana Paula Tagliari (017.715.910-30); Ana Rita Ribeiro de Araujo Cordeiro (090.493.034-39); Ananda Teixeira Neves Pontes (112.822.944-74); Anderson Silva de Souza (700.692.992-00); Andre Drumond Araujo (123.421.196-31); Andre Felipe Caregnato (038.944.759-51); Andre Lima Mariano Bastos (115.268.846-40); Andre Luis Viana Sampaio (014.332.434-90); Andre Luiz Marcondes Pelegrinelli (396.809.878-17); Andre Luiz Pereira da Silva (047.580.381-71); Andre Luiz Vieira Dias (267.559.288-95); Andre Nunes Coimbra (114.636.306-03); Andre Rocha dos Santos Rangel (090.208.264-76); Andre do Nascimento Barbosa (132.195.217-11); Andrea Menezes Goncalves (217.199.658-70); Andreia Alves de Faria dos Santos (050.187.436-46); Andreia Montoia Salvador (040.862.869-39); Andreole Marques da Silva Feitosa (064.688.133-79); Andrey Costa de Oliveira (111.586.874-86); Ane Viana Mancebo (082.700.337-40); Anelize Vendeth Scavassa (020.948.181-10); Angelica Ellen Graminha Veroni (216.408.458-60); Angelica Vieira Bomfim Tavares (091.719.196-00); Angelo Bruno Oliveira de Sousa (062.175.333-59); Angelo Marcio Rocha (273.344.988-52); Angelo Paulo Silva Gomes (028.944.181-16); Anike Araujo Arnaud (068.476.739-23); Anne Caroline Alves Mory (931.545.002-78); Anne Caroline Rezende de Moura (051.853.625-45);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Antonio Coutinho Correa Junior (108.809.267-59); Antonio Eduardo Matoso Mendes (064.461.079-43); Antonio Erik Santiago Soares (097.371.713-06); Antonio Erivaldo Santos Araujo (803.969.093-53); Antonio Heberton de Carvalho D Avila (435.484.662-49); Antonio Jose Canezin (104.828.339-98); Antonio Ordones Neto (073.931.851-99); Antonio Peixoto de Araujo Neto (085.841.669-71); Antonio Tufi Neder Filho (563.049.606-97); Arianna Romualdo da Rocha (067.240.616-01); Arie Scherreier Ferneda (088.461.929-07); Ariel Souza Negri (027.359.572-50); Arlan Soares Amaral Filho (090.646.764-02); Arlison dos Santos Souza (064.983.365-10); Armando Magno de Abreu Leopoldino (105.777.626-21); Arthur Couto Piazzi (089.401.356-44); Arthur Henrique Pereira Fernandes (116.323.506-70); Arthur Rodrigues de Sousa Oliveira (034.266.091-85); Ary Marcos Alvarenga de Castro Braz (037.767.451-69); Ashjan Sadique Adi (990.308.701-25); Audrey Santos Vaccari (281.783.728-27); Augusto Alves Pavam (455.775.818-50); Barbara Ingrid Rodrigues Gomes (044.782.571-24); Beatriz Carvalho Marinho Morais (051.527.743-64); Beatriz Cristofaro Mantuan (394.097.728-42); Bianca Cascardo (985.035.027-04); Bianca Sansao Montanaro Bom (370.067.908-40); Brena Karine Santos (098.945.166-61); Brenda Lia Nunes de Andrade (410.801.848-64); Brenda Santos Gomes (026.751.351-86); Breno Santana Santos (038.397.845-90); Bruna Borges da Silva (041.082.461-52); Bruna Carla da Silva (348.760.458-28); Bruna Daniely do Nascimento (048.531.975-67); Bruna Ferrari Schedenffeldt (469.691.858-00); Bruna Rachel de Paula Diniz (406.716.708-32); Bruna Santos de Queiroz (705.182.804-54); Bruna Schell dos Santos (022.042.600-70); Bruna Vidal Paes (156.589.937-76); Bruno Alves Gomes (144.444.114-06); Bruno Eduardo Melo dos Santos (625.045.763-15); Bruno Feitosa Mota Leal (059.894.905-42); Bruno Henrique Brandao de Souza (068.853.781-27); Bruno Kitayama (070.327.379-51); Bruno Moraes Assis (003.776.651-18); Bruno Petrus da Silva Ferreira (098.951.896-56); Bruno Rodrigues Lellis (133.191.287-36); Bruno Salomao Eulalio Porto (044.829.256-40); Bruno Tose Goncalves Barbosa (370.560.648-41); Bruno de Castro Amoni (029.446.313-57); Camila Almeida Belarmino (105.963.577-10); Camila Claudia Campos (013.322.236-56); Camila Costa Barcelos (851.173.150-49); Camila Fernanda Costa Damasceno (001.403.572-38); Camila Schmidt Stolf (442.535.058-80); Camilla Lopes Zanotti Navas (463.598.418-43); Camille Silva Machado Azeredo (156.230.937-44); Carla Pena Machado (213.740.998-48); Carla Renata dos Santos Marques (968.664.202-10); Carliane Mota Araujo Muricy (034.262.753-84); Carliany de Moura Santos (053.870.913-80); Carlos Andre de Souza Reis (007.897.894-77); Carlos Antonio Araujo Cavalcanti Junior (089.786.094-22); Carlos Augusto Gomes da Silva (091.596.894-04); Carlos Eduardo Dias Mendes (067.980.903-11); Carlos Eduardo Elisbao (324.902.908-43); Carlos Eduardo Nesi Perin (106.316.399-42); Carlos Henrique Prota Carvalho (037.088.411-66); Carlos Magno Oliveira Tadeu (071.679.296-62); Carlos Roberto Klingenfus (541.695.349-72); Carlos Roberto Silva (007.458.651-35); Carolina Brazil Usui (030.427.630-80); Carolina Castro Lyra da Silva (020.219.961-40); Carolina Luiza de Castro da Silva (112.049.047-23); Caroline Aragao Camelo Nascimento (732.293.501-20); Caroline Dalla Bernardina Furtado de Lemos (120.556.307-50); Caroline Honaiser Lescano (026.436.601-88); Caroline Komatsu (384.244.218-17); Caroline Novaes Cremm (053.744.651-63); Cassia Parreira Santana (059.719.566-80); Cassia Pereira Leite (413.548.278-30); Cassiano Rodrigues do Nascimento (130.142.476-50); Cassio Tavares de Souza (859.619.301-49); Cassio Yuri Diniz Andrade (065.476.124-81); Charles Soares Braz (787.525.150-87); Charlliane Fernandes Goncalves Ribeiro (044.156.693-60); Charllyton Luis Sena da Costa (770.673.803-59); Chayane Gomes Marques (051.176.473-19); Christian de Oliveira Hirth (393.985.428-03); Cinthia Sayuri Misaka (325.276.508-05); Cintia Braz Mesquita (129.443.146-37); Cintia de Lima Verde Portela (946.883.542-15); Ciro Cesar Rossi (075.636.416-70); Clara Benicio de Castro Uchoa (056.647.183-31); Claudio Francisco Bernardinis Junior (015.888.381-02); Cleber Tiago Cirineu (298.679.808-08); Cleidimar Borges da Vitoria (107.291.157-47); Cleiton Cristiano Machado (028.666.426-78); Cleton Salbego (014.547.550-67); Cleudiane Sousa Frazao Oliveira (032.410.213-51); Cristiana Barcelos da Silva (101.027.837-13); Cristina dos Santos Ferreira (107.313.887-98); Cynthia Pileggi Castro (246.749.818-24); Dailma Lima da Silva (086.320.704-95); Daniel Araujo de Azevedo (018.307.771-73); Daniel Boechat Baronto Jorge (132.476.317-55); Daniel Carlos dos Santos Barbosa (071.859.664-18); Daniel Machado Nidejelski (021.949.900-46); Daniel Pfeifer Campani (713.338.430-20); Daniel Santos Braga (067.234.326-65); Daniel Tonini (003.463.880-66); Daniela Alves de Oliveira (118.233.386-90); Daniela Garcia Azambuja (042.969.391-57); Daniela Garcia Azambuja

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(042.969.391-57); Daniela Roseno de Oliveira Silva (145.896.607-09); Danielle Aparecida Coutinho Lima (037.450.726-00); Danielle Cardoso Machado (014.401.471-83); Danielle Machado Gregorio Pinto (128.693.697-78); Danilo Araujo da Silva (956.577.461-04); Danilo Correa da Fonseca Filho (751.384.927-72); Davi Holanda Vieira (059.201.943-83); David Luz Vilela Engel Vieira (102.339.046-97); Davy Nabuco Barros (054.972.853-84); Dayana Ruth Oliveira Pruner (011.034.899-09); Debora Cesario Pereira Krepsky (074.719.549-81); Debora Jaqueline Farias Fabiani (351.719.598-70); Debora Vitoria Tosta dos Santos (056.950.381-70); Deborah Carvalho Cavalcante (026.106.775-37); Deimyson Alcantara Franca (003.027.923-25); Denis Edrey Feitosa Alves (013.655.474-18); Denise Gracia Silva dos Santos (820.142.210-49); Denise Mayumi Tanaka (368.563.748-79); Desire Garcia Kawakame (368.652.048-67); Diego Aquino de Sousa (747.715.072-87); Diego Jose da Silva Roupe (484.581.238-00); Diego Toledo Cavalier (028.045.691-36); Diogo Gama dos Santos Nunes (140.801.117-46); Diogo Lula Amorim (031.249.815-29); Dorgival Pereira da Silva Netto (057.416.744-70); Douglas Braz Santos (163.297.027-99); Drielle Barbosa Pereira (108.009.396-62); Ederivania de Souza dos Santos Carvalho (058.106.285-08); Edilson do Vale Junior (100.209.834-33); Edison Vitorio de Souza Junior (064.411.245-05); Edson Mendes Marques Segundo (018.317.664-26); Eduardo Brito Souza Nobrega (084.768.464-44); Eduardo Burgarelli Lages (103.248.856-52); Eduardo Fernando Teixeira (005.087.199-41); Eduardo Mariano Iwaya (072.967.879-29); Eduardo Mastrangelo Marinho Falcao (096.958.547-02); Eduardo Silva Neves (096.582.875-14); Eduardo Theodoro Bogue (039.466.861-84); Edvaldo Lino da Silva Junior (058.094.675-47); Elaine Javorski Souza (025.843.919-02); Eliana Teixeira dos Santos (028.347.355-06); Elias Fernando Nunes (383.507.108-45); Eliezer Alves Correa (107.377.897-51); Elimar Araujo Silva Coutinho (076.923.476-38); Elines Tatianes Pereira dos Santos Petine (002.204.832-48); Elisangela Schell (422.831.162-87); Elismail de Matos Rodrigues (035.126.871-56); Elizangela dos Santos da Silva (019.888.541-56); Elvis Rodriguez Viera (061.604.147-04); Ely Evandro Lisboa Santos (908.367.825-34); Ely dos Santos Paula (008.271.062-70); Elysa Beatriz de Oliveira Damas (067.755.251-33); Emanoel Hottes (114.855.037-28); Emanuel Hudson de Oliveira (045.572.153-00); Emanuel Thiel Lautenschlager (038.675.820-41); Emerson Alves Campelo (066.714.724-16); Endryelle Alves Gaspar (168.764.437-36); Endy Sousa Aguiar (041.599.461-60); Enildo Jose dos Santos Filho (041.850.714-77); Erica Natalia Gomes Assis (085.689.786-81); Erika Jennifer Honorio Pereira (094.250.837-89); Erika da Silva Rosa (059.675.656-98); Erlan Di Alan Frutuoso Teixeira (652.302.642-68); Eslia Maria Nunes Pinheiro (071.239.244-01); Ester Cristine Pereira Gomes (758.004.541-91); Estevan Eltink Nogueira (314.176.578-20); Etiene Paulino Ferreira (108.900.596-24); Ettore Stefani de Medeiros (330.097.768-10); Eugenia Cornils Monteiro da Silva (825.010.254-15); Evelan Xavier Santos Junior (052.243.985-33); Evelyn Melo da Silva (131.329.227-30); Everton Macedo Silva (005.013.611-97); Fabia Daniele da Silva Fernandes (158.560.987-06); Fabiana Andrade Nunes Oliveira (092.240.116-08); Fabiana Moura da Silva (448.529.938-40); Fabiana Souza da Fonte Alexandria (033.561.044-70); Fabio Jose e Silva Cardozo (162.462.007-88); Fabricio Eduardo Bortot Coelho (101.090.096-06); Fabricio Quaresma de Sousa (001.326.512-11); Felicia Pereira de Albuquerque (330.017.608-50); Felipe Acker (317.020.317-72); Felipe Augusto Rocha da Silva (079.540.976-17); Felipe Augusto Tottero (388.349.348-14); Felipe Barros Alves Nogueira (545.527.508-95); Felipe Guimaraes da Rocha (045.733.603-01); Felipe Ricardo Evaristo dos Santos (086.688.434-35); Felipe Rocha Macedo (155.966.236-01); Felipe Schmaedecke (076.711.669-01); Fernanda Castro Silva (028.979.290-81); Fernanda Costa Martins Gallotti (042.736.265-27); Fernanda Fiuza Lima (037.070.391-02); Fernanda Moura Fonseca Lucas (700.016.304-66); Fernanda Natalia Moreira Monteiro Paraizo (114.154.277-39); Fernanda Prudencio de Moura Sobrinho (039.673.471-50); Fernanda de Carvalho Lopes (036.948.771-00); Fernando Angelo Gomes Milcent (034.792.205-84); Fernando Crosara Vieira Azara (026.629.161-92); Fernando Fabris (000.316.172-20); Fernando Gomes Climaco (312.108.008-37); Fernando Mendes Nogueira (089.231.566-04); Fernando Silva Gomes (180.327.947-86); Fernando Soares de Pontes (026.302.281-18); Fernando de Moura Nonato (064.580.363-45); Filipe Mendes Motta (089.399.086-86); Filipe Porfirio Barros (110.500.844-46); Flavia Carolina Meira Collere (081.430.749-35); Flavia Seligman (509.842.170-53); Francieli Silveria Oliveira (110.382.936-00); Francielle Neves de Souza (120.301.446-57); Francisco Flavio Gomes Moraes (058.277.313-07); Francisco Jose Cabral Leocadio (016.322.957-09); Francisco Secaf Alves Silveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(334.163.218-20); Frank dos Reis (394.876.038-16); Franklin Douglas Arcanjo Mariano (046.809.193-96); Gabriel Baptista Lucena (147.362.697-82); Gabriel Henrique Ferreira Goncalves (021.921.376-30); Gabriel Luis Pereira Nolasco (031.390.871-01); Gabriel Macedo Costa Guimaraes (138.282.567-67); Gabriel Mahlmann Mabilde (000.585.290-04); Gabriel Martins Pantoja (137.427.807-60); Gabriel Nascimento Ferreira (072.154.993-40); Gabriel Oliveira Assuncao (125.200.386-24); Gabriel Ribeiro de Souza e Silva (052.760.212-44); Gabriel Takeshi Muto (489.527.938-38); Gabriel Tomaz de Lemos Garcia (110.209.214-20); Gabriel de Almeida Araujo (089.452.345-78); Gabriela Borba Costa dos Santos (097.335.264-79); Gabriela Feltre (359.137.498-98); Gabriela Medeiros Gurgel de Faria (075.924.394-84); Gabriela da Silva Rosa (027.381.130-44); Gabriella de Almeida Raschke Medeiros (047.727.989-94); Gabrielle Oliveira Rosa da Cruz (122.355.196-28); Gabrielli Flores da Silva (854.855.270-00); Gean Barros Castro (141.523.676-36); George Garcia da Silva (072.478.767-43); Georgea Danielewicz (076.111.319-31); Gerson Augusto Lourenco Barbosa (111.460.296-59); Gessica Uruga Oliveira (026.064.995-30); Gilberto dos Santos Junior (219.507.598-81); Giovana Thomasi Jahnke (034.241.600-67); Giovanna Flavia Vieira Fonseca (107.331.616-50); Giovanna de Araujo Spinelli (075.109.704-74); Gisele Aparecida Viana (119.168.486-56); Gislaine Juk Santos (068.181.009-29); Giulia Rodrigues de Lima Bentos (417.375.938-07); Gleisy Kelly Neves Goncalves (023.611.865-00); Graca Regina Franco da Silva Reis (799.977.247-04); Graciane Lima Aguiar (012.482.593-19); Guilherme Antonio Calabria Bayma Costa (014.495.474-51); Guilherme Augusto Motta (354.936.608-65); Guilherme Fernandes Araujo da Rocha (026.484.601-01); Guilherme Frederico Chaves de Paula (430.748.908-00); Guilherme Mateus de Souza (125.091.566-08); Guilherme Millen Azevedo (112.332.266-06); Guilherme Vasconcelos Soares (043.168.981-40); Guilherme da Rocha Bezerra Costa (037.522.609-55); Guilherme de Camargo Pereira (483.472.918-45); Gustavo Anderman Silva Barison (364.015.358-81); Gustavo Henrique Carvalho de Castro (036.548.911-52); Gustavo Henrique Correia de Araujo (057.715.374-97); Gustavo Henrique Laranjeira e Silva (065.096.404-73); Gustavo Henrique Nunes (097.086.099-43); Gustavo Henriques dos Reis (107.702.366-93); Gustavo Maciel Rodrigues Alves (182.870.247-14); Gustavo Onofre Andreao (154.439.937-55); Gustavo Souza Bernardino (110.939.076-90); Hannah Carolina Tavares Domingos (132.515.727-92); Haroldo Roger Benghi Burmester (819.212.509-25); Hector Lemainski (088.629.789-36); Heide Patricia Nunes de Castro (916.205.542-91); Heitor Clinton Costa Silva (112.318.976-51); Heloisa da Costa Farias de Barros (153.282.767-95); Helton Graziadei de Carvalho (393.669.748-56); Helvis Enri de Sousa Paz (062.302.343-19); Henrique Herranz Lucas (036.849.817-45); Henrique Pereira Marques (277.244.408-24); Henrique de Sousa Santos (865.271.785-06); Heraldo Luiz Medina Ribeiro (008.905.971-97); Hevely Samily Avelino de Santana (038.686.401-26); Hugo Bezerra de Lima Guedes (096.974.964-39); Hugo Fonseca Borges (611.772.223-02); Hugo de Carvalho Sobrinho (026.729.261-90); Iara Duque Soares (134.370.807-92); Igor Miroma Reis Gomes (036.048.195-71); Igor de Aquino Silva (088.657.674-13); Inaya Fernanda dos Santos Lopes Bussolo (023.023.790-80); Ingrid Lorena da Silva Leite (047.591.353-16); Ingrid Maria Ferreira da Costa (092.066.843-70); Irene de Paula Freiheit Cortes (098.243.926-10); Iria Ramos Oliveira (017.155.100-11); Isadora Tieme Kagawa Nunes (030.049.580-31); Isla Laiane Santos de Oliveira (066.452.515-64); Ismael Martins Ferreira (007.414.633-50); Italo Tomaz Augusto (051.298.133-75); Italo de Queiroz Diniz (039.222.563-84); Itamar de Miranda Pereira (105.945.454-80); Iuri Gorne (124.971.407-90); Izabelle Obando Matos (779.232.862-72); Jackelline Favro (052.113.329-70); Jadson Erico Cavalcante Brasil (067.827.624-20); Jailson Barbosa da Silva (797.047.272-91); Janaina Estevam Vieira de Andrade (012.951.694-52); Janaina Paiva Garcia Sa (091.454.797-63); Janaina da Rosa Kulmann (676.296.870-87); Janice Gusmao Ferreira de Andrade (077.519.167-10); Jaqueline Rosa dos Santos Refati (016.230.265-71); Jean Kaique Valentim (111.592.626-83); Jean da Silva Cruz (736.313.961-04); Jeancarlo Pereira dos Anjos (070.513.006-10); Jeferson Monteiro Rodrigues (050.372.021-67); Jefferson Santos Veras (073.108.483-73); Jeovani Nascimento Oliveira (024.740.362-88); Jessica Cristina Amaral (111.294.546-65); Jessica Monique Vale Munaron Larrosa (077.696.136-55); Jessica dos Santos Moreira (132.991.007-93); Jessika Layane da Cruz Rocha (126.003.806-80); Joana D Arc Guimaraes de Souza Alcantara (004.444.903-88); Joana Danielle Brandao Carneiro (031.780.325-50); Joana Starling de Carvalho (080.303.726-04); Joana de Souza Von Der Weid (136.464.687-00); Joao Alexandre da Silva Barbosa (122.511.464-07); Joao Bruno de Oliveira Barbosa (115.581.934-99); Joao Eulino da Silva Neto (073.754.044-37); Joao Farias Silva Rios

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(047.800.545-83); Joao Flavio Monteiro Silva (078.030.904-94); Joao Henrique Soares de Holanda (018.520.931-96); Joao Jose de Sousa Filho (038.260.263-30); Joao Paulo Nascimento Silva (133.582.497-94); Joao Paulo de Cristo Chaves (687.716.652-34); Joao Victor Flores Miranda (143.932.576-69); Joatan Lucas de Sousa Gomes Costa (007.759.414-25); Jocilene Ferreira Juliao (067.092.174-26); Joelson Barbosa Paixao (074.707.693-66); Johnson Herlich Roslee Mensah (701.326.001-02); Jonas Viana de Sousa Neto (054.680.253-29); Jonatan Andres Gomez Parada (240.649.488-82); Jonatas Bezerra de Souza (018.335.774-42); Jonatas Tavares Correia da Conceicao (709.842.004-28); Jones Douglas Silva Porfirio dos Santos (045.949.705-75); Jordana de Souza Mozer (172.563.077-05); Jordano Trennepohl Pedrotti (127.460.749-31); Jose Edson de Santana Junior (100.107.064-02); Jose Eduardo Lopes Franco (056.021.851-60); Jose Fernando da Silva (092.204.174-13); Jose Henrique dos Santos Batista (092.673.243-90); Jose Lucas Barbosa de Santana (102.955.014-05); Jose Martins de Azevedo Neto (850.253.133-68); Jose Normando Bezerra Junior (008.011.504-77); Jose Roberto Silva Frota Filho (036.015.373-97); Jose Roberto dos Santos (012.992.244-74); Jose Roque de Souza Costa (084.395.723-95); Jose Ruggerio de Souza Rabelo (051.483.573-71); Josefa Natalia Ricarte Duarte (027.162.963-08); Josemar Alves Caetano (099.907.626-43); Josilene Ribeiro dos Santos (093.536.787-06); Joyce Kimarce do Carmo Pereira (103.479.946-01); Juan Oliveira da Silva (426.180.068-36); Jucimaria Oliveira Silva (042.967.365-58); Jude de Oliveira Bento da Silva (058.798.777-44); Jules Kout Tene (012.953.109-02); Julia Batista Afonso (126.670.886-38); Julia Curvina Aquino (010.565.711-52); Julia de Azambuja do Nascimento (038.233.880-45); Juliana Alves Guimaraes (037.402.881-83); Juliana Chedid Nogared Rossi (044.549.409-32); Juliana Loureiro da Silva de Queiroz Rodrigues (105.002.247-57); Juliana Massako Matsuda (053.385.461-08); Juliene da Silva Ferreira (066.484.634-30); Juliete Prado de Faria (042.733.401-27); Julio Cesar Califani (037.853.769-52); Julio Cesar Queiroz Rabelo (033.322.553-80); Julio Jonny de Lima Santos (069.780.473-92); Julio Kenji Pereira Nagamine (521.200.788-74); Kaic Vitor Dias de Sousa Santos (704.473.861-31); Kaio Ferreira dos Santos (162.338.967-46); Kaio Raphael Zaniboni (335.266.328-98); Kamylla Guedes de Sena (053.325.551-13); Karina Fernandes Chibani da Rocha (269.271.818-65); Karina de Paula Lopes Campos (120.039.437-22); Karine Rodrigues de Souza (079.983.297-93); Karla Viviane Ribeiro Marques (005.013.411-61); Karoliny Aparecida da Silva Nunes (032.312.740-10); Kassia Cristina Santos Neves Martins (717.707.041-91); Kathrein Garcia Ramos (018.650.500-08); Katia Antunes Zephiro (069.172.627-22); Katia Layane Moura de Lima (062.347.383-62); Keisyani da Silva Santos (396.634.828-42); Kellen de Castro Vargas (828.882.300-97); Kelly Thaysy Lopes Nascimento (087.985.284-40); Kelvin Techera Barbosa (035.010.850-10); Kleber Oliveira Salgado (097.820.376-30); Lais Faria Masulk Cardozo (369.212.598-46); Lais Priscilla Motta de Sousa (034.386.371-54); Lara Carolina Alves Cunha (026.495.071-28); Larissa Adorno Aguiar (028.056.960-26); Larissa Cordeiro Pitangui (102.068.126-80); Larissa Habib Mendonca Gois (017.668.955-90); Larissa Menezes Alves de Oliveira (082.744.401-02); Larissa de Oliveira Rosa Marques (705.379.451-21); Laura Piassa de Freitas (004.422.042-13); Laura Uberti Mallmann (029.006.240-37); Lauro Antonio Pradela Filho (094.237.716-88); Lauro de Camargo Neto (410.161.318-44); Lavinia Mara Santos (896.416.126-20); Layana Costa Alves (043.181.784-71); Leandro Alex Moreira Viscardi (413.297.318-24); Leandro Rodrigues de Souza (088.944.576-13); Leandro Silva de Azevedo (099.079.784-85); Leandro Soares Damasceno (970.965.633-34); Leandro da Silva Batista Cordeiro (148.170.667-50); Leandro dos Santos Machado (088.741.067-77); Lenilson Guedes Brandao Filho (114.653.864-24); Leon Orlanno Lobo Sampaio (019.540.075-58); Leonardo Bomfim de Lima (046.503.464-01); Leonardo Cruz de Amorim (603.746.583-58); Leonardo Debossan de Oliveira (089.340.156-08); Leonardo Nunes de Sousa Lopes (094.522.764-79); Leticia Birchal Domingues (116.607.646-61); Leticia Coradin Milani (081.013.369-58); Leticia Dias de Lima (381.996.698-61); Leticia Farias Gerlack (987.831.810-91); Leticia Luanda Maia Anacleto (109.715.846-21); Leticia Maria Coelho (067.174.696-09); Leticia Rodrigues de Azevedo (008.526.795-30); Leticia Sampaio Vilas Boas (858.677.015-90); Leticia de Castro e Silva Palhares (085.907.436-67); Lidiane Cristina Coelho (073.503.039-12); Lidiane Silva Dutra (011.962.936-43); Lilian Carolina Viana (089.288.476-21); Liliane Braga Monteiro dos Reis (372.130.081-53); Lincoln Cesar Gomes Lima (711.102.394-32); Lis Campos Ferreira (011.963.215-23); Lisiane Antunes da Silva (692.344.690-20); Livia Alves Dias Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(035.779.053-79); Livia Mendonca Barbosa (000.284.751-51); Livia Schunk Pereira (057.343.537-52); Lorena Chaves Fernandes (106.422.216-18); Lorrany Pereira Marques (018.646.912-80); Luana Anselmo Sousa (131.130.257-37); Lucas Euzebio de Carvalho (100.017.349-62); Lucas Fernandes Marques das Neves (401.928.438-50); Lucas Henrique Oliveira Barbosa (621.781.953-85); Lucas Henrique de Gois Gouveia (129.653.044-28); Lucas Lima Santos (106.196.774-30); Lucas Maciel Evangelista dos Reis (077.363.595-55); Lucas Magrini Pinto (125.125.036-07); Lucas Ribeiro Alves (073.955.326-78); Lucas Veloso Yabagata (702.941.701-11); Lucas de Freitas Bacci (096.895.176-78); Lucas de Jesus Lima da Rocha (030.378.832-19); Lucas de Oliveira Reis (114.510.576-95); Lucia Regina Centuriao (407.783.378-71); Luciana Sardenha Galzerano (230.923.718-36); Luciana da Conceicao e Silva (134.133.707-31); Luciano Santos Solovijovas (129.130.848-26); Luciano Scopel (831.941.340-00); Lucio Antonio Leite Alvarenga Botelho (884.087.526-34); Luis Daniel de Oliveira Crim (092.562.047-54); Luis Guilherme Rosset Vieira (055.483.199-65); Luis Gustavo Goncalves Silva (001.334.231-23); Luis Henrique Dias Ferreira (014.273.603-16); Luis Henrique Rodrigues da Silva (020.739.210-27); Luiz Alan Costa de Andrade (160.202.427-81); Luiz Carlos Coelho Junior (088.962.154-39); Luiz Carlos Moraes Franca (086.467.497-03); Luiz Carlos Nascimento Dourado (767.042.704-34); Luiz Elias da Silva Filho (123.799.744-54); Luiz Fernando Baracho (016.311.056-55); Luiz Fernando Marquim Nogueira Filho (089.605.094-77); Luiz Pedro da Silva Barbosa (143.432.477-08); Luiz Victor do Nascimento Assuncao (963.517.212-53); Luiza Elena Cardozo (550.406.670-00); Luiza Pinheiro Coelho Jose (036.918.111-59); Luiza Toubas Chaul (028.900.481-01); Luiza da Gama Coelho Riccio (024.144.955-37); Madalena Daniele Ferreira dos Santos Chaves Mendes (048.458.143-07); Maelton Sousa Galvao Lopes Lacerda (002.347.321-56); Magda Fernanda de Moura dos Santos (104.386.994-83); Mainara Freire Calazans Souza (057.135.835-70); Manoel Francisco da Silva Neto (071.725.474-70); Marcela Verginia de Medeiros (064.542.909-05); Marcelo Batista Lima (038.370.571-19); Marcelo Eliseu Sipioni (101.496.797-00); Marcelo Jean Rocha da Silva (067.024.341-89); Marcelo Mota Capasso (838.800.463-87); Marcelo Rocha de Lima (726.168.651-49); Marcia Fernanda Carneiro (979.224.982-68); Marcia Hiromi Tanaka (298.822.488-96); Marcio Daniel Correia Bispo (118.162.186-00); Marcio Santos Carvalho (045.646.275-97); Marcio de Oliveira Juvenal (333.414.158-66); Marcos Daniel da Silva Bezerra (045.523.532-50); Marcos Gomes Bernardo (076.065.824-24); Marcos Paulo da Rocha Fernandes (090.706.774-31); Marcus Danillo Mendes Furtado (012.515.123-30); Marcus Vinicius Amaral Leal Filho (036.054.985-31); Maria Adene Gabriela de Oliveira Paiva (063.490.514-75); Maria Cecilia de Araujo Silvestre (014.036.024-76); Maria Clara Cunha Fortaleza (084.406.493-98); Maria Delziane Soares de Sousa Silva (079.255.803-05); Maria Eduarda Dias Lima (106.155.514-32); Maria Eduarda Thoma Kohls (045.559.910-60); Maria Luiza Fonseca Ribeiro (124.676.809-75); Maria Mattos Landim Sampaio (059.317.793-29); Mariana Bregieiro Fernandes Costa (096.798.194-85); Mariana Cristina Silva Santos (074.057.576-77); Mariana Evangelista Santos (701.389.244-06); Mariana Galacini Bonadio (058.516.419-32); Mariane Michels (090.143.057-96); Marianne de Almeida Oliveira (132.844.494-50); Marilia dos Santos Dourado (021.600.931-65); Marina Carvalho Furtado (013.346.697-32); Marina Di Napoli Pastore (365.398.768-74); Marina Nonato de Mello (025.312.492-14); Marina Raissa de Menezes Cardoso (036.049.351-30); Mario Henrique Lima de Alencar (089.710.501-01); Mario Luis Ribeiro de Moura Junior (272.544.578-74); Marlon Farias Lopes (033.676.552-52); Marlon Lima Lopes (119.866.337-56); Marta Veronica Damasceno de Melo (011.382.854-39); Masakatsu Morimura Neto (112.110.524-60); Mateus Afonso da Costa Silva (092.034.929-33); Mateus Berger Kuschick (927.779.450-04); Mateus Pereira Flores Santos (057.795.865-86); Matheus Andre Agnoletto (081.747.649-09); Matheus Cardozo de Melo Pereira (050.476.593-05); Matheus Feitoza Brandao (027.154.895-95); Matheus Fortes Santos (055.825.791-76); Matheus Gabriel Franca de Figueiredo (156.701.777-03); Matheus Henrique Dias Medeiros (058.217.391-44); Matheus Lima Santos (058.475.075-77); Matheus Medeiros da Silva (116.490.669-02); Matheus Melo da Silva Ramos (061.768.303-46); Matheus Nakamura Veloso Peres (422.753.018-01); Matheus Paiva de Queiroz (037.987.951-42); Matheus Valadao Moreira Castelo Branco (047.370.361-02); Mauro Macedo de Oliveira (940.011.113-49); Max Antonio de Oliveira (937.861.665-87); Maximiliano Escobar Ramos Henriques de Carvalho (042.430.757-00); Maximiliano Rodrigo de Paula (026.368.136-08); Mayara Rovaris Agostinho (413.932.778-29); Maycon Luan Goncalves de Sousa (047.964.763-18); Mayra Aparecida Rodrigues

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Vieira (106.196.386-13); Michaela Camargo (043.288.939-63); Michele Cristina Muniz (390.727.748-17); Michele Pohlmann Job (004.987.150-19); Michely Aparecida de Souza (067.486.346-10); Miguel de Araujo Pinto Coelho (156.306.427-82); Milena Pedrosa Viana Ferreira (062.365.676-03); Milene Santiago Nascimento (087.201.087-29); Milton Barbosa da Silva Junior (012.868.216-73); Milton de Oliveira Assuncao Junior (028.986.961-70); Miqueias Jose da Silva (057.427.714-52); Mirian Ribeiro Conceicao (288.471.348-46); Moises Pais dos Santos (254.815.168-96); Mojtaba Maali Amiri (063.008.497-16); Monique da Silva Pereira (016.662.370-94); Murilo Rezende Schultz (757.828.801-63); Mário André Rodrigues Alves Peixoto (406.587.548-07); Natalia Cursino Farias de Arruda (082.641.974-77); Natalia Reis Studart (011.119.643-43); Natalia Rodrigues Novaes Carvalho (066.052.804-58); Natalia Santos Oliveira da Silva (361.882.468-81); Nayana Flavia Fante Wehner (359.297.188-30); Neila Lidiany Ribeiro (010.771.224-54); Nelson Franklin Branson Clement Neto (861.062.475-79); Nelson Machado do Carmo Junior (007.069.893-76); Nermy Ribeiro Valadares (105.265.456-82); Neusa Lygia Vilarim Pereira (089.486.344-45); Nicolas Dominici Campos Damasceno (056.113.273-97); Nicollas Mocelin Sdroievski (059.804.359-48); Nivea Maria Mafra Rodrigues (029.591.162-08); Oberdan Miguel Rodrigues de Souza (108.886.367-17); Oliviana Xavier do Nascimento (052.143.901-90); Onesia Cristina de Oliveira Lima (065.932.216-19); Oscar Moreira Neto (098.585.025-67); Otavio Americo Augustin (027.984.220-19); Otavio Augusto Lourenco Couto (436.842.328-31); Otonio Bruno Ramalho Barbosa (031.066.623-60); Pablo Leal Cardozo (113.236.706-96); Pablo Melo de Oliveira (140.555.126-78); Pamela Ribeiro Rodrigues (852.733.090-34); Pamela Suelen Santos de Oliveira (007.459.510-58); Patricia Ferreira Silveira Iacoski (818.522.310-68); Patricia Galvao Viana (002.148.431-73); Paula Fernanda Kratochwill de Oliveira (130.249.977-76); Paula Figueiredo de Oliveira Zucca (332.785.898-58); Paula Georgia Fontes Goncalves (789.640.675-68); Paula Huven Almeida (052.089.056-63); Paula Maria Farias Martins (037.903.441-76); Paula Piekarski Barchik (065.628.119-70); Paulo Afonso Mei (303.776.408-24); Paulo Elias de Oliveira Junior (058.080.694-40); Paulo Henrique de Melo (075.536.836-39); Paulo Jose Viana de Alencar (024.233.702-37); Paulo Ricardo Porfirio do Nascimento (069.030.114-63); Paulo Sergio Araujo (017.600.066-61); Paulo Vitor de Souza Silva (086.322.254-48); Pedro Andrade Bringel (062.465.653-52); Pedro Endlich Santos (138.919.567-89); Pedro Felipe Pessoa Ciuffo de Oliveira (095.877.005-03); Pedro Gabriel dos Santos Brito (520.178.718-50); Pedro Gustavo Fernandes Fassoni Arruda (212.890.088-33); Pedro Henrique Antunes Nogueira de Araujo (104.013.147-66); Pedro Henrique da Silva Monteiro (032.253.673-11); Pedro Nascimento Rocha (025.335.221-55); Pedro de Oliveira Alves (603.867.983-97); Peterson Barbosa da Silva Torres (709.714.924-84); Pollyana Maria de Oliveira Pimentel (124.248.777-85); Polyana Bozzano Rosa Gomes (002.797.121-03); Priscila Marques Mendes (123.316.187-39); Priscila Rocha Sartori (089.971.567-21); Rafael Camilo Laia (014.406.226-71); Rafael Cardoso de Macedo (010.715.255-06); Rafael Chacon Ruiz Martinez (302.494.648-96); Rafael Cursino Farias de Arruda (097.232.844-05); Rafael Dias Scarelli (229.742.018-81); Rafael Mousinho Rendeiro (805.256.872-20); Rafael Rostirolla Debiage (050.719.549-31); Rafaela Fernandes Nascimento (060.800.751-05); Rafaella Weiss Siqueira Costa (097.129.064-42); Raimunda das Candeias (605.629.963-54); Raissa Dias Pinto (031.704.742-60); Raissa da Conceicao Feitosa da Silva (051.973.973-65); Ramon Felipe Soares Silva (150.006.626-52); Ramon do Carmo Correa (112.801.546-32); Raphael Ferreira da Silva Duarte (140.071.367-69); Raphael Marques do Nascimento (033.546.451-30); Rayssa Eduarda Siqueira Nascimento (470.963.978-76); Renan Ribeiro Lemos Leite (511.573.298-02); Renan Tomazini (110.104.404-70); Renan Vinicius de Almeida (087.367.596-78); Renata Costa Saboia Coelho (604.377.533-60); Renata Lang Sala (368.252.408-89); Renata Thomazini Dallago Galon (069.648.099-96); Renato Dourado da Silva (029.903.525-54); Rhuan Pablo Lourenco Fernandes (121.222.876-67); Ricardo Bartolomeu Dias (077.910.186-32); Ricardo Francisco de Andrade (046.663.696-27); Ricardo Freire de Moraes (055.373.404-02); Rie Ohara (419.889.988-67); Roberta Luciana Rodrigues Brasileiro de Carvalho (958.523.525-00); Roberta Ranielle Matos de Freitas (093.226.956-76); Roberto Bernardo Honda (274.710.138-00); Robson Moraes dos Santos (351.733.258-52); Rodolfo Mares Malta (094.384.906-39); Rodolfo Teofilo Ferreira de Luna Fonceca (052.157.444-75); Rodolfo de Sousa Garcia (053.079.744-50); Rodrigo Luiz de Jesus Bueno (119.123.866-07); Rodrigo Marques de Miranda Silva (094.975.687-38); Rodrigo Mattos Silva Galeano (723.677.331-04); Rodrigo Montalvao Alves (028.426.541-10); Rodrigo de Andrade Rufino

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(417.978.588-90); Rodrigo do Canto Chiarelli (026.392.530-77); Rogerio Aoki Fuziy (282.159.958-70); Rogerio Lopes da Silva Andrade (120.064.927-30); Ronaldo Modesto de Souza Filho (078.379.804-09); Ronnie Shida Marinho (344.162.978-74); Rony Joab do Nascimento (068.386.254-58); Rostania Alves de Oliveira (046.650.356-36); Ruan Henrique Loureiro Moura (008.205.152-64); Ruan Sousa Lima (067.205.073-03); Rubens Nascimento Vieira (095.719.543-57); Sabrina Militz (011.439.550-05); Sabrina Ruiz Bronzatto (986.846.550-87); Samuel Alves Dias (108.339.366-97); Samuel Anderson Lima de Santana (050.836.434-56); Samuel Jonatas de Castro Lopes (600.170.093-16); Samuel Rosa dos Santos (159.010.697-06); Sara Cunha Sobrinho (722.657.603-15); Sarah Pontes Madruga (095.355.954-82); Sarah Santos Soares (131.004.267-54); Sarah Vieira Marins (006.952.611-77); Sarah dos Santos Conceicao (033.460.635-77); Saymon Oliveira Jumonji (043.845.615-71); Sebastiao de Morais Silva (062.112.373-08); Sergio Augusto Venturinelli Jannuzzi (117.690.347-06); Sergio Costa do Rosario (012.066.025-38); Shaina Angelo Nunes da Silva (432.388.948-89); Sharlynger Ferreira dos Santos (124.693.524-44); Sheila Cristina Carvalho Machado (065.899.091-80); Sibele Salamita dos Santos Nunes (009.054.915-56); Silene Mayara Nunes da Silva Costa (095.599.354-70); Silmara Cecilia Nepomuceno (096.076.154-33); Silvia Regina Correa da Silva (253.290.448-80); Silvio Batista de Freitas (061.865.514-07); Silvio Sergio Silveira de Siqueira (140.206.947-29); Simone Domingos de Oliveira Batista (003.072.686-75); Sirlei Marques Paschoal (098.346.789-75); Sofia Ferreira Capistrano (065.629.551-14); Solaine da Silva Araujo (047.373.521-01); Sophia Leao Cardoso (027.804.592-80); Stella Cristhina Martins Costa (925.122.161-87); Suelen Auxiliadora Rodrigues Alves (442.328.798-62); Suellen Gomes Mafra (008.492.112-98); Sullivan de Souza Lima (075.540.234-03); Suzana Conceicao de Sousa (028.608.253-55); Taciana Martins Barbosa (051.707.694-23); Taiane Guedes Fonseca de Souza (073.166.776-00); Tairon Nascentes Pereira (037.150.891-64); Tais Lie Tokikawa (011.620.561-00); Talita Baldin (075.463.339-03); Tamires Soares Fernandes (028.146.201-18); Tarcisio Santana Gomes (029.598.535-63); Tatiana Campos Neves (134.037.897-30); Tatiana Gomes Ferreira Rezende (003.358.039-11); Tatiane Fontana Ribeiro (034.322.720-73); Tatiane Pessoa da Silva (090.036.504-89); Tauana Wazir Mattar e Silva (068.117.846-95); Tayla Gomes de Moura (054.161.421-54); Tayrinne Tiffane Goncalves Maia (034.012.803-84); Thais Coutinho de Oliveira (089.984.107-45); Thais Rolla de Caux (105.480.106-17); Thais Teles Firmino (084.272.124-02); Thales Fontes Ramos (038.791.985-60); Thalita Machado Veras (078.276.333-23); Thalita Victoria da Silva Pravato (144.811.857-32); Thalles Coppieters Tossi Filho (413.825.738-12); Thiago Andrade de Sousa (057.875.457-61); Thiago Franca da Silva (022.317.851-96); Thiago Henriques Soares (142.509.147-47); Thiago Jonas Rosa dos Santos (068.248.435-04); Thiago Medeiros Muniz Saraiva (057.722.965-66); Thiago Pereira da Luz (149.443.437-79); Tiago Barcelos Pereira Salgado (087.923.976-03); Tiago Bernardo dos Santos (132.185.094-83); Tiago Cristino da Silva (029.844.591-30); Tiago Velozo de Oliveira (041.010.764-64); Tullio Henrique Soares Gomes (035.232.444-98); Ursula Paola Rudolph de Matos (035.323.650-06); Vagner da Silva Moreira (036.995.346-00); Valdinei Sabatowisch Mugnol (728.307.199-72); Vanderlei da Silva (603.981.401-20); Vanderleia Luciane Vieira (028.601.930-22); Vanessa Bonicontro do Nascimento (025.119.301-29); Vanessa Cardoso Pereira (057.421.993-50); Vanessa Leite Rezende (089.320.386-60); Vanessa Maria de Souza (858.654.685-29); Vanessa Marnei Prates de Jesus (000.316.392-08); Vatusy Aparecida Nascimento (080.748.179-38); Victor Azevedo Coscrato (320.711.318-43); Victor Callari (348.401.618-36); Victor Crespo de Oliveira (470.011.178-03); Victor Hugo Assis Peixoto (094.017.757-96); Victor Hugo Sousa de Araujo Landim (067.438.271-42); Victor Klaic Zipperer (052.132.240-59); Vinicius Edgar Vieira Sousa (100.326.566-96); Vinicius Gomes de Paula (112.972.427-18); Vinicius Jose Neves Nascimento (522.654.712-91); Vinicius da Silva Martins (400.719.698-29); Vitor Hugo Coimbra Nunes da Rocha Peixoto (116.526.196-07); Vitor Monteiro da Rocha (117.140.017-92); Vitor Rikellme da Silva Gomes (612.551.253-30); Vitor Salomao Mourao (131.544.406-23); Vitor Thompson Borini (057.976.807-42); Vitoria Cantanhede Oliveira Gomes (079.782.721-84); Viviane Ourives Alves (008.005.150-21); Wagnara Alves Ribeiro (073.796.666-14); Wagner Silva Goes (814.583.205-53); Waldech Alves dos Santos Junior (068.083.055-36); Waleria Pereira Viana (045.949.314-05); Walter Amaral dos Santos (017.941.636-70); Walter Luiz Manzi de Azevedo (418.489.498-47); Wanderson Duraes Fialho (115.723.587-50); Wanderson Pereira dos Santos Fontes (137.926.276-39); Washington Araujo dos Santos (012.697.383-05); Washington Nascimento da Silva

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

(054.547.934-77); Watila de Moura Sousa (002.929.992-67); Wellington Marques de Souza (036.932.611-30); Welton Duarte Fernandes (309.051.708-65); Wendel Ferreira Rangel (130.409.357-39); William Eugenio Lopes da Silva (113.667.644-98); William Gomes de Aguiar (103.849.506-71); William Pereira Penna (112.269.336-29); William de Castro Feitosa (704.938.203-53); Willian Garcia Birolli (362.331.388-25); Willian Vaniel Alves dos Reis (045.628.551-26); Wilson Garcia Valiente (085.905.809-38); Windemberg Costa Silva (050.865.914-06); Windson de Sousa Viana (048.118.663-80); Ximena Mendes de Oliveira (092.773.026-07); Yago Chamoun Ferreira Soares (151.766.347-40); Yanca Larissa Moura Lima (118.150.994-70); Yuri Mendes de Oliveira (017.317.814-66); Yves Moreira Ribeiro (101.352.906-51)

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Banco do Brasil S.a.; Banco do Nordeste do Brasil S.a.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa Econômica Federal; Comissão de Valores Mobiliários; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf; Conselho Nacional de Justiça; Controladoria-geral da União; Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de São Carlos; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Indãºstria de Material Bã©lico do Brasil; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Ministério da Defesa; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério de Minas e Energia; Petróleo Brasileiro S.a.; Polícia Rodoviária Federal; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Senado Federal; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/pb; Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/al; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/rn; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs; Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Tribunal Superior Eleitoral; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; Universidade Federal da Integração Latino-americana; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Jataí; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; Universidade Federal do Cariri; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4970/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.166/2026-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Fatima Maria de Alencar Sousa (511.389.647-00); Maria Lindimar Amaral da Costa (666.452.474-00); Simone de Alencar Sousa (295.584.093-91); Sonia Carvalho de Santana (115.692.391-34)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4971/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.422/2026-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Arlety Marques da Silva (646.360.621-91); Augusta Pinheiro da Silva Sa (090.564.833-15); Fernanda Fontenelle Pinheiro de Morais (245.646.641-15); Ivanilda Bruno Floriano da Silva (765.967.534-68); Lucia de Fatima Feijo da Costa (185.902.921-34); Maria Isabel Pinheiro Dourado Matos (245.650.671-53); Mirna Pimentel de Matos Ferreira (579.031.231-49); Rosa Cristina Fontenelle Pinheiro da Silva de Paula (111.258.453-68); Vladia Pimentel de Matos Ferreira (318.672.514-34)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4972/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em registrar os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.746/2026-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Bernadete Dias Quirino da Silva (492.401.027-87); Rejani Rilke de Oliveira Arruda (044.505.377-18); Rita Brandao Melo Costa (214.824.621-68); Rose Mary Alves Correia (052.868.507-40); Rutt Barnard de Oliveira Arruda (073.289.277-55); Silvia Lopes Neves (491.786.107-10)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4973/2026 - TCU - 2ª Câmara

Vistos e relacionados estes atos de pensão militar emitidos pelo Comando do Exército, submetidos à apreciação deste Tribunal, para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que os atos foram submetidos às críticas automatizadas e à verificação técnica na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018 e da Resolução TCU 353/2023;

Considerando que, quanto ao ato 72490/2025, o percentual de adicional de tempo de serviço (40%) mostra-se regular, à luz do arredondamento previsto no art. 138 da Lei 6.880/1980 (redação anterior à MP 2.215/2001), tendo em vista que o instituidor contava com 39 anos, 11 meses e 10 dias de serviço, bem como que o posto/graduação de referência da pensão (General de Exército) é regular, uma vez que o instituidor contribuiu para dois postos/graduações acima, na forma do art. 6º da Lei 3.765/1960;

Considerando que, quanto aos atos 78806/2025 e 85302/2025, os benefícios foram corretamente instituídos com base no mesmo posto/graduação em que o instituidor se encontrava reformado (Segundo Sargento);

Considerando que, quanto ao ato 85296/2025, embora indevida a majoração de posto/graduação na alteração da reforma do instituidor (vedada pelo Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário), a inconsistência restou sanada na pensão militar, corretamente instituída com base no posto/graduação de General de Divisão, para o qual o instituidor contribuiu (art. 6º da Lei 3.765/1960);

Considerando que, quanto ao ato 85438/2025, o benefício foi corretamente instituído com base no posto/graduação de Primeiro Tenente, uma vez que o instituidor contribuiu para um posto/graduação acima daquele em que se encontrava reformado (Segundo Tenente), na forma do art. 6º da Lei 3.765/1960;

Considerando que, realizada a verificação dos valores pagos nos últimos contracheques dos pensionistas, não foram detectadas irregularidades;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público junto ao TCU manifestaram-se de forma convergente pela legalidade e registro dos atos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, e na Instrução Normativa TCU 78/2018, em registrar os atos de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) 72490/2025 - Inicial - FRANCISCO GARCIA ALVES (CPF 055.246.017-68);

b) 78806/2025 - Reversão - JOAO BOSCO DE SANTANA (CPF 643.473.548-00);

c) 85296/2025 - Inicial - LUIZ FERNANDO PINTO BAHIA (CPF 046.432.758-04);

d) 85302/2025 - Inicial - OZIAS MARTINS DOS SANTOS (CPF 211.255.388-72);

e) 85438/2025 - Reversão - HENRIQUE BONADIO (CPF 108.919.948-15).

1. Processo TC-018.780/2026-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Turin Santana (325.088.518-50); Candida Rita dos Santos (179.517.158-83); Fabiola Cristina dos Santos Bahia Barbanti (282.675.358-45); Ilza Alves Rolim (068.354.208-71); Lilian Aparecida Bonadio Camara (097.805.548-90)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4974/2026 - TCU - 2ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de concessão de pensão militar, de responsabilidade do Comando do Exército, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018;

Considerando que os atos foram submetidos às críticas automatizadas e à verificação técnica previstas na Instrução Normativa TCU 78/2018 e na Resolução TCU 353/2023;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que, embora tenha sido constatado que o posto/graduação de referência para o cálculo dos proventos de pensão é diferente do posto/graduação na ativa, a unidade técnica demonstrou que tal situação não afronta o Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, seja em razão de reforma por incapacidade ou invalidez permanente, seja em razão de passagem à inatividade com melhoria de proventos ou por decorrência da contribuição adicional para fins de pensão militar;

Considerando que a verificação dos valores pagos nos últimos contracheques dos pensionistas não detectou irregularidade;

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público junto ao TCU manifestaram-se, de forma convergente, pela legalidade e registro dos atos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no art. 260 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em registrar os atos de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) 71401/2025 - Inicial - SANCLER BARBOSA DE OLIVEIRA (CPF 096.233.147-36);

b) 74751/2025 - Inicial - GERALDO SCHIER (CPF 168.979.199-34);

c) 74860/2025 - Inicial - LUIZ PEREIRA DE ALMEIDA (CPF 027.593.062-91);

d) 76316/2025 - Reversão - CIPRIANO DIAS DA LUZ (CPF 109.381.689-91);

e) 76925/2025 - Reversão - WALMIR RIBEIRO DORNELES (CPF 045.358.470-53).

1. Processo TC-018.784/2026-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carmen Schier (024.690.049-00); Damaris Rocha Freitas de Oliveira (126.629.577-19); Ione Therezinha Jacobsen Dornelles (595.983.879-68); Selma de Fatima Dias da Luz Nicoccelli (043.432.749-26); Sueli de Fatima de Oliveira de Almeida (334.249.421-20); Terezinha Aparecida Dias da Luz (736.289.569-00)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Assistência Ao Pessoal - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4975/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em desfavor de Luiz Carlos Gauto da Silva (Prefeito no período de 1/1/2017 a 31/12/2024) em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Tramandaí (RS) em 21/12/2018 pelo Fundo Nacional de Assistência Social, no âmbito da Programação SIGTV 432160020180003 (Ação 2B31 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial);

Considerando que, realizada diligência à entidade concedente, a Coordenação de Análise de Prestação de Contas do FNAS, por meio da Nota Técnica 459/2026 (peça 92), reexaminou a documentação superveniente apresentada pelo responsável e concluiu pela comprovação da regular aplicação de R$ 122.514,14 (95,78%), remanescendo reprovadas despesas no montante total de R$ 5.393,56, assim discriminadas: R$ 479,00 pendentes de comprovação do nexo causal; R$ 2.449,84 relativos a aquisição em quantidade superior à pactuada e R$ 862,73 referentes a itens não previstos na planilha aprovada; e R$ 1.601,99 correspondentes a despesas executadas após o encerramento do prazo de execução, em 31/12/2021;

Considerando, portanto, que o débito remanescente imputável ao responsável é de baixa materialidade, não havendo nos autos indício de má-fé, locupletamento ou enriquecimento ilícito, circunstâncias que, à luz dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da racionalização administrativa e da economia processual, autorizam, excepcionalmente, o julgamento das contas pela regularidade com ressalva, na linha dos Acórdãos 2.838/2025 (relator Ministro Jorge Oliveira) e 5.065/2025 (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), ambos da 2ª Câmara;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que o saldo remanescente de R$ 39.146,78 existente na conta vinculada 28.853-5 (subitem 2.22 da Nota Técnica 459/2026) não configura despesa irregularmente realizada, mas recurso federal não executado após o encerramento do prazo de aplicação, cuja restituição ao Fundo Nacional de Assistência Social deve ser promovida pela instituição financeira depositária, sem imputação de débito ao ex-gestor e sem que tal providência implique julgamento das contas do Município de Tramandaí (RS); e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial e pelo Ministério Público junto ao TCU (peças 98-101),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do RITCU, em:

a) acolher parcialmente as alegações de defesa de Luiz Carlos Gauto da Silva (CPF: 253.999.930-15);

b) julgar regulares com ressalvas, em caráter excepcional, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 208, caput, e 214, inciso II, do RI/TCU, as contas de Luiz Carlos Gauto da Silva (CPF: 253.999.930-15), dando-lhe quitação e consignando que as ressalvas se devem à aquisição de itens não previstos ou em quantidade superior à pactuada (R$ 862,73 e R$ 2.449,84); realização de despesas após o fim da vigência do ajuste (R$ 1.601,99); e não comprovação de despesa (R$ 479,00);

c) determinar ao Banco do Brasil S.A, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, se ainda não o fez, no prazo de 15 dias, a contar do recebimento da notificação, comprove perante este Tribunal o recolhimento ao Fundo Nacional de Assistência Social do saldo existente na conta vinculada n.º 28.853-5, bem como dos rendimentos de aplicações financeiras eventualmente a ela vinculadas, referente aos recursos repassados na modalidade fundo a fundo no âmbito da Programação SIGTV n.º 432160020180003 (Ação 2B31 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial), cujo valor apurado na Nota Técnica n.º 459/2026 era de R$ 39.146,78; e

d) informar a prolação do presente Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Município de Tramandaí (RS), Banco do Brasil S.A. e ao responsável.

1. Processo TC-008.941/2025-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luiz Carlos Gauto da Silva (253.999.930-15)

1.2. Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Tramandaí (RS).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Luciano Reuter (37091/OAB-RS), representando Luiz Carlos Gauto da Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4976/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos pareceres emitidos nos autos e nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em ordenar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Elisa Yoko Tanabe Yoneda.

1. Processo TC-017.597/2026-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Elisa Yoko Tanabe Yoneda (010.399.158-17).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4977/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos pareceres emitidos nos autos e nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em ordenar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Marcos Antonio Maia de Oliveira.

1. Processo TC-017.781/2026-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Antonio Maia de Oliveira (178.745.724-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4978/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos pareceres emitidos nos autos e nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em ordenar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Benedito Pio Lima Furtado.

1. Processo TC-017.812/2026-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Benedito Pio Lima Furtado (159.562.612-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4979/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos pareceres emitidos nos autos e nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em ordenar os registros dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados relacionados no subitem 1.1.

1. Processo TC-017.846/2026-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Inacio Balbino Bezerra de Deus (353.941.705-25); Walter Francisco Alves (739.479.118-15)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4980/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos pareceres emitidos nos autos e nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em ordenar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Georgina de Fatima Serodio Alves.

1. Processo TC-019.932/2026-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Georgina de Fatima Serodio Alves (787.058.197-68)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4981/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno e nos pareceres emitidos nos autos, em ordenar o registro dos atos de concessão de pensão militar aos interessados relacionados no subitem 1.1.

1. Processo TC-018.738/2026-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Flávia Wanderley de Vasconcelos Serpa (023.823.464-93); Izabhella Krhistine Loureiro (157.983.707-71); Jaqueline da Silva Cunha Pereira dos Santos (053.439.797-26); Lea Nava Wuensche (899.455.817-91); Marli Terezinha Ribeiro Loureiro (118.071.938-70); Rita Leandro da Silva (060.488.324-27); Suzana Wanderley de Vasconcelos (449.276.814-91); Teodomiro Alves de Vasconcelos Filho (007.647.504-29); Wanessa de Souza Loureiro Coutinho (694.281.231-53).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4982/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno e nos pareceres emitidos nos autos, em ordenar o registro dos atos de concessão de pensão militar aos interessados relacionados no subitem 1.1.

1. Processo TC-018.754/2026-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Cristina Ilsa Calvete de Oliveira (542.333.800-04); Cristina Vera Ratkus Abel (676.737.160-20); Higia Jaqueline Bornes (275.529.500-72); Maria Fernanda de Lima Bento (449.363.890-72); Regina Barreto Bento (551.111.570-34); Rosina Clara Fernandes Paz (222.974.560-34); Vanessa Cristina Marques Bento (607.331.950-91)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4983/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a atos de reforma de Renato Ivanczin - inicial (14528/2023) e alteração (14648/2023 e 14803/2023) -, emitidos pelo Comando da Aeronáutica e submetidos a este Tribunal para registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que a unidade instrutora e o Ministério Público de Contas constataram, nos atos 14528/2023 e 14648/2023, a majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior ao que ocupava na ativa, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, na redação original (o militar fazia jus a proventos de Taifeiro-Mor e não de Terceiro-SArgento);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

considerando que o procedimento contraria os arts. 135, 136 e 137 da Lei 6.880/1980, c/c art. 93 do Decreto 4.307/2002, que dispõem que a contagem do tempo laborado em atividade privada, em guarnições especiais e como aluno de órgão de formação de reserva, serve, apenas, para fins de passagem à inatividade;

considerando que o lapso laborado em atividade privada não se presta para fundamentar o pagamento da vantagem estabelecida na redação original do art. 52, inciso II, da Lei 6.880/1980 (remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma) eis que não há autorização legal para tanto;

considerando que a irregularidade é objeto de jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 6.040/2025-1ª Câmara, de minha relatoria, 2.087/2025-2ª Câmara (Relator Ministro Jorge Oliveira), 7.060/2025-1ª Câmara (Relator Ministro Benjamin Zymler), 5.840/2025-2ª Câmara (Relator Ministro Antonio Anastasia) e 631/2020 e 4.045/2021-1ª Câmara (relator Ministro Vital do Rêgo);

considerando que, nos termos da Portaria DIRAP 5.032/3HI1, de 6/8/2010, (anexada ao Ato de alteração 14803/2023), o militar, oriundo do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica, obteve o direito a ser reformado na graduação de Suboficial, com base na Lei 12.158/2009 e no art. 5º, inciso V, do Decreto 7.188/2010, com efeitos financeiros a contar de 1º/7/2010;

considerando que, nesse ponto, o ato submetido ao exame deste Tribunal não apresenta irregularidade, porém, restou constatado que os proventos atuais do interessado estão sendo pagos com base no posto de Segundo-Tenente, razão para se registrar o ato, "com determinação ao órgão origem para que adote as medidas cabíveis com vistas à regularização dos pagamentos indevidos constatados na ficha financeira do interessado" (art. 7º, §2º, da Resolução TCU 353/2023);

considerando que, diante desse quadro normativo e fático (peça 5), os proventos relativos à reforma em apreciação deveriam corresponder à graduação de Taifeiro Mor, no período 22/6/2005 a 30/6/2010, e à graduação de Suboficial, a partir de 1º/7/2010;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, permitiu a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos em exame deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não se materializando o registro tácito, consoante decidido pelo STF no RE 636.553/RS;

considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da AudPessoal e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) registrar o ato de reforma de Renato Ivanczin (14803/2023 - alteração), com fundamento no art. 7º, §2º, da Resolução TCU 353/2023;

b) negar registro aos atos de reforma inicial (14528/2023) e de alteração (14648/2023) de Renato Ivanczin;

c) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Aeronáutica, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

d) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-014.073/2026-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Renato Ivanczin (097.287.759-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Aeronáutica que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da notificação desta decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.2. dê ciência imediata do inteiro teor desta deliberação ao interessado, com o alerta de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o eximirá da devolução de valores indevidamente recebidos, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação desta decisão, encaminhe a esta Corte comprovante da data da ciência desta decisão pelo interessado;

1.7.4. emita novos atos de reforma, retificando a base de cálculo dos proventos para a graduação de Suboficial, disponibilizando-os a este Tribunal, nos termos e prazos fixados na Instrução Normativa TCU 78/2018;

ACÓRDÃO Nº 4984/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.242/2026-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Marta Elisa Treptow Brod (572.118.330-68); Monica Maria Neves Cesar (261.823.605-00).

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4985/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 7º, inciso I, e 9º da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria do Sr. Walid Nemer Damous Sobrinho, por perda de objeto, tendo em vista sua reversão à atividade em 2/4/2024, e legal para fins de registro o ato em favor do Sr. Fabio Augusto Affonso, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU.

Processo TC-006.124/2026-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Fabio Augusto Affonso (031.563.738-26); Walid Nemer Damous Sobrinho (407.781.347-68).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4986/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília (FUB) em benefício da Sra. Francisca Vilany Kehrle e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a análise empreendida pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectou as seguintes irregularidades: a) recebimento da rubrica judicial relativa à incorporação da URP de plano econômico (Unidade de Referência de Preços - Plano Verão - 26,05%), no valor de R$ 2.420,74 (peça 3, p. 5), sem a devida absorção mediante reajustes posteriores concedidos aos ex-servidores; e b) pagamento da rubrica denominada "Vencimento Básico Complementar (VBC)", decorrente do art. 15 da Lei 11.091/2005, que deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores da carreira, por expressa disposição legal;

Considerando que esta Corte de Contas possui o entendimento de que os valores decorrentes de planos econômicos, ainda que amparados em decisão judicial, não se incorporam indefinidamente aos vencimentos do beneficiário, pois têm natureza de antecipação salarial, devendo ser absorvidos ou eliminados nas reestruturações futuras da carreira ou quando da ocorrência de reajustes salariais;

Considerando que a parcela relativa à URP não deveria mais subsistir, haja vista que o valor de 26,05% foi integralmente compensado ao longo dos anos por meio de reestruturações de carreira e aumentos ocorridos posteriormente ao provimento jurisdicional e, por isso, deveria a rubrica relativa a plano econômico ter sido absorvida pelos reajustes posteriores;

Considerando que existe, contudo, no caso concreto, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança (MS) 28.819/DF, impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), com decisão favorável aos seus filiados no sentido de impedir a supressão da rubrica relativa à URP (26,05%);

Considerando que a referida decisão de mérito proferida pelo STF garante aos servidores substituídos tão somente a manutenção do valor percebido a título de parcela judicial referente a planos econômicos (URP/1989), assegurando a cada servidor substituído o direito de manter em sua remuneração o valor recebido a título de URP, em 16 de setembro de 2010, data em que foi concedida a medida liminar, posteriormente confirmada no mérito;

Considerando que a entidade de origem extrapolou os limites da liminar, elevando substancialmente o valor da parcela sub judice, de tal forma que cumpriria à FUB ajustar o valor da rubrica (URP), para restaurá-lo ao montante verificado em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou a manutenção e a irredutibilidade do benefício;

Considerando, entretanto, a superveniente Solicitação de Solução Consensual formulada pela Advocacia-Geral da União, que resultou na celebração do Termo de Autocomposição entre a União, por intermédio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da aludida AGU, a Fundação Universidade de Brasília e o Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da FUB, com a interveniência do TCU, aprovado pelos Acórdãos 998/2026 e 1490/2026, ambos do Plenário (relator Ministro Benjamin Zymler), e homologado pelo Supremo Tribunal Federal em 10/7/2026, nos autos do MS 28.819/DF, com a consequente extinção daquele processo judicial, com resolução de mérito;

Considerando que o referido Termo de Autocomposição estabeleceu, de forma consensual e definitiva, as condições para a absorção da rubrica alusiva à URP de 1989 pelos acréscimos remuneratórios de caráter permanente concedidos aos servidores técnico-administrativos da FUB a partir de 1º/4/2026, fixando, entre outros parâmetros, o percentual de absorção de 60% sobre tais acréscimos, a composição da base de cálculo e o valor de referência para o início da absorção, correspondente ao montante nominal da parcela vigente em março de 2026;

Considerando os precedentes do TCU no sentido de determinar à Fundação Universidade de Brasília que promova a absorção da parcela judicial da URP conforme os termos da Solução Consensual aprovada mediante os Acórdãos 998/2026 e 1490/2026, ambos do Plenário do TCU (v.g.: Acórdão 4339/2026 - 2ª Câmara, relator Ministro Jhonatan de Jesus; Acórdão 4653/2026 - 2ª Câmara, relator Ministro Jorge Oliveira);

Considerando, ainda, que a rubrica denominada "Vencimento Básico Complementar" (VBC) foi instituída para que, na implantação do novo plano de carreira em maio/2005, não houvesse decesso na remuneração dos interessados, de forma a manter inalterado o somatório das parcelas Vencimento Básico (VB), Gratificação Temporária (GT) e Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino (GEAT) percebidas em dezembro/2004;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a implantação gradual do novo plano de carreira previa aumento do vencimento básico, nos termos da tabela do Anexo I-B da Lei 11.091/2005, devendo a rubrica VBC, de acordo com o art. 15 da citada lei, ser reduzida no montante equivalente aos aumentos promovidos;

Considerando que o valor do VBC continuou a ser pago, sem a devida implementação da absorção desse valor nos termos legais;

Considerando que as Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo do VBC, tiveram seus efeitos expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por aqueles normativos (maio/2008 a julho/2010, no primeiro caso, e março/2013 a março/2015, no segundo), sem modificar a sistemática de implantação da estrutura prevista na Lei 11.091/2005, em especial na forma de absorção do VBC;

Considerando que a parcela é irregular uma vez que seu valor não foi corretamente absorvido, nos termos da Lei 11.091/2005 e da jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 10.402/2022 - 1ª Câmara (rel. Min. Benjamim Zymler); 8.504/2022 - 2ª Câmara (de minha relatoria); e Acórdão de Relação 7.229/2022 - 2ª Câmara (rel. Min. Aroldo Cedraz);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92; c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU; e o art. 7º, inciso III, da Resolução/TCU 353/2023 (com as alterações promovidas pela Resolução 377/2025), em negar registro ao ato concessão de aposentadoria da Sra. Francisca Vilany Kehrle, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado n. 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7. a seguir:

1. Processo TC-007.477/2026-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Francisca Vilany Kehrle (284.006.074-49).

1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Fundação Universidade de Brasília que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes medidas:

1.7.1.1. promova a absorção da parcela judicial de URP (Unidade de Referência de Preços) conforme os termos da Solução Consensual aprovada mediante os Acórdãos 998/2026 e 1.490/2026, ambos do Plenário/TCU;

1.7.1.2. adote as providências cabíveis no sentido de excluir dos proventos da interessada a parcela de Vencimento Básico Complementar (“VB.COMP.ART.15 L11091/05”), comunicando ao Tribunal as medidas adotadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU; e

1.7.1.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, disponibilizando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, o comprovante de notificação da interessada, preferencialmente pelo mesmo meio em que confirmou a ciência desta decisão; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.7.1.4. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor da interessada, livre das irregularidades verificadas neste processo, e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4987/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria de Fátima Aragão Tessaro, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, no período de 08/04/1998 a 04/09/2001;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a rubrica de "quintos/décimos" em questão, paga com base em decisão administrativa, foi destacada e transformada em "parcela compensatória", mas ainda não foi absorvida;

Considerando que a Lei 14.687/2023, que entrou em vigor em 22/12/2023 e alterou a redação do art. 11 da Lei 11.416/2006, estabeleceu que as vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente (VPNI), inclusive aquelas derivadas da incorporação de "quintos ou décimos" de função comissionada, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelos reajustes das parcelas remuneratórias de seus anexos, porém, de acordo com o entendimento desta Casa, não há previsão de efeitos retroativos a sua vigência;

Considerando também a interpretação fixada no Acórdão 2533/2024 - Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), o qual destaca que a Lei 14.687/2023 resguardou a absorção de "quintos/décimos" dos reajustes previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023, referentes a 1º/02/2024 e 1º/02/2025, mas não afastou a absorção pelo reajuste de 6% concedido em 1º/02/2023, nem por quaisquer outros reajustes futuros;

Considerando diversos precedentes do TCU nessa mesma linha de exegese, entre outros, os Acórdãos 6.586/2024, 6.588/2024, 6.589/2024 e 6.590/2024 (relator Ministro Aroldo Cedraz); 2.533/2024 (relator Ministro Augusto Nardes); 4.745/2024 e 8.158/2024 (ambos de minha relatoria), todos da 2ª Câmara; e 5.128/2024 e 7.598/2024 (relator Ministro Jhonatan de Jesus); 5.636/2024 (relator Ministro Jorge Oliveira) e 4.392/2024 (relator Ministro Benjamin Zymler), esses da 1ª Câmara;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92; c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU; e o art. 7º, inciso III, da Resolução/TCU 353/2023 (com as alterações promovidas pela Resolução 377/2025), em negar registro ao ato concessão de aposentadoria da Sra. Maria de Fátima Aragão Tessaro, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado n. 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7. a seguir:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1. Processo TC-012.090/2026-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria de Fátima Aragão Tessaro (219.126.962-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. absorva a "parcela compensatória" correspondente à vantagem de "quintos/décimos" incorporada em decorrência do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, consoante o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE, a qual deve ser absorvida pelo reajuste concedido pela parcela de 6%, a partir de 1º de fevereiro de 2023, previsto no inciso I do art. 1º da Lei 14.523/2023;

1.7.1.3. absorva eventual resíduo da "parcela compensatória" por quaisquer reajustes futuros, exceto aqueles concedidos em 1º/2/2024 e 1º/2/2025, previstos nos incisos II e III do art. 1º da Lei 14.523/2023, em atenção à nova redação dada ao parágrafo único do art. 11 da Lei 11.416/2006, em vigor a partir de 22/12/2023, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.1.4. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, disponibilizando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, o comprovante de notificação da interessada, preferencialmente pelo mesmo meio em que confirmou a ciência desta decisão; e

1.7.1.5. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor da interessada, livre da irregularidade verificada neste processo ("quintos/décimos"), e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4988/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.131/2026-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Isenalva Bernardo Varandas (760.823.937-91); Ivan dos Santos Ferraz (105.928.227-53); Leonardo Pildas de Menezes Cavalcante (095.388.795-20); Miriam Jose Cabral do Espirito Santo (362.887.487-49); Terezinha Moreira Pinto (463.227.527-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4989/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro com ressalva dos atos de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.378/2026-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Conceição Aparecida de Lima (847.955.908-00); Lourival Antunes da Silveira Filho (789.776.146-00); Marcia de Oliveira Bueno Morello da Silva (104.797.798-21); Myriam Pinto Pereira Boccuto (049.705.708-50).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4990/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro em benefício da Sra. Nilva Setsuko Takahashi e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectou as seguintes irregularidades: a) pagamento da rubrica denominada "Vencimento Básico Complementar (VBC)", decorrente do art. 15 da Lei 11.091/2005, que deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores da carreira, por expressa disposição legal; e b) erro de cálculo da vantagem "Incentivo à Qualificação" (IQ), prevista na Lei 11.091/2005, calculada com base nos valores do Provento Básico e do VBC;

Considerando que o VBC foi instituído para que, na implantação do novo plano de carreira em maio/2005, não houvesse decesso na remuneração dos interessados, de forma a manter inalterado o somatório das parcelas Vencimento Básico (VB), Gratificação Temporária (GT) e Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino (GEAT) percebidas em dezembro/2004;

Considerando que a implantação gradual do novo plano de carreira previa aumento do vencimento básico, nos termos da tabela do Anexo I-B da Lei 11.091/2005, devendo a rubrica VBC, de acordo com o art. 15 da citada lei, ser reduzida no montante equivalente aos aumentos promovidos;

Considerando que o valor do VBC continuou a ser pago, sem a devida implementação da absorção desse valor nos termos legais;

Considerando que as Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo do VBC, tiveram seus efeitos expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por aqueles normativos (maio/2008 a julho/2010, no primeiro caso, e março/2013 a março/2015, no segundo), sem modificar a sistemática de implantação da estrutura prevista na Lei 11.091/2005, em especial na forma de absorção do VBC;

Considerando que a parcela é irregular uma vez que seu valor não foi corretamente absorvido, nos termos da Lei 11.091/2005 e da jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 10.402/2022 - 1ª Câmara (rel. Min. Benjamim Zymler); 8.504/2022 - 2ª Câmara (de minha relatoria); e Acórdão de Relação 7.229/2022 - 2ª Câmara (rel. Min. Aroldo Cedraz);

Considerando que a interessada faz jus à vantagem de "Incentivo à Qualificação (IQ)", prevista no Anexo IV da Lei 11.091/2005, alterada pela Lei 12.772/2012, com 30%, referente ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, comprovado mediante a obtenção dos diplomas de Especialização em Enfermagem do Trabalho (peça 3, p. 7) e Capacitação Pedagógica na Área de Saúde (peça 3, p. 9);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando, que, nos termos do art. 12 da Lei 11.091/2005 (com a redação dada pela Lei 11.784/2008), o IQ terá por base percentual calculado sobre o padrão do Provento Básico percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, todavia foi incluído indevidamente no cálculo do "Incentivo à Qualificação" o valor da vantagem do VBC, quando esse já deveria ter sido totalmente absorvido;

Considerando, entretanto, que o montante das rubricas impugnadas alcança R$ 202,76 (R$ 155,97 do VBC e R$ 46,79 do IQ), quantia pouco significativa, pode esta Corte conceder o registro com ressalva do ato eivado de irregularidade envolvendo valores de baixa grandeza, a fim de evitar custos com o processamento e julgamento de um novo ato, sem prejuízo de se fixar prazo para que a unidade jurisdicionada corrija a falha na ficha financeira da interessada, conforme orienta a jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 2.499/2022, 9.438/2021 e 11.245/2021 (rel. Ministro Jorge Oliveira) e 1.567/2021 (rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman), todos da 1ª Câmara, e Acórdãos 12.704/2021 (rel. Ministro Augusto Nardes), 9.008/2023, 8.803/2023 e 6.467/2023 (de minha relatoria), esses da 2ª Câmara, bem assim em homenagem aos princípios da insignificância, da razoabilidade, da eficiência, da economicidade e do custo-benefício do controle;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023 (com redação dada pela Resolução 377/2025), em ordenar o registro com ressalva do ato de concessão de aposentadoria da Sra. Nilva Setsuko Takahashi, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-014.684/2026-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nilva Setsuko Takahashi (547.067.506-87).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Universidade Federal do Triangulo Mineiro, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. adote as providências cabíveis no sentido de excluir dos proventos da interessada a parcela de Vencimento Básico Complementar ("VB.COMP.ART.15 L11091/05"), bem como seu correspondente reflexo no "Incentivo à Qualificação (IQ)", comunicando ao Tribunal as medidas adotadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU; e

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante de notificação da interessada, preferencialmente pelo mesmo meio em que confirmou a ciência desta decisão.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 4991/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro do ato de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.608/2026-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Daniela Fischer (880.861.787-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4992/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro do ato de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.689/2026-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elena Rita Tortelli (514.758.399-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4993/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.699/2026-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Mario Ribeiro (064.923.630-00); Hamilton Ribeiro dos Santos (244.076.660-72); Rafael Antonio Rigo (145.268.670-04); Sacrovir Savi (246.619.290-04); Sergio Rene Pina Duarte (218.338.180-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4994/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro do ato de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1. Processo TC-017.743/2026-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Jose Santos de Lima (382.354.984-72).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4995/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.047/2026-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Almir Nunes (824.587.077-34); Domingos Gulao Neto (825.072.107-10); Raimundo Manoel da Silva (340.018.835-20); Roberto Groba Oliveira (263.625.627-04); Victor Jose Arantes de Mattos (598.772.517-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4996/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro do ato de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.061/2026-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marivaldo Oliveira dos Santos (056.454.925-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4997/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.157/2026-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edna Cairo Lemos Pinto (232.061.955-00); Maria Basilio da Silva (461.997.131-68); Maria Cilene Nunes de Souza (434.172.995-00); Marinalva Marinho de Carvalho (020.931.575-00); Rosangela Souza Sessa (868.619.566-00).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura e Pecuária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4998/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4.545/2026 - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 25/8/2026, Ata 28/2026, relativamente ao seu item 2, onde se lê: "2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.", leia-se: "2. Grupo: I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.447/2026-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Zelia das Graças Andrade Alvarenga Esperança (143.637.046-91).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4999/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.124/2026-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Angelica Fernandes Carrera (130.793.282-72); Fernanda Helena Costa e Silva (208.890.623-15); Maria Alves Bezerra (308.171.103-72); Maria Tereza de Carvalho Alcantara (721.559.653-20); Wania dos Santos Weingartner Matos (322.108.501-00)
1.2. Órgão: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5000/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.390/2026-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Cristina Haufe (014.122.457-61); Fatima Carvalho Cavalcante Silva (022.497.357-60); Ledayanne Brasiliano de Oliveira (050.452.124-19); Maria Sebastiana da Silva Figueiredo (092.110.018-38); Naire Coelho Telles (266.565.317-68); Sheila Carvalho Cavalcante do Nascimento (031.300.797-77); Sonia Regina Reis Coelho Amaro (252.639.197-00)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5001/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e o art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 353/2023 (com a redação dada pela Resolução/TCU 377/2025), em ordenar o registro dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.180/2026-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Luiz Cesar Louzada Villarinho (662.237.687-53); Robson Alexsandro Macedo (708.861.213-53).
1.2. Órgão: Diretoria de Assistência ao Pessoal - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5002/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno/TCU e no art. 4º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, em fazer a seguinte determinação, sem prejuízo de encaminhar à Caixa Econômica Federal cópia da instrução da unidade técnica (peça 79) e das peças 54, 58 e 59 dos autos, para subsidiar o cumprimento da determinação constante do subitem 1.7.1 abaixo, de acordo com o parecer emitido pela unidade técnica:

1. Processo TC-000.975/2026-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alcir Fernando Martinazzo (307.850.220-15); Anabal Barbosa de Souza (370.420.767-53); Município de Seropédica/RJ (01.604.139/0001-07).
1.2. Entidade: Município de Seropédica/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, promova o recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional da integralidade dos saldos atualmente existentes na conta corrente específica (Caixa: Ag. 3071-6, CC 000093-5, Operação 6) e na respectiva conta de aplicação (poupança) vinculadas ao Convênio Siconv 791885/2013.

ACÓRDÃO Nº 5003/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Convênio de registro Siafi 581152 (peça 5), firmado entre o FNDE e o Município de Nova Iguaçu/RJ, o qual teve por objeto a concessão de "apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino, com qualidade social, na perspectiva da educação inclusiva";

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, este Tribunal aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela Administração Pública Federal;

Considerando que a instrução produzida pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE (peças 86 a 88) manifestou-se pela ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões punitiva e ressarcitória perante o TCU, sugerindo, com fulcro nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, o arquivamento do processo, posicionamento que contou com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé (peça 89);

Considerando que, no caso concreto em exame, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição principal ocorreu em 26/03/2010 (peça 9, p. 1), data em que as contas deveriam ter sido prestadas (art. 4º, inciso I); e

Considerando os principais eventos processuais interruptivos da prescrição apontados pela AudTCE (item 16 da instrução, peça 86), e atentando que o intervalo havido entre o Parecer Conclusivo nº 154/2018/DIPRE/COAPC/CGAPC/DIFIN (peça 60), de 23/3/2018, e o Parecer Conclusivo nº 950/2024/DIPRE/CGAPC/DIFIN/FNDE (peça 64), de 30/12/2024, foi superior ao prazo quinquenal fixado pelo art. 2º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição principal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos presentes autos, ante o reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.260/2026-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luiz Lindbergh Farias Filho (690.493.514-68).

1.2. Entidade: Município de Nova Iguaçu/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5004/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 11 da Lei 8.443/1992, 157 do Regimento Interno/TCU e 47 da Resolução/TCU 259/2014, em sobrestar o julgamento do presente processo até o integral recolhimento, pelo Município de Mantena/MG, da dívida apurada neste feito ou até a falta de recolhimento de alguma parcela ou outro fato relevante que justifique a retomada da tramitação, sem prejuízo de encaminhar os autos ao Serviço de Gestão de Dívidas, a fim de que promova o efetivo acompanhamento sobre o pleno recolhimento do débito, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-007.418/2021-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Onofre Flausino Cardoso (347.728.636-72); Município de Mantena/MG (18.504.167/0001-55).

1.2. Entidade: Município de Mantena/MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Carlos Belo do Prado (169344/OAB-MG), representando Prefeitura Municipal de Mantena - MG.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

ACÓRDÃO Nº 5005/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do fim do prazo inicialmente fixado, para que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cumpra a determinação constante do subitem 1.8.1.2 do Acórdão 6.770/2025 - 2ª Câmara, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-009.320/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-020.943/2020-2 (Monitoramento).

1.2. Responsáveis: Carlos Alberto Timóteo da Silva (416.965.304-15); Joselice de Carvalho Brasil Sena (514.144.574-72); Maria Alcione de Araújo Silva (476.628.244-20); Marilene Soares da Silva (137.155.774-87)

1.3. Entidade: Município de Palmeirina/PE.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5006/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 11 da Lei 8.443/1992, 157 do Regimento Interno/TCU e 47 da Resolução/TCU 259/2014, em sobrestar o julgamento do presente processo até o integral recolhimento, pelos responsáveis, da dívida apurada neste feito ou até a falta de recolhimento de alguma parcela ou outro fato relevante que justifique a retomada da tramitação, sem prejuízo de encaminhar os autos ao Serviço de Gestão de Dívidas, a fim de que promova o efetivo acompanhamento sobre o pleno recolhimento do débito, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-009.565/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Claudio Fagundes (814.392.109-34); Cubo Filmes Produções e Eventos Ltda. (01.541.247/0001-88); Lordsir Cabreira de Oliveira (242.221.270-00).

1.2. Entidade: Agência Nacional do Cinema.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Rejane de Souza (18684/OAB-RS), representando Cubo Filmes Produções e Eventos Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5007/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Governo do Estado do Acre - Gabinete do Vice-Governador, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por força da Portaria GM/MS 2.363/2013, com vistas à estruturação e qualificação dos Núcleos de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH);

Considerando que, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, este Tribunal aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela Administração Pública Federal;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a instrução produzida pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE (peças 38 a 40) manifestou-se pela ocorrência da prescrição intercorrente, sugerindo, com fulcro nos arts. 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, o arquivamento do processo, posicionamento que contou com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (peça 41);

Considerando que, no caso concreto em exame, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição principal ocorreu em 16/9/2019 (peça 20), data da expedição do Ofício 1447/2019/ CGURG/DAHU/SAES/MS, por meio do qual se exigiu a devolução dos recursos repassados depois de tentativas frustradas de se confirmar a efetiva execução física e financeira do projeto (art. 4º, inciso IV);

Considerando, que, consoante o art. 8º, § 3º, da Resolução 344/2022, com a redação dada pela Resolução/TCU 367/2024, o termo inicial da contagem da prescrição intercorrente é a ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, o que se deu em 17/8/2020 (peça 4); e

Considerando os principais eventos processuais interruptivos da prescrição apontados pela AudTCE (item 18 da instrução, peça 38), e atentando que o intervalo havido entre o Despacho NUFTR/SE/MS (peça 5), de 16/11/2020, e o Parecer Técnico 147/2024-SAES/SERTRANS/ SAES/CGPO/SAES/MS (peça 6), de 11/10/2024, foi superior ao triênio previsto no art. 8º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição intercorrente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos presentes autos, ante o reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Saúde, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.690/2025-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Governo do Estado do Acre - Gabinete do Vice-Governador (04.113.080/0001-42).

1.2. Entidade: Fundo Estadual de Saúde - Fundes/AC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5008/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Município de Itaperuna/RJ, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por força da Portaria GM/MS 3.188/2007, com vistas à implantação e/ou implementação de complexos reguladores;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, este Tribunal aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela Administração Pública Federal;

Considerando que a instrução produzida pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE (peças 35 a 37) manifestou-se pela ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões punitiva e ressarcitória perante o TCU, sugerindo, com fulcro nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, o arquivamento do processo, posicionamento que contou com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin (peça 38);

Considerando que, no caso concreto em exame, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição principal ocorreu em 23/12/2011 (peça 16, p. 2), data da apresentação da prestação de contas (art. 4º, inciso II); e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando os principais eventos processuais interruptivos da prescrição apontados pela AudTCE (item 19 da instrução, peça 35), e atentando que o intervalo havido entre o Ofício/GAB/SMS Nº 3727/11 (peça 16, p. 2), de 23/12/2011, e Ofício 139/2018/CGRA/DRAC/ SAS/MS (peça 19), por meio do qual se notificou o Sr. Oliver Trajano, Secretário Municipal de Saúde de Itaperuna/RJ, de 24/1/2019, foi superior ao prazo quinquenal fixado pelo art. 2º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição principal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos presentes autos, ante o reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.692/2025-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Município de Itaperuna/RJ (28.916.716/0001-52).

1.2. Entidade: Município de Itaperuna/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5009/2026 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas da responsável a seguir indicada regulares com ressalva e dar-lhe quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação à responsável e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.918/2025-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Regina Fini dos Santos (410.018.458-11).

1.2. Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Bruno Vinicius Cardoso da Silva (396971/OAB-SP), representando Regina Fini dos Santos.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5010/2026 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, em desfavor da pessoa jurídica Pacatu Cultura, Educação e Aviação Ltda. e do Sr. Fabio Luiz Ralston Salles, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 13-4086, descrito da seguinte forma: "Apresentar um espetáculo teatral gratuito e itinerante pelas estradas do Brasil, destinado a caminhoneiros e carreteiros. Os estacionamentos de grandes postos de abastecimento de combustível se transformarão em espaços culturais para receber 96 apresentações teatrais durante 4 meses. O teatro realmente chegará a pessoas que, geralmente, não têm contato com esse tipo de atividade cultural.";

Considerando que, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, este Tribunal aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela Administração Pública Federal;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.

Considerando que a instrução produzida pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE (peças 85 a 87) manifestou-se pela ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões punitiva e ressarcitória perante o TCU, sugerindo, com fulcro nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, o arquivamento do processo, posicionamento que contou com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (peça 88);

Considerando que, no caso concreto em exame, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição principal ocorreu em 30/1/2015, prazo final para prestar as contas (art. 4º, inciso I); e

Considerando os principais eventos processuais interruptivos da prescrição apontados pela AudTCE (item 15 da instrução, peça 85), e atentando que o intervalo havido entre o Relatório de TCE nº 1387/2018 (peça 75), em 29/1/2019, e o Ofício nº 370/2025/COGEC/CGCAD/SGPTC/ GSE/SE/MinC (peça 72), de 1º/9/2025, foi superior ao prazo quinquenal fixado pelo art. 2º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição principal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos presentes autos, ante o reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura e aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.006/2025-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fabio Luiz Ralston Salles (012.559.198-50); Pacatu Cultura, Educação e Aviação Ltda. (72.783.608/0001-40).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 39 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 2 de outubro de 2026.

AUGUSTO NARDES
na Presidência

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 02/10/2026, Seção 1, p. 140)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade e informe o código 81179830.